

# Sillogés

Revista do GT ACERVOS:  
história, memória e patrimônio



**Dossiê**  
**História da Educação e Espaços de Pesquisa:**  
**arquivos, acervos e museus**



# Sillogés

Revista do GT Acervos: história, memória e patrimônio  
Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul  
Volume 2, número 1, janeiro - junho 2019

Porto Alegre

ISSN 2595-4830 (Online)

|          |              |      |      |         |           |
|----------|--------------|------|------|---------|-----------|
| Sillogés | Porto Alegre | v. 2 | n. 1 | p.1-191 | jun. 2019 |
|----------|--------------|------|------|---------|-----------|



## Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul

### Diretoria da ANPUH-RS (Gestão 2018-2020)

Presidente: Prof. Dr. José Edimar de Souza (UCS)  
Vice-Presidente: Profa. Dra. Gizele Zanotto (UPF)  
1.º Secretário: Profa. Dra. Alba Cristina Couto dos Santos Salatino (IFRS)  
2.ª Secretária: Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza (UFRGS)  
1.º Tesoureiro: Prof. Ddo. Douglas Souza Angeli (PUCRS)  
2.ª Tesoureira: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (Unisinos)

Angela Beatriz Pomatti  
Luciana da Costa de Oliveira  
Cristiano Enrique de Brum  
Éverton Reis Quevedo  
Rodrigo Luís dos Santos

### Conselho Editorial Sillogés

Charles Monteiro (PUCRS)  
José Roberto Severino (UFBA)  
Márcia Regina Romero Chuva (UNIRIO)  
Zita Rosane Possamai (UFRGS)

### Conselho Fiscal

Prof. Dr. Éverton Reis Quevedo (Memória e Cultura Unimed/RS)  
Prof. Dr. Charles Monteiro (PUCRS)  
Prof. Dr. Rodrigo Luís dos Santos (Unisinos)

Capa: Cristiano Enrique de Brum/Marcelo Vianna  
Design: Cristiano Enrique de Brum/Marcelo Vianna  
Editoração: Marcelo Vianna  
Imagem capa: Foto do Departamento de Prophylaxia da Lepra – Asilo/Colônia Santo Ângelo – São Paulo (1936).

Disponível em

<https://ensinarhistoriajoelza.com.br/fonte-historica/carteira-escolar-antiga-2/>



### Grupo de Trabalho Acervos: história, memória e patrimônio

Coordenador: Marcelo Vianna (IFRS/Unisinos)  
Vice-coordenadora: Angela Beatriz Pomatti (MUHM)  
Secretária: Luciana da Costa de Oliveira (IFRS)

### Correspondência

Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul / GT Acervos  
Rua Caldas Júnior, 20 – Sala 24 – Centro Histórico - 90010-260

Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

Site: <http://acervosrs.blogspot.com/>

Email: [gtacervos@gmail.com](mailto:gtacervos@gmail.com)

© GT Acervos: história, memória e patrimônio (2019)

### Equipe Editorial Sillogés

Marcelo Vianna

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

Sillogés: Revista do GT Acervos: história, memória e patrimônio / Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul. Vol.1, n. 1 (jan. 2018). Porto Alegre (RS): ANPUH/RS, 2018-v. : il.

Semestral  
Vol. 1, n. 1 (2018)-  
Disponível em: <https://goo.gl/RrEh9e>

1. Arquivologia. 2. Educação. 3. História. 4. Museologia.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| <b>DESAFIOS NA CONDUÇÃO DE UM PERIÓDICO ACADÊMICO</b><br><i>Marcelo Vianna, Luciana da Costa de Oliveira e Cristiano Enrique de Brum</i>  | 5   |
| <b>DOSSIÊ: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E ESPAÇOS DE PESQUISA: ARQUIVOS, ACERVOS E MUSEUS APRESENTAÇÃO</b><br><i>Eduardo Cristiano Hass da Silva, Bárbara Virgínia Groff da Silva e Dóris Bittencourt Almeida</i>   | 8   |
| <b>HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA, POSSIBILIDADES DE ACERVOS</b><br><i>Gisele Belusso e José Edimar de Souza</i>   | 12  |
| <b>UM LUGAR PARA GUARDAR MEMÓRIAS DA UFRGS: O ARQUIVO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO</b><br><i>Lucas Costga Grimaldi e Dóris Bittencourt Almeida</i>  | 36  |
| <b>IMPrensa PEDAGÓGICA NA CIDADE DE OSÓRIO/RS – ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO ANTÔNIO STENZEL FILHO</b><br><i>Maria Augusta Martiarena de Oliveira, Clarice Maria de Souza Portela Germann Teixeira e Diana Patrícia Mauer</i>                                  | 54  |
| <b>A RELEVÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DE IMPRESSOS PARA A PESQUISA SOBRE O CINEMA EDUCATIVO NO RIO GRANDE DO SUL - REVISTA DO ENSINO/RS, BOLETIM E BOLETIM INFORMATIVO DO CPOE/RS (DÉCADA DE 1920 A 1960)</b><br><i>Carolina Severo e Maria Helena Camara Bastos</i> | 71  |
| <b>ESCOLAS QUE SE FECHAM, ACERVOS QUE SE PERDEM: REFLEXÕES SOBRE O FECHAMENTO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE/RS E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DE SEUS ACERVOS</b><br><i>Bárbara Virgínia Groff da Silva e Eduardo Cristiano Hass da Silva</i>           | 91  |
| <b>“SAÚDE E FRATERNIDADE!” – UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA NO ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (1911-1940)</b><br><i>Carolina Cechella Philippi</i>  | 111 |
| <b>ESTUDAR OS MUSEUS E PATRIMÔNIOS NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CAMINHOS POSSÍVEIS</b><br><i>Ana Carolina Gelmini de Faria e Iandora de Melo Quadrado</i>  | 132 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>TEMPOS DE ESCRAVIDÃO: LAÇOS DE SANGUE E AFINIDADE NO EXTREMO SUL DO IMPÉRIO BRASILEIRO (JAGUARÃO, 1850-1870)</b><br><i>Matheus Batalha Bom</i>                                     | 152 |
| <b>FEE – DE FUNDAÇÃO A DEPARTAMENTO: O QUE ACONTECE COM O ACERVO?</b><br><i>Rodrigo de Azevedo Weimer e Álvaro Antônio Klafke</i>   | 172 |
| <b>RESENHA – HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (org.) <i>Pensar os arquivos: uma antologia.</i> Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 364p.</b><br><i>Francisco Alcides Cougo Júnior</i> | 187 |

## DESAFIOS NA CONDUÇÃO DE UM PERIÓDICO ACADEMICO

A revista Sillogés, ao lançar seu terceiro número, completará um ano de atividades. Isso não é pouco: em tempos de obscuridade, com crescente desvalorização do trabalho científico e profunda desconsideração pelo patrimônio histórico e cultural, estabelecer um periódico acadêmico é um tanto desafiador. O esforço do GT Acervos ANPUH/RS tem sido promover artigos que contribuam para discussão do papel dos acervos, da memória e do patrimônio na constituição de material relevante para pesquisas em História, Museologia, Educação, entre outras áreas afins. Além disso, os textos que integram a Sillogés proporcionam a divulgação de acervos das instituições de memória do país, já que as reflexões sobre fontes utilizadas, projetos pedagógicos e ações de preservação de patrimônios em suas páginas, incentivam os leitores a repensarem suas pesquisas, explorarem novas possibilidades.

Tem sido fundamental a atuação de colegas das mais diferentes instituições que atuaram como avaliadores e/ou autores de artigos, sem os quais não seria possível viabilizar a Sillogés. Esse apoio, no qual a Equipe Editorial é muito grata, permitiu que fosse possível manter a regularidade dos números semestrais, proporcionar instigantes dossiês temáticos e ampliar o quadro de pareceristas da revista, fundamentais para garantir avaliações às cegas e permitir uma maior qualidade dos trabalhos submetidos. Por fim, a Equipe Editorial vem buscando cadastrar o periódico em bases de dados e indexadores fundamentais para a divulgação dos trabalhos publicados: recentemente a revista passou a constar nas bases LatinRev e Latindex, o que aumenta consideravelmente seu poder de circulação dos trabalhos submetidos e publicados pela Sillogés.

Para a primeira edição deste segundo volume, a Sillogés publica o dossiê temático “História da Educação e Espaços de Pesquisa, arquivos, acervos e museus”. Proposto pelos colegas Eduardo C. Hass da Silva, Bárbara Virgínia Groff da Silva e Dóris Bittencourt Almeida, o dossiê reuniu artigos de pesquisadores dedicados a explorar as potencialidades dos acervos relacionados à História da Educação assim como externar suas preocupações com a preservação desses ricos materiais, fundamentais para

produção histórica do passado educacional. Trata-se da reunião de sete artigos significativos para discussão sobre o tema.

Além dos textos que compõem o dossiê temático, temos dois trabalhos e uma resenha que completam a edição. Intitulado “Tempos de Escravidão: Laços de Sangue e Afinidade no Extremo Sul do Império Brasileiro”, o artigo de Matheus Batalha Bom discute a configuração da escravidão em Jaguarão, ao sul da fronteira do Brasil Império, após final do tráfico de escravizados para o país. Trata-se de uma importante contribuição para o tema, a partir da análise dos processos criminais sob guarda do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, Rodrigo Weimer e Álvaro Klafke, historiadores que integravam a extinta Fundação de Economia e Estatística (FEE) e que hoje atuam, respectivamente, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e no Departamento de Economia e Estatística, provocam uma importante reflexão sobre a luta pela preservação e divulgação de um acervo documental de Estado através do artigo “FEE – De Fundação a Departamento: o que acontece com o acervo?”. A importância do artigo não é pouca: não apenas denuncia o descaso do Estado com o destino dos acervos das diferentes instituições extintas durante o governo de José Ivo Sartori (2014-2018), mas envolve o compromisso dos historiadores em promover um maior conhecimento desses acervos. No caso do acervo da antiga FEE, os autores apontam para diversas possibilidades de pesquisa no campo historiográfico, especialmente relacionadas ao mundo do trabalho.

Por fim, temos a contribuição de Francisco Cougo Júnior, docente do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria. Sua resenha sobre o livro organizada pelas professoras Luciana Heymann e Letícia Nedel, “Pensar os arquivos: uma antologia”, publicada pela FGV em 2018, é uma importante contribuição para disseminá-lo. A resenha propõe apontar os aspectos mais críticos dessa coletânea, que procurou criticar o estatuto da Arquivologia a fim de superar uma perspectiva tecnicista da área, observando o poder que os arquivos têm sobre o campo da memória, a partir de diferentes regimes de arquivamento. Constituir, descartar e preservar acervos não são atos neutros, influenciando diretamente nas atividades de pesquisa e na produção do conhecimento histórico. Se não tem sido comum à História e áreas fins dialogarem com os trabalhos da Arquivologia, a resenha dessa obra é um meio de iniciar essa aproximação.

Ao encerrar esse editorial, o GT Acervos ANPUH/RS faz dois convites: o primeiro é para contribuições ao dossiê temático “História da Saúde: Instituições, Patrimônio e Acervos”. Organizado pelos professores Ana Paula Korndörfer, Daniel Oliveira e Maria Marta Lobo de Araújo, é uma oportunidade para pesquisadores da área da História, da Sociologia, da Antropologia, da Museologia, da Medicina, da Enfermagem, entre outras, em propor artigos que discutam instituições, patrimônio e acervos relacionados à saúde, a doenças e à medicina. O dossiê adquire maior significado por convergir para as comemorações dos 15 anos de existência do Grupo de Trabalho História e Saúde da ANPUH/RS e espera receber trabalhos até o dia 15.10.2019 através do sistema da revista Sillogés (<http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges>).

O segundo convite é que todos possam participar, como ouvintes ou apresentadores de trabalhos, do evento VII Dos Ofícios de Clio – Patrimônio e Memória em Risco – Desafios do Século XXI (<https://gtacervos-rs.wixsite.com/viidosoficios>) para apresentação de trabalhos que discutam suas fontes (acervos documentais, memórias, patrimônio), ações pedagógicas voltadas para Educação para o Patrimônio e/ou práticas para preservação, disponibilização e divulgação de acervos sob guarda de instituições de memória. A ser realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) nos dias 21 e 22.10.2019, o evento pretende incentivar o debate acerca dos riscos que as instituições de memória e seus acervos enfrentam no presente. Da mesma forma, o evento pretende ser um espaço de reflexão de estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais das áreas de História, Museologia e áreas afins sobre suas fontes de pesquisa através de variados tipos, tais como acervos documentais, memórias orais, patrimônio edificado, entre outros. Além de palestras e oficina, haverá sessões de comunicações, nos quais os participantes poderão apresentar e discutir suas pesquisas, tanto envolvendo debate sobre fontes quanto experiências envolvendo preservação e divulgação de acervos. As inscrições para comunicadores vão até 21.09.2019.

Esperamos que todos aproveitem essa edição da Sillogés e que possam participar de nossas próximas atividades!

Marcelo Vianna  
Luciana da Costa de Oliveira  
Cristiano Enrique de Brum  
*Editores Executivos Revista Sillogés*



## APRESENTAÇÃO

Com alegria apresentamos o dossiê “História da Educação e Espaços de Pesquisa: arquivos, acervos e museus” que foi elaborado e organizado com o objetivo de refletir sobre diferentes espaços de pesquisa para a História da Educação. Nesse dossiê contamos com a presença de diversos pesquisadores que são estudantes de pós-graduação e professores em diferentes níveis e instituições (universidades, institutos federais e educação básica), dispostos a apresentar investigações e contribuições teóricas para a constituição desse espaço fronteiro e multifacetado que é a História da Educação.

No que concerne aos arquivos, Luciana Heymann e Letícia Nedel (2018) argumentam na obra “Pensar os Arquivos: uma antologia” que a década de 1990 marcou o início de uma reflexão mais sistematizada a respeito do poder que os arquivos exercem sobre o campo da memória, do conhecimento e das identidades. Assim como o conceito de documento, o conceito de arquivo adquire novos sentidos, passando a ser compreendido dentro das relações de poder que perpassam a sociedade. As autoras também se referem ao crescente interesse de diversos profissionais no e pelos arquivos, como os arquivistas, antropólogos e historiadores.

A partir desse interesse pelos espaços de pesquisa, os sete artigos que estão presentes nessa edição da Revista Sillogés, organizada pelo GT Acervos da ANPUH/RS, apresentam diferentes pesquisas sobre esses espaços. Dessa forma, proporcionam o intercâmbio de experiências de pesquisas acadêmicas e funcionam como um desencadeador de novas propostas de investigação.

A partir disso, o primeiro artigo “História das Instituições Escolares: experiências de pesquisa, possibilidades de acervos”, de autoria de Gisele Belusso e José Edimar de Souza, reflete sobre como o acesso a diferentes acervos contribui para a construção do *corpus* empírico de pesquisas no campo da História da Educação, especificamente sobre as instituições escolares. Centrando no estado do Rio Grande do Sul, os autores recorrem a dois trabalhos anteriores: um sobre as escolas isoladas na região de Lomba Grande

(um bairro localizado na cidade de Novo Hamburgo) e o outro sobre o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no município de Farroupilha.

Também voltado para o Rio Grande do Sul, o texto “Um lugar para guardar memórias da UFRGS: o Arquivo da Faculdade de Educação (2010)”, de Dóris Bittencourt Almeida e Lucas Costa Grimaldi, analisa a constituição do Arquivo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado em uma sala desta instituição. Os autores atentam para o processo de constituição do arquivo e sua importante contribuição tanto para a História da Educação quanto para a história institucional da UFRGS, destacando a importância dos arquivos pessoais e dos arquivos de memória oral para a composição do arquivo.

De autoria de Maria Augusta Martiarena de Oliveria, Clarice Maria de Souza Portela Germann Teixeira e Diana Patrícia Mauer, o artigo “Imprensa Pedagógica na Cidade De Osório - RS: Acervo Do Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho”, enfoca a relação entre imprensa pedagógica e espaços de salvaguarda, especificamente para o Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho, destacando a importância desse tipo de documentação como fonte para a pesquisa e a necessidade de sua preservação.

A preocupação com os periódicos relacionados à educação e ao cinema mobilizam as autoras Carolina Severo e Maria Helena Camara Bastos, que no artigo “A relevância da preservação de impressos para a pesquisa sobre o cinema educativo no Rio Grande do Sul: Revista do Ensino/RS, Boletim e Boletim Informativo do CPOE/RS (Década de 1920 a 1960)” discutem a relevância da preservação de impressos para a pesquisa sobre Cinema Educativo no Rio Grande do Sul. As autoras analisam as orientações didático-pedagógicas sobre o uso do cinema em sala de aula, relacionando com a preservação de periódicos de educação e ensino sobre cinema no período destacado para análise.

Pensando nas escolas públicas estaduais e nas possibilidades de pesquisa que podem ser encontradas em seus acervos e documentos salvaguardados, Bárbara Virgínia Groff da Silva e Eduardo Cristiano Hass da Silva apresentam no texto “Escolas que se Fecham, Acervos que se Perdem: reflexões sobre o fechamento de escolas públicas em Porto Alegre/RS e a necessidade de preservação dos seus acervos” reflexões sobre o fechamento de seis escolas estaduais localizadas em Porto Alegre no ano de 2018. Os autores tencionam os desdobramentos destes fechamentos e o destino dos acervos escolares.

Este dossiê não se restringe ao Rio Grande do Sul. A autora Carolina Cechella Philippi destaca uma vivência de pesquisadora em Santa Catarina no texto “‘Saúde e Fraternidade!’ – uma experiência de pesquisa no Arquivo Público de Santa Catarina (1911 – 1940)”. Seu interesse foi inventariar os ofícios expedidos e recebidos pela Diretoria Geral da Instrução Pública, Departamento de Educação e Superintendência Geral do Ensino entre os anos de 1911 e 1940. A extensão da série de documentos referidos pela autora permitiu mapear uma narrativa sobre a História da Educação Catarinense que escapa do âmbito puramente institucional, permitindo, através do arquivo, propor uma nova leitura sobre as reformas da instrução pública catarinense.

Por fim, o artigo “Estudar os Museus e Patrimônios na Perspectiva da História da Educação: caminhos possíveis” escrito por Ana Carolina Gelmini de Faria e Iandora de Melo Quadrado convida para uma reflexão sobre a importância da pesquisa em História dos Museus, a partir da História da Educação. A partir da sistematização de pesquisas já realizadas, as autoras exemplificam oportunidades de investigação sobre inúmeros estudos de caso da Museologia brasileira ainda não explorados na ênfase em História da Educação.

Desejamos que a leitura desse dossiê seja agradável a todos e que incentive novas pesquisas. Nosso objetivo foi reunir diferentes pesquisadores para que em conjunto emergam novas pesquisas que possibilitem outras abordagens dentro da História da Educação. Além disso, fica nossa ressalva quanto a preservação desses espaços de pesquisa e de suas diversas documentações que necessitam de cuidados específicos. A produção do conhecimento histórico necessita desses lugares de memória para sua continuidade. Sem esses vestígios do nosso passado educacional, se torna cada vez mais difícil elaborar novas pesquisas históricas. Todo esforço e dedicação para manter esses espaços é uma conquista para os pesquisadores que estão interessados com a construção do conhecimento histórico e a preservação das memórias relacionadas à História da Educação.

Eduardo Cristiano Hass da Silva  
(PPG Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos)  
Bárbara Virgínia Groff da Silva  
(PPG Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Dóris Bittencourt Almeida  
(PPG Educação – Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul)  
*Organizadores*

**HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA,  
POSSIBILIDADES DE ACERVOS**HISTORY OF SCHOOL INSTITUTIONS: RESEARCH EXPERIENCES, COLLECTIONS  
POSSIBILITIESGisele Belusso<sup>1</sup>José Edimar de Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa sobre instituições escolares têm sido uma temática recorrente na História da Educação. Nesse sentido, cada vez mais surge a discussão entre pesquisadores sobre as possibilidades e as impossibilidades de acervos para tais investigações. Assim, o objetivo do artigo é refletir como o acesso à diferentes acervos contribuem para constituir o *corpus* empírico de uma pesquisa no campo da História da Educação; no eixo das instituições escolares, tendo como categoria de análise as Culturas Escolares. Escrevemos a partir de duas pesquisas que têm como perspectiva teórica a História Cultural e como metodologia a análise documental e a História Oral (SOUZA, 2015; BELUSSO, 2016). Destaca-se no conjunto da análise que combinar o uso de diferentes fontes amplia as possibilidades de resultados e evidencia desdobramentos do objeto analisado. Isso ficou evidente tanto no estudo sobre as escolas isoladas na região de Lomba Grande, um bairro de Novo Hamburgo, bem como sobre o Colégio Nossa Senhora de Lourdes de Farroupilha, ambos no Rio Grande do Sul, Brasil. A partir do uso do impresso, das narrativas orais, de atas e de documentos do cotidiano escolar foi possível compreender como em um recorte espaço-temporal se produziu uma determinada cultura escolar, que ressalta as identidades de pertencimento de cada uma das comunidades, mas que, de modo geral, destaca a relevância que a escola representa nas duas distintas realidades.

**Palavras-chave:** Instituições escolares. Acervo Escolar. História da Educação.

**Abstract:** Research about school institutions has been a frequent theme in the History of Education. In this sense, the discussion between researchers on the possibilities and impossibilities of collections for such investigations arises more and more. So, the objective of the article is to reflect on how the access to different collections contributes to constitute the empirical corpus of a research in the field of History of Education, in the axis of the school institutions, having as category of analysis the School Cultures. We write from two investigations that have as a theoretical perspective the Cultural History, and documentary analysis and Oral History as methodology (SOUZA, 2015, BELUSSO, 2016). In the whole of the analysis, it is emphasized that combining the use of different sources extends the possibilities of results and

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia, Mestra em Educação e doutoranda na Universidade de Caxias do Sul. Integrante do Grupheim (Grupo de Pesquisa em História da Educação, Imigração e Memória). E-mail: [giselebelusso@hotmail.com](mailto:giselebelusso@hotmail.com).

<sup>2</sup> Graduado em História, Mestre e Doutor com estágio de pós-doutorado em Educação pela Unisinos. Vice-líder do Grupheim (Grupo de Pesquisa em História da Educação, Imigração e Memória). Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: [jesouza1@ucs.br](mailto:jesouza1@ucs.br). Este estudo é um desdobramento do Projeto de investigação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico - CNPq-Brasil. Edital Universal 01/2016: "Modos de Organizar a Escola Primária no RS (1889-1950): histórias, memórias e práticas educativas". Processo número: 405151/2016-0

reveals splits of the analyzed object. This was evident in the study of isolated schools in the region of Lomba Grande, a neighborhood of Novo Hamburgo, as well as at Nossa Senhora de Lourdes School in Farroupilha, both in Rio Grande do Sul, Brazil. From the use of printed matter, oral narratives, minutes and documents of the school day, it was possible to understand how in a space-temporal cut a certain school culture was produced. This highlights the identities of belonging to each one of the communities, and the relevance, in general, that the school represents in the two different realities.

**Keywords:** School Institutions. School Collection. History of Education.

### Considerações iniciais

O artigo é fruto das reflexões dos autores, em especial a partir de duas experiências de pesquisa (SOUZA, 2015; BELUSSO, 2016<sup>3</sup>), sobre as possibilidades e as impossibilidades de acesso à diferentes acervos para a realização de pesquisas acadêmicas no campo da História da Educação, com ênfase no eixo das instituições escolares, que tiveram a História Cultural como pressuposto teórico, as culturas escolares como categoria de análise e utilizaram as metodologias da análise documental e da História Oral.

A pesquisa de SOUZA (2015) investigou a história do Ensino Rural entre as décadas 1940 a 1950 e sua relação com o processo de desenvolvimento de Culturas Escolares no meio rural. Para tanto, construiu os processos de escolarização de duas instituições escolares<sup>4</sup> e assim pôde compreender os modos como se imbricam as práticas e as representações sobre uma educação ainda incipiente na estrutura de ensino local, na primeira metade do século XX.

Já a pesquisa que teve como objeto o Colégio Nossa Senhora de Lourdes de Belusso (2016) pretendeu compreender o processo histórico da instituição, bem como suas culturas escolares com ênfase nos sujeitos e nas práticas escolares no ensino primário. A narrativa realizada permitiu compreender que os sujeitos escolares, discentes, docentes e diretoras trazem consigo marcas de etnicidade e cultura próprias do local em que estão inseridos. Além disso, a análise sobre as práticas escolares aponta a sala de aula como espaço privilegiado em que as práticas de leitura e escrita funcionavam como um fio condutor para o ensino dos demais saberes.

---

<sup>3</sup> A pesquisa contou com apoio financeiro da pela Capes e foi orientada pela Professora Doutora Terciane Ângela Luchese.

<sup>4</sup> As instituições escolares pesquisadas foram a Escola Municipal Bento Gonçalves e a Escola Municipal Tiradentes.

Para melhor compreender a temática, recordamos que os estudos históricos acerca das instituições escolares surgiram no Brasil em meados de 1950, antes mesmo da constituição dos primeiros programas de pós-graduação, o que ocorreu somente em torno de 1960, no Rio de Janeiro e São Paulo, em universidades católicas (GATTI JÚNIOR; GATTI, 2018). No entanto, foi a partir de 1990 que houve um maior volume na produção sobre a história das instituições, das práticas, dos processos e das culturas de escolarização, e que vem mantendo seu espaço nas últimas décadas.

Dada a relevância da temática, ela garante espaço de interlocução em diversos eventos da área, como nas reuniões científicas promovidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação<sup>5</sup> (ANPED) e nos Congressos de História da Educação realizados por iniciativa do Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) em âmbito nacional. Já no contexto internacional citamos o *Congreso Iberoamericano Historia de la Educación Latiamericana*, uma ação da *Sociedad Uruguaya de Historia de la Educación* (SUHE) no ano de 2018 e a *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE), como exemplos. Com relação ao Rio Grande do Sul, Estado onde estão inseridas, enquanto território, nossas pesquisas não poderiam deixar de destacar as profícuas possibilidades de interlocução ocorridas nos encontros anuais da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – ASPHE. Nesse sentido, na quinta edição, no ano de 1999, o encontro da ASPHE privilegiou as Instituições Escolares como principal temática.

Por fim, destacamos, ainda como um importante espaço de constituição da área, os grupos de pesquisa distribuídos em diversas universidades do Brasil e como espaço de divulgação tanto as coletâneas<sup>6</sup>, que vem recentemente sendo produzidos, quanto os periódicos com acesso livre e gratuito de forma *on-line*, o que não se configura uma realidade em outros países. Isso demonstra que os estudos das instituições escolares

---

<sup>5</sup> Catani e Faria Filho (2002, p. 113) produziram um artigo com o objetivo de “sistematizar informações que permitissem acompanhar a produção que se originou e/ou foi divulgada no âmbito do Grupo de Trabalho História da Educação da ANPED, desde a sua criação” o que pode servir de subsídio para melhor compreender este espaço.

<sup>6</sup> As coletâneas têm sido organizadas em especial por pesquisadores vinculados aos grupos de estudos afeitos ao tema. Iniciativa também adotada na Universidade de Caxias do Sul, por pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM), ver em Luchese (2018). Ainda destacamos como importante o esforço realizado pelo grupo de pesquisa Educação no Brasil: memórias, instituições e cultura escolar (EBRAMIC), vinculado a Universidade do Vale dos Sinos que também publicou no ano de 2016, ver em Grazziotin e Almeida, (2016).

têm um lugar de produção constituído ao longo das últimas décadas que, conforme Gatti Júnior (2002), vem ainda ampliando espaço no cenário da pesquisa educacional, apesar da dificuldade de acesso as fontes e da inexistência por vezes de repertórios organizados. Diante do exposto é que emerge o artigo que tem por objetivo refletir como o acesso à diferentes acervos contribuem para constituir o *corpus* empírico de uma pesquisa no campo da História da Educação; no eixo das instituições escolares, tendo como categoria de análise as Culturas Escolares.

### **O olhar teórico-metodológico em busca das fontes documentais**

Abordar a instituição escolar como objeto historiográfico no viés teórico da História Cultural amplia os horizontes de análise e permite adentrar o interior da escola sua “caixa preta” e assim perceber elementos que vão além das legislações e regulamentos ou ainda das perspectivas puramente pedagógicas (JULIA, 2001). Dessa forma, vislumbrar as Culturas Escolares torna-se uma possibilidade para, conforme Viñao Frago (1995, p. 30), atentar para toda a vida escolar “[...] *hechos e ideas, mentes y cuerpos, objectos e conductas, modos de pensar, decir y hacer*”. O que demanda que o historiador assuma a função arqueológica na escola, desenterrando e separando os sedimentos entrecruzados da cultura escolar.

Uma instituição escolar é constituída por paredes, muros, dentre diferentes espaços, tem um mobiliário, objetos utilizados como materiais para professores e alunos. No entanto, compreendemos que é também “lugar” de práticas, de rituais, de que existe uma organização de tempos e espaços apropriados pelos sujeitos que ali estiveram em um determinado período histórico na relação com o entorno da instituição. Dessa forma, é preciso considerar, conforme Viñao Frago (2001, p. 61), que “a ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como lugar”, ou seja, os espaços foram projetados e construídos, mas é a partir da utilização desse espaço, com suas singularidades, como local específico para ensinar e da organização do tempo que se constrói um lugar.

Conforme Magalhães (2004), a história de uma instituição educativa não deve resultar em um texto descritivo ou ainda uma explicação de uma política em relação as instituições com o meio em que estão inseridas. Assim:



Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134).

Para tanto, é preciso estar ciente que a pesquisa referente a uma instituição escolar é ampla e vai para além dos muros da escola, pois o local onde a escola se insere, as condições para que a instituição escolar seja constituída, as instalações físicas, os seus professores, os seus alunos e as relações que ali se estabeleceram são atravessadas por questões muitas vezes étnicas, religiosas, econômicas, políticas, culturais, dentre outras, que podem estar vinculadas a questões locais, estaduais, nacionais ou até mesmo internacionais, que não podem ser desconsideradas. Dessa maneira, é o que reforça a importância das interpretações regionais/locais em que se possa “[...] ter um olho na dimensão nacional, ou global, da mesma forma que estes últimos só conseguem disponibilizar generalizações seguras, quando conhecem as diferentes realidades locais, regionais, institucionais, temáticas, etc.” (GONÇALVES NETO, 2018, p. 17).

Diante do exposto, talvez uma das primeiras questões a serem pensadas, quando se inicia uma pesquisa acadêmica, sejam o que pode ser considerada uma fonte documental? O que buscar quando se investiga uma instituição escolar? O acesso ao acervo escolar é suficiente? Pautados nos pressupostos da História Cultural compreendemos a concepção de documento de maneira alargada. O que oportuniza ao pesquisador a possibilidade de utilizar como fontes documentais diversos tipos de registros, por exemplo: fotografias, narrativas de história oral, cadernos de alunos, diários de professores, biografias, jornais, livros escolares, livros de chamadas, boletins, livros de atas, dentre outros. No entanto, é preciso estar ciente que o que torna um documento relevante é a análise que se faz dele, não o documento em si. São as perguntas que o pesquisador elabora e as lentes que utiliza para analisar teórico e epistemologicamente que possibilitam recompor cenários vividos a partir de vestígios e dos instrumentos escolhidos pelo investigador. Certeau (2011) argumenta que é a partir da problemática construída pelo investigador, no presente, se produzem novos sentidos ao conjunto e aos fatos históricos narrados. “Ao recriar aquilo que está morto ele torna vivo e mutável o saber produzido [...]. Nesse processo, precisa-se levar em conta os desvios [...] e as descontinuidades”. (MORAES; GAMBETA, 2011, p. 168).

Ciente do exposto, passamos a compartilhar os nossos itinerários em busca das fontes para as citadas investigações. Durante a pesquisa sobre as escolas isoladas de Lomba Grande (SOUZA, 2015) a recuperação de documentos (escritos e iconográficos), em alguns momentos, foi possível apenas mediante a fotografia do mesmo: por isso, foram fotocopiados, microfilmados, escaneados e/ou transcritos. O processo de consulta aos acervos microfilmados, como argumenta Farge (2009, p. 55), produziu uma sensação diferente daquela que “a cor das fichas, a austeridade dos arquivistas e os cheiros dos manuscritos balizas para um mundo sempre iniciático”, do investigador, porém, não invalidou o emprego minucioso da atenção, da paciência na leitura, da análise e da interpretação do conteúdo de tais documentos, prática que é inerente ao trato de qualquer tipo de fonte.

As visitas em diferentes acervos foram realizadas com o intuito de localizar e identificar documentos que contribuíssem para contextualização das trajetórias docentes e escolares. Percorreram-se: Arquivo Institucional da Escola Bento Gonçalves e Arquivo Institucional da Escola Tiradentes; a Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis; o Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo; Arquivo Institucional da SMED; Arquivo Institucional do Instituto Estadual Madre Benícia; Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (AMHVSL); Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Arquivo Público do Rio Grande do Sul; Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo (APMNH); Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; e Acervo da Comunidade Evangélica de Lomba Grande.

Nos arquivos e acervos institucionais, identificaram-se documentos relacionados com a instrução pública e as escolas públicas da região do Vale do Sinos, em especial dos municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Lomba Grande, como: livro de funcionários; livros de ponto funcional; livros de frequência de alunos; cadernos de chamada; correspondências entre autoridades municipais e professores; correspondências entre professores e autoridades municipais; vereadores e gestores estaduais; lista de materiais escolares; correspondências peticionando materiais e inventariando materiais recebidos pelos professores; livro de assentamentos de professores públicos; livro de apostilas de professores públicos estaduais; livro de atas<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Encaradas como potenciais documentos de valor jurídico, as atas têm a necessidade de consubstanciarem-se enquanto um fiel registro do que aconteceu, mas que não pode ser considerado sem

de concursos de professores, públicos estaduais, e da região escolar de São Leopoldo; mensagens e relatórios da intendência municipal de São Leopoldo; relatórios da Câmara Municipal de São Leopoldo, do século XIX; livro de assentamentos de cadeiras e escolas públicas; mapas trimestrais, semestrais e anuais de frequência; ofícios e cartas de professores e autoridades; livro de cópia de ofícios enviados; livros de estatísticas; minutas de documentos enviados; mapas e anexos das Escolas Isoladas estaduais, particulares e municipais; registros de folhas de pagamento de professores públicos estaduais e de subvenções; livros de exames escolares, almanaques; e demais documentos avulsos.

Já na investigação acerca do processo histórico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes foram acessados o Acervo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, a Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, o Acervo da Província Imaculada Conceição das Irmãs da Congregação de São Carlos Borromeo, o Acervo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, o Museu Casa de Pedra, o Arquivo Histórico João Spadari Adami, o Acervo pessoal de Raul Tartarotti, o Acervo Pessoal de Odete Rasera, o Acervo Pessoal de Alice T. Noro, o Acervo do Colégio São Carlos, o repositório da UFSC<sup>8</sup> e a Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Os acervos foram acessados nas cidades de Farroupilha e Caxias do Sul.

Nos acervos consultados foi possível localizar livros de atas de resultados finais, plantas arquitetônicas, livros de chamadas, boletins, livros de atas de comemorações cívicas, Relatório de Verificação Prévia para autorização do curso ginásial, fotografias, fichas das professoras religiosas, autorização de abertura do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, livro tombo da paróquia Sagrado Coração de Jesus, Relatórios da Intendência, legislações estaduais sobre o Ensino primário, medalha entregue na formatura do Ensino primário ao aluno com as médias mais altas da turma, trabalhos escolares do Jardim de Infância, boletins do Ensino primário, publicação sobre os exames escolares,

---

as devidas críticas e subjetividades de sua produção. De acordo com Esquisani (2007), é um importante documento que tem sido utilizado nas investigações sobre história da educação.

<sup>8</sup> Acessar a legislação educacional do Rio Grande do Sul *on-line* é possível através de uma iniciativa do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT). Os documentos estão disponibilizados no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>8</sup> (UFSC) e são frutos do projeto “A constituição dos saberes elementares matemáticos: a aritmética, a geometria e o desenho no curso primário em perspectiva-comparativa, 1890-1970”. Dentre eles estão disponibilizados um número significativo de decretos, relatórios, leis, atos e regulamentos referentes a Educação gaúcha.

um caderno de sabatinas do Ensino primário e revistas alusivas à Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas e ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

O procedimento metodológico consistiu em fotografar todos os documentos acessados ou salvar no computador os de acesso *on-line*. Ao selecionar os acervos foi preciso levar em consideração que o Colégio Nossa Senhora de Lourdes é uma instituição particular e confessional, portanto, foi necessário ampliar as buscas para acessar documentos, como as fichas das professoras que na época eram religiosas e estavam no acervo da Província Imaculada Conceição, a qual é vinculada o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Nessa pesquisa compreender em que contexto essa congregação vem para o Brasil, como passou a abrir escolas no Rio Grande do Sul e a relação da congregação com a comunidade foi necessário para integrá-la ao território de Farroupilha, o que impulsionou a pesquisadora a outros acervos.

É pertinente refletir sobre o movimento feito em busca de fontes que se estendeu a vários acervos com características diferentes, o que sinaliza, nessa pesquisa em especial, que o acervo escolar em si não basta e que buscar outros acervos possibilitou a combinação de diferentes fontes documentais, o que ampliou as possibilidades de resultados e evidenciou desdobramentos nas análises.

Ainda ao citar acervo escolar, apontamos que, em sua maioria, eram acervos organizados de maneira artesanal e não estavam à espera de pesquisadores. Além disso, por vezes temos que lidar com as ausências de documentação a determinados períodos. No caso de Souza (2016) o acervo da EMEF Bento Gonçalves, considerado o aspecto de a instituição ter funcionado em diferentes lugares, os registros escritos, anteriores a 1952, se perderam com as constantes mudanças. No caso do Colégio Nossa Senhora de Lourdes a lacuna é de 1917 até 1922 período em que a instituição funcionou no primeiro prédio escolar, os documentos conservados são a partir de 1922 e mais recorrentes nas décadas de 1940 e 1950. Mesmo que escassos e com inúmeras lacunas, tais documentos são relevantes e constituem indícios para as citadas pesquisas. Nessa perspectiva, Vidal (2007) acrescenta que a natureza do documento em educação é escriturária, pois é no espaço escolar que se encontram os resultados das relações pedagógicas e burocráticas, por meio de diários de classes, históricos escolares, exames, boletins, cadernos de

alunos, ou seja, registros realizados por professores, alunos e pela gestão da escola, que caracterizam o funcionamento e as práticas da instituição escolar<sup>9</sup>.

Além das fontes localizadas em diferentes acervos, as citadas pesquisas têm a singularidade de terem optado em utilizar a História Oral e assim constituíram novas fontes para as pesquisas (ALBERTI, 2005).

Souza (2015) explica que o grupo social, em sua pesquisa, é composto por dez sujeitos, como identifica-se no quadro 1, que foram professores e/ou alunos da área rural que representam o conjunto de memórias, que estão nos documentos construídos a partir das narrativas e documentos coletados doravante analisados. Além do critério de terem estudado e/ou terem sido professores na EMEF Tiradentes ou EMEF Bento Gonçalves, neste grupo de sujeitos, evidencia-se que a grande maioria ainda vive e/ou tiveram sua trajetória profissional e de vida desenvolvidas em Lomba Grande.

Quadro 1 - Demonstrativo dos sujeitos da pesquisa<sup>10</sup>

| Nº | Nome                                 | Data de nascimento | Professor | Aluno | Ano/período              | Escola municipal |
|----|--------------------------------------|--------------------|-----------|-------|--------------------------|------------------|
| 1  | Lúcia Plentz                         | 31/12/1926         | X         |       | 1952                     | Bento Gonçalves  |
| 2  | Maria Lorena Allgaver (Pires)        | 12/12/1997         | X         | X     | 1934-1938<br>1951 - 1952 | Bento Gonçalves  |
| 3  | Maria do Carmo Moehlecke (Schaab)    | 16/07/1934         | X         |       | 1951-1952                | Bento Gonçalves  |
| 4  | Sérgio José Scherer                  | 06/10/1934         | X         | X     | 1940 a 1948<br>1952      | Tiradentes       |
| 5  | Clari Winck (Winter)                 | 10/08/1937         |           | X     | 1945 a 1949              | Tiradentes       |
| 6  | Lucilda Hilda Thiesen (Winck)        | 08/11/1940         |           | X     | 1948 a 1951              | Tiradentes       |
| 7  | João Honório Bernardes               | 21/09/1941         |           | X     | 1948 a 1952              | Bento Gonçalves  |
| 8  | Tomaz Osvaldo Thiesen                | 07/03/1949         |           | X     | 1949 a 1952              | Tiradentes       |
| 9  | José Erci dos Reis                   | 10/07/1945         |           | X     | 1952                     | Bento Gonçalves  |
| 10 | Helenita Pacheco de Mello (dos Reis) | 19/02/1948         |           | X     | 1953                     | Bento Gonçalves  |

Fonte: Souza (2015, p. 39).

Nesse trabalho, enfatizou-se a discussão do uso das memórias oral e escrita como possibilidade investigativa para estudo da história da educação no meio rural, tendo

<sup>9</sup> A autora sugere que os arquivistas e os historiadores da educação elaborem planos destinados à criação e preservação destes arquivos institucionais, pois a relevância do espaço, destinado ao arquivo, na instituição, e a ampliação do conhecimento sobre o mesmo permite o conhecimento de culturas e práticas escolares e que preservam uma memória histórica e social.

<sup>10</sup> As entrevistas foram realizadas pelo pesquisador e encontram-se em seu acervo pessoal.

como pressupostos as fontes: documento/monumento, como discutem Certeau (2011), por exemplo. Além disso, as memórias permitiram conhecer e compreender como as práticas e as Culturas escolares foram se constituindo no interior das escolas nessa localidade (SOUZA, 2015).

E Belusso (2016) optou por iniciar uma entrevista piloto com sua avó materna (Lila Lourdes Muller) para, a seguir, buscar outros alunos da instituição, o que foi ocorrendo por indicação de pessoas conhecidas. Destaca-se, dentre as entrevistas realizadas, a que foi feita com a professora Mafalda, que partiu da indicação de uma religiosa da congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas. Assim, ele me permitiu entrevistá-la e indicou outra professora. Situação que só foi possível após seis meses de diversas idas e vindas ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Esse movimento permite refletir o quanto é lento o trabalho do pesquisador até que seja possível localizar e/ou ganhar confiança dos sujeitos que possam contribuir com a problemática de pesquisa, em especial em recortes temporais que contemplem o início do século XX. Nesse caso, referiam-se a sujeitos que tivessem participado enquanto alunos, professoras ou diretoras do cotidiano escolar de 1922 até 1954. Os entrevistados de Belusso (2016) são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 2 - Entrevistados da pesquisa<sup>11</sup>

| Entrevistado (a)       | Data de nascimento | Lugar social no Colégio  | Período                                 |
|------------------------|--------------------|--|---|
| Lila Lourdes Muller    | 1934               | Aluna do primário  | Década de 40                            |
| Raul Pedro Tartarotti  | 1930               | Aluno Jardim de Infância e Primário  | Década de 30 e 40                       |
| Dino José Dorigon      | 1929               | Aluno do primário  | Década de 30 e 40                       |
| Odete Rasera           | 1937               | Aluna do primário  | Década de 40                            |
| AliceT. Noro           | 1944               | Aluna do primário e ginásial   | Década de 50                            |
| Rosalina Seganfredo    | 1930               | Professora Jardim de Infância  | 1954 - 1956                             |
| Ir. Mafalda Seganfredo | 1928               | Professora primário e ginásial (Francês/História e Educação Física)<br>Aluna do curso ginásial<br>Diretora | 1951 - 1962<br><br>Década de 50<br>1975 |

Fonte: Belusso (2016, p. 23).

Foi a opção metodológica em utilizar a História Oral que oportunizou o acesso aos acervos pessoais de Raul Pedro Tartarotti, Dino José Dorigon e Odete Rasera, os quais

<sup>11</sup> As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora e encontram-se em seu acervo pessoal.

agregaram potencialidade analítica a narrativa histórica. Nesse sentido, em ambas pesquisas o acesso a diferentes acervos possibilitou cotejar fontes documentais produzidas com diferentes intencionalidades e que puderam ampliar o espectro interpretativo dos autores que compreenderam elementos relacionados as práticas escolares, a arquitetura escolar, os saberes privilegiados e a cultura material escolar.

Também foram utilizadas como fontes documentais os fragmentos de jornais, no sentido que atenta Pimentel (2001), ponderando análises presentistas, evitando um lado a ratificação do passado e de outro a glorificação do presente. A escolha por cruzar fontes, de diferentes naturezas, para auxiliar a validar “[...] os fatos narrados [...] me deu o sentido do grau no qual a experiência pessoal refletia as coletivas” (ERRANTE, 2000, p. 147). Souza (2015) utilizou-se do Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, ao acessar o Correio de São Leopoldo, edições da década de 1930; do Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo, O 5 de Abril, década de 1930 a 1950; a Gazeta de Novo Hamburgo, da década de 1940; e *Hamburgerber*, década de 1980. Belusso (2016), por sua vez, utilizou os Jornais gaúchos: A Federação, A Época e O Momento acessados no Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A utilização de fontes documentais da imprensa, do tipo jornalístico, é uma fonte de informação histórica que exige do pesquisador distinguir entre aquilo que é significativo para compreender o objeto e discernir do que é “fortuito e casual” (ELMIR, 1995). Nas investigações contemporâneas, que utilizam narrativas jornalísticas, há o perigo em centralizar a atenção excessiva nos textos e desconsiderar o quadro político, social e cultural de sua emergência. Nesse sentido, é preciso estar atento para “[...] a constância da ideia encontrada [...] em que o pesquisador possa ter acesso a uma série de discursos que é a condição do estabelecimento da regularidade, [...] ou, ao contrário da inconstância” (ELMIR, 1995, p. 23). Tudo isso inserido em um contexto elaborado pelo pesquisador, pois um enunciado, tomado isoladamente, pode comprometer toda uma investigação.

A partir da análise documental, buscou-se identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída a partir da triangulação empírica, entrecruzando, constatando e/ou complementando aspectos que emergiram na construção dos documentos orais. A triangulação permite construir contextos de práticas utilizando-se dos documentos orais, das imagens

como documento, bem como os documentos oficiais. Essa estratégia empírica possibilitou que esses três instrumentos dialogassem frente às questões elaboradas pelo pesquisador. A utilização de informações, de diferentes naturezas (documentos orais, escritos e iconográficos), permitiu evitar ameaças à validade interna inerente à forma como os documentos foram construídos (CALADO; FERREIRA, 2005).

O cruzamento que se estabelece, entre os dados obtidos através da análise dos documentos de um arquivo, permite realizar correlações estreitas entre as diversas informações, revelando um elevado índice de coerência e lógica internas para a compreensão da organização e funcionamento da instituição escolar que os produziu (MOGARRO, 2005). O documento só existe, portanto, por intervenção do historiador, pela prática de reinseri-lo em seu contexto, funcionando como coisa socialmente viva. Para Rede (2012) esse processo se aplica a qualquer suporte de informação, material ou textual, oral ou iconográfico, embora nem sempre isso fique claro no trabalho historiográfico.

Quanto à utilização de imagens como documentos, na investigação, elas receberam tratamento teórico/prático sustentando-se na compreensão que atenta Chartier (2002) em que os registros se cruzam, se ligam, mas jamais se confundem. “A imagem é simultaneamente a instrumentalização da força, o meio da potência e sua fundação em poder” (CHARTIER, 2002, p. 165). As imagens, aqui utilizadas, foram no sentido de reconstrução cultural de um determinado contexto que é suporte indispensável na sua interpretação, relacionando-se, no campo da memória, por vezes, como indutor da mesma; por vezes, como ilustração do fato relatado. Estas imagens servem de elementos constitutivos da rememoração como dispositivos da memória, bem como representam uma memória selecionada.

### **Um modo de conhecer as culturas e práticas de escolarização: um olhar para a escola primária**

Apresentamos a seguir, de forma muito breve, alguns dos resultados de pesquisa dos autores (SOUZA, 2015; BELUSSO, 2016) para incitar possibilidades de análise. Souza (2015) compreendeu que o processo e a forma de organização escolar, em especial o tipo de escola instituída em Lomba Grande, relaciona-se a presença dos imigrantes europeus, desde o século XIX, neste lugar. O desenvolvimento da escolarização nestas escolas,



associa-se a elaboração de uma tradução cultural, que levou em conta na sua constituição, práticas conhecidas e construídas, bem como reconheceu ações particulares, comunitárias e das políticas desenvolvidas em prol da escolarização.

Com o advento da República, no Rio Grande do Sul os pressupostos da modernização pedagógica se percebem no processo de institucionalização dos Colégios Elementares em substituição a estrutura do ensino que predominava nesse estado, a evidência das aulas de ler, escrever e contar. Porém, como argumenta Nunes (2010), o processo de escolarização que envolveu tornou-se moderno e constituiu um problema de convivência com a contradição, pois consistia em entrecruzar a moderna pedagogia ao tradicional método do “ramerrão”. A escola pública consolidada até a década de 1930 apresentava resquícios do moderno e, ao mesmo tempo, ajudando a construí-lo, necessitou de exemplos de virtudes privados e públicos (NUNES, 2010).

De acordo com Souza (2015), entre 1940 e 1952, havia oito Escolas Públicas municipais em Lomba Grande, além das Escolas Isoladas estaduais, das Aulas Reunidas que, posteriormente, originaram o Grupo Escolar. É importante destacar que a institucionalização escolar, no interior das localidades, foi morosamente implantada, porém, nas regiões em que já haviam “Aulas” desde o século XIX, sob a forma de subvenção e/ou Aula Pública efetiva, favoreceu para que as instituições investigadas se consolidassem e obtivessem uma trajetória institucional contínua.

As duas instituições aqui estudadas representam uma ligação histórica com duas famílias de Lomba Grande. A Bento Gonçalves, na localidade do Taimbé, associa-se aos Plentz. E quanto à Tiradentes, associa-se à família Scherer. Na localidade de Taimbé, situa-se a EMEF Bento Gonçalves. As aulas (turmas) dessa escola iniciaram de forma domiciliar em 5 de março de 1884, em residência particular. A escola funcionou na residência da Professora Maria Marques Petry e, durante muitos anos, na da família da Professora Maria Moehlecke. Desse modo, a instituição funcionou em diferentes residências no início do século XX.

Na localidade de Morro dos Bois está situada a EMEF Tiradentes, que foi fundada em 1º de setembro de 1933, pela Professora Maria Hilda, esposa de Carlos Arthur Scherer, agricultor e comerciante de um armazém de secos e molhados na localidade. A escola funcionou em uma “peça” (cômodo) da casa da família Scherer até 1976. A título de exemplo, a partir das análises com foco nas culturas escolares, aponta-se que as aulas

seguiam um ritual, que geralmente incluía a oração, as lições, os temas e a realização de atividades, como se observa no quadro 3 abaixo. A proposta para um dia de aula:

Quadro 3 - Um dia de aula (1940 a 1952)

| Estrutura de um dia de aula |  |
|-----------------------------|--|
| 1º                          | Oração (Pai Nosso, Ave-Maria, Santo Anjo)  |
| 2º                          | Chamada  |
| 3º                          | Lição no quadro Português, matemática, história, geografia e ciências                                |
| 4º                          | Ditados  |
| 5º                          | Oração para recreio (merenda/lanche)   |
| 6º                          | Outras lições sobre as matérias Português, matemática, história, geografia e ciências (tema de casa) |
| 7º                          | Oração de despedida  |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A prática da oração<sup>12</sup>, realizada em diferentes momentos do turno de aula, reforça o aspecto da associação da escola como ambiente que promove a fé cristã. Tudo indica que os professores de Escolas Isoladas cumpriam bem o papel de inscreverem a orientação cristã católica como religião “oficial do Estado”, o que fica evidente nesse outro relato:

A primeira coisa que eu fazia - Posso ser franca! Dava bom dia pros alunos. Rezava um Pai Nosso e uma Ave-maria - não sei se o senhor é católico -. Pois é, rezava um Pai Nosso e uma Ave-Maria e aí começava a aula. Cada um sentava na sua classe e eu dava a lição. Tinha meia hora de recreio. Dava duas horas de aula, porque era quatro horas de aula. Aí dava o recreio e daí continuava depois (MARIA LORENA PIRES, 2014).

Rezar era uma prática utilizada no início e término das aulas, bem como antes da realização do lanche. As orações escolhidas pelos professores e as lembradas pelos alunos consistiam no “Pai Nosso”, na “Ave-Maria” e no “Santo Anjo do Senhor”. Alguns alunos, como Lúcia (2014), se recordam de testes de leituras que também traziam os motivos religiosos como temática para memorização e recitação.

Para Fischer (2005) muito mais do que transmitir os tradicionais saberes, a professora primária era um “ser quase divino”, que assumia o compromisso e missão da

<sup>12</sup> De acordo com Cunha (2013) as práticas litúrgicas e icônicas pretendiam disseminar a ideia e o espírito de justiça, caridade para com os pobres, uma forma de fabricar sujeitos embebidos de valores católicos. A ênfase dada pelos professores dos bons comportamentos também formariam espiritualmente os alunos. Boto (2014) acrescenta que a escola foi utilizada pelo Estado e pela Igreja para desenvolver um “controle de conduta”, modos de se portar, responder e agir em sociedade, e que passou a ser instilado no indivíduo desde os seus primeiros anos.

transcendência como propagadora de verdades relacionadas à moral e aos bons costumes, identificadas, muitas vezes, como o evangelho. O caráter e a moral, que estavam associados a estas professoras, imprimiam maior valor e responsabilidade pelo ensinar e contribuir para a providência divina. José (2014) recorda que os alunos também rezavam em fila, quando chegavam e quando se despediam da professora: “quando chegava e quando saía a gente tinha que fazer uma fila pra gente rezar [...]. Tinha o recreio, acho que antes de ir brincar também a gente rezava [...]” (JOSÉ DOS REIS ERCI, 2014).

O tempo do planejamento das aulas e das atividades incluía oração e chamada. Maria Lorena Pires (2014), uma das professoras, explica que elas preparavam a aula a partir dos livros que haviam estudado, dos livros que haviam na escola, que eram poucos, e principalmente pela experiência do seu tempo de aluna. “Eu chegava em casa e já preparava um pouco, porque eram quatro classes e já preparava as matérias, ou de noite eu preparava pras quatro classes [...]” (MARIA LORENA PIRES, 2014).

Ainda sobre o planejamento para as aulas, a professora Lúcia Plentz (2014) recorda que construía seu plano com atividades muito simples, para os alunos do primeiro ano, a partir dos seus livros da época de aluna. Após a preparação, ela mostrava para professora Maria do Carmo Schaab que orientava se alguma atividade não estava adequada.

Ela, a Maria do Carmo, com ela que eu aprendi. E depois com os cursos de aperfeiçoamento a gente aprendeu muito [...] Olha, eu acho que eu mostrava pra Maria do Carmo. Ela era formada. Ela se formou em Canoas. Ela então, dizia, isso tu pode botar. E aí eu ia fazendo. E depois, com o tempo veio os livros. E a gente fez curso de aperfeiçoamento. Aí deu pra fazer os planos [...] Porque o meu estudo não era muito (LÚCIA PLENTZ, 2014).

As atividades da aula incluía a chamada que era feita pela professora. João Horário Bernardes (2013) lembra que a professora Mariquinha já conhecia todo mundo e costumava não fazer a chamada. E Clari Winck (2013) recorda que a professora Maria Hilda sentava e abria um livro grande – livro de frequência, “[...] e chamava um por um. Quem tava era o presente e senão era o ausente”. O dia de aula seguia com a realização

das lições e atividades. Após a oração, a professora passava lições no quadro-negro para os três primeiros anos e entregava as lições marcadas nos livros para os demais alunos.

Sobre a prática de correção de atividades, Maria do Carmo Schaab (2013) explica que a correção do tema de casa era feita em dois ou três momentos, pois eram muitos alunos e, às vezes, só conseguia corrigir de alguns, deixando o tema dos demais para a aula do dia seguinte. Ainda, ela recorda que houve uma época em que foi preciso dividir o grupo de alunos em dois turnos. Além disso, os alunos maiores, que se destacavam nos estudos, quando concluíam atividade prevista para aquele dia, costumavam auxiliar as professoras, ajudando no processo de aquisição da escrita. Como relembram, orgulhosos, João Horário Bernardes (2013), Helenita dos Reis (2014) e Tomaz Osvaldo Thiesen (2014) que reiteram ter ajudado seus colegas a desenhar as letras, “[...] a segurar o lápis [...] mas ele não aprendia”.

Já o Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi criado a partir do pedido da comunidade, no ano de 1917, em Farroupilha. A Instituição privada e confessional foi aberta pelas Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas para atender meninos e meninas no ensino primário. Reflexo da entrada, desde o final do século XIX, de diversas congregações religiosas no Rio Grande do Sul que abriram escolas com o intuito de garantir a oferta do ensino privado e também do ensino religioso (GIOLO, 2009). O Colégio Nossa Senhora de Lourdes é uma dentre as várias instituições escolares das Irmãs Scalabrinianas no Rio Grande do Sul.

Ao analisar os sujeitos escolares, pode-se afirmar que algumas famílias tinham mais de um filho matriculado no mesmo período, que a presença feminina entre os alunos era maioria e que a desistência (evasão) e/ou infrequência fizeram parte do cotidiano escolar dos discentes. Quanto às questões culturais, é possível afirmar que os alunos da Região de Colonização Italiana falavam o dialeto, traziam consigo as brincadeiras e histórias aprendidas em casa e que tais aspectos culturais fizeram parte das culturas escolares da instituição. Com relação ao corpo docente, destacam-se dois aspectos: primeiro, a formação religiosa, e a seguir, a formação profissional. O corpo docente do Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi predominantemente composto por professoras-religiosas, membros da congregação, com raras exceções identificadas, como o padre e o militar que ministravam as aulas de educação física. A formação inicial era religiosa, marcada pelo aspecto vocacional e disciplinar. As moças que faziam a opção

pela vida religiosa teriam, como uma das possíveis missões, ser professora e as decisões eram de instância superior, conforme as necessidades da congregação. Portanto, o ser professora no Colégio Nossa Senhora de Lourdes é caracterizado por singularidades, como assumir a docência enquanto missão e viver, no local do trabalho, com outras irmãs de sua comunidade religiosa.

Quanto à formação profissional das irmãs que eram professoras na instituição, os indícios apontam que houve preocupação da congregação com relação a esse fato ao oportunizar a elas diferentes formas de profissionalização, em especial a partir da década de 30, como a formação de professora normalista e complementarista, cursos de formação específica como música, dentre outros.

Sobre as diretoras, as representações possíveis de serem acessadas permitem compreender tal posição como a mais alta da hierarquia existente naquela instituição escolar. Sua função era disciplinadora, fiscalizadora e organizadora do cotidiano escolar. Além disso, cabia a elas serem as articuladoras entre as necessidades da escola e o apoio da comunidade, relação existente não só com a comunidade local, mas também com a congregação.

Ao deparar-se com o arquivo escolar, escolhas foram necessárias e optou-se por organizar as práticas escolares, no ensino primário, pelas questões às quais mais se evidenciavam a partir das memórias dos entrevistados e dos documentos do arquivo escolar. Assim, compreendemos as práticas de leitura e escrita como pontos-chaves no Ensino Primário na instituição escolar pesquisada, enquanto atividades norteadoras para o ensino dos demais saberes. Pode-se perceber, no ensino de diferentes saberes, a utilização de produções de desenhos, frases, redações, poesias, ditados, cópias, leituras e declamações, seja no cotidiano da sala de aula, nas lições de casa ou nas comemorações escolares.

Ainda é preciso pontuar que as práticas de leitura e escrita, no período analisado, foram hibridizadas pelas discussões em torno das ideias escolanovistas, sejam elas as discussões acerca da forma mais adequada de ler (silenciosa ou oral), da caligrafia mais indicada e das leituras “não perigosas” que deveriam ser oportunizadas para os alunos. Havia os programas mínimos que orientavam sobre o que deveria ser ensinado nas escolas primárias do Estado, sem desconsiderar o currículo centrado na moralidade, civismo, religiosidade, higiene, economia, ordem e devoção da natureza (PERES, 2000).

Esses programas, ao serem apropriados pelos sujeitos escolares, geraram práticas escolares, e essas são criadoras e permeadas por questões culturais e étnicas, próprias daquele local e região.

Nessa perspectiva, é possível sustentar, a partir da investigação realizada e do indício de subvenção do governo italiano, em 1926, que o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, nos primeiros anos de atuação, possivelmente, ensinava em italiano. Com a intensificação do processo de nacionalização e da progressiva organização do sistema de ensino, a escola foi adequando-se às exigências de ensinar a língua pátria, o português. Situação que gerou práticas criadoras na instituição para atender as exigências curriculares, mas os alunos, estando a escola localizada na Região Colonial Italiana, traziam consigo tais questões, por exemplo, a fala dialetal. No cotidiano do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, na década de 50, do século XX, a presença dessa fala dialetal gerou práticas escolares singulares para reforçar o efetivo ensino do português como recorda a professora Mafalda:

Era um tempo que era muito vigiado para que aprendessem aprender em português, porque eram todos da colônia. Então até um ano, eu me lembro de um ano que a diretora daquele tempo, então ela disse: Nós precisamos para puxar forte para esses alunos que falem português e aprendam a escrever em português. Nós tivemos que fazer uma classe separada para puxar mais aqueles alunos que vinham da colônia e falavam em dialeto. Falavam muito mal em português (MAFALDA SEGANFREDO, 2015).

As memórias da professora trazem indícios da preocupação institucional em atender as exigências legais, e, por isso, criaram estratégias necessárias para efetivar o ensino da língua pátria.

Alguns elementos da cultura material puderam ser identificados, tais como a ardósia, o mata borrão, a caneta tinteiro, os cadernos, o lápis de escrever e de cor, as borrachas, os livros, todos utilizados por professores e alunos. Ao docente se destacam as representações acerca do quadro negro como forma de organizador as tarefas escritas. Para desenvolver o ensino dos conceitos matemáticos, a escrita, aliada à memorização, os cálculos e as formas geométricas foram elementos evocados pelos entrevistados de forma breve.

Outro aspecto elencado foi a ordem e disciplina como condutores das formas de organizar os tempos, os espaços e as práticas escolares da instituição. Esses elementos foram reiterados em cada entrevista efetuada com os ex-alunos e ex-professoras, podendo serem considerados características desta instituição de ensino juntamente aos valores permeados pela religião católica e pela exaltação à Pátria. A disciplina perpassa a cobrança de questões como a pontualidade, o uso do uniforme escolar, o comportamento dentro e fora da instituição escolar, os corpos disciplinados, os momentos de oração. Foram evocados esses valores de maneira positiva pelos entrevistados e foram associados por eles como questões necessárias para se obter um ensino de qualidade. Além das orações, os cantos foram uma prática recorrente, tanto nas comemorações quanto nas festividades cívicas, nas atividades religiosas e como forma de ensinar saberes. Nessa direção, a de disciplinar os corpos, as atividades físicas e os desfiles cívicos também fizeram parte substancial nas práticas escolares. No entanto, foi possível perceber táticas que burlam, em pequenos momentos, a disciplina ou a tornam mais tênue, pois reafirma-se que as práticas são criadoras de usos e representações.

As práticas escolares voltaram-se também no sentido de avaliar e quantificar a aprendizagem escolar. A partir de um caderno de sabatinas, dos livros de atas dos exames finais, de boletins e de fotografias, é possível deduzir que as práticas escolares acerca das avaliações foram inicialmente ocasiões festivas, com a presença de autoridades. Com o passar do tempo, entretanto, esses eventos festivos se reduziram ao dia dos exames e, posteriormente, apenas na conclusão do Ensino Primário, com a solenidade de entrega de diplomas. Já os livros de escrituração escolar, apontam para uma crescente organização da documentação escolar, em especial a partir da década de 40, do século XX. As já citadas solenidades de conclusão do Ensino Primário fizeram parte do processo histórico do CNSL, no entanto, no período da pesquisa, não foi possível identificar quando iniciaram, mas os indícios apontam que, a partir da implementação do curso ginásial em 1954, não foram mais realizadas. Foi um dos momentos mais fotografados, ao lado dos desfiles cívicos e dos espaços físicos da instituição.

## **Considerações Finais**

Conforme a tipologia da instituição pesquisada, privada, confessional ou pública municipal, como aqui apresentadas, será preciso buscar além do acervo escolar, outros

acervos, sejam eles já organizados ou não. Admitindo que as visitas a diferentes espaços poderão não se referir especificamente ao processo histórico da instituição escolar pesquisada e sim ao seu contexto. Compreender e contextualizar a cidade, o município, a comunidade, a vila ou o bairro onde a instituição tem condições de emergir também é tarefa do historiador da educação que pode fazê-lo utilizando de estudos de outros pesquisadores, escritas de memorialistas, mas consideramos interessante, na medida do possível, o acesso a acervos que possam oportunizar uma análise do pesquisador.

A possibilidade de fontes documentais e acervos para as instituições escolares, na perspectiva da História Cultural, ampliam o leque de opções do pesquisador a partir da problemática de pesquisa. No entanto, o acesso com as fontes não isenta o investigador de uma adequada e comprometida análise teórica e metodológica, o que pode constituir uma possibilidade analítica ter acesso a diferentes fontes e acervos. Nas pesquisas apresentadas, seja com relação a Lomba Grande ou com as Escola Públicas isoladas, ou seja, com relação a Farroupilha e ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, as instituições estiveram imbricadas à forma como a comunidade se organizou para ter escolas, para difundir e preservar hábitos e costumes. Instituições que se estabeleceram em locais diferentes do Rio Grande do Sul, com suas particularidades, no entanto, aproximam-se em alguns aspectos a partir da análise das culturas escolares tais como a propagação de valores religiosos.

## Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanesi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202.

BELUSSO, Gisele. *Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: História de sujeitos e práticas (1922 – 1954)*. 2016. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação, 2016.

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. *História da Educação*, ASPHE/UFRGS, Porto Alegre/RS, v. 18, n. 43, p. 183-201, set./dez. 2014. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/45765>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. 2005. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Texto distribuído na disciplina Metodologia da Investigação I, no PPG da Educação – UNISINOS, no 2º semestre de 2010.



CATANI, Denice Barbara Catani ; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, jan./fev./mar./abr. 2002 Nº 19. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a09.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, Revisão técnica de Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CUNHA, Maria Teresa Santos Cunha. Folhas voláteis, papéis manuscritos: o pelotão de saúde no jornal infantil Pétalas (Colégio Coração de Jesus - Florianópolis/SC, 1945-1952). *História da Educação*, ASPHE/UFRGS, Porto Alegre, v. 17, n.40, p. 251-266, maio/ago.2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n40/v17n40a12.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2014.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: LEAL, Elizabete et al. (Org.). O uso das fontes: a bibliografia acadêmica, o jornal e o documento oficial na pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, dez. 1995.

ERRANTE, Antoniette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. *História da educação*, ASPHE/Fa/UFPel, Pelotas: ASPHE, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30143/0>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ESQUISANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. *Educação UNISINOS*, São Leopoldo, n. 11, v. 2, p. 103-110, maio/ago. 2007

FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2009.

FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt. A professora primária nos impressos pedagógicos (de 1950 a 1970). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *História e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2: século XIX, p. 324-335.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. Currículos, práticas e cotidiano escolar: a importância dos arquivos escolares para a produção de conhecimento em história da educação. *História da educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31, p. 155-191, maio/ago 2010. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

GATTI JÚNIOR, Décio. Reflexões teórico-metodológicas sobre a pesquisa histórico educacional no campo das instituições educacionais. In: LOPES, A. A. B. de M.;

GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L.M.de; XAVIER, M.do C. (Org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 527- 531.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. História e historiografia das instituições escolares: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos. In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (Org.). *Instituições, histórias e culturas escolares*. Caxias do Sul: Educus, 2018. p. 23 - 54.

GILOLO, Jaime. Estado & Igreja na implantação da República gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo. *Periódicos dos programas de pós-graduação em Educação da UCDB*, n. 27, p. 243-256, jan./jun. 2009. Disponível em:< <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/214>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

GONÇALVES NETO, WENCESLAU. Prefácio. In: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (Org.). *Instituições, histórias e culturas escolares*. Caxias do Sul: Educus, 2018. p. 11 - 17.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (Org.). *Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: Memórias e cultura escolar – Séculos XIX e XX*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução de Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.1, p.9-44, jan./jun. 2001. Disponível em:<<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LUCHESE, Terciane Ângela (Org.). *Escolarização, culturas e instituições: escolas étnicas em terras brasileiras*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2018.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. *Pro-posições*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 103-116, jan./abr. 2005.

MORAES, José Geraldo Vinci de; GAMBETA, Wilson. Michel de Certeau: pensador das diferenças. In: REGO, Teresa Cristina et al. (Org.). *Memória, história e escolarização*. Petropolis, RJ: Vozes, São Paulo, SP: *Revista Educação*; Editora Segmento, 2011. p.157-182. (Coleção Pedagogia Contemporânea).

NUNES, Clarice. (Des) Encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 371-398.

PERES, Eliane Terezinha Peres. *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir a escola da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha*

(1909 – 1959). 2000. 494 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2000.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 131-150.

SOUZA, José Edimar de. *As escolas isoladas: práticas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952)*. 2015. 292 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica: Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995. Disponível em: <[http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0\\_06\\_ANTONIO%20VINA0\\_FRAGO.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf)>. Acesso em: 9 mar. 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: Propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.p.62-136.

## ENTREVISTAS

PLENTZ, Lúcia. *Entrevista oral sobre a trajetória docente em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 5 fev. 2014. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

BERNARDES, João Horácio. *Entrevista oral sobre a experiência de ser aluno em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 3 dez. 2013. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

SCHAAB, Maria do Carmo. *Entrevista oral sobre a trajetória docente em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 21 nov. 2013. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

PIRES, Maria Lorena. *Entrevista oral sobre a trajetória docente em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 10 fev. 2014. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

SCHERER, Sérgio José. *Entrevista oral sobre a trajetória docente em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 10 fev. 2014. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

THIESEN, Lucilda Hilda. *Entrevista oral sobre a experiência de ser aluno em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 11 fev. 2014. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

THIESEN, Thomaz Osvaldo. *Entrevista oral sobre a experiência de ser aluno em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 11 fev. 2014. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

REIS, Helenita dos. *Entrevista oral sobre a experiência de ser aluno em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 6 fev. 2014. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

REIS, José Erci dos. *Entrevista oral sobre a experiência de ser aluno em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 6 fev. 2014. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

SEGANFREDO, Mafalda. *Entrevista oral sobre o processo histórico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*. Entrevista concedida a Gisele Belusso. Farroupilha, 4 ago. 2015.

WINCK, Clari. *Entrevista oral sobre a experiência de ser aluno em classes multisseriadas em Lomba Grande*. Novo Hamburgo, 13 set. 2013. Entrevista concedida a José Edimar de Souza.

Enviado em: 10.04.2019

Aceito em: 24.06.2019

**UM LUGAR PARA GUARDAR MEMÓRIAS DA UFRGS: O ARQUIVO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO (2010)****A PLACE FOR KEEPING MEMORIES OF UFRGS : THE ARCHIVE OF THE FACULTY OF EDUCATION**Lucas Costa Grimaldi<sup>1</sup>Dóris Bittencourt Almeida<sup>2</sup>

**Resumo :** O presente estudo analisa a constituição do arquivo da Faculdade de Educação da UFRGS, inaugurado no ano de 2010, a partir de ações que visavam a salvaguarda de inúmeros documentos que representam o passado da Faculdade e do Colégio. Afirma-se como lugar para socialização de memórias que podem fomentar a pesquisa acadêmica e a consequente produção de versões da história dessas importantes instituições de formação docente e de educação básica. A organização deste lugar de memória se inscreve epistemologicamente no campo da História da Educação, sendo esta um componente fundamental da história das práticas culturais, em suas interfaces com a História das Instituições Educativas. Dentre a documentação salvaguardada destacam-se os arquivos pessoais e o arquivo de memória oral.

**Palavras-chave:** Arquivo Escolar; História da Educação; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Abstract:** The present study analyzes the constitution of the archive of the School of Education of UFRGS. Inaugurated in 2010, based on actions aimed at safeguarding numerous documents that represent the past of the Faculty and College. It is affirmed as a place for the socialization of memories that can foster academic research and the consequent production of versions of the history of these important institutions of teacher education and basic education. The organization of this place of memory is inscribed epistemologically in the field of History of Education, being this a fundamental component of the history of cultural practices, in its interfaces with the History of Educational Institutions. Among the documents saved, personal files and the oral memory file stand out.

**Keywords:** School Archive; History of Education; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

“O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos, saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece (...)” (FARGE, 2009, p. 25)

“No arquivo os rastros foram conservados por uma instituição

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação no PPGEdu-UFRGS. E-mail: [lucascgrimaldi@gmail.com](mailto:lucascgrimaldi@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu-UFRGS) – Faculdade de Educação – UFRGS. E-mail: [almeida.doris@gmail.com](mailto:almeida.doris@gmail.com)

com o fim de serem consultados por quem esteja habilitado a isto [...]. Armado de perguntas, o historiador se engaja numa investigação dos arquivos” (RICOEUR, 2007, p.188).

A História da Educação no Brasil ainda é marcada por muitos silêncios, entre eles estudos sobre memórias das instituições educativas. Ainda é comum que o passado desses lugares seja pouco conhecido por suas comunidades, o descaso com a memória produz esquecimentos, desse modo, um mutismo em relação ao tempo pretérito parece impor-se nas relações firmadas entre os sujeitos e as instituições que habitam.

Tomamos de empréstimo as palavras de Farge e de Ricoeur para iniciar este texto que discute os significados da produção de um Arquivo de Memórias de uma instituição de formação docente, a Faculdade de Educação (FACED/UFRGS)<sup>3</sup>, que também abriga documentos do Colégio de Aplicação da Universidade (CAp/UFRGS), tendo em vista as aproximações de ambas as instituições durante muitos anos<sup>4</sup>. Em uma sala do prédio da FACED, de número 610, construímos um espaço que, por meio da salvaguarda de inúmeros documentos que representam o passado da Faculdade e do Colégio, afirma-se como lugar para socialização de memórias que podem fomentar a pesquisa acadêmica e a consequente produção de versões da história dessas importantes instituições de formação docente e de educação básica. Para além das memórias da faculdade, a constituição de um arquivo que também possui memórias da UFRGS se insere no contexto da criação de outros arquivos que têm por iniciativa socializar e valorizar o patrimônio educativo da universidade<sup>5</sup>. Houveram algumas ações pontuais, por parte da reitoria, na década de 1970, para preservação dos documentos da universidade, porém não foram levadas adiante, o que culminou na formação de centros de documentações específicos de cada unidade acadêmica.

---

3 A documentação salvaguardada, em sua maioria, provém das atividades administrativas da Faculdade de Educação. Destacamos os documentos dos Departamentos (Departamento de Estudos Básicos, Departamento de Ensino e Currículo e Departamento de Estudos Especializados), do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Direção, das Comissões de Pesquisa e dos inúmeros projetos de extensão realizados na instituição.

4 O Colégio de Aplicação foi inaugurado em 1954, idealizado pela professora Graciema Pacheco, cátedra da disciplina de Didática da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Suas atividades foram realizadas em diversos espaços da universidade sendo que, no final da década de 1960, o colégio passa a dividir espaço com a recém-criada Faculdade de Educação. Sobre a história da instituição, ver Lima (2016).

5 Nos últimos anos, nota-se a criação de vários departamentos dentro da universidade com a intenção de salvaguardar a documentação histórica, produzir entrevistas e recolher arquivos pessoais. Como exemplo dos novos espaços criados, pode-se destacar o Centro de Memória do Esporte (CEME-UFRGS), Museu da UFRGS, Arquivo do Instituto de Artes e outros.

A organização do Arquivo se inscreve epistemologicamente no campo da História da Educação, sendo esta um componente fundamental da história das práticas culturais, em suas interfaces com a História das Instituições Educativas. Também partilha dos postulados teóricos da História Cultural<sup>6</sup>, corrente historiográfica que se distancia de concepções historicistas, valoriza os sujeitos em uma perspectiva que os coloca como partícipes e fazedores da História de seu tempo e promove a exploração de experiências de mulheres e de homens, por vezes esquecidos pela historiografia. Entendendo a FACED como “lugar memorável” (RICOEUR, 2007), como “esteio de identidades sociais” (DELGADO, 2010), desenvolveu-se o projeto de pesquisa intitulado “Memórias e Histórias da FACED”<sup>7</sup>, que busca, notadamente, por meio de documentos orais e de arquivos pessoais, produzir testemunhos históricos acerca dessa instituição.

Há muitos anos, o prédio da Faculdade de Educação mantém-se como uma espécie de ícone, destacando-se por sua arquitetura modernista, arrojada para os anos 1960<sup>8</sup>, em meio ao Campus Central da UFRGS. Ao longo de décadas, uma grande quantidade de pessoas têm circulado por esse espaço, sendo, para uns, lugar de trabalho e, para outros, local de estudo. Professores, estudantes, funcionários percorrem todos os dias seus dez andares, sozinhos ou em grupos, cada qual com uma intenção, muitos deles com pressa, urgência em seus afazeres cotidianos. Nos arriscamos a dizer que talvez pouco conheçam sobre sua história.

Neste sentido, cabe lembrar que o Curso de Pedagogia foi criado em 1942, na época Faculdade de Educação Ciências e Letras da Universidade de Porto Alegre. Em 1947, a Universidade de Porto Alegre se transformou em Universidade do Rio Grande do Sul, em 1950 passou a fazer parte do sistema federal e em 1970 assumiu a sigla UFRGS, mesmo ano de fundação da Faculdade de Educação. Portanto, as memórias materiais do que hoje se chama Faculdade de Educação, embora muito tenha se perdido, remontam a outros espaços e temporalidades, remontam a um tempo em que nem mesmo a

---

6 Nóvoa (2005) atribui importância à produção de um outro conhecimento histórico no domínio educativo, que não se limite a uma história meramente institucional, cronológica, estática e unidimensional, por não apreender a complexidade do mundo social e educativo. A História Cultural rejeita uma História da Educação apenas centrada nos fatos tidos como notáveis, que desconsidera a atuação dos diferentes atores sociais.

7 Este projeto teve início em 2010 com a organização do acervo documental da FACED e a produção de um acervo de memórias orais, a partir de entrevistas com antigos professores. Estas ações procuram dar visibilidade às diferentes memórias que constituíram a Faculdade de Educação da UFRGS.

8 Sobre o prédio da Faculdade de Educação, ver Grimaldi e Almeida (2018).

Universidade era federalizada.

Ao longo dos anos, a FACED constituiu-se como referência, lugar de discussão e de produção de saberes relacionados à educação. Em 1970, foi criada e instalada a FACED, produto da Reforma Universitária de 1968<sup>9</sup>, oriunda do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia. Em 1971, estruturou-se o Programa de Pós-graduação em Educação, um ano depois, implantou-se o curso de Mestrado com três áreas de concentração: ensino, planejamento educacional e psicologia educacional, reconhecido em 1976, sendo o primeiro a obter reconhecimento do Ministério de Educação e Cultura em todo o Brasil. Logo ampliou-se o programa com o Doutorado em ciências humanas em educação com área de concentração: processo ensino aprendizagem em 1977. No Arquivo, também há documentos referentes ao Programa de Pós-graduação<sup>10</sup>.

O trabalho que desenvolvemos tem se pautado por uma proposta de reorganização e reflexão constante acerca dos sentidos da construção de um Arquivo de Memórias institucional<sup>11</sup>. Ao iniciarmos as atividades, no ano de 2010, encontramos os documentos produzidos pelos diversos setores administrativos da Faculdade e pelo Colégio em uma situação de abandono e nenhum tratamento arquivístico. Em uma espécie de depósito, estavam caixas de papelão com muitos papéis empilhados, dispostas em estantes, umas sobre as outras, sem possibilidade de deslocamento. Percebeu-se logo a urgência de uma ação que preservasse o quase esquecido e em situação de deterioração acervo documental da FACED, testemunho da vida institucional, armazenado em condições adversas, por conta da localização em instalações inadequadas e insalubres que colocavam em risco tanto a existência dos documentos quanto a saúde dos que com eles tinham contato. O descuido com essa memória, incorporada nos suportes antigos, contribuía para o esquecimento do cotidiano vivido

---

9 Sobre a reforma universitária e o contexto da Ditadura Civil-Militar na Faculdade de Educação, ver Almeida; Lima e Silva (2013).

10 Encontra-se salvaguardados as minutas e os esboços para institucionalização do Programa de Pós-Graduação em Educação, além de alguns documentos da primeira equipe coordenadora. Destacamos que guardamos uma pequena parte da documentação, pois grande parte do acervo do PPGedu permanece sob a guarda do pós-graduação.

11 Cotidianamente, realizamos as seguintes atividades no arquivo: Higienização, catalogação e acondicionamento dos documentos; trabalho de análise e identificação da tipologia documental; Recebimento/ organização de Arquivos Pessoais de professores.



por inúmeras pessoas: professores, alunos, diretores, funcionários administrativos, bibliotecários, entre outros<sup>12</sup>.

Mas por que enfrentar o desafio de construir um Arquivo de Memórias institucional? O que nos moveu? Como pesquisadores da História da Educação, nosso olhar estava interessado em preservar documentos que, se examinados, poderiam contar histórias da FAGED. Conforme Arlette Farge (2009), os arquivos são vestígios de lugares singulares e complexos que precisam ser desvendados em sua materialidade como um mar no qual se mergulha e onde o afogamento pode ocorrer. Nestes espaços, podemos “captar as falas” e reconhecer “rostos e sofrimentos, emoções e poderes criados para controlá-los” (p.94). Diana Vidal (2005), com base nas observações de Pierre Nora, destaca os arquivos como lugares de memória, lugares duplos enquanto locais de guarda de seus acervos, mas ao mesmo tempo, “constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e o presente” (VIDAL, 2005, p.19). Lugares que necessitam de tratamento adequado, com organização e descarte entendidos como procedimentos complementares, situados dentro de um processo técnico, no campo da arquivística, que exige, dessa forma, o diálogo entre historiadores e arquivistas.

Entendemos o passado como alteridade, somos sabedores da impossibilidade de restituir o tempo pretérito. Tendo Certeau (1975) como referência, a única certeza que nos acompanha é que “não se poderia reacender o que a vida apagou” (CERTEAU, 1975, p. 35), então o que nos mobilizou a produzir este Arquivo é um desejo de guardar memórias das instituições e de seus sujeitos, “restaurar um esquecimento, e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram (...)” (CERTEAU, 1975, p. 36), conferir movimento a algo que estava parado, em um estado de quietude. Assim, longe de pensar no Arquivo da FAGED como algo *morto*, o que se vê por lá é muita vida, observado no trabalho cotidiano de professores, estudantes do pós- graduação, bolsistas de iniciação científica que se envolvem com tarefas de higienização e catalogação de documentos, produção de entrevistas, recebimento de arquivos pessoais, além das atividades de pesquisa individual que promovem sentido acadêmico às atividades arquivísticas.

Para além dessas questões, cumpre ressaltar as complexas relações temporais

---

12 Além da organização do acervo documental, do recebimento de arquivos pessoais e da criação do arquivo de Memória Oral realizamos ações de socialização da memória desta instituição como exposições no evento UFRGS Portas Abertas, participação na organização dos eventos comemorativos da instituição (Aniversário de 45 anos da FAGED).

que se estabelecem em um Arquivo de Memórias. Lá, conservam-se materialidades do passado que são pensadas no presente, mas visam a perenidade, ou seja, passado, presente e futuro estão entrelaçados nos documentos que acumulam camadas de tempo, como estratos de experiência que permanecem ou se modificam em velocidades próprias. Essas concepções permitem ao pesquisador se perguntar “quanto do passado habita no nosso presente?” (KOSELLECK, 2014). Portanto, é o presente que se constitui em uma espécie de guia e, portanto, conduz nossos gestos de guardar, são as problemáticas colocadas no tempo presente que logo se transformam em passados que direcionam nossas ações e intenções acerca do que guardar, por que guardar, para que guardar, para quem guardar.

E que memórias estão salvaguardadas neste Arquivo? Escolano (2017) explica que todos os elementos que compõem as instituições escolares “falam”, evidenciam valores e transmitem informações acerca da escola, da educação e de suas relações com a sociedade em cada contexto histórico. Para Pierre Nora, “[d]esde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história”. A memória, para o autor, se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (Nora, 1993, p. 9). Viñao-Frago (1995) observa que a cultura escolar refere-se ao conjunto de aspectos institucionalizados ao cotidiano do fazer escolar, aos modos de pensar, aos objetos escolares, a materialidade física, enfim, a cultura escolar é toda a vida escolar. O estudo da cultura material escolar não pode ser entendido como simples reflexo das relações sociais. Por outro lado, os modos de uso dos objetos, sua escolha, a receptividade, ausências e presenças de utensílios, os processos de aquisição e procedência, entre outros, são elementos que participaram ativamente da criação, operação, manutenção e/ou desativação das experiências escolares.

Portanto, no Arquivo de Memórias da FACED nos preocupamos em proteger vestígios da Faculdade e do Colégio, a mirada é para aquilo que, por diferentes motivos, sobreviveu ao tempo, considerados por Escolano (2017) “os lixos da escola”, materiais via de regra da ordem do banal mas que podem promover novas inteligibilidades acerca do passado da educação.

Em toda a organização arquivística, estabelecem-se disputas em torno do quê guardar, afinal o que importa conservar? Tudo depende das convicções epistemológicas daqueles que se propõem a este trabalho. Neste lugar, abrigam-se inúmeros documentos

históricos<sup>13</sup>, produzidos pela instituição ao longo dos anos, em suas mais diferentes instâncias. Mas para nós, o “sabor do Arquivo”, valendo-se da metáfora de Arlette Farge, sem descuidar da organização documental oficial<sup>14</sup>, reside no recebimento de arquivos pessoais, que inclui o recebimento de documentos diversos, muitos deles escrituras ordinárias, representativos da Faculdade e do Colégio e também a produção de memórias orais dos sujeitos que compõem as comunidades acadêmica e escolar. Esses são os nossos gestos de guardar que promovem a construção de um *Arquivo Vivo*, constituído por memórias esquecidas da Universidade, pois, como alerta Pinsky (2005), esses documentos silenciosos que, em outros tempos, pouco “falavam”, hoje “querem se fazer ouvir”.

É nesta perspectiva que muitos artefatos encontram espaço de acolhida e passam a habitar o Arquivo de Memórias da Faculdade de Educação da UFRGS, afinal “a memória se enraíza no concreto, no espaço” (Nora, 1993). O Arquivo da FACED pode ser compreendido como uma espécie de *refúgio*, em meio às pressões do cotidiano de estudo e de trabalho. Como lugar, garante “vínculos entre passado, presente e futuro” (ANHEIN, 2018, p. 131), afinal mantém-se uma presença de testemunhos de tempos pretéritos que aspiram a presença também no futuro. Se interessa pelos “resíduos da escola que guardam segredos que afetam os silêncios da História da Educação” (ESCOLANO, 2017, p.38). Na esteira desse pensamento, Nora diz que “os lugares de memória são antes de tudo restos” (1993,p.12), restos do que passou, “fragmentos de verdade, ofuscantes de nitidez e de credibilidade” (FARGE, 2009, p. 27). É assim que folhas de papel avulsas e aparentemente com pouco sentido de organização, cadernos íntimos, cadernos de planejamento de aula, agendas, trabalhos de estudantes, fotografias, convites e discursos de formatura, bilhetes por representarem a cultura desta instituição educativa, são recebidos, higienizados e guardados para posterior consulta de pesquisadores. Entendemos a produção e manutenção desses registros como uma espécie de atestado de nossas existências, que nos situam no mundo, são

---

13 Entre os documentos históricos podemos destacar o acervo da extinta Faculdade de Filosofia da UFRGS (1942-1970). Neste, constam documentos administrativos do curso de pedagogia, periódicos, alguns documentos do Grêmio Estudantil, diplomas, certificados e processos disciplinares do período da Ditadura Civil-Militar. Além disso, também salvaguardamos as atas de criação da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação, as atas das reuniões departamentais e dos colegiados.

14 Neste sentido, contamos com o apoio das arquivistas da universidade e toda documentação proveniente dos setores administrativos passa pela triagem a partir da Tabela de Temporalidade de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

práticas do “arquivamento do eu” (ARTIERES, 1998, p.30), de construção de si mesmo e de resistência.

Para além do interesse pelos arquivos pessoais, também desenvolvemos um arquivo de memórias orais de professores, funcionários e de estudantes egressos, em constante ampliação<sup>15</sup>. Por meio da metodologia da História Oral, produzimos entrevistas e, nestes contatos, procuramos instar cada entrevistado a remexer em suas memórias, buscar velhos papéis guardados acumulados pelo tempo e, assim, fazerem suas doações. Esse não é um trabalho fácil, pois, na maioria das vezes, essas gestualidades de entregar *coisas* que são nossas, que são íntimas, demandam sensibilidade e confiança naquele que se torna uma espécie de guardião das memórias do outro. Na sequência, o texto procura problematizar a produção desses arquivos, tanto orais, quanto pessoais que, com a anuência dos sujeitos implicados, passaram a compor o Arquivo de Memórias da FAGED e do CAP.

### **Por dentro dos documentos salvaguardados no Arquivo da Faced: os arquivos pessoais**

Há algum tempo, movidos por reflexões teóricas acerca do tema, apostamos nos arquivos pessoais, aparentemente mudos, também como potentes documentos da ordem do sensível que trazem, de diferentes modos, memórias institucionais e de seus sujeitos. Sue McKemish (2013) os considera como registros que oferecem “testemunhos de nossas interações com os outros, no contexto de nossas próprias vidas e do lugar que ocupamos nas deles”. São, assim, “provas de nossa existência, de nossas atividades e experiências” (p. 244). Reitera-se aqui a importância do Arquivo de Memórias em questão constituir-se como espaço de acolhida dessas práticas de arquivamento do eu, respeitando as peculiaridades dos modos como cada sujeito organizou suas *reliquias*. Há alguns que se constituem de cadernos íntimos, outros formados por conjuntos de papéis variados, e ainda aqueles, que são formados por cadernos de planejamento escolar. Pode-se dizer que todos, em que pesem suas especificidades, são dotados de complexidade, exigem atenção nas investigações que se debruçam sobre eles. É preciso reiterar o quão duro pode ser doar papéis de foro íntimo, muitas vezes, difíceis de se desapegar.

---

15 O arquivo de memórias orais da FAGED conta com mais de 50 entrevistas com professores, funcionários e estudantes egressos do Curso de Pedagogia, disponíveis para consulta local.

Delicadeza e amabilidade são atributos importantes que devem se colocar nessa relação que se estabelece entre aquele que faz a doação e aquele que, em nome da instituição, a recebe. Desse modo, ao acolher esses artefatos, procuramos manter uma atitude de reverência diante dos doadores. Consideramos tais artefatos como verdadeiros relicários, pois poucos sobrevivem à sua vida útil, tendo em vista que, na maioria das vezes, o descarte costuma ser seu destino final. Neste sentido, Cunha reflete acerca desses documentos, concebidos como “reliquias” e explica que “trazem consigo histórias, acontecimentos, lembranças, memórias, pois que estão imbuídas de significados e de qualidades de representação que vão além de suma situação original” (2007, p. 84).

Por que e por quem esses objetos foram guardados? Quais as condições e motivações que permearam a doação para um Arquivo público? Cunha (2015) explica que esses acervos “nascem da desordem, eles também supõem mãos que manipulam e classificam os documentos, olhos que vigiam o escrito, cheiros que despertam memórias” (CUNHA, 2015, p.16). Neste sentido, cabe dizer que os atos de doação, em geral, não são espontâneos, isso seria pouco provável, por vezes, são nas entrevistas que acontece uma possibilidade efetiva de sensibilizar para a futura doação. Em outros momentos, é remexendo em gavetas e armários dos professores na Faculdade que preciosidades para a História da Educação são identificados<sup>16</sup>.

No Arquivo da Faculdade, esses conjuntos documentais são importantes, poderíamos dizer que são nossas *meninas dos olhos*. Percebe-se que muitos deles foram fabricados com artesanato, ao longo de anos, em que estão implicadas dimensões autobiográficas na sua construção. Arquivar é um modo de testemunhar, de deixar registradas nossas memórias, nossas relações com os outros, enfim, *nosso lugar no mundo*. Embora carreguem uma marca institucional, esses objetos são dotados de algo pessoal. Trazendo mais uma vez Sue McKemmish (2013) para a discussão, esses cadernos constituem-se em “provas de mim”, mas também “provas de nós”, ou seja, representam indícios da cultura escolar daquela instituição especificamente e das temporalidades em que se inscrevem.

---

16 Comumente, os professores da Faced guardam seus materiais de estudo e pesquisa em armários localizados nos corredores da instituição. Muitos professores, após seu processo de aposentadoria, se esquecem de esvaziar esses armários, por isso, muitas vezes somos chamados para realizar uma triagem nesses documentos “esquecidos” que acabam constituindo ricos arquivos pessoais.

Entre os arquivos pessoais<sup>17</sup>, destacam-se cadernos, tanto íntimos quando de planejamentos. Notadamente em relação a esse tipo documental, enquanto fontes para o campo da História da Educação, reforça-se aqui que houve um tempo em que não tinham a notoriedade que hoje possuem. Mas, diante do contexto da ampliação da noção documental, esse suporte de escrita passou a ser valorizado, em sua interface com “a preocupação dos historiadores em examinar o vivido na sala de aula” (MIGNOT, 2008, p. 7). Castillo Gomez (2012) observa o quanto vem se alargando o interesse por esses documentos, como uma dívida da História da Educação para com os materiais da ordem do comum, e, ao mesmo tempo, enfatiza a “inquietude por sua busca”, afinal, sabemos que não são produzidos com vistas à perenidade. Tal situação reforça o entusiasmo dos pesquisadores ao se depararem com esses conjuntos documentais. É como o encontro de *tesouros* que podem, enfim, serem explorados pela historiografia.

### **Para além dos documentos escritos: Arquivo de memórias orais**

Antes mesmo da atenção para com os arquivos pessoais, emergiu uma vontade de construir outro arquivo, ancorado em memórias orais daquelas e daqueles que viveram na Faculdade e no Colégio um tempo importante na sua formação como estudantes, funcionários e professores. Justino Magalhães (1999) explica as profundas aproximações entre as memórias das instituições educativas e seus sujeitos, em suas palavras “Uma memória constituída por relatos e representações, simbólicas ou materiais (...). Uma memória integrada nas práticas do cotidiano (MAGALHÃES, 1999, p.69)”.

Para tanto, elegemos a História Oral como metodologia. Sensibilidade, cumplicidade, respeito, atenção à fala do outro (Errante, 2000), além de solidariedade são características essenciais de quem escolhe esses caminhos de pesquisa que valorizam as narrativas de diferentes sujeitos. A vivência de tantas entrevistas permite dizer que o estabelecimento da “ponte interpessoal” (Errante, 2000, p.152) tem seu início antes do primeiro encontro, por e-mail ou contato telefônico, quando se operam as primeiras aproximações. A partir daí, a forma como a pessoa recebe o entrevistador, a sua preparação para aquele momento, o grau de disponibilidade para falar, tudo isso

---

17 Alguns documentos que temos nos arquivos pessoais: papeis doados pelo professor Balduino Andreola, agendas da professora Luzia Garcia de Mello, cadernos de planejamento da professora Isabel Loss, memoriais das discentes do curso de Pedagogia, trabalhos de alunos, fotografias, cartas e outros.

contribui e consolida as possibilidades de interação. A metáfora da ponte pode valer para lembrar a importância da busca pela constituição de uma relação de confiança entre aquele que indaga e aquele que se propõe a falar acerca de sua vida e, segundo Zago (2003), é condição *sine qua non* da produção de dados significativos, enfim, garantia da fecundidade das entrevistas (p.302).

Servidores e estudantes egressos carregam em suas memórias os percursos, não só da instituição, mas dos processos pelos quais historicamente passou a educação em âmbito nacional e regional, o que justifica entrevistá-los evitando o apagamento das práticas educativas relativas a um tempo e lugar. Trata-se, então, da produção de memórias de uma instituição de formação de professores e de um colégio em que se articulam vivências sociais e educativas no contexto em que ocorreram, permitindo interconexões entre as diferentes histórias vividas pelos sujeitos e as condições materiais nas quais se produziram determinados processos educativos.

Entende-se que as pesquisas que operam com documentos orais oferecem uma dimensão singular de aproximação com o tempo vivido. Os encontros com os narradores, quando se busca capturar instantes de memórias, apostando no poder do “pequeno milagre do reconhecimento” (Ricoeur, 2007, p. 125), em muitos casos constituem momentos de fecundidade das relações humanas. Sabemos que o ambiente aonde acontecem as entrevistas deve ser avaliado com cuidado, procurando garantir que haja o mínimo de interferências e que o lugar escolhido promova a imersão nas lembranças do passado. Para a constituição deste arquivo, deixamos que o entrevistado decida o lugar que, na maioria das vezes, acontece nas dependências da própria Faculdade. Tal escolha produz um alto poder evocativo das memórias, uma vez que estar no prédio, facilita o trabalho de lembrar. Conversar com as pessoas, perceber como se movimentam no prédio procurando antigas referências a lugares que por vezes não existem mais, buscando colegas que talvez já nem estejam mais nos antigos postos, escutá-los, observá-los, olhar outras memórias pessoais que comumente trazem para as entrevistas... são momentos preciosos, em que podemos nos acercar das marcas de um outro tempo. Os sentidos de humanidade promovidos pela História Oral (Prins, 1996) calam fundo nos pesquisadores, que encontram em tal metodologia de pesquisa novas formas de compreensão do passado, formas com as quais se identificam.

Há que se considerar que no documento oral, trabalha-se com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade. A fala é suscetível às vicissitudes de cada momento, todavia, não significa que a memória seja intangível, pelo contrário, permite a aproximação de verdades que se quer produzir sobre o vivido. E guarda o mérito de trazer à tona nuances do passado, que podem estar esquecidas e que, por vezes, se encontram inatingíveis em outras formas de documentação, além de dar visibilidade aos sujeitos na construção da história. Interessa, pois, o fio narrativo que cada depoente escolhe para contar sua história. “As entrevistas são eventos que contam” (ERRANTE, 2000, p. 143), esta máxima acompanha o desenvolvimento da produção do arquivo de memórias orais, que é um trabalho contínuo, sempre aberto a novas possibilidades de produção de narrativas. As memórias são labirínticas, plurais e indomáveis, portanto, por mais que exista um roteiro de entrevista, por mais que o pesquisador se esforce para conduzir este evento de modo direcionado, é o depoente quem decide o rumo da conversa. Ele escolhe o que quer falar.

Outra questão que emerge nessa discussão é pensar nas possíveis potencialidades e fragilidades dos arquivos de memória oral. Afinal, para quem pesquisa nestes documentos, está trabalhando com História Oral? Aqui postula-se que sim, apesar das interdições, pois o pesquisador não produziu o documento, ou seja, não participou da construção do roteiro, nem mesmo do evento da entrevista. Tem acesso à transcrição e aos áudios. Mas, mesmo assim, está em contato com um documento que tem sua origem na oralidade que foi transposto sim para a cultura escrita, mas não perdeu sua especificidade. Produzir memórias orais também é prioridade em nossos gestos de guardar. Por meio da conservação das narrativas em cultura escrita, as vozes dos sujeitos entrevistados permanecem em um estado de perenidade. Seriam esses arquivos um modo de eternizar a presença dos narradores no presente e no futuro? Acreditamos que sim.

Até 2018, desenvolveram-se 46 entrevistas com professores que abordaram a história de vida, enfatizando a formação profissional, as vivências no ensino superior, o ingresso na Faculdade de Educação e a trajetória construída na Universidade. Cabe salientar que a busca pelos entrevistados obedeceu a certa intencionalidade, ou seja, o critério fundamental foi ter muitos anos de vivência na Faculdade e que alguns professores foram entrevistados mais de uma vez, por causa da riqueza narrativa de



suas evocações. Assim, foram vários os questionamentos que se apresentaram aos sujeitos envolvidos. Quem são eles? Quais percursos realizaram até o ingresso na Faculdade? Que lugares de sujeito ocuparam ao longo dos anos de trabalho na Faculdade? Como desenvolveram seu ofício? Quais as circunstâncias históricas vividas na FACED que perpassaram suas vidas? Que aspectos foram preponderantes em suas trajetórias? Em que medida assimilaram os discursos educacionais vigentes e como essa assimilação interferiu na composição de suas identidades? Que significados as experiências docentes lhes deixaram? Quais pessoas foram importantes ao longo da História da Faculdade?

Também foram desenvolvidas 6 entrevistas com estudantes egressos do Curso de Pedagogia e 2 entrevistas com funcionários da Faculdade. Salientamos que algumas dessas entrevistas foram produzidas no contexto de projetos de dissertação, iniciação científica e monografia de conclusão de Curso de Pedagogia. Das 46 entrevistas produzidas, 3 foram constituídas a partir do projeto de iniciação científica “Memórias da presença negra na Faculdade de Educação”; 3 entrevistas sobre memórias de antigos alunos da faculdade, 3 entrevistas sobre memórias da professora Mérión Campos Bordas e 5 entrevistas com memórias de professoras do Colégio de Aplicação.

Dentre as temáticas evocadas nas entrevistas, pode-se destacar: biografias, colégio de aplicação, greves, ditadura-civil militar; a década de 1970 na FACED; Participação e política: anos 1980/90; o projeto PERICAMPUS; a emergência do Pós-estruturalismo na FACED; a emergência da temática das Relações de Gênero na Faced e a criação do GEERGE; o Programa de Pós-Graduação em Educação; Relações de pertencimento; pessoas memoráveis. Destacamos a temática das relações com o espaço da Faculdade como a mais recorrente no processo de evocação de memórias, afinal como diz Paul Ricoeur (2007), os lugares são “memoráveis”. Neste, encontramos o espaço relacionado às transgressões dos estudantes, como local de pertencimento e também como um espaço de disputa, principalmente entre o Colégio de Aplicação e Faculdade de Educação.

“Narrativas de memória são narrativas de identidade” (ERRANTE, 2000), assim, entende-se o quanto as memórias desses sujeitos professores da FACED assumem o tom autobiográfico, em que se estreitam as relações entre memória e sentimento de identidade.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 85).

Nota-se que esses entrevistados lembraram daquilo que viveram e vivem na FACED cotidianamente e incluíram suas vivências pessoais nessas histórias, como se fossem dois tempos, dois caminhos trilhados paralelamente, de um lado a vida profissional, de outro as trilhas da vida privada que se confundem e se atravessam, constantemente.

De alguma forma, aqueles elos que uniam os docentes no passado, quando ressentiam-se da presença dos governos militares e depois nas lutas pelas melhorias no ensino superior público, ainda se manifestam talvez de forma mais sutil, mas não menos evidente. Os laços que os aproximavam estão presentes ainda hoje, pois a FACED continua sendo um espaço de muitas lutas políticas pela educação, lutas que se desdobram em diferentes nuances. Nesse sentido, cabe enfatizar a última pergunta que, comumente, fazemos aos nossos entrevistados: Quais perspectivas da Faced para o futuro? Como você enxerga a Faced no futuro? Muitos projetam a faculdade como um esteio, relembrando o passando de lutas pela educação pública plural, democrática e de qualidade. A riqueza deste acervo reside no cruzamento entre passado, presente e futuro da educação brasileira.

### **Finalizando**

Neste texto, discutiu-se a constituição do Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS, considerando questões epistemológicas implicadas na construção desse lugar de arquivamento de memórias institucionais e de seus sujeitos, sobretudo professores e estudantes. É Paul Ricoeur quem nos diz “para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar” (RICOEUR, 2007, p. 40). Essa máxima atua como um indicador do por que *manter vivo* um Arquivo de Memórias institucional.

São fecundas as relações que se estabelecem entre o passado educacional e o presente em que vivemos. Essas inter-relações despertam o interesse pela História da Educação e demonstram o significado em estudar o pensamento e os contextos de outras

épocas educacionais. A ação do tempo tende a apagar rastros, portanto os gestos de guardá-los são verdadeiras atitudes de resistência diante de um presentismo que se instala, em que parece haver pouco espaço para reflexões acerca do passado. Guardar e produzir memórias também são modos de reconstruir processos identitários das instituições educativas e de seus sujeitos, para que não se esqueçam, para que não se apaguem.

Entre as decisões acerca do que guardar e do que descartar, várias questões se impõem. Primeiramente, as leis arquivísticas, com suas normativas que determinam, pelas tabelas de temporalidade, o que se deve preservar. Por outro, nossas sensibilidades nos conduziram a construir o Arquivo da FACED, promovendo um destaque para documentos orais e arquivos pessoais de sujeitos que foram *marcados* pela Faculdade e/ou pelo Colégio, e também de olharmos os documentos correntes com a lente da História da Educação, tornando documentos que poderiam ser descartados, segundo as leis da arquivística, como potentes para a pesquisa em História da Educação.

Por fim, ficam aqui algumas reflexões acerca dos desafios que se colocam para qualquer instituição, notadamente as públicas, que enfrentem a construção de Arquivos de Memórias. Quais as condições, em sentido lato sensu, das instituições, condições estruturais, financeiras? Quais são as prioridades das instituições, os campos de disputas que se estabelecem? Quais as condições de trabalho/demandas de estudantes e de professores? Para que e para quem guardar? Para a instituição, comunidade, pesquisadores? Qual é o passado que se deseja preservar? Qual a formação desenvolvida que sensibilize para o guardar? Como envolver professores, estudantes, comunidade nos gestos de guardar? Como fomentar sentidos pedagógicos no trabalho em um Arquivo de Memórias? Todas essas não são questões fáceis de serem respondidas, muito menos comportam respostas únicas. Exigem, isso sim, meditação contínua daqueles envolvidos com os gestos de guardar. Afinal, como diz o poeta “guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la, em cofre não se guarda coisa alguma, em cofre perde-se a coisa à vista, Guardar uma coisa é [...] admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado [...], é velar por ela, isto é, estar acordado por ela” (Antonio Cícero).

Encerramos este escrito parafraseando Maria Teresa Santos Cunha (2017) que afirma a importância da institucionalização dos arquivos escolares em suas interfaces com a preservação da memória e com o patrimônio cultural histórico educativo. Assim, é

possível aproximar-se dos “mistérios da escola e as incertezas de seus labirintos individuais e coletivos considerados refinados artesanatos”. Nesse sentido, acreditamos na potência dos arquivos escolares também como forma de resistir ao esquecimento, principalmente aquele produzido pela aceleração do tempo, o presentismo, tal qual afirma Hartog (2006).

### Referências

- ALMEIDA, Doris Bittencourt; LIMA, Valeska Alessandra de; SILVA, Thaise Mazzei da. A constituição da faculdade de educação/UFRGS em tempos de ditadura militar (1970-1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 317 - 346.
- ANHEIM, Etienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. In: NEDEL, Letícia e HEYMANN, Luciana (orgs.). **Pensar os Arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, n. 21, São Paulo, p. 9 – 34, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CÍCERO, Antônio. **Guardar**: poemas escolhidos*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1996
- CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). In: Bencostta, Marcus Levy. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2007.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos Escolares no Tempo Presente. **Revista História da Educação**, v. 18, n.47, 2015
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, A Memória é de Quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**. Vol. 4 – n. 8. Pelotas: UFPel. Setembro, 2000, p. 141 – 174.
- ESCOLANO, Benito, Agustin. **A Escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia**. Editora Alinea: Campinas, 2017.
- FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- GOMEZ, Antonio Castillo. Das mãos ao arquivo. A propósito das escritas das pessoas comuns. **Percursos**, Florianópolis, v.4, n.1, julho 2003.

GOMEZ, Antonio Castillo. Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 66-72, jan./abr. 2012.

GRIMALDI, Lucas Costa.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. “A TORRE AZUL”: memórias de espaços escolares pelas narrativas de estudantes e professores (1954-1996). **Revista Educação em Questão**, v. 56, n. 48, 17 jul. 2018.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**. Belo Horizonte., v.22, n.36, p. 261-273, 2006.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: NEDEL, Leticia e HEYMANN, Luciana (orgs.). **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018

KOSELLECK, Reinhard et. al. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LIMA, Valeska Alessandra de. **O Colégio de Aplicação da UFRGS**: práticas educativas adormecidas entre o arquivo e a memória oral (1954-1981). 2016. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério;MAGALHÃES, Justino. **Para a história do ensino liceal em Portugal** – actas dos colóquios do I centenário da reforma de Jaime Moniz(1894 – 1895). Braga: Secção de artes gráficas das oficinas de trabalho, 1999.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle. HEYMANN, Luciana (orgs.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista**: escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, 1993, PP.7-28

NÓVOA, Antonio. Apresentação. In: Stephanou, Maria; Bastos, Maria Helena. (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v3 Petrópolis: Vozes, 2005.

PINSKI, Carla Bassanezi. Apresentação. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. P. 7-8.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 163 a 198.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**. Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural. Posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. Set/out/Nov/dez. 1995.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.) **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia de educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 287 – 309.

Enviado em: 15.04.2019

Aceito em: 31.05.2019

**IMPrensa PEDAGÓGICA NA CIDADE DE OSÓRIO/RS - ACERVO DO ARQUIVO  
HISTÓRICO ANTÔNIO STENZEL FILHO**

PEDAGOGICAL PRESS IN THE CITY OF OSORIO/RS – COLLECTION ON THE ANTONIO  
STENZEL FILHO HISTORICAL ARCHIVE

Maria Augusta Martiarena de Oliveira<sup>1</sup>

Clarice Maria de Sousa Portela Germann Teixeira<sup>2</sup>

Diana Patrícia Mauer<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho é um estudo dedicado à imprensa pedagógica produzida na cidade de Osório - RS e constante no Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho. Objetiva-se, assim, com esse estudo, apresentar e descrever os periódicos escolares produzidos nas instituições de ensino, bem como observar quais vozes permeiam esses impressos e as temáticas mais recorrentes. Para tanto, buscou-se referenciais teóricos que embasam as pesquisas sobre imprensa pedagógica, como Hernández Díaz e Bastos, entre outros, cuja relevância é necessária para compreender esse objeto de estudo.

**Palavras-chave:** acervos; imprensa pedagógica; pesquisa em História da Educação

**Abstract:** The present paper is a study dedicated to the pedagogical press produced in the city of Osório - RS and preserved in the Historical Archive Antônio Stenzel Filho. The purpose of this study is to present and describe the periodicals produced in educational institutions, as well as to observe which voices permeate these printed matter and the most recurrent themes. Therefore, we sought theoretical references that support the research on the pedagogical press, such as Hernández Díaz and Bastos, among others, whose relevance is necessary to understand this object of study.

**Keywords:** collections; pedagogical press; research in History of Education

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Pelotas (2001), Mestrado (2005) e Doutorado (2012) em Educação - linha de pesquisa Filosofia e História da Educação pela Universidade Federal de Pelotas e Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Educação e de História, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação, Fotografia, Educação na Primeira República, História do Rio Grande do Sul, História do Brasil e da América Latina. Além disso, coordena o GT de História da Educação da AnpuhRS, gestão 2018-2020. E-mail: [augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br](mailto:augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br)

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. E-mail: [claricemportela.cp@gmail.com](mailto:claricemportela.cp@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: [dianapmauer@gmail.com](mailto:dianapmauer@gmail.com)

Muitas das investigações de cunho histórico e historiográfico são realizadas a partir de acervos, sejam eles de documentos escritos, iconográficos, orais, ou de diferentes objetos. Nesse sentido, parece plausível relacionar a organização e a preservação da documentação constante nos acervos como um elemento facilitador no processo de acesso às fontes de pesquisa. Embora a realidade de acervos localizados em capitais ou geridos por instituições universitárias nem sempre seja a ideal, arquivos e acervos localizados em cidades menores tendem a ser menos organizados e de difícil acesso. Para tanto

Ao levar-se em conta a relevância da preservação dessa materialidade do universo escolar, depara-se com o contexto específico da cidade de Osório, município do interior do Rio Grande do Sul, cuja preocupação com a preservação do patrimônio pouco havia aflorado até o presente momento. Ressalta-se que o caso do município do Osório, não se constitui, de todo, uma singularidade. Os municípios do interior do Brasil nem sempre contam com muitas iniciativas de preservação do patrimônio histórico-educativo, inclusive porque as capitais e cidades maiores contam com uma variedade de instituições que atuam nesse sentido, (MARTIARENA DE OLIVEIRA, 2017, p. 330).

O presente artigo integra uma investigação maior que abrange dois projetos de pesquisa intitulados “A imprensa pedagógica em Osório: revistas e jornais presentes no Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho”<sup>4</sup> e “História e memória da educação profissional: Escola Maria Teresa Vilanova Castilhos – Polivalente, Osório-RS”. Ambos os projetos se originaram de outras pesquisas já realizadas no referido acervo desde o ano de 2013, com a catalogação do acervo periódico e iconográfico<sup>5</sup>, além da transcrição de notícias referentes à temática educacional.

Tendo em vista a importância da localização das fontes de pesquisa, bem como da localização, organização e acesso aos acervos de documentos históricos, verificou-se a necessidade de identificar e conhecer os documentos que constam no Arquivo Histórico

---

<sup>4</sup> O projeto conta com fomento interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Osório e uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS.

<sup>5</sup> O projeto “Imprensa e Fotografia: história das instituições educacionais na cidade de Osório-RS”, representou o início das atividades de catalogação dos jornais e deu origem ao projeto “Imprensa e Educação: os jornais osorienses do Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho” que se dedicou à catalogação dos jornais diários constantes na referida instituição.



no qual ocorre a preservação e guarda da história de Osório e de parte do Litoral Norte gaúcho. Para que se possa compreender o acervo de periódicos em questão, faz-se necessário apresentar o local de resguardo desses impressos, investigado por Teixeira (2017). A autora destaca, conforme folheto de divulgação institucional, que a criação do arquivo histórico surgiu da necessidade de um ambiente que pudesse resguardar adequadamente a documentação escrita, fotográfica e sonora relativa ao município. Nesse sentido, em 21 de agosto de 1991 o Arquivo foi oficializado com a revogação da Lei nº2.361, tendo como nome inicial “Arquivo Público Municipal”. Em 18 de dezembro de 1997, com a Lei nº 2.927, recebeu o nome de “Arquivo Histórico”, recebendo como patrono Antônio Stenzel Filho.

Atualmente o Arquivo se encontra no Centro Cultural José do Patrocínio, no centro da cidade de Osório, junto à Biblioteca Pública Municipal Oliveira Silveira e à Assessoria de Cultura do município. O acervo possui sua documentação dividida em três partes: a primeira é composta por documentos oriundos da Prefeitura Municipal de Osório, da Junta Militar e do Diário Oficial; a segunda é composta por arquivos particulares, doados por famílias da cidade de Osório e outras regiões do Litoral Norte; e a terceira é subdividida em Mapoteca; Fototeca; Biblioteca; Documentos descritivos sobre a história de Osório; e os Jornais, dentre eles os periódicos observados neste trabalho. O Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho encontra-se em processo de reorganização do seu acervo e traz diversas possibilidades de investigação, tendo em vista a ainda escassa quantidade de pesquisas realizadas até o presente momento na referida instituição.

Após alguns anos de trabalho com a identificação e catalogação da imprensa diária, foram localizados órgãos da imprensa pedagógica, cuja relevância para o estudo da História da Educação é destacável. Inicialmente, foram encontrados três exemplares de uma revista coordenada por docentes da Escola de Ensino Fundamental Maria Teresa Vilanova de Castilhos, conhecida como Escola Polivalente, a Revista Polivisão. Ao encontrar-se vestígios de uma imprensa pedagógica, notadamente produzida por uma instituição objeto de investigação, compreendeu-se a necessidade de verificar a existência de outros órgãos, bem como de deter-se de forma mais aprofundada nos periódicos encontrados. Logo, o presente artigo dedica-se a apresentar os resultados referentes aos periódicos da imprensa pedagógica encontrada no acervo da instituição e produzida na cidade de Osório.

Para iniciar este trabalho de identificação dos periódicos considerados como imprensa pedagógica, apresenta-se os referenciais teóricos que embasam esta categoria de imprensa, destacando sua compreensão tanto como fonte e quanto como objeto de estudo. Em seguida, apresenta-se os jornais e revista encontrados e catalogados no acervo. Destaca-se que esta investigação se encontra em andamento, logo os seus resultados são ainda parciais.

## **IMPRESA PEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE COMO FONTE E OBJETO DE ESTUDO**

Estudos com base na imprensa pedagógica ocupam cada vez maior espaço no âmbito da História da Educação. Tanto a imprensa, quanto a sua vertente pedagógica, pode ser considerada documento de grande valia para os estudos históricos. Ainda que a primeira tenha ocupado com antecedência o espaço aberto pelos documentos oficiais, a segunda constitui-se uma ferramenta importante para a compreensão da cultura escolar, da história das instituições educacionais e para o estudo do pensamento educacional difundido nas escolas. Atualmente, desenvolvem-se pesquisas em diferentes países que objetivam estudar a imprensa pedagógica. Destaca-se, por exemplo, a iniciativa de José María Hernández, pesquisador da Universidade de Salamanca, que organiza as Jornadas da Imprensa Pedagógica, as quais se configuram em espaço para discussão desse tipo de fonte.

Ainda no âmbito internacional, Roberto Sani (2018), organiza e apresenta a imprensa pedagógica e escolar italiana dos séculos XIX e XX. Conforme o historiador da educação, na Itália, foi somente entre os anos 1980 e 1990 que tal fonte passou a constituir o repertório de documentos utilizados pelos pesquisadores da área. Além disso, Sani destaca que, entre 1988 e 1992, os estudos se dedicaram notadamente às publicações do século XIX, enquanto apenas a partir de 1993, a imprensa pedagógica do século XX passou a ser objeto de pesquisa dos historiadores da educação italianos.

Estudos sobre a imprensa pedagógica também são recorrentes em Portugal. Pode-se, por exemplo, citar o trabalho de pesquisadores como Luis Mota, Carla Vilhena e António Gomes Ferreira, todos da Universidade de Coimbra. Mota, Vilhena e Ferreira (2015), ao abordarem o periódico “Rumo”, no período de 1942 a 1974, produzido pelo corpo discente do curso da Escola de Magistério Primário de Coimbra, afirmam a

importância da imprensa pedagógica pela sua proximidade ao acontecimento, o que, conforme os historiadores da educação, permitiria avaliar as relações entre as diretrizes estatais e as “artes de fazer”<sup>6</sup>, nos centros educativos e nas aulas.

No contexto brasileiro, diversas pesquisas abordam a temática e, pode-se afirmar, hoje a imprensa pedagógica é uma fonte utilizada em diversas pesquisas na área de História da Educação no Brasil. Pode-se destacar, como exemplo, o estudo que Ariclê Vecchia, da Universidade Tuiuti do Paraná, realizou em conjunto com António Gomes Ferreira, da Universidade de Coimbra. Os pesquisadores se dedicam à revista *A Escola*, lançada no início do século XX, porta-voz dos professores e vinculada ao Grêmio de Professores Públicos do Estado do Paraná. Conforme Vecchia e Ferreira (2018) preocupam-se com a temática da constituição de uma ideia de nacionalidade brasileira a partir de temas veiculados na imprensa pedagógica.

Ainda no contexto paranaense, as pesquisadoras Terezinha Oliveira, da Universidade Estadual de Maringá, e Conceição Solange Butin Perin, da Universidade Estadual do Paraná, analisam o papel de Cecília Meireles como defensora da educação e do escolanovismo no periódico “Diário de Notícias”, no período de 1930 a 1932. Oliveira e Perin (2018), compreendem que a imprensa diária e a pedagógica se constituem em espaço de divulgação de projetos educacionais. Da Universidade Federal de Santa Catarina, Alcione Nawroski e Daniele Hungaro, destacam a educação rural no município de Joiville, e a sua função social, a partir das reportagens do jornal local. Nawroski e Hungaro (2015) relacionam as origens da pesquisa com imprensa à terceira Geração dos Annales, com o período de ampliação das fontes dos historiadores<sup>7</sup>.

A partir da leitura de tais estudos e com o intuito de conhecer os órgãos da imprensa pedagógica que circularam na cidade de Osório, o presente artigo aborda essa documentação, tanto como fonte quanto como objeto de estudo no âmbito da História da Educação. Para Bastos (2015, p. 22) a imprensa produzida pela escola, seja por alunos ou professores, possui potencial para ser “testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional”.

---

6 Os autores utilizam a categoria a partir de Certeau.

7 Sobre o tema ver: BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia.** 2.ed. – São Paulo: Editora da UNESP, 2010. BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Assim, por meio da análise do discurso proferido e, ainda, da repercussão das temáticas, o pesquisador pode investigar o pensamento pedagógico vigente no período para determinados grupos sociais. Nesse mesmo sentido, afirma Collantes Carollo (2015, p. 98, tradução nossa) que “nas páginas da imprensa escolar apresentam-se conteúdos instrutivos, resenhas literárias, narrações, anedotas... sendo muito importante sua conservação, seu estudo e posterior análise”. Compreendemos, assim, que a conservação e o estudo da imprensa pedagógica são fundamentais, tendo em vista as possibilidades de análise que tais documentos proporcionam à área de História da Educação.

Vale ressaltar os diversos formatos que a imprensa pedagógica pode assumir: livros didáticos, manuais escolares, coleções dirigidas a professores, revistas, jornais, entre outros. Tendo como foco as revistas e os jornais, Rodrigues e Biccás (2015, p. 153) destacam o surgimento dos mesmos em um contexto de reforma escolar, e assim, se constituindo como um lugar de poder, um “dispositivo modelador de práticas de leituras e de novos modelos de formação de professores e na proposição dos conhecimentos pedagógicos reconhecidos como socialmente válidos”. Os periódicos permitem ao pesquisador refletir sobre determinadas temáticas, revelando um olhar único de sujeitos inseridos no contexto, logo, essa utilização pressupõe seu uso como fonte. Para Werle, Britto e Nienov (2007, p. 83) há aspectos que caracterizam a imprensa pedagógica como fonte:

[...] (a) captar vozes ausentes em outros documentos, usualmente encontrados em instituições escolares; (b) ser um espaço em que acontecimentos locais e nacionais são captados, transformados e produzidos por reflexões, modulações e reinterpretações, e, ao mesmo tempo, “publicizados” em diferentes círculos sociais; e (c) constituir-se em instrumento de formação, afirmação e regulação coletiva.

Podemos observar o quanto a imprensa tem contribuído para a construção e o entendimento da História da Educação, uma vez que, ao ser analisada como fonte, nos traz uma visão ampla do contexto escolar estudado a partir de outras vozes, inerentes aos espaços e instituições escolares e que trazem novas perspectivas para a compreensão dessas instituições. Diante disso, torna-se interessante ressaltar o olhar crítico e o cuidado por parte do pesquisador ao analisar a imprensa pedagógica como uma fonte, pois, assim como todas as demais fontes documentais, ela não apresenta uma verdade única,

inquestionável, não é um veículo impresso neutro, e sim um apenas um dos lados do prisma da conjuntura estudada.

Entretanto, alguns autores destacam seu potencial como o próprio objeto de estudo. Logo, torna-se um objeto a partir do momento em que observamos estes periódicos inseridos em um contexto escolar de determinado período, destacando seu propósito, suas características, seus escritores, entre outros aspectos.

A imprensa pedagógica, como objeto de estudo, tem um valor e interesse histórico imanente para compor episódios da História da Educação, constituindo-se como uma magnífica fonte de informação para conhecer os acontecimentos histórico-educativos que cercaram a educação e a profissão docente (REAL APOLO; MONTERA PEDRERA, 2016, p. 323, tradução nossa).

Nesse mesmo sentido, Hernández (2015, p. 10, tradução nossa) afirma que “a imprensa pedagógica, desde sua própria identidade, se converte em um objeto historiográfico específico, com um valor agregado na medida em que se ergue um canal informativo dos problemas educativos do tempo histórico em que desempenha sua atividade”. O que corrobora com Rodrigues e Biccas (2015, p. 153), quando estes destacam que a multiplicidade de materiais da imprensa pedagógica permite usá-la como objeto, em duplo sentido “como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material para as práticas escolares”. Sendo assim, torna-se um suporte para o pesquisador, possibilitando-o orientar-se a partir dos questionamentos e reflexões que faz com base no objeto em questão, que, ao ser observado inserido no seu contexto de produção, nos possibilita refletir não só sobre o passado, como também nas práticas escolares do presente.

Diante disso, ao observarmos a imprensa pedagógica a partir das perspectivas de fonte e objeto de estudo, possibilitamos um olhar mais amplo do contexto escolar do período estudado, pois, ao mesmo tempo que encontramos informações de fontes singulares sobre as práticas escolares daquele momento a partir de perspectivas únicas, inseridas em contextos próprios de produção, observamos essas produções como um todo, um objeto de estudo, que possui um papel intrínseco ao cenário em que se encontrava, tanto em relação às razões que propiciaram a sua produção, quanto a sua

recepção por parte da comunidade escolar. A imprensa pedagógica traz um panorama diferente dos outros impressos, por não se tratar de uma produção da comunidade sobre a escola, e sim da própria escola para a comunidade, proporcionando uma nova maneira de integração entre a escola e as demais instituições, dentro das diversas possibilidades de produção que este ambiente traz.

## **OS PERIÓDICOS: UM OLHAR SOBRE AS PRODUÇÕES ESCOLARES**

Os periódicos e as revistas catalogadas neste estudo pertencem ao Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho, localizado na cidade de Osório, Rio Grande do Sul. O acervo conta com poucos exemplares da imprensa escolar, e está aprimorando seu trabalho em conservação. A dificuldade em encontrar exemplares pode ser atribuída à não conscientização da importância desta documentação no período em que ela foi produzida. Vidal e Camargo (1992, p. 408) destacam que a dispersão de documentos é uma das grandes dificuldades dos pesquisados brasileiros: “Despendemos um tempo considerável tentando reunir os documentos necessários para a abordagem de nosso objeto - muitas vezes, refazendo os passos de outros pesquisadores”. Este aspecto destaca a importância da realização deste trabalho de localização e catalogação do acervo de imprensa pedagógica no município.

Até o presente momento foram catalogados exemplares dos seguintes periódicos: O General (da Escola Estadual de Ensino Fundamental General Osório); Jornal do Marquês e O Marquês (ambos do Colégio Cenecista Marquês de Herval); e o Informativo da Escola Prudente (da Escola Estadual de Educação Básica Prudente de Moraes). Além da Revista Polivisão, da Escola Maria Teresa Vilanova Castilhos (Polivalente). A catalogação apresenta dados dos impressos: edição, data, editores, sessões, temáticas abordadas, autores, editora e patrocinadores. Com o processo de reorganização do acervo e frequente doação de acervos particulares, o número de exemplares é inconstante, logo, até o momento foram catalogados todos os encontrados. Este processo de catalogação viabiliza a posterior análise de forma detalhada dos aspectos relevantes de cada periódico ou revista.

Rodrigues e Biccas (2015, 152) questionam “por que descrever a fonte? Qual relevância este procedimento apresenta para a operação historiográfica? Em particular, na operação realizada com a imprensa especializada em educação e ensino?”. Ao

descrevermos a fonte, ampliamos as possibilidades de interpretação da mesma, pois este processo de desconstrução e reconstrução faz surgir uma considerável série de questionamento. A busca por sentidos que ultrapassem os enunciados e dizem mais do que o discurso explícito determina corrobora para com esse surgimento.

Descrever a fonte, ou seja, a imprensa, nos permite, também, vislumbrar o contexto histórico e social da mesma, e para Vidal e Camargo (1992, p. 409) “pode redimensionar nossa percepção do período, permitindo-nos vislumbrar lutas e inquietudes numa paisagem que considerávamos harmônica”. Há, portanto, por trás dessa fonte, conceitos, ideais e crenças, pilares ideológicos que a sustentam.

A materialidade da fonte, o agrupamento, a série, apresentam valor de amostragem que formam um conjunto discursivo finito, porque limitado às sequências cristalizadas em seu suporte material. A descrição é um procedimento que amplia as possibilidades de interpretação porque permite modificar o que se pode perguntar à fonte (RODRIGUES; BICCAS, 2015, p. 152-153).

Diante disso, observamos os periódicos a partir de sua produção, ou seja, o que os caracteriza, suas temáticas, autores, patrocinadores e interlocutores, pois, a partir dessa descrição, temos um panorama maior das práticas e influências que envolviam os periódicos em questão. A tabela a seguir apresenta os períodos de circulação das edições encontradas, bem como o número de exemplares constantes no acervo do Arquivo Histórico. Vale ressaltar que é possível que os impressos circularam por maior período, entretanto esses são os dados coletados conforme as edições que encontramos.

Tabela 1: Periódicos, períodos de circulação e número de exemplares

| <b>Periódico</b>               | <b>Período de circulação</b> | <b>Número de exemplares</b> |
|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Revista Polivisão              | 1986                         | 3                           |
| Jornal do Marquês              | 1995                         | 1                           |
| O Marquês                      | 1996 - 1999                  | 8                           |
| O General                      | 1996                         | 5                           |
| Informativo da Escola Prudente | 2002                         | 2                           |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A revista Polivisão, impresso da Escola Maria Teresa Vilanova de Castilhos que circulou em Osório durante a década de 1980, teve, até o presente momento, três exemplares encontrados. A partir da análise desses exemplares, foram observadas algumas características pontuais desse periódico. A revista contou com publicações predominantemente de professores, além de ser coordenada e editada por esse grupo, o que a caracterizaria como uma imprensa do corpo docente. Das vinte e seis reportagens encontradas nos três exemplares, dezessete foram escritas por docentes e as demais escritos por profissionais de outras áreas. Há publicações de estudantes, em um espaço reservado ao Grêmio Estudantil Monteiro Lobato, contudo, tais publicações era mediadas pelos docentes.

Ainda que somente três números estejam presentes no acervo, a Revista Polivisão constitui-se em um importante relato do pensamento educacional difundido entre os docentes da rede estadual de ensino, notadamente da Escola Polivalente de Osório. Algumas seções estão presentes em mais de uma edição, como psicologia, política, educação e comunicados referentes a atividades da própria escola. Essas temáticas são um indício do interesse por parte da comunidade docente por uma educação libertadora, pois traziam questionamentos sobre a democracia, tanto no âmbito político quanto no educacional, além de pensar no papel das escolas polivalentes e o ensino técnico em relação às demandas sociais e do mercado de trabalho. A revista foi patrocinada tanto por empresas quanto por particulares, e, no último caso, como já analisado por Martiarena de Oliveira (2018), em estudo publicado nos anais da III Jornada de Estudios de la Prensa Pedagógica, demonstra uma relação estreita entre o propósito da revista e as questões políticas do período, sendo possível delinear os interesses ideológicos e, inclusive, partidários, presentes no discurso desse periódico.

O periódico “O General” foi produzido pela Escola Estadual de Ensino Fundamental General Osório. Sobre esta instituição realizou-se um estudo<sup>8</sup> com o acervo iconográfico entre os anos de 2013 e 2015. A formação da escola iniciou-se com a designação da professora Maria Tereza Villanova de Castilho para reger a 15ª Aula *Mixta* de Conceição do Arroio, antigo nome da cidade de Osório. Contudo, sua fundação oficial ocorreu em

---

<sup>8</sup> Projeto de pesquisa: História das Instituições Escolares e seus acervos escolares na cidade de Osório - RS, coordenado pela prof<sup>a</sup> Dr. Maria Augusta Martiarena de Oliveira.



1924, quando passou a ser considerada Grupo Escolar. O periódico teve sua primeira publicação em maio de 1996, com periodicidade mensal, e apresentava características próprias de jornal como o material da folha, o layout de impressão e o tamanho. Até o momento foram catalogados cinco exemplares, entre os anos de 1996 e 1997, as edições apresentam notícias sobre as atividades escolares, como comemorações, eventos e trabalhos escolares que se destacam. Além das seções com produções textuais de alunos (realizadas em aula, mas não especificamente para o periódico), com os “aniversariantes do pré” e “currículo por área” com reportagens. Um aspecto relevante deste periódico é a sua impressão realizada pelo Jornal Revisão, jornal de grande circulação na região que foi catalogado em um trabalho anterior deste projeto e fonte de estudos<sup>9</sup>.

O Colégio Cenecista Marquês de Herval, instituição de ensino privada do município, produziu dois periódicos encontrados no acervo: Jornal do Marquês, de 1995, em que somente um exemplar foi catalogado, e O Marquês, com oito edições no acervo, datadas de 1996 a 1999. Conforme informações constantes no site da instituição, em 6 de fevereiro de 1961, uma comissão reuniu-se na Câmara Municipal de Vereadores de Osório, com o intuito de atender o pedido de um grupo de jovens que pleiteava o funcionamento noturno de um Curso Comercial Básico, que posteriormente tornou-se um Curso Técnico em Contabilidade e uma Escola Normal de 2º ciclo. Segue, ainda, a informação de que no dia 15 de março de 1962, ocorreu a aula inaugural de ambos os cursos, sendo o primeiro denominado “Curso Básico Borges de Medeiros” e segundo “Curso normal São João Batista de La Salle”. Da fusão desses cursos, originou-se, a partir de portaria emitida pela Secretaria de Educação e Cultura do Município de Osório, do dia 8 de abril de 1976, a Escola de 1.º e 2.º Graus Marquês de Herval<sup>10</sup>. Neste periódico as publicações eram em sua maioria escritas por professores, entretanto havia uma seção destinada ao Grêmio Estudantil, escrita por alunos. Além desta, outras sessões se mantiveram nas edições

---

<sup>9</sup> Sobre o tema ver: MAUER, Diana Patrícia. SILVA, Yago Schwartzhaupt de Souza da; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. As greves do Magistério Estadual em 1979 e 1980 sob a ótica dos jornais do litoral norte gaúcho. In: 22º ENCONTRO DA ASPHE, Unipampa, Bagé, 2016. TEIXEIRA, Clarice Maria de Sousa Portela Germann OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho: A imprensa como fonte e objeto de estudo para História da Educação. In: 23º ENCONTRO DA ASPHE, FURG, Rio Grande, 2017 e TEIXEIRA, Clarice Maria de Sousa Portela Germann; MAUER, Diana Patrícia; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho: Acervos Jornalísticos e a História da Educação. In: Livro de trabalhos do VI Ofício de Clío: pesquisadores, acervos e espaços de memória. 1 ed. Ivoti: ISEI, 2018, v. 1, p. 47-57.

<sup>10</sup> Informações disponíveis em <http://colegiomarquês.cnec.br/institucional/historia/>.

encontradas, como: Abertura (apresentava o editorial e uma personalidade da comunidade escolar); Gerais (com informativos e assuntos em debate); Sociais (que apresentava eventos e aniversariantes); Esportes; Serviços; e Variedades, incorporado posteriormente à seção Cultura.

Foram catalogados, também, dois exemplares do Informativo da Escola Estadual de Educação Básica Prudente de Morais, periódico produzido por professores dessa instituição, também do município de Osório. Destaca-se que, conforme Ingrassia (2015, p. 26):

A hoje conhecida como Escola Prudente de Morais surgiu em 1942 no distrito de Passinhos e dois anos depois, em 21 de julho de 1944, foi instalada no Bairro Porto Lacustre, sob o nome Grupo Escolar Porto Lacustre. Em 1945, a escola passa a ser chamada de Grupo Escolar Prudente de Morais, instalada em uma casa de aluguel. Em 1986 foi proposta uma união entre a Escola Prudente de Morais e o Ginásio Industrial Abramo Eberle, depois chamado de CIEAE (profissionalizante na área técnica), pois ambas dividiam o mesmo espaço desde 1961.

As edições encontradas são referentes aos meses de julho e agosto de 2002. As temáticas abordadas nessas duas edições tratam, principalmente, sobre atividades escolares, além de informativos, matérias sobre esporte e saúde; e um espaço para editoriais e artigos de opinião. Vale ressaltar o grande número de patrocinadores, e conseqüentemente, de anúncios presentes nesse periódico, sendo 49 anúncios contabilizados apenas nos dois exemplares observados, nesse caso, os patrocinadores são empresas de diversos ramos.

Diante das descrições e análises dos periódicos, percebemos a relação entre o contexto de produção de cada uma das escolas e o papel dos docentes como autores e pensadores desses periódicos.

[...] a produção de um periódico contribui para a formação da consciência crítica e cidadã dos alunos e da professora, ao mobilizar uma multiplicidade de vozes sociais que encaminham para a reflexão e resultam em uma compreensão expandida do mundo que os cerca (BASTOS, 2015, p. 22-23).

As vozes trazidas pelos periódicos são predominantemente do grupo docente, sendo um espaço produtivo de reflexão sobre questões que permeavam o cotidiano daquele grupo. Assim, é a partir deste grupo que observamos aspectos despercebidos nas comunidades escolares, que se tornam valiosos para a compreensão não só do passado do grupo, mas também do funcionamento destas instituições atualmente, tendo em vista que as escolas que produziram os periódicos catalogados ainda se encontram em funcionamento.

Através dos periódicos educacionais destas escolas, podemos inferir aspectos referentes à dinâmica de funcionamento como um todo das instituições.

Isso se justifica pelo fato de que tais impressos têm por finalidade precípua orientar a prática cotidiana docente no que se refere a sua atuação profissional, aos programas, conteúdos e didática das disciplinas. Através desses impressos é possível inferir aspectos da organização dos sistemas de ensino, informações sobre o trabalho docente (de forma especial os debates e as polêmicas sobre os saberes e as práticas pedagógicas) bem como anseios da categoria profissional do magistério (AMARAL, 2002, p. 7).

Apesar de apresentarem um panorama mais amplo em relação ao contexto educacional do seu período quando comparados aos outros impressos, percebe-se que os periódicos ainda não traziam de maneira homogênea todas as vozes pertencentes ao espaço escolar ao serem predominantemente escritos pelo corpo docente. Não obstante, esses periódicos possibilitam uma visão muito mais abrangente e autêntica do meio educacional em relação aos demais periódicos. Vidal e Camargo (1992) nos alertam para a pluralidade presente na imprensa. Assim, os diversos discursos “[...] colorem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irre recuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazendo-nos recuperar vieses que ficaram perdidos nas análises historiográficas posteriores” (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 408). Seja feita por professor para professor, por aluno para seus pares ou para professores, a imprensa pedagógica contém e oferece “muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino” (BASTOS, 2015, p. 22).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a História da Educação, o uso da imprensa pedagógica representa uma possibilidade de compreensão “das realidades educativas e também dos aspectos sociais

e culturais que perpassam o cotidiano estudantil” (ALMEIDA, 2012, p. 126), assim destaca-se sua importância para o campo. Os periódicos catalogados neste projeto compõem parte da história das instituições educacionais do município de Osório, representando as esferas pública e privada.

Como nos afirmam Werle, Britto e Nienov (2007, p. 103) “os impressos estudantis expressam temporalidades, interações, ajudam a descortinar um contexto, selecionam e mapeiam fatos, reúnem, num conjunto, dados da instituição”, mostrando-se potentes na pesquisa. Entretanto, como Almeida (2012, p. 132) nos adverte, a leitura não é uma prática neutra, assim, “a significação de um texto varia conforme as competências, as convenções, os usos e protocolos de leitura próprios de cada comunidade”. Deve-se ter em conta que o presente estudo é recente e ainda não foi realizada uma análise aprofundada dos periódicos, entretanto, vale ressaltar que não foram encontrados estudos sobre tais órgãos da imprensa pedagógica, o que justifica a continuidade da presente investigação.

Os impressos encontrados no acervo do Arquivo Histórico foram todos produzidos por escolas do município de Osório, não contando com periódicos de escolas de municípios vizinhos. Destaca-se que sua produção ocorreu a partir da década de 1980, após o final da Ditadura Militar. Tal ausência, incita ao questionamento sobre a existência ou não de periódicos que circularam em períodos anteriores. Acredita-se que tais periódicos provavelmente existiram, entretanto, não foram deixados como legado para o Arquivo Histórico, seja porque tenham sido organizados por discentes, seja porque não tinham a mesma estrutura de patrocínio dos posteriores ou pelo fato de que ocorreu um incêndio na década de 1970 e muito do acervo que veio a constituir o Arquivo Histórico foi perdido.

Pode-se pensar, ainda, como hipótese, que após a redemocratização do país, a circulação de órgãos da imprensa pedagógica organizados pelos docentes foi facilitada, bem como a liberdade de expressão permitiu a exposição de determinados ideários que poderiam antes serem considerados subversivos. As edições encontradas da Revista Polivisão, por exemplo, são de 1986. Encontra-se indicado, na revista, que se trata de seu segundo ano de funcionamento, entretanto, não foram encontrados números anteriores, apenas a menção, entre docentes, de que a mesma havia circulado em 1977.

Já os jornais “O Marquês” e “O General” circularam concomitantemente na década de 1990, este último, mais especificamente em 1996, ano que foi marcado pela

promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entende-se que os referidos jornais foram publicados em um momento de grande agitação da política educacional nacional. A promulgação de uma nova LDB, a primeira década de redemocratização e os embates sobre os rumos que a educação nacional tomaria, formam um contexto deveras importante de ser analisado.

O impresso mais recente é o Informativo da Escola Prudente, que circulou em 2002. Ainda que se configure em data muito próxima a atualidade, deve-se ter em conta que os debates sobre o Plano Nacional de Educação estavam intensamente presentes. Até o presente momento, este foi o último periódico localizado. Não se pode afirmar que a prática de desenvolver a imprensa pedagógica foi abandonada ou se os periódicos não são mais impressos, sendo produzidos em forma digital.

Torna-se importante ressaltar, que o período de circulação dos periódicos coincide, também, com as décadas marcadas pelas greves do magistério estadual, momentos em que houve grande mobilização desse grupo em prol da defesa da educação e dos interesses da classe. Destaca-se que a maior parte dos periódicos era produzida por instituições vinculadas à rede estadual de ensino, logo, relacionada com as greves do magistério.

Ressalta-se o importante papel que tais periódicos apresentam, tendo em vista que, ainda que em diferentes formatos, abarcam ideários pedagógicos, didáticos e políticos. São representação de diferentes épocas e distintas conjunturas políticas, as quais influenciaram diretamente a atuação de docentes, as relações entre a escola e os alunos, bem como a compreensão da escola como instituição de ensino. O estudo de tais órgãos da imprensa pedagógica permite perceber a imbricadas relações entre o nacional e o local, posto que representam uma conjuntura política ampla, mas permeada pelas relações políticas locais, as quais são discreta ou diretamente apresentadas nas páginas das publicações.

Estudar tais revistas e jornais permite, ainda, perceber quais posicionamentos teóricos estavam presentes na formação do corpo docente, além de possibilitar o estudo de como tais referenciais eram resignificados no espaço escolar, específico e singular. Pode-se perceber como docentes compreendiam a si mesmos e como compreendiam as instituições a que se vinculavam, como se constituíam agentes de uma história local e como entendiam a função social da escola e de si mesmos.

## Referências

AMARAL, Giana Lange. **Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais**. Revista História da Educação, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 117 - 130, janeiro/junho, 2002.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Um periódico juvenil: civilidades nas páginas de O Clarim**. Conjectura, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p. 123-144, maio/agosto, 2012.

BASTOS, Maria Helena Camara. Impressos e cultura escolar: percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil. In: HERNÁNDEZ DIÁZ, José María (org.). **La prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales (1929 - 1989): a revolução francesa da historiografia**. 2.ed. - São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

COLLANTES CAROLLO, F. Aproximación a la prenta escolar ferrolana a través de Nueva Infancia, ensayo de periódico para niños, en el periodo de la Segunda República. In: HERNÁNDEZ DIAZ, José María. **La prensa de los escolares y estudiantes**. Su contribución al Patrimonio Histórico Educativo. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2015, p. 97-102.

HERNÁNDEZ DIAZ, José María. **La prensa de los escolares y estudiantes**. Su contribución al Patrimonio Histórico Educativo. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2015.

INGRASSIA, Talita Rangel. **O gênero na docência da educação profissional: cenários do ensino técnico em Osório/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação Básica Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Osório, p. 26, 2015.

MARTIARENA DE OLIVEIRA, MARIA AUGUSTA. **Escola Maria Teresa Vilanova Castilhos - Escola Polivalente: acervos fotográficos e História da Educação**. RIDPHE\_R REVISTA IBEROAMERICANA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO, v. 3, p. 323-336, 2017.

\_\_\_\_\_. **Revista Polivisão: a imprensa pedagógica em uma escola polivalente**. In: HERNÁNDEZ DIAZ, José María (Ed.). **La prensa pedagógica de los profesores**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, p. 215-228.

MAUER, Diana Patrícia. SILVA, Yago Schwartzhaupt de Souza da; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. **As greves do Magistério Estadual em 1979 e 1980 sob a ótica dos jornais do litoral norte gaúcho**. In: 22º ENCONTRO DA ASPHE, Unipampa, Bagé, 2016.

MOTA, Luis; VILHENA, Carla; FERREIRA, António Gomes. Rumo. Periódico de los alunos de la Escuela de Magisterio Primario de Coímbra. El día a día em um centro de enseñanza normalista (1942-1974). In: HERNÁNDEZ DIAZ, José María (Ed.). **La prensa pedagógica de los profesores**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015, 501-514.

NAWROSKI, Alcione; HUNGARO, Daniele. A educação rural na imprensa de Joinville/Brasil. In: HERNÁNDEZ DIAZ, José María (Ed.). **La prensa pedagógica de los profesores**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015, 801-814.

OLIVEIRA, Terezinha; PERIN, Conceição Solange Bution. Uma intelectual no Diário de Notícias: Cecília Meireles e a defesa do escolanovismo na educação brasileira (1930-1932). In: HERNÁNDEZ DIAZ, José María (Ed.). **La prensa pedagógica de los profesores**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, 717- 726.

REAL APOLO, Carmelo; MONTERO PEDRERA, Ana María. La prensa pedagógica de Badajoz a finales del siglo XIX: estudio de El Pacense (1891-1899). In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José María (org.). **Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo**: contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamérica. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. **Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico**: o caso da Revista do Ensino (1929-1930). Acta Scientiarum. Education, Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, abril-junho, 2015.

SANI, Roberto. La stampa per gli insegnanti nell'italia dell'otto e del novecento. In: HERNÁNDEZ DIAZ, José María (Ed.). **La prensa pedagógica de los profesores**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, 33-64.

TEIXEIRA, Clarice Maria de Sousa Portela Germann; MAUER, Diana Patrícia; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho: Acervos Jornalísticos e a História da Educação. In: VIANNA, Marcelo; SANTOS, Rodrigo L. dos; POMATTI, Angela B. et al. (Orgs.). **Livro de trabalhos do VI Ofício de Clío**: pesquisadores, acervos e espaços de memória. Ivoti: ISEI, 2018. ISBN: 978-85-62270-07-9. p. 47-57.

TEIXEIRA, Clarice Maria de Sousa Portela Germann; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. **Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho**: A imprensa como fonte e objeto de estudo para História da Educação. In: 23<sup>º</sup> ENCONTRO DA ASPHE, FURG, Rio Grande, 2017.

VECHIA, Ariclê; FERREIRA, António Gomes. A revista A Escola: inovações educacionais e a construção da nacionalidade brasileira. In: HERNÁNDEZ DIAZ, José María (Ed.). **La prensa pedagógica de los profesores**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018, 357-368.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes. **A Imprensa Pedagógica Especializada e a Pesquisa Histórica e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, setembro/dezembro, 1992.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; NIENOV, Gisele. **Escola Normal Rural e seu impresso estudantil**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45. p. 81-105, 2007.

Enviado em: 13.04.2019

Aceito em: 19.05.2019

**A RELEVANCIA DA PRESERVAÇÃO DE IMPRESSOS PARA A PESQUISA SOBRE O CINEMA EDUCATIVO NO RIO GRANDE DO SUL - REVISTA DO ENSINO/RS, BOLETIM E BOLETIM INFORMATIVO DO CPOE/RS (DECADA DE 1920 A 1960)**

THE REVELANCE OF PRESS PRESERVATION FOR THE RESEARCH ON THE EDUCATIONAL CINEMA IN RIO GRANDE DO SUL – REVISTA DO ENSINO/RS, BOLETIM AND BOLETIM INFORMATIVO DO CPOE/RS (DECADE OF 1920 TO 1960)

Carolina Severo<sup>1</sup>

Maria Helena Camara Bastos<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo aborda a relevância da preservação de impressos para a pesquisa sobre cinema educativo no Rio Grande do Sul. Em 1937, em pleno regime ditatorial do Estado Novo, o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) foi oficializado, encarregando-se da produção e distribuição de filmes específicos para instituições escolares até 1966, momento em que é transformado em Instituto Nacional de Cinema. Objeto de discussão de intelectuais brasileiros, entre as décadas de 1920 e 1960, o cinema educativo foi tema de artigos em diversos impressos, sendo um deles a *Revista do Ensino/RS*. Em 1958, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS) organizou o Serviço de Cinema Educativo (SERCE). A descrição dos objetivos deste setor, tal como as atividades proporcionados por ele estão presentes no *Boletim do CPOE/RS* e no *Boletim Informativo do CPOE/RS*. Dessa maneira, o estudo visa analisar, nos periódicos citados, as orientações didático-pedagógicas sobre o uso do cinema em sala de aula; identificar as atividades realizadas pelo SERCE; e relacionar a preservação de periódicos de educação e ensino com a continuidade de pesquisas sobre o cinema educativo no Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Cinema educativo. Impressos pedagógicos. Cultura escolar.

**Abstract:** The present study approaches the relevance of printed matter preservation for research on cinema educational at Rio Grande do Sul. In 1937, under the dictatorial regime of "Estado Novo", the National Institute of Cinema Educational was officialized, of the production and distribution of specific films for school institutions until 1966, at which time he was transformed into National Cinema Institute. The Institute then was in charge of the production and distribution of specific films for schools until 1966, when was then transformed into National Cinema Institute. A subject of discussion of brazilian intellectuals, between the 1920s and the 1960s, cinema education was the focus of articles on several printed materials, one of them being the Magazine of Teaching (*Revista do Ensino/RS*). In 1958, the Educational Research and Guidance Center of Rio Grande do Sul (CPOE/RS) organized the Educational Cinema Service (SERCE). The description of the objectives of that sector, as well as the activities provided by it, are present in the CPOE/RS report and in the CPOE/RS Newsletter. Thus, this study aims to analyze, in the cited journals, diddact-pedagogical guidelines in the use of cinema at the classroom, identify the

---

<sup>1</sup> Mestranda em História - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: [carolinaasty@gmail.com](mailto:carolinaasty@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação - Filosofia e História da Educação na Universidade de São Paulo; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível B1; Editora da Revista História da Educação da Associação Sul-riograndense de Pesquisadores em História da Educação/Asphe. E-mail: [mhbastos1950@gmail.com](mailto:mhbastos1950@gmail.com)



activities carried out by the SERCE, and relate the preservation of education and teaching periodicals with the continuity of research of cinema education at Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Educational cinema. Pedagogical forms. School culture.

## Introdução

O presente estudo<sup>3</sup> aborda a relevância da preservação de impressos para a pesquisa a respeito do cinema educativo no Rio Grande do Sul. Em 1937, em pleno regime ditatorial do Estado Novo, o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) foi oficializado, tornando-se o primeiro órgão oficial do Estado voltado ao cinema e dedicado à produção e distribuição de filmes educativos para instituições escolares. Em 1966, é transformado em Instituto Nacional de Cinema, tendo sido desenvolvido um setor específico para a área de educação, o Departamento de Filme Educativo (DFE). É importante relacionar o INCE aos demais órgãos criados durante o governo de Vargas, no intuito de o compreender como mais uma das instituições que serão utilizadas no Estado Novo (1937-1945), com o objetivo de atuar na campanha de renovação nacional. Dessa maneira, conforme Catteli (2010) estabelece, pela perspectiva autoritária do Estado Novo, o cinema educativo era compreendido como um instrumento que auxiliava o controle das massas através dos meios de comunicação. Além disso, o Instituto completou 30 anos de funcionamento, tendo transitado em sete governos: Getúlio Vargas (1937-1945); General Gaspar Dutra (1946-1951); Getúlio Vargas (1951-1954); Juscelino Kubitcheck (1955-1961); Jânio Quadros (1961); João Goulart (1961-1964) e Castelo Branco (1964-1967).

Objeto de discussão de intelectuais brasileiros, entre as décadas de 1920 e 1960, o cinema educativo foi tema de inúmeros artigos em diversos impressos. Contudo, com exceção da pesquisa desenvolvida por Severo (2018), não localizamos estudos a respeito dos debates, comunicados, textos e orientações didático-pedagógicas referentes ao uso de filmes em sala de aula presentes em periódicos, sejam eles de educação ou relacionados ao cinema em geral. Tendo em vista que as investigações sobre o cinema educativo no Brasil, realizadas até o momento, abrangem somente o próprio INCE, localizado no Rio de Janeiro, e os debates de intelectuais e educadores sobre o cinema educativo, entre a década de 1920 e 1930, pode-se afirmar que há uma ausência de pesquisas que tenham como objeto as orientações didático-pedagógicas presentes em impressos de educação e

---

<sup>3</sup> O presente estudo integra o projeto de pesquisa: Revista do Ensino/RS (1951-1978): entre imagens e discursos.

ensino regionais. Em relação a isso, há o caso da *Revista do Ensino/RS*, que por meio de um estudo desenvolvido por Severo (2018), foi possível localizar informações de que o Centro de Pesquisas e Orientação Educacional do Rio Grande do Sul (CPOE/RS) foi responsável, em 1958, pela organização de um Serviço de Cinema Educativo (SERCE), encarregado de elaborar atividades no Rio Grande do Sul e tornar o cinema educativo mais acessível no Estado, principalmente, na cidade de Porto Alegre. Tanto o *Boletim do CPOE/RS* como o *Boletim Informativo do CPOE/RS* contam com informações do SERCE.

A fundação do CPOE/RS, em 1943, insere-se dentro de um contexto de reforma educacional no Rio Grande do Sul. Segundo Quadros (2006), o órgão caracterizava-se por um caráter centralizador e normativo, podendo ser compreendido como um espaço de intervenção direta na organização e funcionamento da educação sul-rio-grandense, tendo sido responsável por "cursos de formação de professores; orientação educacional; controle do rendimento escolar; estudos psicopedagógicos; e pela promoção dos fundamentos da Escola Nova" (2006, p.24-25). Com exceção da tese do autor, datada de 2006, da tese de Peres (2000) e do artigo de Fischer e Fischer (2015), não foram localizados outros estudos que tenham como objeto o CPOE/RS ou seus setores e serviços. Considerando-se o período de atuação deste órgão e a grande influência que teve no cenário educacional gaúcho, é preocupante que não foram desenvolvidas outras pesquisas. A respeito disso, lança-se a hipótese de que isso deve estar relacionado à dificuldade de localizar a documentação e o pouco conhecimento da história do CPOE/RS dentro da Secretaria da Educação. Este último fator é citado por Fischer e Fischer (2015), que colocam que no momento em que foram solicitar os Boletins do Centro na biblioteca da Secretaria, são retornadas com as seguintes palavras da bibliotecária: "cepê-o-quê?".

De acordo com Vidal (2008), a imprensa pedagógica possibilita ao historiador da educação analisar a diversidade do processo educativo, como também o pensamento educacional desejado por instituições e governos. Isto se deve à questão de que é produzida, na maioria das vezes, por profissionais da área da educação, permitindo, assim, "distinguir as discussões, polêmicas e conflitos que perpassam e envolvem os indivíduos ou os acontecimentos no campo educacional" (2008, p.5). No caso do presente estudo, os três impressos dispõem de informações sobre a prática do cinema educativo no Rio Grande do Sul que, até o momento, não foram localizadas em outros documentos. Enquanto os números da *Revista do Ensino/RS* estão disponíveis em diferentes locais de

documentação, os Boletins do CPOE/RS encontram-se somente - com exceção do Boletim referente aos anos de 1963 a 1966, na Biblioteca Setorial de Educação da UFRGS - no Centro de Documentação da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul/Seduc. Já os Boletins Informativos foram localizados somente na Biblioteca acima citada.

Os números da *Revista do Ensino/RS* foram localizados na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e no Memorial do Colégio Farroupilha. Já a análise do *Boletim Informativo*, do ano de 1965 ao 1966, foi realizada na Biblioteca de Educação da UFRGS. E os *Boletins do CPOE/RS* foram localizados e analisados no Centro de Documentação/SEDUC. Dessa maneira, a pesquisa visa analisar as orientações didático-pedagógicas sobre o uso do cinema em sala de aula presentes na *Revista do Ensino/RS* e no Boletim do CPOE/RS; identificar as atividades realizadas pelo SERCE por meio do Boletim Informativo do CPOE/RS; relacionar a preservação de periódicos pedagógicos com a continuidade de pesquisas sobre o cinema educativo no Rio Grande do Sul e problematizar a condição nas quais os documentos do CPOE/RS estão arquivado no Centro de Documentação da Secretaria da Educação. Assim, o estudo divide-se em três partes: a primeira busca construir um breve histórico do cinema educativo no Brasil; a segunda refere-se às orientações didático-pedagógicas sobre o uso de filmes em sala de aula presentes na *Revista do Ensino/RS*; a terceira aborda as atividades do SERCE descritas no *Boletim* e no *Boletim Informativo do CPOE/RS*; e, por fim, as considerações finais.

### **No escurinho da sala de aula: o desenvolvimento do cinema educativo no Brasil (1910-1930)**

Durante o início do século XX, em decorrência do crescimento e da popularização do cinema, salas de exibição passaram a ser construídas e se transformaram em um novo espaço de sociabilidade das cidades. Já nos anos de 1910, de acordo com Ferreira (2004), houve a elaboração do projeto Cinema Escolar, entre 1916 e 1918, sob a organização de dois inspetores escolares da rede pública municipal do Rio de Janeiro: Fábio Lopes dos Santos, médico higienista, e José Venerando da Graça Sobrinho, funcionário público municipal. O objetivo girava em torno da produção do que chamaram de fitas pedagógicas. A ideia de cinema educativo era compreendida como o desenvolvimento de filmes com os próprios alunos.

Na década de 1920, o cinema se consolida como indústria e arte, e, em decorrência da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos dominam o mercado cinematográfico, iniciando a ascensão das obras hollywoodianas. Em meio a esse período, certos intelectuais brasileiros passam a discutir sobre as possibilidades do ensino por meio dos filmes. Entre eles, destacam-se Edgar Roquette-Pinto<sup>4</sup>, Jonathas Serrano<sup>5</sup> e Venâncio Filho<sup>6</sup>. Para a intelectualidade, o cinema dividia-se em bom cinema e mau cinema, sendo esse último formado pela maioria dos gêneros de drama, comédia e policial. Esse grupo defendia o potencial das películas como um poderoso auxiliar do professor e um importante instrumento educativo. Contudo, a compreensão sobre o que seria cinema educativo vai sendo realizada por meio dos debates e textos que passam a ser publicados.

Contudo, esse fenômeno chegou ao Brasil em um momento em que a educação era alvo de disputas entre a Escola Nova e a Escola Tradicional. A primeira foi um movimento formado por educadores que defendiam o ensino público, laico, gratuito e universal. Assim, os escolanovistas buscavam a modernização da sociedade por meio da educação. Segundo Souza (2008), a Escola Nova visava a renovação do ensino primário a partir da expansão do ensino público, sendo este compreendido como um “programa com base em centros de interesse, métodos de projeto ou outras formas de integração das matérias e a utilização de atividades diversificadas” (2008, p.80). A respeito disso, a autora aponta as chamadas instituições auxiliares como parte desse plano de renovação didática e que seriam essenciais para a ampliação da ação educativa da escola, já que a aproximariam do meio social e estenderiam o seu campo de poder e de intervenção sobre a sociedade. Entre os exemplos existentes, pode-se citar a biblioteca infantil, o cinema educativo, o jornal escolar infantil, o banco escolar e o clube agrícola. Entretanto, Souza (2008) afirma que

---

<sup>4</sup> Nascido no dia 25 de setembro de 1884, formou-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1905. Em 1906, ingressa no Museu Nacional como professor assistente de Antropologia, onde se dedicou ao estudo de antropologia indígena. Também se dedicou como professor de história natural na Escola Normal do Distrito Federal e como professor de fisiologia na Universidade Nacional do Paraguai. Em 1910, é responsável pela organização de uma filмотeca no Museu Nacional, onde passa a ser diretor em 1926. Em 1936, é convidado a dirigir o Instituto Nacional de Cinema Educativo, deixando o órgão apenas em 1947. Em 1948, assume a Vice-Presidência do Instituto Internacional de Cinema Científico.

<sup>5</sup> Nascido no Rio de Janeiro em 6 de maio de 1885, formou-se em Direito em 1909. Em 1914, tornou-se membro do Conselho Superior de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. Entre 1932 e 1933, atuou como subdiretor técnico de Instrução Pública do Distrito Federal. Sobre o trabalho de Serrano com cinema educativo, ver CAMPELO (2007).

<sup>6</sup> Nascido em Campos, Rio de Janeiro, em 1894, formou-se em Engenharia Civil em 1916. Em 1937, ganha o prêmio Francisco Alves da Academia Brasileira de Letras.

tais iniciativas não chegaram a alcançar grandes resultados no cotidiano escolar, tornando-se atividades praticadas pelos professores em determinadas ocasiões com o intuito de enriquecer o currículo escolar. Cabe lembrar que Roquette-Pinto, Francisco Venâncio e Jonathas Serrano foram signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*<sup>7</sup>, sendo os três grandes precursores do cinema como um meio escolar e ferramenta pedagógica.

Analisando a produção bibliográfica, entre o período de 1920 e 1930, referente ao cinema educativo no Brasil, Catteli (2010) afirma que a Escola Nova coloca as obras cinematográficas instrumentos para auxiliar a renovação das práticas escolares e um meio para garantir o acesso do conhecimento escolar a um maior número de pessoas, atentando à população analfabeta. A autora defende que houve uma parceria entre os educadores e, os “homens do cinema”, sendo os primeiros interessados na educação das massas e, os segundos, na produção de filmes, o que acarretaria no desenvolvimento de uma indústria cinematográfica e, assim, na ampliação do público voltado ao cinema. Dessa maneira, Catteli (2010) estabelece que:

[...] a proposta de filmes educativos defendida pelos educadores da Escola Nova e pela revista Cinearte<sup>8</sup> poderia ser caracterizada pelos seguintes aspectos: 1) o cinema contribuiria para a educação das massas; 2) pela via da educação das massas formava-se um público de cinema; 3) o discurso moralista dos educadores combinava com uma proposta de domesticação do cinema por meio da moralização dos filmes, trazendo assim para o cinema nacional também o público de classe média e a elite letrada; 4) contribuía para a educação do próprio cinema, adequando temas e formas de representação ao modelo pretendido (CATTELI, 2010, p. 610).

Em decorrência da Reforma do Ensino Público, implantada por Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro, o cinema é colocado como um instrumento educativo nos artigos 633 a 635 do Decreto n.2940, tornando obrigatória a existência de salas para projeção fixa e animada, quando a instituição escolar funcionar em edifício próprio. Em 1929, foi realizada a Primeira Exposição Cinematográfica Educativa, organizada por Venâncio Filho e Jonathas Serrano. Na obra *Cinema e Educação*, escrita por ambos e publicada em 1930, consta que o evento tinha como objetivo realizar uma breve retrospectiva de diversos meios de projeção animada, visando apresentar tais aparelhos

---

<sup>7</sup> Sobre o Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, ver Vidal (2008).

<sup>8</sup> Fundada em 3 de março de 1926 no Rio de Janeiro, foi uma revista especializada em cinema que circulou até 1942.

ao professorado. Em 1932 é implantado o decreto n.21.240/32, através do qual nacionaliza-se o serviço de censura cinematográfica e, segundo Schvarzman (2004): “incentiva-se a exibição de filmes educativos, a censura, antes local e policial, é unificada e são criados mecanismos de incentivo à produção cinematográfica com a redução das taxas alfandegárias sobre o filme virgem” (2004, p.264). Assim, de acordo com Antonacci (1993), foi criada a Comissão de Censura Federal, instalada no Ministério de Educação e tendo como presidente Roquette-Pinto. Entre os demais membros, destacam-se Anísio Teixeira Filho, Venâncio Filho, Jonathas Serrano e Lourenço Filho.

Em 1936, é criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, sendo oficializado em 1937. Tendo se tornado o primeiro órgão brasileiro voltado ao cinema, teve como diretor, entre 1936 e 1947, Roquette-Pinto. O INCE estava voltado para a produção e distribuição de películas educativas. O Instituto teve como funcionário Humberto Mauro<sup>9</sup>. É de extrema importância compreender o INCE como mais um dos órgãos que serão utilizados no regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945) com o objetivo de atuar na campanha de renovação nacional. Nesse sentido, deve-se ter em vista que o conteúdo dos filmes produzidos pelo o Instituto não era de forma alguma neutro, estando de acordo com a reforma educacional imposta pelo governo.

Se em um determinado momento houve um intenso debate sobre o cinema educativo, acarretando a criação de um órgão oficial do governo – que estava de acordo com os interesses deste -, o contexto se transforma com a redemocratização em 1945. Segundo Carvalho (2008), sob uma perspectiva internacional, após a Segunda Guerra Mundial, a ênfase sobre o uso do cinema na educação foi perdendo espaço para outros meios de comunicação de massa, principalmente para a televisão. A atuação do INCE continua e, a partir de 1947, a direção passa para Pedro Gouvêa, médico e técnico em educação do Ministério de Educação e Saúde. Em meio a esse contexto, o instituto inicia a década de 1950 já apresentando um significativo enfraquecimento tanto no cenário educativo como no âmbito governamental. A divisão, em 1953, do Ministério da Educação

---

<sup>9</sup> Nascido em Volta Grande, Minas Gerais, em 1897, foi um importante cineasta brasileiro. Em 1926, dirigiu *Thesouro Perdido*, que foi considerado, em 1927, o melhor filme nacional. Mauro inicia no INCE em 1936, mesmo antes da oficialização, e se aposenta em 1964. Durante os seus vinte e oito anos no INCE, o cineasta atuou como diretor, fotógrafo, roteirista, montador e diretor de arte. Como é possível observar na historiografia clássica do cinema brasileiro, Humberto Mauro foi elevado a mito de origem do cinema nacional, sendo muitas vezes mencionado como pai do cinema brasileiro. Ver TOCANTINS (1978) e RANGEL (2010).

e da Saúde em Ministério da Saúde (MS) e em Ministério da Educação e da Cultura (MEC) colaborou mais ainda para esse fenômeno. Em 1961, a gestão fica sob o comando de Flávio Tambellini, crítico de cinema, fundador da Comissão Municipal de Cinema do Estado de São Paulo e presidente do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE)<sup>10</sup>. Por meio do decreto-lei n. 43, promulgado em 18 de novembro de 1966, o INCE foi transformado em Instituto Nacional de Cinema (INC), tendo como primeiro diretor Tambellini, que atua até 1967.

Em 2010, a Cinemateca Brasileira, em parceria com o Centro Técnico Audiovisual (CTAv)<sup>11</sup>, finalizou a recuperação dos filmes do INCE. Para a realização deste trabalho, conforme consta no Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca (BCC), foram necessárias “a identificação dos materiais e das melhores matrizes para a recuperação dos filmes; processar laboratorialmente imagens e sons; pesquisar e sistematizar cada obra” (Banco de Conteúdos Culturais )<sup>12</sup>. Como o próprio BCC estabelece, o INCE, tendo atuado durante trinta anos, construiu um extenso catálogo de filmes, onde é possível identificar e analisar transformações e permanências da sociedade brasileira, como também elementos da ideologia do governo vigente durante o período a produção da obra; e difundiu o cinema educativo no território nacional.

Atualmente, estão disponíveis gratuitamente duzentos e dezoito obras do INCE no BCC, o que torna possível para pesquisadores tomarem esses documentos visuais como objetos de estudo. Entretanto, poucos ainda tomaram esta atitude<sup>13</sup>, sendo *Descobrimento do Brasil* (Humberto Mauro/1937) o filme mais analisado. Além disso, também são escassas as pesquisas sobre a história do cinema educativo brasileiro.

---

<sup>10</sup> Criada em 17 de fevereiro de 1961, por meio do decreto n. 50.278/61, a GEICINE era responsável pelas ações de incentivo à indústria cinematográfica brasileira. Contudo, pelo decreto-lei n. 43/66, foi extinta em 18 de novembro de 1966. Este último decreto é o mesmo que instituiu a transformação do INCE em INC.

<sup>11</sup> Nasceu em 1985 por meio de uma parceria entre a Embrafilme e o canadense [National Film Board \(NFB\)](#). Em 2003, foi incorporado a estrutura do Ministério da Cultura (Minc). A instituição visa apoiar o desenvolvimento da atividade audiovisual brasileira; estimular o aprimoramento da produção de filmes de animação e curta metragem; e atuar como órgão difusor de tecnologia cinematográfica para núcleos regionais de produção, como também apoiar o surgimento deles. Para mais sobre o CTAv, ver a Carta de Serviços ao Cidadão, disponível em: <[http://ctav.gov.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/08/CARTA-DE-SERVI%C3%87O-AO-CIDAD%C3%83O-CTAv\\_2018-vf-Copia-1.pdf](http://ctav.gov.br/wp-content/uploads/sites/5/2018/08/CARTA-DE-SERVI%C3%87O-AO-CIDAD%C3%83O-CTAv_2018-vf-Copia-1.pdf)>.

<sup>12</sup> INCE. Banco de Conteúdos Culturais. Disponível em: <<http://www.bcc.org.br/colecoes/ince>>.

<sup>13</sup> Morettin (1999) analisa *Descobrimento do Brasil* (Humberto Mauro/1937), identificando estratégias narrativas que demonstram conexões entre a obra de Mauro e o cenário político do Brasil dos anos de 1930. Ainda tendo como foco o filme acima citado, Trevisan (2016) contextualiza a obra e coloca que esta “conta uma história a partir de elementos de ordem, harmonia e progresso, colocando, de um lado, o herói português, e do outro, o índio pacífico e carente de civilização” (2016, p.232).

### **As orientações didático-pedagógicas sobre o uso do cinema em sala de aula na *Revista do Ensino/RS***

Tendo o seu primeiro número publicado em setembro de 1939, a *Revista do Ensino*<sup>14</sup>, sob o patrocínio da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul (Sesp/RS) e tendo a sede localizada em Porto Alegre, foi um periódico educacional que teve como objetivo ser um instrumento de auxílio ao professorado. Os objetivos do impresso estão diretamente relacionados com a política estadonovista, marcada pela campanha de “reconstrução nacional”. Colocando-se como auxiliar do projeto desenvolvido pelo Estado Novo e defendendo uma educação nacional, almejava tornar-se um canal de interlocução entre o Estado e o magistério do Rio Grande do Sul.

Fora de circulação desde 1942, a revista volta a ser publicada em 1951, mantendo o apoio institucional da Secretaria de Educação e Cultura (SEC/RS). Entre as mudanças realizadas, pode-se apontar que se torna nacional, atingindo todo o território brasileiro. A partir de 1956, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (CPOE-RS) passa a ser encarregado da supervisão técnica do impresso. Além disso, por meio da lei n.5.692/71, o periódico amplia sua área de abrangência para além do ensino primário. Entretanto, como Bastos (1997) aponta, com a extinção do CPOE/RS em 1971, a revista percorreu diferentes órgãos da SEC/RS, como também houve a troca constante de Editoras responsáveis pela sua publicação. A autora coloca tais fatores, junto com as mudanças administrativas da SEC/RS, como responsáveis pela descontinuidade e descaracterização do impresso, o que acarretou na interrupção das suas atividades em 1978.

Já em seu primeiro número, de 1939, a *Revista do Ensino* contou com uma matéria intitulada *O cinema a serviço da educação*, de autoria de Maria Cibeira, Catedrática de Pedagogia do Instituto de Educação. A autora aborda a capacidade do cinema como um instrumento auxiliar na sala de aula, atentando para as suas vantagens para o ensino. De acordo com Cibeira (1939), os aperfeiçoamentos referentes à cinematografia abriram novos campos e perspectivas para o seu aproveitamento em sala de aula, observando que pode se tornar um grande instrumento para a educação popular, contribuindo para o levantamento do padrão de vida e de trabalho das massas proletárias. Entretanto, afirma

---

<sup>14</sup> Sobre a história da *Revista do Ensino/RS*, ver BASTOS (2005).



que “o cinema educa sempre, educa bem ou mal, mas está sempre fornecendo estímulos e enriquecendo experiências” (CIBEIRA, 1939, p.23). Dito isso, enfatiza que o cinema é apenas um auxiliar do mestre, nunca o substituindo. Dessa maneira, Cibeira (1939) atenta para a necessidade de verificar se o filme está de acordo com certas questões, como: os interesses do professor; a idade e classe dos alunos e com o programa da disciplina.

O número 61, publicado em 1959, apresenta um artigo descritivo sobre o Setor de Cinema Escolar da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, escrito pela professora Judith Andrade Corrêa, coordenadora do local. Segundo Corrêa, o setor estava subordinado ao Serviço de Divulgação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, vinculado a Prefeitura do Distrito Federal, localizando-se no Rio de Janeiro. Afirma que o espaço apresenta uma filmoteca composta por filmes educativos e recreativos, sendo eles sonoros, mudos, nacionais e estrangeiros, todos disponíveis aos educandários públicos do Distrito Federal. Acrescenta, ainda, que sempre que necessário, ocorre a prática da censura nas películas. Contudo, o setor não é responsável pela edição das obras. A autora aponta as qualidades de um bom filme educativo: nitidez, clareza – para não haver dubiedades para a interpretação dos alunos –, lógica no encadeamento das ações e uma bela estética para atrair o público estudantil. Dito isso, Corrêa (1959) pontua a maneira pela qual a película deve ser trabalhada em sala de aula, fazendo referência a Roquette-Pinto com o intuito de defender a seriedade do cinema educativo.

O setor aconselha este tipo de projeção da seguinte maneira: 1o. O filme é passado pelo professor para seu exame pessoal e análise do material contido na película; 2º O professor deve tomar conhecimento do roteiro que acompanha o filme ampliando, reduzindo, resumindo ou modificando de acordo com o grau de instrução da classe; 3o a exibição perante a classe, do filme silencioso desprovido de legendas, exige a explicação oral do mestre à vista das cenas. O prof. Roquette Pinto afirmava que, “o verdadeiro cinema educativo moderno não é mais um momento de descanso para o professor; deve ser antes um ônus acrescido aos deveres do mestre” (CORRÊA, 1959, p.29).

O restante das orientações didático-pedagógicas estão em total conformidade com os dois artigos acima descritos. Nas matérias em que há o desenvolvimento de um breve histórico sobre o cinema educativo, nota-se uma espécie de "história oficial", sempre remetendo Roquette-Pinto como o precursor de tal fenômeno; fazendo referência à obra Cinema e Educação, de Jonathas Serrano e Francisco Venâncio Filho; e apontando a criação do INCE como uma iniciativa de Gustavo Capanema. Outros nomes como Rui Barbosa e Fernando de Azevedo também aparecem. Além disso, há pontos em comum entre certos

artigos sobre o cinema como um dispositivo pedagógico. O primeiro refere-se à questão de que o filme irá educar de qualquer maneira, podendo auxiliar no ensino da criança e do jovem, como também colaborar com o desvio moral. Assim, diferentes autores defendem a existência do bom e condenam o mau filme, sendo este a maior parte dos gêneros de comédia e drama.

Entretanto, deve-se atentar para o número 79, datado de 1961, onde consta um comunicado da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, do CPOE/RS e do SERCE, assinado por Maria Nadir de Freitas e Luiz F. Lucena Borges, técnicos em Educação. Os autores apresentam um histórico do desenvolvimento do cinema educativo no Brasil, apontam a maneira como a educação cinematográfica foi sendo organizada no Rio Grande do Sul. Argumentam que em decorrência do tamanho do território brasileiro, estava ocorrendo problemas na distribuição dos filmes para os locais mais distantes. Dessa maneira, devido a necessidade de descentralizar o Instituto, surgiram os “Acordos de Auxílios” entre o Ministério de Educação e Cultura, por meio do INCE, e os diversos estados do país. Tal parceria tinha em mente possibilitar a expansão e o desenvolvimento do cinema educativo no Brasil.

Segundo Freitas e Borges (1961), o Rio Grande do Sul, em 27 de dezembro de 1955, teria sido o primeiro estado a assinar o documento. Em janeiro de 1957, apesar de não ser oficial nem possuir o material e funcionários necessários, o SERCE passou a funcionar nas dependências CPOE/RS, tendo sido oficializado em 17 de maio de 1958. Os autores destacam que os objetivos eram “difundir e orientar a utilização da cinematografia como processo auxiliar de ensino; promover a cultura cinematográfica e estimular as iniciativas particulares” (FREITAS; BORGES, 1961, p.4). Foram indicadas, também, as orientações para o empréstimo de filmes na filмотeca do setor. O professor interessado deveria preencher a folha de registro, verificar a lista das obras disponíveis e as regras. Tanto as escolas primárias como secundárias poderiam retirar filmes.

A respeito das orientações referentes à prática de projeções de filmes em sala de aula, tornam-se comuns entre os autores os seguintes apontamentos sobre os passos que o professor deve tomar: estudo prévio a respeito da obra; verificar se o filme está de acordo com a faixa etária e o nível da classe e se é de fácil compreensão; apresentar um resumo do enredo e organizar uma atividade para ser praticada posteriormente à exibição. A partir disso, é possível colocar que as orientações a respeito do uso do cinema

em sala de aula presentes na revista seguem um mesmo padrão baseado na necessidade do professor conhecer e pesquisar sobre o assunto do filme, preparar uma atividade para realização posterior à projeção e estabelecer um diálogo com a turma referente à película. Além disso, nenhuma das matérias coloca as obras cinematográficas como uma atividade de entretenimento, compreendendo-as como instrumentos pedagógicos que deveriam ser levados com bastante seriedade.

### **O Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul nas páginas do *Boletim do CPOE/RS* e do *Boletim Informativo do CPOE/RS***

Antes do SERCE ser criado, o Boletim do CPOE/RS referente aos anos de 1956 a 1957, informa que a Seção de Orientação do CPOE possuía um Museu Audiovisual, fundado em 1954. De acordo com Quadros (2006), em 30 de janeiro de 1959, o primeiro regimento do Centro foi aprovado pelo decreto n.10.354, formalizando uma reorganização administrativa, marcada pela inserção de setores denominados de “serviços” e “secções”, entre estes estava, então, o SERCE, juntamente com o Museu Audiovisual. Além disso, recordar que a criação de um setor específico para a educação cinematográfica no Rio Grande do Sul está diretamente associada com os “Acordos de Auxílios”, que possibilitaram ao INCE propagar o cinema educativo em diferentes estados brasileiros.

O Boletim de 1960 divulga a instrução n.9, que trata sobre as projeções cinematográficas. O documento coloca que para a realização da sessão de cinema escolar, é necessário planejamento e a organização de um cine debate. Outros elementos são apontados como relevantes para a professora aplicar em sala de aula: ensinar a linguagem cinematográfica; predispor, com o auxílio dos pais, os alunos a se comportarem durante a projeção; incentivar os estudantes a realizar a análise e a crítica do filme. É enfatizado que é papel da escola disponibilizar e desenvolver a educação cinematográfica aos seus alunos. Contudo, está escrito que a sessão pode ser tanto didática como recreativa, o que pode ser apontado como uma diferença entre as orientações didático-pedagógicas da RE/RS, que sempre especificavam que o cinema educativo não deveria ser entretenimento.

Esta é a função primordial do cinema educativo, porque Cinema Educativo não é só a aplicação do filme educativo na aprendizagem ou na recreação do escolar. É também um meio eficiente de desenvolver a educação cinematográfica do escolar - futuro espectador adulto. O Cinema é a diversão mais procurada em todo o mundo. É, pois, indispensável que a escola se preocupe e se proponha a fazer a educação cinematográfica de todos os escolares. (BOLETIM DO CPOE/RS, 1960,

p.

327).

A orientação também pontua que o cinema não seria apenas um auxiliar do ensino, mas seria, antes de tudo, "uma arte autônoma e democrática, símbolo da nossa civilização, que é uma civilização audiovisual, entrando de uma maneira ou de outra na cultura integral do homem" (BOLETIM DO CPOE/RS, 1960, p.328). Por isso, os jovens não deveriam ser proibidos de assistirem filmes. Nesse sentido, atentam para o duplo aspecto do cinema na escola: a necessidade do cinema educativo e da educação cinematográfica. Em referência às projeções cinematográficas oferecidas pelo SERCE, todos os pontos estão de acordo com o comunicado presente no número 79 da RE/RS, datado de 1961.

O Boletim dos anos de 1961 e 1962 destaca-se por apresentar um comunicado<sup>15</sup> bastante descritivo a respeito da educação cinematográfica no Rio Grande do Sul, escrito pelos técnicos em educação Maria Nadyr de Freitas e Luiz F. Lucena Borges, os mesmos autores do comunicado do número 79 da RE/RS. A educação cinematográfica é colocada como um conhecimento indispensável para o professor moderno. A história do cinema educativo no Brasil e as instruções para o empréstimo de filmes são pontos desenvolvidos, mas de forma idêntica ao do número citado. Todavia, o restante do comunicado se diferencia por apresentar uma tabela com os quarenta filmes que compõem a filmoteca do setor, estando identificadas características como o título, o assunto e a duração. De acordo com as informações disponíveis, eram vinte e quatro filmes sonoros e quatro silenciosos, mas doze estavam sem a informação. Além disso, segundo o documento, o SERCE deveria conter vinte e quatro curtas metragens, treze médias metragens e um longa-metragem, sendo este *Descobrimento do Brasil*, dirigido por Humberto Mauro e lançado em 1937. Entre os assuntos, estão presentes história, anatomia, física, indústria, botânica, biografia, biblioteconomia, cidade brasileira, recursos naturais, documentário, comédia infantil, higiene, educação rural, química, ciências naturais e educação artística, sendo este último o com maior número de títulos.

Em referência às atividades desenvolvidas pelo SERCE, foi possível localizar a informação de que o setor patrocinava cursos de cinema de iniciativa particular. Segundo o regulamento deste serviço, a oficina deveria ser ministrada por um professor capacitado, o qual se responsabilizaria com a escrita de um ofício, que seria a comunicação

---

<sup>15</sup> Comunicado N°3, Boletim do CPOE/RS, anos de 1961 e 1962.

da realização do curso, anunciando o local, o período de realização e os responsáveis. Tal ofício deveria ser entregue junto com o programa da atividade, o número de aulas a serem ministradas e súmulas das aulas. Tal colocações são relevantes no sentido de que demonstram que indivíduos fora do SERCE, ou seja, do CPOE/RS, poderiam ministrar oficinas patrocinadas por este órgão.

A respeito do Boletim Informativo, este era produzido pelo Setor de Bibliotecas Escolares, tendo sido distribuído mensalmente às escolas. Conforme Quadros e Stephanou (2011, p. 103), o impresso apresentava "um calendário mensal com as datas comemorativas regionais, nacionais e internacionais, as datas de nascimento de personagens ilustres do mês e sugestões bibliográficas". Além disso, também divulgava as ações desenvolvidas por diferentes setores do CPOE/RS. Por meio da tabela 1, é possível observar os diferentes cursos e atividades elaborados pelo SERCE e pelo Museu Audiovisual durante o ano de 1965. A atuação do setor só aparece a partir do número nove, datado de maio de 1965. Tendo em vista que a orientação do Boletim de 1960 enfatiza a importância da educação cinematográfica dentro do espaço escolar, é interessante notar que entre maio e agosto foram aplicados cursos de cinema voltados tanto aos professores do ensino rural como do ensino primário e normal. Ou seja, ao patrocinar cursos de cinema, o SERCE possibilitou uma aproximação entre a linguagem cinematográfica e o professorado gaúcho, fazendo com que houvesse professores com o mínimo de conhecimento sobre o cinema. Entretanto, não foram localizadas informações de quem seriam esses professores e em quais colégios lecionavam.

| Volume | Número | Mês      | Atividades do SERCE e do Museu Audiovisual  | Página |
|--------|--------|----------|---|--------|
| I      | 7      | Março    | -   | -      |
| I      | 8      | Abril    | -   | -      |
| I      | 9      | Maio     | Curso de técnicas audiovisuais para professores do ensino rural                               | 19     |
| I      | 10     | Junho    | Curso de cinema para professores do Ensino Primário e Ensino Normal                           | 18     |
|        |        |          | Curso de Técnicas Audiovisuais para professores do Ensino Rural                               |        |
| II     | 1      | Julho    | Curso de Cinema para professores do Ensino Primários e Normal                                 | 14     |
|        |        |          | Curso de técnicas audiovisuais para professores do Ensino Rural                               |        |
| II     | 2      | Agosto   | Curso de Cinema   | 11     |
|        |        |          | Exposição de material audiovisual elaborado por professores do Ensino Primário e Ensino Rural |        |
| II     | 3      | Setembro | Atividades internas de estudo e planejamento de cursos  | 17     |

|    |   |          |   |    |
|----|---|----------|---|----|
|    |   |          | Elaboração de material  |    |
| II | 4 | Outubro  | Encontro com professores de Pelotas   | 12 |
| II | 5 | Novembro | Planejamento dos cursos para 1966   | 18 |
|    |   |          | Atualização do arquivo  |    |
|    |   |          | Preparação das súmulas para os cursos de cinema e técnicas audiovisuais                       |    |
| II | 6 | Dezembro | Conclusão dos estudos   | 11 |
|    |   |          | Elaboração do Programa Experimental de Cinema para o Curso Primário e para o Curso Secundário |    |

Tabela 1: Relação das atividades mensais do SERCE e do Museu Audiovisual de acordo com o Boletim Informativo do CPOE/RS de 1965.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Consta, no número dez do Boletim Informativo, a relação dos filmes da filmoteca do SERCE, sendo oitenta e um no total, dos quais doze eram silenciosos e sessenta e nove sonoros. Em comparação com a tabela presente no Boletim de 1961 e 1962, pode-se notar que em quatro anos houve o acréscimo de quarenta filmes. O número dois, datado de agosto de 1965, divulga que houve a exposição do material audiovisual elaborado pelos professores do Ensino Primário e Rural, o que demonstra que os cursos disponibilizados pelo Setor trabalhavam não só com a teoria, como também com a prática. Esta questão ainda produz uma importante interrogação: o que aconteceu com esses filmes? Será que foram descartados? Tais obras eram entregues aos professores ou eram armazenadas no acervo do setor? Além disso, pode-se refletir sobre a possibilidade desta iniciativa – de fazer com que professores tivessem conhecimento técnico de cinema – estar associada com uma preocupação em desenvolver pequenas produções cinematográficas com os alunos, como as fitas pedagógicas propostas por Fábio Lopes dos Santos e José Venerando da Graça Sobrinho em *Cinema Escolar*.

Em 31 de dezembro de 1965, conforme Quadros (2006), a Secretaria de Educação e Cultura do Estado sofreu uma reestruturação estabelecida pelo decreto n.17.750. Em meio a esse contexto, a estrutura do CPOE/RS é reorganizada, sendo dividida em quatro setores: Divisão de Pesquisas; Divisão de Orientação; Biblioteca Especializada e Seção de Atividades Auxiliares. O SERCE foi transformado em Setor de Cinema e Televisão Educativos, estando inserido no Serviço de Recursos Audiovisuais, que pertencia à Divisão de Orientação. A partir da análise realizada nos números do Boletim Informativo, referentes ao ano de 1966, pode-se observar que houve o maior desenvolvimento de atividades voltadas à TV educativa, em comparação ao cinema educativo. Todavia, consta

no número oito, datado de abril, que foi realizado o planejamento do curso de cinema educativo que seria realizado em Ijuí e a montagem do filme das colônias de férias de Viamão, Tramandaí e Capão da Canoa.

Tendo analisado ambos os impressos, identifica-se que há certas diferenças entre os dois. Enquanto o Boletim Informativo, produzido e distribuído pelo Setor de Bibliotecas Escolares, apenas divulgava as atividades desenvolvidas pelo SERCE, o Boletim do CPOE/RS apresentava o regulamento para o empréstimo de filmes; publicava os comunicados; continha orientações para o uso do cinema em sala de aula; e argumentava sobre a relevância do cinema educativo e dos auxiliares audiovisuais. Tanto um como o outro são fontes escritas de extrema importância para analisar a maneira como o CPOE/RS atuou em relação ao desenvolvimento do cinema educativo no Rio Grande do Sul. Além disso, no caso da *Revista do Ensino/RS*, esta apresentava orientações didática-pedagógicas para o uso de filmes em sala de aula

### **Considerações finais**

Entre as propostas deste artigo, também estava a problematização da condição nas quais os documentos do CPOE/RS estão arquivados no Centro de Documentação da Secretaria da Educação, considerando a dificuldade em localizar tanto os Boletins como os Boletins Informativos. Contudo, ao ter sido proposta uma entrevista com a arquivista, esta respondeu que não teria como ajudar, pois não tinha nenhum conhecimento sobre tal documentação. Apesar de ser compreensível, visto o tamanho do setor, torna-se preocupante o fato do Centro de Documentação não possuir informações sobre a documentação do CPOE/RS, ainda mais atenta-se para o ponto de que foi o único local, em Porto Alegre, onde os Boletins foram localizados, com exceção do Boletim referente aos anos de 1963 a 1966, que se encontra disponível na Biblioteca de Educação da UFRGS.

No *animê*<sup>16</sup>*Fullmetal Alchemist-Brotherhood*, os protagonistas estão em busca de informações sobre um artefato chamado “pedra filosofal” e decidem ir à Biblioteca Nacional Central, onde estariam documentos escritos pelo criador deste objeto. Todavia, ao chegaram no local, descobrem que parte do acervo da biblioteca havia sido perdido em um incêndio, e junto, os documentos que procuravam. Contudo, acabam encontrando Sheska, uma leitora compulsiva que, com a sua memória fotográfica, possui a capacidade

---

<sup>16</sup> Animação produzida por estúdios japoneses.

de lembrar tudo o que já leu. Assim, Sheska reproduz todo o material e os personagens conseguem ter acesso ao conteúdo que desejavam. Infelizmente, no mundo real, incêndios e outras situações – como alagamentos, mofo, pragas e faltas de cuidados gerais – podem significar a perda permanente de documentos, sendo o caso mais recente a catástrofe no Museu Nacional localizado no Rio de Janeiro, que sofreu um incêndio e teve grande parte das suas coleções destruídas. Neste contexto, pode-se colocar como exemplo este próprio estudo, que é relevante no sentido de que também é um registro sobre a existência e potencialidade dos impressos aqui analisados, mas não substitui, em hipótese alguma, a necessidade da preservação destes.

A preservação dos impressos do CPOE/RS e da RE/RS envolve não só a preservação da história do cinema educativo do Rio Grande do Sul, como também da própria história do cinema e do audiovisual do estado, pois ambas estão intrinsecamente associadas. Neste sentido, a investigação de vestígios do cinema educativo deveria ser uma preocupação dos historiadores do cinema e dos que trabalham com a relação cinema-história, e não só dos historiadores da educação. Ao pensar em meios de conservação e facilitação para pesquisa, é impossível não se ter em mente as diversas possibilidades que o mundo digital oferece, já que, como Amorim (2000) aponta, este amplia o conceito de preservação, pois através da digitalização e disponibilização dos documentos *on-line*, auxilia na conservação destes e facilita imensamente o acesso dos pesquisadores. Claro que se sabe das inúmeras dificuldades para a realização de um projeto como este, ainda mais sendo este inserido na realidade de um órgão público. Contudo, ainda pode-se indicar a possibilidade do desenvolvimento de uma relação dos documentos disponíveis no Centro de Documentação da Secretaria da Educação do estado, podendo este ser disponível *on-line* com o intuito de guiar os pesquisadores que buscam fontes neste espaço, visto, principalmente, a dificuldade de se comunicar com este setor. No caso da Biblioteca Setorial de Educação da UFRGS, já existe o catálogo *on-line* SABI, que corresponde à todas as bibliotecas da universidade.

Esta questão vinculada à facilitação do acesso aos documentos está diretamente relacionada ao objetivo de um centro de documentação, que, de acordo com Nascimento (2016, p. 7), é "reunir, guardar e classificar documentos, bem como disseminar informações dos mesmos". Levando isto em consideração e tendo em vista que, até o momento, todas as informações a respeito do SERCE/RS foram localizadas por meio de



três impressos vinculados ao cenário educacional sul-rio-grandense, enfatiza-se a relevância da função desses locais onde os documentos estão arquivados de salvaguardá-los, buscando a preservação destes e possibilitando que outros pesquisadores deem continuidade ao estudo do cinema educativo no Rio Grande do Sul.

Além das experiências passadas é importante preservar as que mais recentemente tem sido desenvolvidas. Por exemplo, na cidade de Porto Alegre/RS são realizadas diversas atividades pelo Programa de Alfabetização Audiovisual, fundado em 2009<sup>17</sup>, por meio de uma parceria entre as secretarias municipais de Cultura e de Educação, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e a Faculdade de Educação da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). O programa organiza ações de formação docente e discente, cursos de extensão e oficinas de realização audiovisual. Promove, também, o Festival Escolar de Cinema Brasileiro, que, tendo iniciado em 2010, busca possibilitar o acesso de crianças e jovens da Rede Pública de Ensino ao cinema e ampliar o seu repertório audiovisual. Já no ano de 2019, fundou o Kino Clube, cineclube escolar voltado ao público infanto-juvenil, que proporciona mensalmente uma sessão de cinema gratuita, sendo esta acompanhada de um debate. A atuação do Programa demonstra que houve uma continuidade às ações que envolvem o diálogo entre cinema e educação, claro que adaptadas à um novo contexto, onde a relação entre ensino e tecnologia está cada vez mais presente.

## Referências

AMORIM, Eliane D. Arquivos, pesquisa e as novas tecnologias. In: FARIA, Luciano Mendes de (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados, Bragança Paulista; São Paulo: Universidade São Francisco, 2000.

ANTONACCI, Maria Antonieta (coord.). Trabalho, cultura, educação: Escola Nova e Cinema Educativo nos anos 1920/1930. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

BASTOS, Maria Helena Camara. As Revistas Pedagógicas e a Atualização do Professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, Denice Barbara;

BASTOS, Maria Helena Camara. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

---

<sup>17</sup> Apesar da sua fundação em 2009, já havia realizado sua primeira ação em 2008, tendo organizado a Mostra Escolar de Narrativas Audiovisuais.

CAMPELO, Taís. Jonathas Serrano, narrativas sobre cinema. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 10, n.17, p. 57-76, jan./jun., 2007.

CARVALHAL, Fernanda Caraline de Almeida. *LUZ, CÂMERA, EDUCAÇÃO! O Instituto Nacional de Cinema Educativo e a formação da cultura áudio-imagética escolar*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá.

CATTELI, Rosana Elisa. *Coleção de imagens: o cinema documentário na perspectiva da Escola Nova*. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 605-624, abr.-jun.

FISCHER, Beatriz T. Daudt; FISCHER, Maria Cecilia Bueno. Boletins do CPOE/RS (1947-1966): Recortes sobre o Ensino da Matemática e a Gestão dos Processos Avaliativos. *Acta Scientiae*, Canoas, v.17, p.76-93, 2015.

QUADROS, Claudemir de. [Reforma, ciência e profissionalização da educação : o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul](#). 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

QUADROS, Claudemir de; STEPHANOU, Maria. Reforma educacional e produção e modos de ser e pensar: a experiência do Rio Grande do Sul nos anos 30 a 50 do século 20. *Revista Lusófona de Educação*, n. 18, p.97-110, 2011.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Uma análise do filme Descobrimento do Brasil. *Revista de História / USP*, São Paulo, n. 141, p.175-178, 1999.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. Apresentação: acervos, experiências e formação. In: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do (org.). *Centros de documentação e arquivos: acervos, experiências e formação*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p.7-12.

PERES, Eliane Teresinha. *Aprendendo formas de ensinar, de pensar e de agir - A escola como oficina da vida. Discursos pedagógicos e práticas escolares na escola pública primária gaúcha (1909-1959)*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

RANGEL, Jorge Antonio. *Humberto Mauro*. Recife: Massangana, 2010.

ROSA, Cristina Souza da. *Para além das fronteiras nacionais: um estudo comparado entre os Institutos de Cinema Educativo do Estado Novo e do Fascismo (1925-1945)*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

SCHVARZMAN, Sheila. Humberto Mauro e o documentário. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (org.). *Documentário no Brasil*. São Paulo: Summus, 2004.

SEVERO, Carolina. A educação em cena: o uso do cinema em sala de aula na Revista do Ensino/RS (1939-1978). In: 24º Encontro Anual da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação/ASPHE, 2018, São Leopoldo. *Anais do 24º*

*Encontro da ASPHE - História da Educação: Sensibilidades, patrimônio e cultura escrita*, 2018. p. 1077-1092.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Cinema, história e nação: Humberto Mauro e O Descobrimento do Brasil. *Revista de Estudos Sociológicos*. Araraquara, v.21 n.40, p.215-235, jan.-jun. 2016.

VIDAL, Valdevânia Freitas dos Santos. *O uso dos impressos como fonte e objeto de investigação para o estudo em História da Educação*. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação/ CBHE, 2008, Aracaju. *Anais do V CBHE - O ensino e a pesquisa em História da Educação*, 2008.

## **Periódicos**

*Revista do Ensino/RS*, 1939-1942.

*Revista do Ensino/RS*, 1951-1978.

*Boletim do CPOE/RS*, 1956-1962.

*Boletim Informativo do CPOE/RS*, 1965-1966.

Enviado em: 18.04.2019

Aceito em: 29.05.2019

**ESCOLAS QUE SE FECHAM, ACERVOS QUE SE PERDEM: REFLEXÕES SOBRE O FECHAMENTO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE/RS E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS SEUS ACERVOS**

SCHOOLS CLOSING, COLLECTIONS THAT GET LOST: REFLECTIONS ON THE CLOSURE OF PUBLIC SCHOOLS IN PORTO ALEGRE / RS AND THE NEED TO PRESERVE THEIR COLLECTIONS

Bárbara Virgínia Groff da Silva<sup>1</sup>

Eduardo Cristiano Hass da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre a desativação de seis instituições estaduais de ensino fundamental na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS), discutindo os desdobramentos destes fechamentos em relação ao destino da documentação escolar. Para atender o objetivo proposto, são analisadas diferentes reportagens e imagens veiculadas em sites, blogs e redes sociais que abordam o processo de fechamento dessas escolas. O referencial teórico empregado relaciona-se à História (VIDAL, 2000; PEIXOTO, 2001), História da Educação (ESCOLANO BENITO, 2002) e Políticas Educacionais (BALL, MAGUIRRE, BRAUN, 2016). Dessa forma, iniciamos o artigo apresentando o cenário de fechamento das escolas públicas estaduais em Porto Alegre/RS, argumentando que esta decisão tem sido uma prática constante no RS, justificada a partir da redução do número de matrículas e da necessidade de reorganização da rede escolar diante da crise financeira estadual. Após apresentar o contexto gaúcho, centramos na cidade de Porto Alegre e nas seis instituições cuja desativação foi aprovada no ano de 2018. Analisamos as notícias de fechamento das escolas a partir do conceito de atuação das políticas (BALL, MAGUIRRE, BRAUN, 2016), evidenciando que o fechamento não é simplesmente implementado pelas instituições. Por fim, refletimos sobre os desdobramentos do fechamento destas escolas para a Pesquisa e História da Educação, uma vez que os acervos escolares são espaços com diferentes possibilidades para a pesquisa educacional em uma perspectiva histórica. Finalizamos esta pesquisa nos posicionando como historiadores que defendem, diante da conjuntura nacional desfavorável, políticas de memória e conservação dos acervos escolares, sobretudo de instituições públicas.

**Palavras-chave:** Acervos Escolares. Escola Pública. História da Educação.

**Abstract:** This article aims to reflect on the deactivation of six state elementary schools in the city of Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul (RS), discussing the unfolding of these closures in relation to the destination of the school documentation. In order to meet the proposed objective, different news and images published on websites, blogs and social networks that deal with the closing process of these schools are analyzed. The theoretical reference is related to History (PEIXOTO, 2001; VIDAL, 2000), History of Education (ESCOLANO BENITO, 2002) and Educational Policies (BALL; MAGUIRRE; BRAUN, 2016). Thus, we began this article presenting the scenario of closing the state public schools in Porto Alegre / RS, arguing that this decision has been a constant practice in RS, based on the justifications of reducing the number of enrollments and the need for reorganization of the school's network in the face of the state financial crisis. After presenting the context of Rio Grande do Sul, we focused on the city of Porto Alegre and in

<sup>1</sup>Doutoranda em Educação - PUCRS. Professora da rede municipal de Cachoeirinha/RS.E-mail: [barbara.vgs@gmail.com](mailto:barbara.vgs@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Educação – Unisinos. E-mail: [eduardohass.he@gmail.com](mailto:eduardohass.he@gmail.com)

the six institutions whose deactivation was approved in 2018. We analyzed the school closing news from the concept of policy performance (BALL; MAGUIRRE; BRAUN, 2016), showing that the closure is not simply implemented by the institutions. Finally, we reflect on the consequences of the closure of these schools for Research and History of Education, since the school collections are spaces with different possibilities for educational research in a historical perspective. We conclude this research by placing ourselves as historians who defend, in the unfavorable national context, policies of memory and conservation of school collections, especially public institutions.

**Keywords:** School collections. Public school. History of Education.

Este artigo é uma proposta de reflexão, de uma pesquisa que se inicia, a partir de notícias veiculadas no início de 2018 que abordavam o fechamento de seis escolas de ensino fundamental por parte da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUCRS) em Porto Alegre. Essas instituições estavam localizadas em diferentes regiões da capital e contavam com um número reduzido de estudantes. Alegando essa diminuição do número de matrículas ao longo dos anos na rede estadual, o secretário da educação do período, Ronald Krummenauer<sup>3</sup>, decidiu em conjunto com sua equipe (pertencente à SEDUCRS) pelo remanejamento dos estudantes e funcionários dessas escolas e fechamento desses estabelecimentos de ensino.

O objetivo desse artigo é refletir sobre o término dessas instituições e seus desdobramentos tanto para os atuais alunos e funcionários quanto para o destino da documentação presente nessas escolas. Por documento, entendemos todo o material adquirido, produzido, utilizado, consumido e descartado pelos sujeitos que frequentaram esses espaços como funcionários, professores, responsáveis e estudantes. Dessa forma, amplia-se o olhar para a preservação de outros vestígios que não se restringem à “documentação legal” normalmente preservada para posterior consulta, como: certificado de conclusão, histórico escolar, livro ponto dos funcionários e professores, entre outros documentos institucionais.

Diana Vidal (2000) afirma que a preservação desses documentos oficiais segue os parâmetros da arquivologia, ou seja, procura conservar a documentação que apresenta informações institucionais e comprovações legais, a partir de uma lógica da história política e econômica. Os documentos descartados podem ser aqueles que não possuem valor legal, estão duplicados, ou que perdem a sua validade com o passar do tempo a

---

<sup>3</sup> Durante o mandato de José Ivo Sartori (PMDB) houve a nomeação de três secretários da educação para o Rio Grande do Sul. O primeiro foi Carlos Eduardo Vieira da Cunha (PDT), que permaneceu no cargo de janeiro de 2015 até junho de 2016. Posteriormente assumiu Luis Antônio Alcoba de Freitas (PDT), ficando até abril de 2017. Por fim, de abril de 2017 até dezembro de 2018 foi designado Ronald Krummenauer.

partir de uma tabela de temporalidade. Para os historiadores, essa seleção descarta outras possibilidades de pesquisa sobre o ambiente escolar que poderiam ser pensadas a partir do cotidiano da instituição, por exemplo.

Conforme afirma Ana Maria Peixoto (2001), a escola não é somente o local de transmissão de saberes. Há um emaranhado de funções e significados que esse estabelecimento constrói com os atores sociais que frequentam seus espaços e, também, com a organização educacional em nível municipal, estadual e nacional através de secretarias, planos de governo e determinações legais. Pensando a escola pública como um espaço público de vivência e utilização, o fechamento das escolas indica um empobrecimento no local, uma retirada da atuação do estado em um setor importante: a educação. Mesmo que as escolas deixassem de funcionar, a partir dos argumentos de falta de matrículas no local, o estado do RS poderia optar por outras alternativas para a utilização daqueles espaços, de maneira a proporcionar espaços de lazer, cultura, educação para a comunidade que reside no entorno. Outra possibilidade seria a utilização diferenciada por turnos: as escolas funcionam em um turno e outros programas ou projetos educacionais e culturais utilizam o local em um outro momento do dia.

Para a construção desse artigo, optamos por analisar reportagens veiculadas em sites de notícias, bem como blogs ou páginas de redes sociais que foram criadas ou estão relacionadas com as instituições de ensino que foram fechadas. Além disso, há informações referentes às matrículas, séries e quantidade de estudantes que foram encontradas tanto no site da SEDUCRS quanto no site QEdu<sup>4</sup>. À vista disso, a primeira parte do artigo se propõe a abordar esse fechamento das seis escolas, bem como repercussões ocorridas dentro do ambiente escolar e que foram possíveis de serem acessadas a partir das páginas da internet. A segunda parte pretende focar nos vestígios que essas escolas deixaram como possibilidades de estudos em História da Educação. Esta área não se restringe exclusivamente às pesquisas relacionadas com escolas, porém os acervos escolares podem fornecer possibilidades de pesquisa sobre

---

<sup>4</sup> O QEdu é um startup desenvolvido pela Meritt e vinculada à Fundação Lemann. Surgiu em 2012 com a finalidade de organizar os dados nacionais sobre educação que são publicados pelo governo (IDEB, ENEM, Prova Brasil e Censo Escolar) e apresentá-los de maneira mais simplificada para que gestores, diretores, professores e demais interessados entrem em contato com esses dados e promovam discussões a partir de suas realidades educacionais. Através de um cadastro gratuito, o usuário tem acesso aos dados. Para saber mais: <https://www.qedu.org.br/>

essas instituições que ultrapassam a história local, tornando-se importante a sua preservação e salvaguarda, principalmente em processos de fechamento de estabelecimentos de ensino públicos.

### **Fechamento de escolas públicas no Rio Grande do Sul: uma política estadual**

O fechamento sistematizado de instituições de ensino tem sido uma prática constante no estado do Rio Grande do Sul ao longo dos últimos anos. A justificativa para esse processo está na redução do número de matrículas, decorrente da diminuição do crescimento populacional do estado<sup>5</sup>, na crise financeira em que o mesmo se encontra, e na necessidade de controle dos gastos públicos.

A tabela a seguir, retirada do site da SEDUCRS e elaborada pela sua assessoria de comunicação em janeiro de 2018, apresenta dados referentes ao número de alunos, de turmas, de professores e de escolas fechadas entre os anos de 2009 e 2017.

**Tabela 1.** Escolas fechadas no Rio Grande do Sul (2009 – 2017)

| <b>Ano</b> | <b>Nº alunos</b> | <b>Nº turmas</b> | <b>Professores</b> | <b>Escolas fechadas</b> |
|------------|------------------|------------------|--------------------|-------------------------|
| 2009       | 1.126.484        | 47.085           | 79.370             | 115                     |
| 2010       | 1.085.401        | 46.052           | 77.722             | 72                      |
| 2011       | 1.057.913        | 46.188           | 77.247             | 1                       |
| 2012       | 1.013.161        | 46.055           | 79.767             | 1                       |
| 2013       | 989.268          | 45.223           | 77.528             | 5                       |
| 2014       | 948.760          | 44.525           | 78.509             | 9                       |
| 2015       | 926.022          | 44.071           | 74.105             | 16                      |
| 2016       | 917.760          | 42.446           | 69.510             | 17                      |
| 2017       | 901.016          | 40.395           | 66.042             | 3                       |

**Fonte:** COSTA, 2018, online.

Podemos observar que, entre os anos de 2009 e 2017, o número de alunos matriculados no estado diminuiu de 1.126.484 para 901.016. Conforme anteriormente

<sup>5</sup> Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, a taxa de crescimento anual para o estado entre 2000 e 2010 foi de 0,49%, sendo considerada a menor taxa estadual no país (no Brasil a taxa de crescimento foi de 1,17% para o mesmo período). Para saber mais: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/crescimento-populacional>. Acesso em: 30 jan. 2019.

destacado, o número reduzido de matrículas tem sido o principal argumento utilizado para legitimar o fechamento das escolas. De acordo com a tabela, a prática de fechamento tem ocorrido de forma constante, sendo que, no período apresentado foram desativadas 239 escolas em todo o Rio Grande do Sul.

Em janeiro de 2018, foram fechadas mais seis instituições pela SEDUCRS na cidade de Porto Alegre. A tabela abaixo apresenta alguns dados sobre estas instituições, retirados do site QEdu a partir do censo escolar de 2017.

**Tabela 2.** Informações sobre as escolas<sup>6</sup>

| Nome da Escola          | Endereço   | Número de Funcionários | Matrículas Anos Iniciais (1º ao 5º) | Matrículas Anos Finais (6º ao 9º) | Total de Matrículas |
|-------------------------|--|------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|---------------------|
| EEEF Alberto Bins       | Av. Tronco, nº 150, bairro Santa Tereza              | 19                     | 82                                  | 73                                | 155                 |
| EEEF Benjamin Constant  | Rua Souza Reis, nº 132, bairro São João              | 11                     | 0                                   | 30                                | 30                  |
| EEEF Dr. Oswaldo Aranha | Rua Parque dos Nativos, nº 545, bairro Vila Ipiranga | 17                     | 44                                  | 45                                | 89                  |
| EEEF Dr Miguel Tostes   | Rua Dea Coufal, nº 1000, bairro Ipanema              | 16                     | 26                                  | 39                                | 65                  |
| EEEF Marechal Mallet    | Av. Saturnino de Brito, nº 1425, bairro Vila Jardim  | 15                     | 29                                  | 46                                | 75                  |
| EEEF Plácido de Castro  | Rua Américo Vespúcio, 615, Higienópolis              | 18                     | 10                                  | 43                                | 53                  |

**Fonte:** QEdu

<sup>6</sup> Para facilitar a organização da tabela, os nomes das escolas foram abreviados da seguinte maneira: “Escola Estadual de Ensino Fundamental” passa a ser “EEEF”.



Através da Tabela 2 é possível perceber que esses estabelecimentos de ensino fechados estão espalhados por diferentes regiões de Porto Alegre (da zona norte à zona sul da capital). Além disso, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Alberto Bins era a única que possuía em 2017 mais de cem alunos matriculados. O número de funcionários também era reduzido, contudo o site não distingue a partir desse número a quantidade de professores.

Torna-se interessante perceber que, quando há um detalhamento sobre as matrículas, é possível notar que havia escolas com um número reduzido de estudantes, porém com uma alta porcentagem de educandos com necessidades especiais. Além disso, pode-se inferir que já existia um fechamento planejado a longo prazo, pois cinco de seis escolas não tinham aberto vagas para o primeiro ano do ensino fundamental em 2017. A tabela 3 apresenta esses dados detalhados sobre as matrículas.

**Tabela 3.** Detalhamento sobre as matrículas

| Nome da Escola          | Total de Matrículas | Estudantes de Educação Especial | 1º | 2º | 3º | 4º | 5º | 6º | 7º | 8º | 9º |   |
|-------------------------|---------------------|---------------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|---|
|                         |                     |                                 | A  | A  | A  | A  | A  | A  | A  | A  | A  | A |
|                         |                     |                                 | N  | N  | N  | N  | N  | N  | N  | N  | N  | N |
| EEEF Alberto Bins       | 155                 | 7                               | 0  | 15 | 1  | 7  | 1  | 1  | 2  | 1  | 1  | 1 |
| EEEF Benjamin Constant  | 30                  | 3                               | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 2  | 2  | 7  | 9  |   |
| EEEF Dr. Oswaldo Aranha | 89                  | 2                               | 0  | 8  | 7  | 3  | 6  | 8  | 6  | 7  | 4  |   |
| EEEF Dr Miguel Tostes   | 65                  | 20                              | 0  | 0  | 5  | 0  | 1  | 1  | 1  | 9  | 8  |   |
| EEEF Marechal Mallet    | 75                  | 15                              | 0  | 8  | 0  | 0  | 1  | 9  | 1  | 7  | 9  |   |
| EEEF Plácido de Castro  | 53                  | 10                              | 0  | 0  | 0  | 4  | 6  | 0  | 4  | 8  | 1  |   |

Fonte: QEdu

Os argumentos apresentados pela SEDUCRS para o fechamento das escolas estão relacionados a questões de logística e gestão. A queda nas matrículas, a falta de professores na rede estadual, a manutenção dos prédios escolares, as dificuldades financeiras do estado, a proximidade de escolas, são justificativas para que o fechamento ocorra. Em reportagem ao site GauchaZH, no dia 26/01/2018, o secretário Ronald Krummenauer alega se sentir arrependido de não ter fechado mais estabelecimentos escolares. Em um trecho da entrevista afirma:

Hoje tu tem, em algumas cidades – Porto Alegre entre elas – uma capacidade física maior do que o número de alunos, até porque caiu 600 mil alunos no Estado nos últimos 15 anos. Na essência, fechar escola é legal? Não é. Alguém gosta? Absolutamente não. Mas tem sentido, como estão nascendo menos pessoas, como há menos alunos, tu manter a mesma estrutura física? Claro que não. [...] Qual é o sentido de tu ter uma escola com capacidade para 620 que tem 120 alunos? Se tu tem outras quatro ou cinco escolas ali por perto que poderiam (transferir os alunos para lá)? Não tem lógica isso (KRUMMENAUER, 2018, online).

Entretanto, essa logística não considera a reorganização necessária dos responsáveis para levar os estudantes aos novos locais de ensino. A despesa com passagens, a mudança da rotina, a ruptura de relacionamentos entre colegas e professores. Ademais, o atendimento a esses estudantes será diferenciado. Turmas pequenas favorecem um relacionamento mais próximo do professor com seus alunos, proporcionando um outro olhar docente para as necessidades, dificuldades e possibilidades de cada educando. Para escolas com alta quantidade de estudantes com necessidades especiais, esse contato e convívio é importante para seu desenvolvimento e frequência escolar. A Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Miguel Tostes provavelmente estava em processo de fechamento, pois não apresentava turmas de primeiros e segundos anos (podemos inferir que desde 2016 não havia abertura de turmas novas para as séries iniciais). No entanto, dos 65 alunos matriculados, vinte possuem necessidades especiais. Como ficaram esses estudantes? Quais as possibilidades que foram ofertadas para esses casos específicos?

Segundo Stephen Ball, Meg Maguirre e Annette Braun (2016) não existe uma lógica binária entre as políticas educativas e a prática escolar, sendo que as políticas não são simplesmente implementadas, mas atuadas. Entendendo as políticas para além dos textos normativos, os autores afirmam que as escolas não os recebem de forma passiva,

mas atuam no processo de execução destas políticas. Dessa forma, o processo de atuação envolve processos criativos de interpretação e recontextualização, sendo estes processos marcados pela presença de diferentes relações de poder. No caso do fechamento das escolas de Porto Alegre podemos afirmar que também houve um processo de atuação, sendo que os sujeitos que perpassaram o universo destas instituições não simplesmente fecharam as portas das escolas.

A análise da página do Facebook da Escola Alberto Bins<sup>7</sup> permite afirmar que o processo de fechamento da instituição repercutiu em um movimento de resistência por parte da comunidade escolar. Este movimento pode ser entendido como parte do processo de atuação, envolvendo uma complexa relação de poderes. Nesta relação, observa-se a atuação do estado na tentativa de fechar a instituição e de um movimento de oposição liderado por alunos e pela comunidade escolar. O movimento de resistência contou com atividades como “Nenhuma Escola a menos”, na qual os muros da escola foram pintados e com o “#ocupaalbertobins”, no qual ex-alunos divulgaram imagens de seus acervos pessoais referentes à instituição. As atividades podem ser observadas nas imagens que seguem:

**Imagem 1.** Alunos pintando o muro da escola



**Fonte:** <https://www.facebook.com/pages/Escola-Alberto-Bins/892484944113373>

<sup>7</sup> Para maiores informações ver a página do Facebook da Escola Alberto Bins: <https://www.facebook.com/pages/Escola-Alberto-Bins/892484944113373> Acesso em: 30 jan. 2019.

**Imagem 2.** Muro - “Nenhuma Escola a Menos”



**Fonte:** <https://www.facebook.com/pages/Escola-Alberto-Bins/892484944113373>

**Imagem 3.** Mãe e filha que estudaram na mesma escola



**Fonte:** <https://www.facebook.com/pages/Escola-Alberto-Bins/892484944113373>

Imagem 4. Ocupa Alberto Bins



Fonte: <http://twixar.me/fpN3>

As imagens 1 e 2 são referentes à ocupação do espaço da instituição por parte da comunidade escolar. Na primeira imagem, podemos observar dois alunos pintando o muro da escola. Na segunda, observamos os dizeres “Nenhuma Escola a Menos” pintados no muro, frase que, de acordo com a postagem na página do Facebook, serviu para nomear a atividade. As imagens 3<sup>8</sup> e 4 referem-se à atividade “#ocupaalbertobins” que contou com diferentes propostas. Dentre elas, identificamos o movimento de ex-alunos divulgando suas fotografias registradas ao longo dos anos escolares na instituição. Esses registros fotográficos estavam em modo público, ou seja, aberto a visualizações de qualquer usuário do Facebook (não somente os amigos e conhecidos).

No caso da imagem 3, observa-se a sobreposição de duas fotografias comuns em ambientes escolares, conhecidas como “lembranças escolares”. Essas lembranças podem ser consideradas registros tradicionais em estabelecimentos de ensino, pertencentes à cultura escolar, pois ocorreram em distintos educandários e procuravam fixar uma imagem do estudante sentado em volta de livros, mapas, globo terrestre, símbolos oficiais. Podem também apresentar informações como nome da escola, nome do aluno, ano e série<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Por questões éticas, optamos em utilizar uma tarja sobre o rosto das crianças presentes na Imagem 3.

<sup>9</sup> Há estudos relacionados com a cultura escolar e a História da Educação a partir de exemplares dessas fotos. Para saber mais ver MASIERO e STRÖHER (2018).

Essas duas fotografias estavam acompanhadas de um depoimento que destacava esses registros como transgeracionais. Mãe e filha cursaram o ensino fundamental na Escola Alberto Bins em momentos distintos. Além disso, a ex-aluna afirmava que outros familiares também frequentaram a instituição, demonstrando os laços de afetividade e pertencimento que aquela família possuía com a escola que pretendia ser fechada. Esse movimento de buscar em sua história pessoal elementos que mostrassem a historicidade da instituição também podem ser interpretados como uma forma de atuação contra o fechamento da escola. Esse processo de atuação mostra, mais uma vez, que os sujeitos não são agentes passivos com relação ao que é definido e estabelecido pelo estado. Pelo contrário, podem exercer um poder, que neste caso, é de enfrentamento.

A imagem 4 reforça a ideia de que o fechamento da escola Alberto Bins não foi simplesmente implementado, porém contou com um movimento de atuação. A imagem consiste em um cartaz bastante chamativo, de fundo preto e escrita branca e vermelha. O cartaz convida para a atividade “Ocupa Alberto Bins”, destacando que o fechamento dessa escola não será aceito de maneira passiva. As informações apresentadas na chamada afirmam que serão realizadas atividades lúdicas com alunos das instituições locais, bem como uma aula sobre democracia e resistência. Essas atividades demonstram a participação ativa da comunidade escolar no movimento de oposição ao fechamento da escola.

Ambas as atividades referentes à Escola Alberto Bins expressam que a função da instituição escolar está para além de apenas ensinar conteúdos pré-determinados e formar sujeitos nas séries que compõem a educação básica. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), a educação escolar deve se relacionar tanto ao mundo do trabalho quanto ao meio social no qual os sujeitos se inserem.

Afora essas discussões sobre os transtornos que esses fechamentos causaram para os familiares e estudantes matriculados nessas instituições, bem como os movimentos de resistência encontrados por parte das pessoas que utilizam esses espaços públicos, surgem outros questionamentos acerca do processo de encerramento de um ciclo escolar. Dessa forma, podemos nos questionar: qual será o destino do prédio escolar? E o mobiliário escolar? Alunos e professores serão realocados? E o acervo destas instituições? É em relação a importância deste último que a discussão do próximo tópico está centrada.

**Acervos Escolares como possibilidades de pesquisas em História da Educação**

Nesta segunda parte, pretendemos pensar os desdobramentos desse fechamento das escolas para futuras pesquisas em História da Educação. Essa área histórica não se restringe apenas às instituições escolares (pois a educação não se limita à escola), porém pode proporcionar estudos e investigações a partir de fontes escolares que foram salvaguardadas para isso.

Não é nossa intenção dividir esse artigo entre presente e passado, mas sim pensar que a finalização dessas instituições repercute em transtornos práticos aos estudantes e familiares, disputas de atores sociais distintos sobre os caminhos que a educação estadual percorre e, por desdobramento, o término de uma época escolar<sup>10</sup>. Enquanto essas escolas estiveram funcionando, proporcionaram memórias e significados para aqueles que as frequentaram e interferiram de alguma maneira na região da cidade em que foram construídas. Além de memórias pessoais, essas escolas contribuíram para a presença de estabelecimentos estatais naquela região e transformaram as vivências dos moradores do bairro e arredores com a instituição.

Os elementos que compõem o universo escolar (sujeitos, práticas, formas de ensinar, conteúdos, normas) solidificados ao longo do tempo, em forma de tradições, compõem o que a História da Educação costuma chamar de cultura escolar. Segundo Escolano Benito (2002), o conceito de cultura escolar refere-se à três âmbitos da memória da educação, que são a cultura política, a modalidade científica e a modalidade empírica.

Para Benito (2002), a cultura política da escola refere-se aos discursos e práticas de ordem político-institucional que se configuram entorno da estrutura e funcionamento dos sistemas e se expressam sobre toda linguagem normativa que serve de suporte à organização formal da educação. Como modalidade científica, entende-se os saberes que geram a especulação e a investigação educativa, constituída a partir dos registros depositados em arquivos, bibliotecas e hemerotecas. A modalidade empírica é entendida como os registros da cultura empírico-prática feitos pelos professores, constituindo-se

---

<sup>10</sup> Inclusive esse fechamento das instituições pode suscitar estudos através da História da Educação, buscando explicar ao longo dos anos as diferentes políticas educacionais que levaram ao sucateamento das instituições e a falta de alternativas para que esses estudantes permaneçam nas escolas de sua preferência.

de elementos de dentro das instituições educativas, mostrando que a escola é um mecanismo produtor de cultura.

Em relação aos elementos que compõem a cultura política e a modalidade científica da cultura escolar acreditamos que eles sejam mais facilmente guardados. No entanto, modalidade empírica da cultura escolar pode encontrar-se em situações bastante adversas. Essa modalidade abriga todos os elementos diretamente atingidos pelo fechamento de uma escola.

Dessa forma, aspiramos a pensar essas escolas para além de decretos, pareceres, boletins, documentos normatizadores. Gostaríamos de pensar essa finalização das escolas a partir de uma não vivência. O quanto que se perde com o fechamento desses espaços? Quantas pessoas passaram por essas escolas ao longo dos anos, seja como professores, funcionários, estudantes, responsáveis? Essas pessoas vivenciaram aquele espaço, organizaram ou foram organizados a partir dele, aprenderam “o conteúdo”, mas também criaram memórias, laços de pertencimento, enfim, sentimentos foram construídos a partir desses sujeitos dentro do espaço escolar. Conforme argumenta Ana Maria Peixoto (2001):

Neste sentido, o histórico não é o grandioso, o singular, o espetacular, mas a teia diária da vida de todos os homens. O que explica a atenção, em nossos dias, à chamada História do Cotidiano: aí está o tom do processo social, feito pelas pequenas coisas, não de vistosas e enganosas fachadas, mais ocultantes que esclarecedoras da realidade. Isto implica na ampliação do conceito de documento, palavra que passa a ser considerada no seu sentido mais amplo – documento escrito, ilustrado, transmitindo pelo som, pela imagem ou de qualquer outra maneira (PEIXOTO, 2011, p. 193)

Como qualquer trabalho de pesquisa histórica, há a necessidade de preservação desses vestígios escolares para que se tornem fontes de pesquisa a partir dos olhares e questionamentos dos pesquisadores. Mais do que diplomas, legislações ou livro ponto, a preservação de diferentes materiais (mobiliários, fotografias, trabalhos de estudantes, documentos pedagógicos internos, jornais, etc.) favorece distintas propostas de pesquisas. Desde a Escola dos Anales<sup>11</sup>, no início do século XX, a busca por diferentes

---

<sup>11</sup> Segundo Antoine Prost (2008), o termo *Annales* refere-se à uma corrente historiográfica que emerge a partir da revista francesa *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929 por March Bloch e Lucien Febvre. A novidade desta corrente historiográfica não está no método, mas nos objetivos e questões estabelecidas, sendo que os fundadores da revista propunham uma histórica econômica e social,



fontes, o pressuposto de que a escrita da história não deve se restringir aos grandes fatos e aos grandes líderes (história política), mas sim aos vestígios humanos, e que a partir desses vestígios podem surgir questões que orientam o pesquisador. Dessa forma, as possibilidades de pesquisa são infinitas, pois se orientam a partir do contexto em que o pesquisador vive e suscita perguntas para esse passado que será reconstruído dentro dos parâmetros científicos definidos pelos demais historiadores.

Sobre a importância dos arquivos escolares, Maria Mogarro (2006) ressalta:

A importância do lugar do arquivo na instituição escolar tem acompanhado a afirmação desta instituição como um microcosmos com formas e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (MOGARRO, 2006, p. 73).

Sendo o Brasil um país que não possui uma política consistente de preservação de sua(s) memória(s) e história(s)<sup>12</sup>, os acervos escolares que estão disponíveis para a pesquisa são projetos pontuais. Grupos de pesquisadores em universidades, projetos de pesquisas, escolas particulares que pretendem utilizar sua trajetória dentro do mercado educacional, intenções de professores e direção de escolas públicas em manter um acervo dentro da instituição, podem ser mencionados como possibilidades de estudos para a História da Educação.

À vista dessa dificuldade em disponibilizar esses vestígios, essa área fronteira entre a história e a educação durante muito tempo elaborou pesquisas relacionadas às legislações educacionais, projetos de governo, ou seja, com a cultura política da memória educativa, cujas fontes não estão necessariamente no ambiente escolar. Com relação às instituições escolares, João Silva (2009) ressalta que esse tipo de pesquisa enfrenta precárias condições dos arquivos e nenhum cuidado com a preservação dos diferentes

---

acolhendo o trabalho de disciplinas como a sociologia, a economia e a geografia. As novas questões estabelecidas permitiam compreender a um só tempo o todo e as partes, configurando uma história mais viva, rica e inteligente.

<sup>12</sup> Como exemplo, que ultrapassa questões relacionadas à História da Educação, temos o incêndio ocorrido em setembro de 2018 no Museu Nacional (Rio de Janeiro) que acabou com a maior parte do acervo de 20 milhões de peças. Essa instituição bicentenária (1818-2018) ao longo dos anos sofreu com a falta de investimento por parte das autoridades. A má conservação do prédio com fios elétricos aparentes, cupins e paredes descascadas favoreceu a tragédia.

suportes materiais que podem se tornar fontes de pesquisa. A situação se complica quando a instituição é pública. Segundo o autor:

Com algumas exceções, os acervos das escolas públicas, quando existem, guardam um conjunto de documentação dispersa, em processo de deterioração, não havendo neste sentido qualquer prática de preservação de fontes. Muitas vezes o que se verifica é a existência do arquivo morto como um amontoado de papéis, caixas velhas, colocados em porões ou banheiros quebrados, entregues a poeira e a umidade (SILVA, 2009, p. 215).

A própria expressão “arquivo morto” já indica uma falta de percepção nas potencialidades daqueles documentos. O arquivo nunca é algo morto, pois aqueles vestígios podem ser utilizados de distintas formas a partir das questões suscitadas. Demerval Saviani (2006) ao discutir sobre o conceito de fonte, discorre sobre esse caráter de inesgotabilidade, pois sempre que um pesquisador retomar um vestígio, pode descobrir novos elementos, informações ou significados que no período anterior não foi percebido. Corroborando com essas ideias, Eliane Amorim (2000) compara o arquivo como um laboratório para pesquisas.

Aos profissionais que trabalham com a memória, o arquivo se oferece como um laboratório onde são encontradas as bases para sua pesquisa. Portanto, arquivos bem organizados contribuem para a pesquisa e estimulam a produção intelectual. Podemos afirmar que a produção intelectual brasileira tem sido prejudicada pela desorganização dos órgãos de documentação. Quantas pesquisas foram inviabilizadas porque os documentos encontravam-se desordenados e dispersos (AMORIM, 2000, p. 90).

Por isso que a ideia de preservação é importante, mas somente ela não garante a execução da pesquisa. Utilizando-se da metáfora de Eliane Amorim (2000), ter o espaço do laboratório não favorece as pesquisas se os materiais estiverem bagunçados, sujos ou malcuidados. Guardar documentos desordenados ou em situações precárias de conservação não propiciam investigações. É necessário conservar os acervos de maneira que haja uma organização interna que facilite o acesso às informações e documentos, bem como a catalogação e manutenção dos mesmos. Dessa forma, conservar esses vestígios (em seus diferentes suportes) demanda recursos financeiros altos e pessoal capacitado para isso, por isso que se torna um desafio garantir bons espaços de pesquisa no Brasil.

Diana Vidal (2000) e Maria Mogarro (2006) salientam também para as seleções sucessivas que um arquivo sempre passa ao longo do tempo. Não há a possibilidade de se guardar tudo, portanto, ao longo dos anos ocorrem seleções e avaliações na documentação a partir de critérios que podem não seguir uma tabela de temporalidade<sup>13</sup>. Inclusive, essas seleções podem não ser feitas por profissionais especializados, como arquivistas. Os próprios funcionários da escola, sendo direção ou professores, podem decidir em manter ou não um tipo de documentação, exercendo esse poder ao longo do tempo dentro do estabelecimento de ensino. Ademais, as condições em que essas documentações estão preservadas, resultam no condicionamento e possibilidade de manuseio para as pesquisas. Dessa forma, para Mogarro (2006):

Em consequência, estes documentos constituem produções múltiplas, que refletem a própria multidimensionalidade e complexidade das realidades escolares e formativas, assim como a diversidade e pluralidade dos meios de intervenção dos agentes educativos (MOGARRO, 2006, p. 75).

Segundo Viñao Frago (1998), uma escola pode ser pensada como um espaço material, físico, onde crianças e jovens permanecem e convivem com adultos formando suas estruturas mentais que são conformadas e ordenadas por aquele espaço. Se considerarmos esse aspecto, as instituições escolares podem ser classificadas de acordo com seu público, quantidade de turmas e profissionais, bem como a disponibilidade de salas, quadras, espaços de estudo e áreas de convivência. Nessa perspectiva, argumentos relacionados à logística e à gestão dos espaços públicos são possíveis de serem elencados. Nessa concepção, o fechamento de instituições, a realocação de estudantes e a distribuição dos profissionais em outros espaços é possível de ser compreendido, bem como a economia que essas reorganizações podem provocar nos cofres públicos.

Entretanto, Viñao Frago (1998) também argumenta que a escola é, ao mesmo tempo que um espaço físico, uma construção cultural que gera “fluxos energéticos”, ou seja, energia que flui, decompõe e se recompõe. Essa energia é constituída pelas pessoas que vivenciam ao longo dos anos esses espaços e os transformam, através de suas

---

<sup>13</sup> Por isso que Vidal (2000) reitera a necessidade de uma política de preservação e descarte documental para que no futuro não ocorra o que está atualmente acontecendo nas pesquisas históricas, uma espécie de “seleção natural” dos documentos. Estão à disposição aqueles que “sobreviveram” às intempéries, descuido humano ou outras razões aleatórias ou intencionais.

vivências, experiências, decisões e organizações. O espaço vai se alterando e se transforma em lugar, algo construído por aqueles que estão convivendo em determinado tempo e espaço. Segundo o autor:

Aquilo que se quer transmitir, ensinar ou aprender tem de estar mais ou menos delimitado, demarcado, mas também ordenado e sequenciado. O mesmo acontece com o contexto ordenado e construído para ensinar e aprender. Sua disposição, funções e usos não são deixados ao acaso. Isso suporia reforçar a tendência geral e crescente em direção à máxima entropia e, com ela, o horror ao vazio, a insegurança e a incerteza. O imprevisível, aleatório e instável deslocariam o provável, seguro ou previsível. Por isso, o ser humano prepara e dispõe, ordena e organiza. O problema se coloca quando tais precisão e regularidade, normalização e racionalização, realizam-se mediante dispositivos e engrenagens mecânicas ou organizações maquinais de seres vivos. Quando se esquece que se opera não com materiais inorgânicos, mas sim com seres humanos (VIÑAO FRAGO, 1998, p. 138).

Pensar na salvaguarda dos acervos escolares é buscar esse “fluxo energético” vital que foi sendo constituído ao longo dos anos em cada instituição de ensino. Mesmo que haja diferentes seleções dos vestígios que foram conservados, as pesquisas não estão restritas à trajetória da instituição de ensino. As possibilidades dependem dos documentos presentes no acervo, mas também do pesquisador e do momento em que a investigação está sendo realizada. Ao nos depararmos com essa política de fechamento de escolas estaduais no Rio Grande do Sul, buscamos refletir sobre as consequências desse fechamento para a população que está convivendo nesses ambientes.

### **Considerações finais: escolas que se fecham, acervos que se perdem**

Esta pesquisa não se encerra nesse artigo. Pelo contrário, a proposta de reflexão presente surgiu de um primeiro momento de investigação a partir de uma realidade que se apresenta no estado do Rio Grande do Sul. Diante da divulgação de reportagens sobre o fechamento de seis escolas estaduais de ensino fundamental em Porto Alegre, optou-se pela análise dessas reportagens divulgadas em sites de notícias no ano de 2018, congregando dados estatísticos relacionados às matrículas estaduais no RS e movimentações virtuais (páginas do Facebook, por exemplo) dos sujeitos que foram diretamente atingidos por essas decisões administrativas e políticas.

Como considerações finais, nos colocamos como historiadores que defendem, diante de uma conjuntura nacional que não nos favorece, políticas de memória e de conservação desses acervos escolares, principalmente de escolas públicas. A educação pública no país possui uma trajetória de segregação e privilégio. Conservar esses vestígios é manter presente essas nuances, possibilidades, tensionamentos. Possibilita pensar as legislações educacionais, projetos de governos, formas de ensinar e aprender, ao mesmo tempo que indica quem eram os sujeitos que frequentavam esses espaços, quais não entravam pela porta, quem trabalhava no local e qual a sua função. A escola pública, enquanto espaço público de atuação dentro de um território, possui uma importância que precisa ser pensada em diferentes aspectos, inclusive em sua historicidade. Os acervos escolares contribuem para esses estudos e necessitam ser pensados para além de “arquivos mortos”.

Se os alunos, professores e funcionários de Porto Alegre serão realocados em instituições próximas às escolas fechadas, o que acontecerá com os arquivos das escolas? E o prédio? E o mobiliário escolar? E as memórias das gerações de sujeitos ali formados? É no processo de atuação destes fechamentos, que observamos a participação direta da comunidade escolar, sendo possível identificar formas criativas de interpretação e recontextualização do descaso do poder público.

Dessa forma, acreditamos que o fechamento sistematizado de escolas públicas no Rio Grande do Sul configura-se não apenas como o fechamento material de instituições vistas como dispensáveis em um suposto contexto de crise. Esse fechamento provoca mudanças diretas na vida dos sujeitos que compõem estas instituições bem como resulta em um processo de apagamento da História e da Memória da Educação pública do estado.

## Referências

AMORIM, Eliane Dutra. Arquivos, pesquisa e as novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Arquivos, fontes, e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados: Universidade São Francisco, 2000.

BALL, Stephen. MAGUIRRE, Meg. BRAUN, Annette. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso: 28 jan. 2019.

COSTA, Diego da. *Governo reorganiza número de escolas em função da redução na procura por vagas*. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-reorganiza-numero-de-escolas-em-funcao-da-reducao-na-procura-por-vagas>. Acesso em: 22 fev. 2019

KRUMMENAUER, Ronald. "Me arrependo de não ter fechado mais escolas", diz secretário estadual da Educação. [Entrevista cedida a] Guilherme Justino. GaúchaZH, Porto Alegre, 26 fev. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/02/me-arrependo-de-nao-ter-fechado-mais-escolas-diz-secretario-estadual-da-educacao-cje0eqqq001he01qxxmmqy6hr.html>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MASIERO, Cláudia G.; STRÖHER, Carlos E. A História da Educação pelas Fontes Visuais: reflexões a partir das recordações escolares. *Revista Acadêmica Licência&acturas*, Ivoti, v. 6, n. 1, p. 07-15, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/169/139>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. *Sísifo / Revista de Ciências da Educação*, nº 1, p. 71-84, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9875/1/Arquivos%20e%20educacao.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2019.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A memória em Minas Gerais: entre o descarte e a preservação. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (org.). *Educação no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados, 2001.

PROST, Antoine. *Doze Lições sobre História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf)> Acesso em: 05 jan. 2019.

SILVA, João Carlos da. História da Educação: instituições escolares como objeto de pesquisa. *Educere et Educare*, vol. 4, nº 8, p. 213-231, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/3725/2932>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

VIDAL, Diana G. Fim do Mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Arquivos, fontes, e novas tecnologias: questões*

*para a história da educação.* Campinas: Autores Associados: Universidade São Francisco, 2000.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. B. *Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa.* Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 59-139.

Enviado em: 11.03.2019

Aceito em: 04.05.2019

**“SAUDE E FRATERNIDADE!” – UMA EXPERIENCIA DE PESQUISA NO ARQUIVO PUBLICO DE SANTA CATARINA (1911-1940)**

**“HEALTH AND BROTHERHOOD!” – A RESEARCH EXPERIENCE IN THE PUBLIC ARCHIVES OF SANTA CATARINA, BRAZIL (1911-1940)**

Carolina Cechella Philippi<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo reporta uma experiência de pesquisa no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC, Florianópolis/ SC), tematizando seu percurso teórico e metodológico. Interessou inventariar ofícios expedidos e recebidos pela Diretoria Geral da Instrução Pública, Departamento de Educação e Superintendência Geral do Ensino entre os anos de 1911 e 1940. O objetivo foi o levantamento das práticas encampadas pelos sujeitos políticos que povoaram a burocracia educacional no período, buscando assim entender a constituição de um lugar estratégico para os órgãos de gerenciamento do ensino locais. Para tanto, constitui-se uma série de cerca de sete mil ofícios. A extensão da série foi importante, já que interessou mapear as regularidades, assinalando assim para os desvios percebidos em meio a elas (CERTEAU, 2002). Ela foi também primordial para que se pudesse mapear uma narrativa sobre a história da educação catarinense que escapasse ao âmbito puramente institucional (HILSDORF, 1999). Por fim, conclui-se que a pesquisa em arquivo deve ser alicerce não apenas metodológico para a pesquisa, mas também teórico. No caso reportado, a documentação nele acessada permitiu aquilatar uma nova noção e burocracia e propor uma nova leitura sobre as reformas da instrução pública catarinenses.

**Palavras chave:** Administração Educacional. Arquivo Educacional. Burocracia Educacional.

**Abstract:** This article reports a research experience in the Public Archives in the city of Florianópolis (State of Santa Catarina, Brazil) regarding its theoretical and methodological trajectory. Office letters both dispatched and received by the General Board of Public Instruction, the Education Department, and the General Superintendence of Education between the years of 1911 and 1940 were listed in inventory. This inventory meant to pinpoint practices fronted by political subjects placed in the heart of the educational bureaucracy of the time, seeking thus to understand the constitution of a strategic place in the local management education organs. For such intent, a series of about seven thousand office letters was organized. The series' length was important, since it maps regularities in order to better spot deviations (Certeau, 2002). It was also of primary importance to map a narrative about education history in the State of Santa Catarina which is not in its entirety within institutional scope (Hilsdorf, 1999). Eventually, it could be concluded that archive research must be a cornerstone not only for methodological reasons but also the sake of theory. In the case reported, the documents assessed allowed to take the full measure of a new notion and bureaucracy, and a new set of lenses to look at the Public Education Reforms in the State of Santa Catarina.

**Keywords:** Educational Management, Educational Archives, Educational Bureaucracy.

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Educação - Universidade Estadual de Campinas. E-mail: [carolinacechella@gmail.com](mailto:carolinacechella@gmail.com)



Horácio Nunes Pires<sup>2</sup> teve seu nome comumente veiculado à sua atuação literária antes da esfera educacional. Em 1877, por exemplo, seu romance de título “Jurity” passou a ser divulgado nas páginas do jornal “A Regeneração” (A REGENERAÇÃO, 1877, p. 2). Já nessa época constava nos quadros do funcionalismo estatal como “empregado público”, com renda reconhecida de 900 \$ (A REGENERAÇÃO, 1878, p. 4). Quatro anos depois, já no cargo de alferes secretário do 1º corpo de cavalaria da Guarda Nacional do Município da Capital, pede transferência de comarca devido à reorganização do órgão no qual trabalhava (A REGENERAÇÃO, 1882, p. 1).

Porém, a movimentação funcional feita no ano seguinte mostrou um amplo deslocamento de funções. Em 22 de março de 1883, Horácio Nunes Pires ofereceu-se para lecionar português no Liceu de Artes e Ofícios da capital tendo sido, nessa qualidade, inscrito. Sua nomeação como Secretário da Delegacia do Inspetor Geral da Instrução Pública na então província catarinense se deu pouco depois, em outubro do mesmo ano (A REGENERAÇÃO, 1883, p. 2). Sua permanência, porém, foi curta, tendo ele mesmo pedido sua exoneração em 15 de dezembro ainda daquele ano (A REGENERAÇÃO, 15 de dezembro de 1883, p. 1). De forma que, no ano seguinte, seu assentamento funcional já é outro: o de 2º oficial da secretaria da presidência (A REGENERAÇÃO, 1884, p. 1).

Sua carreira literária, todavia, não é ofuscada pelos trânsitos funcionais na esfera da instrução pública. Em 1888 é eleito presidente da Sociedade Literária Parthenon Catharinense em comunicado assinado por Nuno Gama D’Eça, 2º Secretário (A REGENERAÇÃO, 1888, p.2). Não por acaso, no início do ano seguinte é também Delegado Literário de Florianópolis (A REGENERAÇÃO, 1889, p. 1). Nova movimentação é rastreada já em 1894, quando ocupava o governo do Estado o engenheiro Hercílio Luz. Já nesse momento, Horácio Nunes é apresentado como Diretor da Diretoria de Contabilidade do Tesouro Estadual (A REPÚBLICA, 1894, p. 1). Logo mais, em 10 de novembro de 1896, Horácio Nunes recebe o título de Diretor da Instrução Catarinense (A REPÚBLICA, 1896, p. 1).

---

<sup>2</sup> Nasceu no Rio de Janeiro em 1855 e faleceu em Florianópolis no ano de 1919. Dentre os cargos públicos que exerceu, destacam-se: colaborador da Fazenda Provincial, Engenheiro da Província e da Secretaria do Governo, delegado literário das escolas da capital, fiscal do Teatro Santa Isabel, secretário dos exames gerais de preparatórios, delegado de Polícia da capital, professor do Liceu de Artes e Ofícios, amanuense e 2º oficial da Secretaria do Governo, diretor da Contabilidade do Tesouro Estadual, diretor Geral da instituição Pública, Inspetor Geral da Instrução e diretor da Escola Normal (EL KHATIB, 1970).

Uma vez empossado, encaminha aos professores e professoras do estado uma série de requisições, reproduzidas nas páginas do jornal “A República” em 27 de novembro de 1896:

Sendo preocupação desta Diretoria fazer com que a Instrução Pública se torne uma realidade [...] peço-vos que me envieis exatas informações a respeito da frequência de cada escola, do grau de adiantamento dos alunos e do procedimento dos professores a respeito dos deveres que lhes são impostos.

[...] Assim, pois, espero a vossa boa vontade e do vosso civismo todo o auxílio para que a instrução seja criteriosamente disseminada pelo povo nas escolas sob vossa imediata inspeção, podendo a diretoria, em vista dos dados que remeterdes, não só formar juízo seguro a respeito como também propor ao governo os meios de ser convenientemente melhorado este ramo do serviço público (A REPÚBLICA, 27 de novembro de 1896, p. 1).

A necessidade de centralização dos registros acerca da marcha do ensino do Estado faz ratificar a centralidade das práticas de fiscalização e inspeção. Nesse ofício específico, reproduzido nas páginas do jornal “A República”, essa invocação é feita também aos docentes. Para o Diretor da Instrução, a eficiente intervenção da diretoria depende da posse de informações e dados sobre o ensino que, por sua vez, seriam fornecidos pelos professores e professoras.

Essa concepção teve o efeito de colocar a Diretoria Geral da Instrução Pública no centro da burocracia do ensino catarinense. À melhora na qualidade do ensino Horácio Nunes relacionou o acirramento da fiscalização e a preponderância dos despachos da Diretoria. Para ele era cara a centralização de protocolos e demandas, sendo elas condições indispensáveis para a boa marcha do ensino no Estado. Esse perfil de atuação não destoou daquele endossado por seus sucessores. Henrique Fontes<sup>3</sup>, Adriano

---

<sup>3</sup> Educador catarinense (1885-1966). Lecionou no *Gymnasio Catharinense* em 1910 e atuou como chefe escolar na capital antes de assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública (PIAZZA, 1985; PROCHNOW, 2009).

Mosimann<sup>4</sup>, Antonio Mâncio da Costa<sup>5</sup>, Luís Trindade<sup>6</sup> e Sebastião de Oliveira Rocha<sup>7</sup> dirigiram, em diferentes momentos, a Diretoria Geral da Instrução Pública, Departamento de Educação e Superintendência Geral do Ensino. Em que pesem as especificidades nas formações e movimentações funcionais de cada um, manteve-se uma tendência de crescimento no número de demandas e despachos requeridos e exarados dos supracitados órgãos de gestão.

A esse crescimento correspondeu o aumento exponencial na produção de registros burocráticos acerca da administração do ensino público. Esses, em sua maioria, foram veiculados através da emissão e recebimento de ofícios. Sua organização e guarda coube ao APESC (Florianópolis), onde foi feito o levantamento e organização da série documental para escrita deste artigo.

A esse crescimento correspondeu o aumento exponencial na produção de registros burocráticos acerca da administração do ensino público. Esses, em sua maioria, foram veiculados através da emissão e recebimento de *ofícios*. Sua organização e guarda coube ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Florianópolis), onde foi feito o levantamento e organização da série documental para escrita deste artigo. Essa experiência de pesquisa teve início vinculada a um projeto de doutorado em andamento, sendo que o mesmo tematizou a organização burocrática da instrução pública catarinense. A hipótese que animou a busca por informações objetivava perceber a crescente sistematização e organização do mando em uma estruturação cada vez mais sofisticada. O que a documentação evidenciou, porém, foram as manobras de sujeitos

---

<sup>4</sup> Adriano Mosimann era catarinense e ocupou cargos docentes e de inspetoria desde 1918. Assumiu, em 1946, o cargo de prefeito do município de Tubarão (MUNICÍPIO DE TUBARÃO. Disponível em <http://www.tubarao.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/22507>. Acesso 28 de setembro de 2018).

<sup>5</sup> Antônio Mâncio da Costa (1886 – 1971) foi um político catarinense que ocupou cargos proeminentes. Dentre eles: secretário do Governador Hercílio Luz (1918), Superintendente Municipal substituto, do Município de Florianópolis (1919), e Inspetor de Ensino (1919). Foi eleito Deputado Estadual à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (1922-1924), chefe da Instrução Pública (nomeado em 1926), Diretor da Imprensa Oficial do Estado (1934). Foi também professore diretor do Instituto de Educação “Dias Velho” e cofundador da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Disponível em [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/100-Antonio\\_Mancio\\_da\\_Costa2](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/100-Antonio_Mancio_da_Costa2)>. Acesso em: 28 de setembro de 2018).

<sup>6</sup> Luiz Sanches Bezerra da Trindade era catarinense, formado no Ginásio da Capital. Iniciou a carreira no Grupo Escolar Jerônimo Coelho (Laguna). Em 1926 assumiu cargo de Inspetor Escolar e exerceu funções técnicas na Diretoria de Instrução Pública (FIORI, 1975, p. 147 – 148). Em 1930 foi nomeado Diretor da Instrução e dirigiu o Departamento de Educação entre 1935 e 1938.

<sup>7</sup> Professor paulista que celebrou contrato de dois anos com o governo de Santa Catarina, incumbindo-se de superintender matérias de ensino no estado catarinense (SANTA CATARINA, 1938, p. 128).

políticos específicos, que fizeram uso da organização da burocracia do ensino para catapultar atuações e projetos pessoais.

A localização, identificação e catalogação dos documentos disponíveis no APESC foi operacionalizada após visita inicial à instituição. É ela que possui a guarda de grande parte da documentação oriunda da administração pública catarinense nas mais diferentes searas, estendendo-se do serviço de imigração, compras de terras, tramitações políticas e, finalmente, da organização da instrução pública. Apesar da enormidade de registros sobre o funcionamento da educação pública e particular local – circulares, comunicados, leis, decretos, regimentos da instrução e atas de reunião – optou-se pela composição de uma série documental de ofícios expedidos e recebidos pelos órgãos de gerenciamento do ensino. O recorte foi feito devido ao montante relativamente constante de ofícios ao longo de um maior período de tempo. Ou seja: eram eles o tipo documental que mais regularmente foi emitido ou recebido com maior perenidade. Ainda assim, foi perceptível a diferença de montante entre ofícios expedidos e recebidos, sendo que os primeiros tiveram exemplares em todos os anos entre 1911 e 1940. Os segundos, por sua vez, distribuíram-se entre 1927 e 1940.

A lógica adotada para a catalogação dos documentos reorganizou a organização na qual os mesmos foram encontrados no espaço arquivístico. Se isso, por um lado, compõe a operação historiográfica, por outro aquilata os entendimentos do pesquisador a respeito do tema estudado. Nesse sentido, é importante deixar claro que a organização primeira dos documentos evidenciava o órgão oficial ao qual ele se articulava – Diretoria, Departamento ou Superintendência. A reorganização feita em prol do esforço de pesquisa aqui reportado alavancou entendimentos que deram centralidade aos usos que os sujeitos políticos fizeram da burocracia. Logo, a catalogação aqui proposta é feita deixando evidentes as movimentações e manobras dos sujeitos que expediram e receberam ofícios tematizando a instrução pública e que, por essa via, travaram contato com os órgãos de gerenciamento do ensino catarinense.

Tem-se aqui o objetivo de aquilatar o tratamento conceitual e teórico dado ao estudo da burocracia educacional por meio da recuperação da experiência de pesquisa em arquivo. Da forma como aqui se entende, compreender o lócus de guarda da documentação como objeto e fonte para a pesquisa permite que a elaboração teórica leve em conta a organização da massa documental. Da mesma forma, sua interrogação na

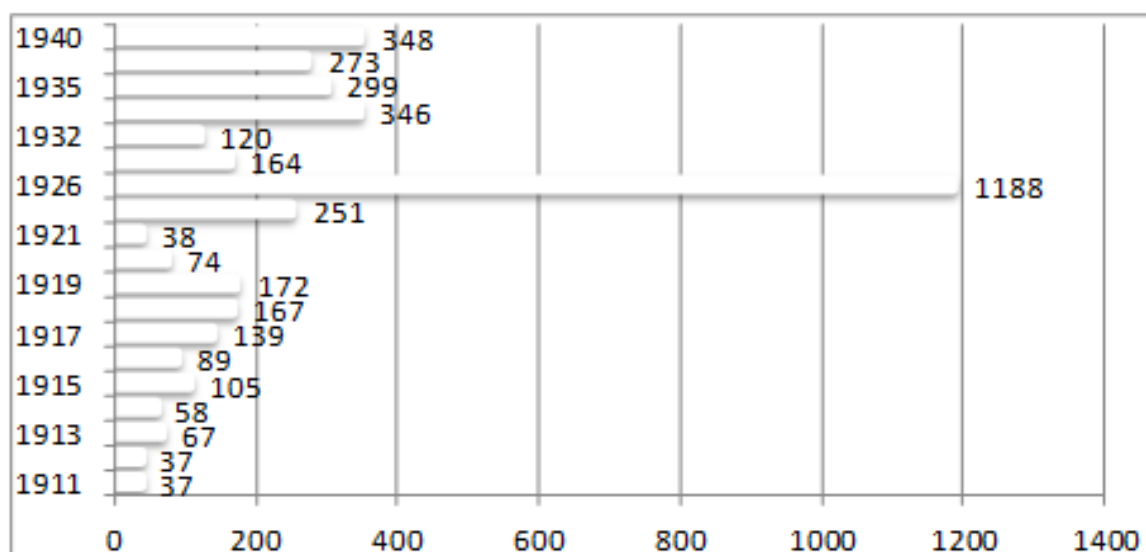
qualidade de objeto permite questionar e matizar os contornos de sua preservação e acesso. Ou seja: o acesso à documentação e sua organização arquivística é também histórico, devendo ele ser interrogado pelo historiador em exercício de pesquisa. O referencial teórico mobilizado dialoga com Michel de Certeau quando esse aborda o estudo das práticas (CERTEAU, 2009; 1985) e a escrita da história (CERTEAU, 2002). São também travados diálogos com a escrita de Vidal (2007) e Formosinho (2008; 2007). Interessou, pois, relacionar a experiência de pesquisa às construções teóricas elaboradas, ilustrando o caminho feito na escrita dessa história.

Para tanto, esse artigo se organiza da seguinte forma: primeiramente são listadas as práticas rastreadas através da pesquisa no Arquivo, identificando as operações que permitiram a sujeitos políticos específicos tomar a burocracia como estratégia. Em seguida são rastreadas as movimentações funcionais dos principais sujeitos políticos avultados. Esse último movimento permite matizar a lógica de arquivamento da documentação e a narrativa historiográfica recorrente acerca das Reformas da Instrução Pública catarinenses. Por fim, a título de considerações finais, defende-se a noção politizada da burocracia já que a mesma é fruto da atuação de sujeitos políticos em seu interior. Essa defesa, por sua vez, pôde ser feita quando alicerçada em uma vasta série documental a partir da qual foi possível rastrear um leque de práticas e as movimentações funcionais dos sujeitos que as operaram.

## **A burocracia como estratégia**

O perfil de atuação encampado por Horácio Nunes e mantido, em alguns aspectos, por aqueles que o sucederam, teve o efeito de fazer crescer as requisições e encaminhamentos exigidos da Diretoria Geral da Instrução Pública. Se em 1911 foram 37 os ofícios expedidos por esse órgão, em 1926 já constavam 1188 expedições e comunicados. A Diretoria Geral da Instrução Pública de Santa Catarina enfrentou, em sua gestão e além dela, o aumento massivo do número de recebimentos e expedições conforme gráfico reproduzido abaixo.

**Gráfico 1:** Número de ofícios **expedidos** por ano pela Diretoria Geral de Instrução Pública/ Departamento de Educação/ Superintendência Geral do Ensino (gráfico elaborado pela autora após catalogação de ofícios disponíveis no APESC).

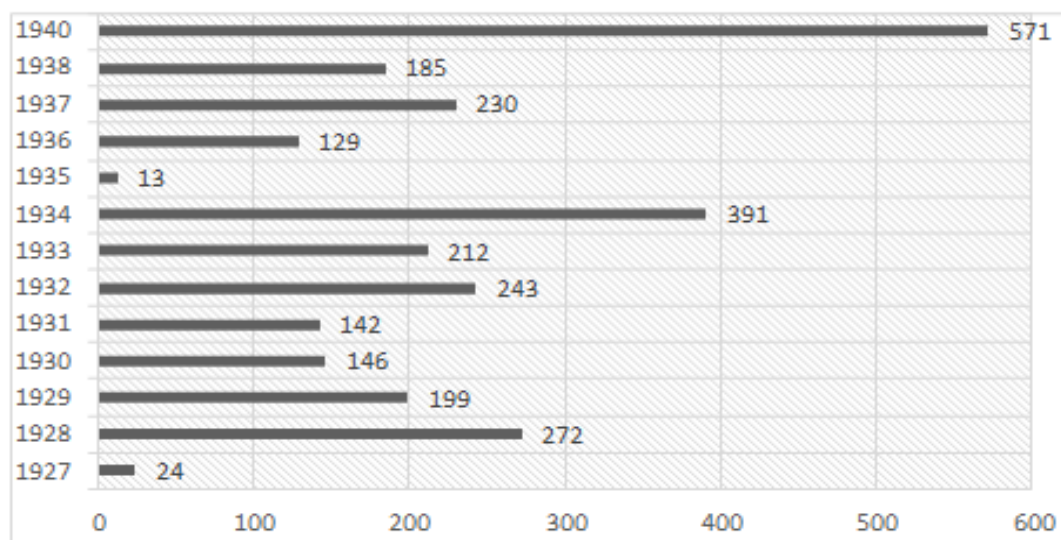


Para além das perceptíveis oscilações, é notável o aumento do número de ofícios expedidos ao longo do intervalo entre 1911 e 1940. Esse crescente provimento de despachos e informativos demandou cada vez mais dos órgãos de gestão da instrução pública catarinense. Ele também assinala para a progressiva centralidade que os mesmos adquiriram no cenário educacional local e para o aumento do leque de práticas<sup>8</sup> por eles reguladas.

O crescimento do número de expedições conversou com o esgarçamento das requisições recebidas. Conversou também com o alargamento das práticas demandadas dos órgãos de direção do ensino locais. Sendo assim, o crescimento do número de expedições e recebimentos conversaram-se, ilustrando a progressiva centralidade dos órgãos e o esgarçamento de seu leque de atuação e gestão.

<sup>8</sup> O conceito de práticas foi operacionalizado nessa pesquisa conforme apontamentos de Michel de Certeau (1985, p. 3 - 19). É ele quem dá ao estudo das práticas um novo estatuto, captando-as como operações e fugindo de um modelo de análise quantitativo. Considera então seus trânsitos e as formas como se organizam, interessando-se pelos seus usos, pela lógica de sua ação (Ibidem).

**Gráfico 2:** Ofícios **recebidos** pela Diretoria Geral da Instrução Pública, pelo Departamento de Educação e pela Superintendência Geral do Ensino entre 1927 e 1940 (gráfico elaborado pela autora após catalogação de ofícios disponíveis no APESC).



Em que pese a enormidade da série documental<sup>9</sup>, importou sua organização sistemática em conjunto. Se, conforme lembra Certeau (2002, p. 65 – 110), cabe ao historiador o rastreamento dos desvios frente a uma continuidade, interessou perceber um padrão de demandas arquivado no Arquivo Público de Santa Catarina. É a sua consideração que permite uma aproximação com as continuidades, também acessadas pela leitura da série documental. Interessa, pois, assinalar o desvio para assim perceber a perenidade das práticas e a longevidade dos protocolos de gestão. Ele tem uma função metodológica central, já que aparelha a análise das fontes. Essa incursão – parte do que o autor nomeia como “A Operação Historiográfica” – se sustenta com a análise de uma longa série documental. É ela, localizada e montada em um trabalho de pesquisa em arquivo perene, que permite ao pesquisador elaborar um arrazoado das práticas pretéritas e elencar suas intermitências. Ou, ainda nos termos de Certeau, seus **desvios**.

A extensa série de ofícios expedidos e recebidos pelos órgãos burocráticos de gestão da instrução viabiliza um estudo compreensivo e abrangente dos diferentes meios de estruturação e institucionalização de um modelo de gestão próprio aos assuntos educacionais no período. A elaboração e o tratamento de série deste tipo contribui,

<sup>9</sup> A série documental foi composta por 3972 ofícios expedidos pelos órgãos de gerenciamento do ensino e 2766 recebidos, totalizando 6738 documentos.

segundo Hilsdorf (1999, p. 13 - 21), para uma compreensão e um tratamento amplo do problema histórico. A pesquisadora, ao narrar sua experiência de pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo, demora-se na elaboração teórica sobre a Série de Ofícios Diversos da Capital. A origem de sua documentação era a ação político administrativa encabeçada pelas autoridades municipais e estaduais. A partir dele foi possível, segundo Hilsdorf, a reconstituição histórica das várias dimensões da educação. A série ampliou, dessa forma, a abrangência do objeto de pesquisa e também ditou uma metodologia específica de trabalho. É nesse movimento que a pesquisadora rastreou resistências e choques de culturas em meio à implantação da forma escolar no Estado de São Paulo.

Também para Hilsdorf (Ibidem), a leitura de séries documentais, seu tratamento metodológico e interpretação teórica devem ser feitas tendo em vista uma compreensão mais ampla do campo. A sua tomada como fonte e objeto deve ser feita levando em conta os movimentos teóricos e metodológicos do campo e também do arquivo. No caso relatado nesse artigo, o entendimento da série documental mobilizada como objeto permitiu compreender a lógica da sua institucionalização e arquivamento. Foi assim possível entender a ampliação do número de demandas e recebimentos pela via de uma história do fenômeno educativo. Elas assinalam não somente para a progressiva institucionalização da Diretoria, Departamento e Superintendência do Ensino como polos estratégicos de gestão, mas para uma forma específica de registrar e arquivar os protocolos que os mesmos mobilizaram.

Os dados apresentados nos gráficos 1 e 2 foram contabilizados e elaborados em experiência de pesquisa no APESC. Foi dessa investida que se deu o esforço de circunscrever a edificação da burocracia como um lugar estratégico de gerenciamento da instrução. Esse entendimento se inicia pelo questionamento da lógica de armazenamento e organização da documentação mobilizada. É no APESC<sup>10</sup> que estão acondicionados registros oficiais de órgãos de aparelhamento do estado que vão de registros de imigrações a compras e vendas de imóveis. É nesta seara que os fundos referentes à instrução pública se aglutinam. **Todos estão organizados de acordo com os órgãos de gestão com os quais se relacionaram.** São eles: a Diretoria Geral de Instrução Pública, o

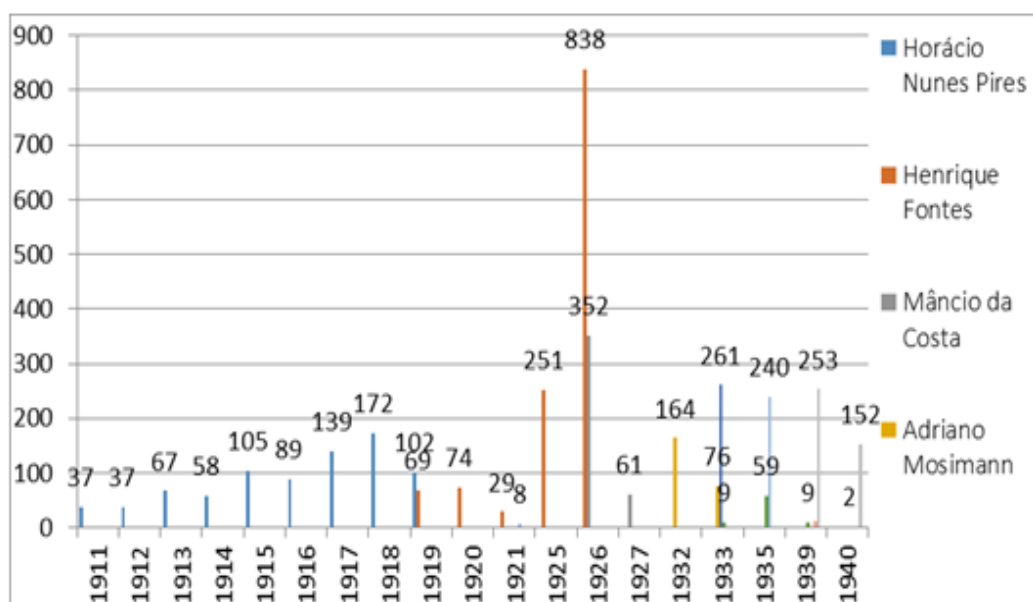
---

<sup>10</sup> Para mais informações, conferir o site institucional. Disponível em [http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=90&Itemid=245](http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=90&Itemid=245). Cesso 08 de agosto de 2018.



Departamento de Educação, a Superintendência do Ensino, Grupos Escolares, Escolas Isoladas e Inspetorias de Ensino. Sendo assim, os documentos classificam-se da seguinte forma: “ofícios expedidos da Diretoria de Instrução a diretores de Grupos Escolares”, ou a “diretores de escolas isoladas”. A organização arquivística da massa documental é, pois, dependente dos órgãos de gestão da instrução aos quais seus remetentes e destinatários se articulavam.

**Gráfico 3:** ofícios **expedidos** pela Diretoria, Departamento e Superintendência do Ensino, divididos por ano e por remetente (gráfico elaborado pela autora após catalogação de ofícios disponíveis no APESC).



O gráfico acima reporta os diversos remetentes dos ofícios expedidos<sup>11</sup> pela Diretoria, Departamento e Superintendência do Ensino catarinenses entre 1911 e 1940. Interessa aqui apontar que todos os responsáveis por tais emissões, listados à direita na área do gráfico, exerceram funções de direção e supervisão da instrução. A elaboração desse instrumento de pesquisa respeitou a disposição documental do arquivo já que a mesma operou em função dos órgãos aos quais os sujeitos se articulavam. Sendo assim, **listaram-se as expedições das diretorias da instrução**, preocupando-se em **elencar seus dirigentes**. Esse movimento permitiu listar os sujeitos políticos encarregados dos despachos e também radiografar os documentos presentes no Arquivo Público.

<sup>11</sup> Os ofícios expedidos totalizaram um montante de 3972 documentos.

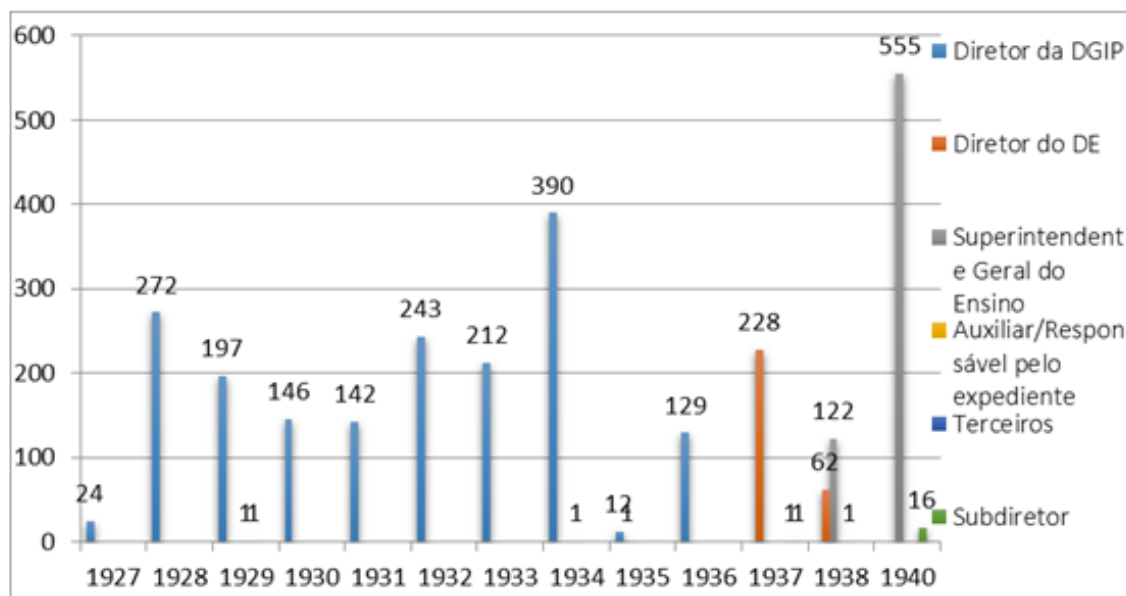
Essa lógica de organização arquivística da documentação foi visível na série de ofícios expedidos pelas Diretoria, Departamento e Superintendência. Conforme apresentado em gráficos elaborados, a maioria das expedições era encabeçada pelo diretor de uma das repartições citadas. Foi também esse o critério de agrupamento e arquivamento dos itens na instituição de guarda, conforme já mencionado. Embora, nessa pesquisa, tenham sido considerados os preceitos de Certeau (2002), segundo os quais o pesquisador opera reorganizando os documentos de acordo com suas interrogações e hipóteses, esse trecho da série documental teve a sequência arquivística respeitada. A escolha foi operada porque a pesquisa de doutorado à qual esse movimento se articula interessa o entendimento da burocracia como uma estratégia operada a partir de seus dirigentes para permanência nas esferas de mando do ensino e da administração pública.

Por sua vez, os ofícios recebidos pelos mesmos órgãos receberam tratamento distinto. Foram poucos os ofícios arrolados segundo o critério “ofícios recebidos” pela Diretoria de Instrução, Departamento de Educação ou Superintendência do Ensino. Uma considerável quantidade dos recebimentos foi rastreado segundo as categorias “ofícios expedidos por membros da inspetoria”, “por diretores de Grupos Escolares” ou “pelo Secretário do Interior e Justiça”. Sua localização e tratamento exigiu, pois, um questionamento da lógica do arquivo e sua reorganização de acordo com os questionamentos levantados nos procedimentos de pesquisa. Uma vez que o interesse permanecia sendo o rastreamento das estratégias dos diretores para sua manutenção nas esferas de mando da burocracia da instrução pública, a série de ofícios recebidos<sup>12</sup> foi reorganizada. Foram então listados seus destinatários, já que interessava entender de que forma a Diretoria, Departamento e Superintendência do Ensino eram demandados.

---

<sup>12</sup> Vale lembrar que a série contou com um total de 2766 ofícios recebidos.

**Gráfico 4:** destinatários dos ofícios **recebidos** pela DGIP e DE entre 1927 e 1940 (gráfico elaborado pela autora após catalogação de ofícios disponíveis no APESC).



É questionando a lógica de guarda e organização dos documentos que se percebe a existência de uma **concepção de burocracia** vigente também no *arquivamento da documentação*. Sendo assim, entende-se que a lógica de guarda empregada no Arquivo Público priorizou a organização da massa documental de acordo aos órgãos de gestão aos quais ela se articulou. Isso ilustra, sobretudo, a **institucionalização de um modelo de arquivamento que prioriza critérios administrativos**. Evidencia também uma determinada concepção de burocracia que se afirma na forma como ofícios e comunicados são salvaguardados. A burocracia, conforme apresentada pela via da organização documental, é tudo o que se organiza em volta de um polo administrativo de gestão, envolvendo seus despachos e recebimentos diversos, bem como seus protocolos específicos.

Foi por não concordar com essa definição e por entender que a burocracia é uma forma específica de organização das práticas educacionais que, nessa pesquisa, a lógica de arquivo foi matizada e tensionada. Esse tensionamento permitiu perceber, também, como os dirigentes da instrução operaram para permanecerem próximos aos cargos de gerenciamento de ensino em uma postura de **comensalismo institucional**. Permitiu também, por fim, mapear a movimentação desses sujeitos políticos que operaram a

burocracia como uma estratégia para manterem-se próximos às esferas institucionais de mando.

### **A movimentação dos sujeitos políticos**

Horácio Nunes foi enfático, nos ofícios e relatórios que expediu, ao exigir a centralização dos serviços educativos em torno da Diretoria Geral da Instrução Pública. Inclusive, encaminhou críticas recorrentes a respeito de inspetores que pouco auxiliavam no expediente administrativo do órgão. Por outro lado, a recorrência das demandas e a reincidência de críticas dirigidas a inspetores específicos permite inferir que seus pedidos, constantemente, não eram atendidos (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Ofício expedido por José Duarte Magalhães a Horácio Nunes Pires anexado a ofício expedido pelo último a Caetano Vieira da Costa*. Fl. 79).

Em que pese as rugas advindas do obrigatório convívio institucional, é notável e tentativa de centralização de demandas e despachos por parte de Horácio Nunes Pires. Essa concepção de gerenciamento do ensino teve o efeito de auxiliar na constituição da Diretoria do Ensino como lugar estratégico de gestão do ensino público no Estado. Conforme já dito, os diretores que o sucederam não destoaram desse perfil de atuação. Todavia, reconhecer a operação da burocracia como estratégia política e rastrear as práticas daqueles que o fizeram implica dar ao estudo das práticas uma maior centralidade. Para além da conceituação de Certeau (1985) a respeito das mesmas, são válidas as ponderações metodológicas de Diana Vidal (2007, p. 11 – 24). É ela quem sublinha, a respeito das Reformas da Instrução Pública no Rio de Janeiro, a necessária ênfase nas mudanças percebidas nos fazeres ordinários da escola através da sedimentação de práticas que se demonstram eficientes na gerência de seus conflitos. Esta dimensão pode antecipar iniciativas que são posteriormente apropriadas nas reformas do ensino.

Cabe, portanto, entender as Reformas da Instrução Pública e a progressiva centralidade estratégica dos órgãos de gerenciamento do ensino decompondo suas práticas e ligando-as aos sujeitos que as engendraram. Essa manobra se torna viável ao historiador somente pela via da pesquisa empírica no arquivo. A decomposição das práticas maquinadas em meio às Reformas da Instrução comumente citadas pela

historiografia se operacionaliza pelo recurso a outras fontes que não os livros já escritos e as narrativas já endossadas. Para acessar outras narrativas acerca da institucionalização do ensino é preciso expandir sua seara e considerar as fontes burocráticas, exaradas fiadas nos expedientes administrativos e de gabinete.

É Formosinho (2007, p. 293 – 328) quem avança na análise da constituição da pedagogia burocrática<sup>13</sup> e perspectiva as decisões do ponto de vista da ação política. Da forma como entende a ação burocrática de administração da educação, passa a imperar um modelo de decisão no qual um autor anônimo é separado de seu local. Isso garantiria a aparente uniformidade e impessoalidade. O autor anônimo, ainda conforme o mesmo, tentaria aproximação com a prática escolar à medida que se articula com a lógica de sua burocratização (Ibidem). Suas ponderações são válidas ao considerar a concepção de um modelo burocrático de gerenciamento de ensino de uma maneira historicizada, tendo por mérito desnaturalizar a organização burocrática da instrução. Considera, portanto, suas feições como parte de um campo de ação política.

Essa interpretação foi aqui tomada para apreender a burocracia como uma forma específica de organização das práticas. As mesmas, rastreadas após organização da série documental de ofícios expedidos e recebidos, foram tomadas levando em consideração as categorias de *estratégias* e *táticas* conforme propostas por Certeau (2009, p. 91 - 108). A respeito da primeira, entende-se que se refere a um lugar de gestão imbuído de uma autoridade, possuindo uma lógica de ação entendida como uma *estratégia* (Ibidem). Ora, à centralidade crescente da Diretoria da Instrução correspondeu a constituição de um lugar próprio de gestão do ensino público local. Trata-se, pois, de um local estratégico de gestão.

Essa operação, todavia, se dá pela operacionalização feita desse lugar pelos sujeitos que o povoaram. A burocracia foi também uma estratégia avultada por gestores e funcionários afeitos à maquinaria da instrução pública. Foi, em outros termos, utilizada para manutenção de um comensalismo institucional com as esferas públicas de poder. Não por acaso, a maioria dos inspetores e diretores da instrução pública catarinense ocuparam cargos públicos administrativos em outro momento de sua carreira. Também nesse

---

<sup>13</sup> Em texto no qual retoma reformas de ensino propostas em Portugal nos anos 80 e 90, o autor entende a pedagogia burocrática como aquela que elabora normas pedagógicas de aplicação burocrática e impessoal (conferir: FORMOSINHO, 2008, p. 5 – 16).

quesito, Horácio Nunes não destoou de seus sucessores. Henrique Fontes, Adriano Mosimann, Mâncio da Costa, Luís Trindade e Sebastião Rocha possuíam uma carreira progressa que extrapolou a sala de aula.

Aprender os usos feitos pela burocracia permite também mapear os sujeitos políticos que os engendraram. Nesse sentido, a enormidade da série documental é primordial. Nessa pesquisa, isso ocorre por dois motivos: é a montagem de uma série extensa que permite o rastreamento das regularidades e, por conseguinte, os desvios (CERTEAU, 2002, Op. Cit.). É também somente pela extensa pesquisa de arquivo que é possível mapear os nomes dos burocratas que se ocuparam de suas rotinas administrativas e, mais que isso, registrar sua movimentação funcional. É percebendo as sutis mudanças de cargo e os trânsitos de hierarquia administrativa que é possível assinalar como cada gestor do ensino galgou sua ascensão na carreira administrativa.

A esse respeito, a trajetória de Henrique Fontes, sucessor direto de Horácio Nunes, é significativa. O professor catarinense, filho do comerciante Manoel Fontes, nasceu na cidade de Itajaí. Seu pai, português, iniciou a carreira de comerciante no Rio de Janeiro. Uma vez em solo catarinense, constituiu família e alistou-se no Partido Republicano. Seu filho mais velho, Henrique, era destaque já na condição de estudante (COMMERCIO DE JOINVILLE, 1908, p. 2). No ano seguinte seu nome compõe lista de leitores cujos votos de felicitações foram enviados ao mesmo periódico Joinvillense (COMMERCIO DE JOINVILLE, 1909, p. 1). Pouco depois, seu nome é anunciado junto ao título de bacharel em letras. Seria também ele o redator do jornal “A época”, a ser lançado em breve na capital catarinense (COMMERCIO DE JOINVILLE, 1910, p. 2).

Nos anos que se seguiram, permaneceu sendo nome frequente nos periódicos e semanários locais. Seja como literato ou como professor, era frequente a publicação de textos seus, bem como sua participação em eventos e bancas de provas e concursos da instrução pública. Sua proeminente atuação lhe rendeu a eleição para composição da Liga de Defesa Nacional, órgão patriótico chefiado pelo então governador Felipe Schmidt (O ESTADO, 1917, p.1). Ao seu lado constava o nome do educacionista paulista Orestes Guimarães, na época exercendo o cargo de Inspetor Geral do Ensino no Estado (Ibidem). Henrique Fontes dividiu também bancas de provas e concursos com Barreiros Filho e Altino Flores, ambos também funcionários da instrução pública local que transitaram

entre algumas das esferas de mando da Diretoria (O ESTADO, 10 de outubro de 1917, p. 2).

Sua proximidade com as esferas de governo locais evidenciou-se na ocasião do regresso do então senador e vice-governador, Hercílio Luz, de viagem ao Rio de Janeiro. Nessa ocasião, Henrique Fontes compôs comitiva selecionada especialmente para recepciona-lo (O ESTADO, 8 de setembro de 1918, p.1). No mesmo ano foi nomeado pelo governador para angariar elementos históricos para escrita de um Dicionário do Brasil. Nessa empreitada, seria acompanhado de Alexandre e José Boiteux (O ESTADO, 24 de setembro de 1918, p. 2). Sendo assim, sua posse na qualidade de Diretor da Instrução não surpreendeu conterrâneos e convivas. Ela foi noticiada pelo jornal O Estado já no dia seguinte à nomeação. O mesmo destaca na manchete que se trata do “nosso ilustrado conterrâneo”, que no dia mesmo de sua designação já atuou assumindo as funções implicadas no cargo (O ESTADO, 22 de maio de 1919, p. 1).

Henrique Fontes tem em comum com Horácio Nunes a carreira literária aparelhada à carreira burocrática. Foi também ela que lhes garantiu o trânsito político necessário à movimentação funcional assinalada. Porém, a forma como o ex inspetor e professor Henrique Fontes operou com a burocracia o distinguiu de Horácio Nunes. Enquanto o primeiro se ocupou dos trâmites e da organização técnica da repartição, Henrique Fontes tomou o gerenciamento burocrático como uma forma de fazer circular as informações. Operou encaminhando e expedindo deliberações, divulgando e emitindo despachos. Eles versavam sobre um modelo de escola que se aparelhava<sup>14</sup>. Tematizava, pois, sua organização, fiscalização, montagem e contratação de funcionários. Pela via burocrática divulgavam-se suas demandas e deliberava-se sobre sua procedência e execução. A constituição da burocracia como um lugar de mando dependeu da sua tomada como um polo de informações sobre a organização da instrução pública

Também na vigência de sua direção ocorreram alterações nas propostas acerca da instrução primária e na adoção de obras didáticas. É neste mandato que é adotada a Série

---

<sup>14</sup> Conferir no gráfico: em 1925, Henrique Fontes encaminhou ao Diretor do Tesouro do Estado ao menos 234 ofícios prestando informações sobre a vida funcional dos docentes.

de Leitura Fontes<sup>15</sup> nas instituições de ensino no Estado, substituindo o uso da Série de Leitura Viana, anteriormente indicada por Orestes Guimarães.

A edição da Série Fontes e seu uso nas escolas primárias catarinenses é tematizada por Prochnow (2009). A ela interessou perceber os deslocamentos de conteúdo e método em sua publicação e veiculação. Vale, para além disso, perceber o esforço público de fazer circular uma coleção catarinense de cunho didático. Sua publicação dá indícios dos trânsitos na hierarquia educacional e da representação da instrução primária que passava a se desenhar. Henrique Fontes, ao publicar série de leitura graduada visando à escola primária de Santa Catarina, liga a alfabetização a um saber organizado e seriado. Também neste movimento fica facilitada a fiscalização em torno do que é ensinado nas escolas primárias. Sendo assim, a publicação de uma série de leitura específica para o ensino primário e homônima ao então diretor do ensino é também tomada como parte de uma estratégia de padronização e fiscalização do ensino. Estratégia essa que extrapolou, pois, os expedientes administrativos, mas que ainda assim compôs a movimentação funcional desse professor burocrata.

### **Considerações finais – a burocracia politizada**

“Saúde e fraternidade” – foi assim que comumente se despediram diretores do ensino e de escolas, membros da inspetoria escolar e demais funcionários da maquinaria da instrução pública. A calorosa saudação, quase um padrão ao longo da série de ofícios mobilizada nessa pesquisa, encobriu com sua aparente cordialidade uma contínua movimentação funcional daqueles que operavam com a burocracia. Matizar a narrativa apresentada nessa documentação, bem como questionar a historiografia catarinense já publicada sobre o tema, só é possível quando os documentos são tomados como objetos de pesquisa. Isso envolve, pois, o questionamento de suas condições de institucionalização e de seu ciclo de vida social. Por outro lado, uma história que extrapole as intempéries administrativas e rastreie os burocratas e suas operações demanda que se extrapolem

---

<sup>15</sup> Segundo Prochnow (2009, p. 75 - 76), *A Série Graduada de Leitura Fontes* era composta por uma cartilha e mais quatro livros de leitura. A edição da primeira e dos dois primeiros livros seriados se deu em 1920, do terceiro em 1929 e do quarto em 1930.



também as fontes legislativas e burocráticas. É, então, necessário o recurso a fontes de estatutos diversos.

A experiência de pesquisa no Arquivo Público de Santa Catarina permitiu o acesso à documentação e sua posterior organização em série documental. Sobretudo nesse momento é primordial a rotina de acesso ao arquivo físico, o que permite ao pesquisador acessar o inventário da documentação disponível e elencar imediatamente aquela da qual fará uso em sua pesquisa. A principal vantagem do recurso a fontes administrativas é a enormidade de suas amostras. Devido a seu caráter institucional e de oficialidade, é um tipo de fonte comumente salvaguardado em arquivos e acervos. Se, por um lado, isso permite que sejam constituídas as séries documentais, evidenciadas suas regularidades e arrolados seus desvios, por outro torna necessário o trabalho de tomar o arquivo e seus documentos também como **objeto**. Cabe, pois, ao historiador **matizar a institucionalização de uma memória consagrada acerca das instituições e da memória educacional**. Operar a crítica, também nesse caso, é uma investida a ser encampada já no momento de pesquisa arquivística.

As séries documentais extensas, como as que foram aqui analisadas, tornam também possível o rastreamento da movimentação funcional dos sujeitos que operaram com a burocracia educacional. Neste sentido, a presença dos mesmos nomes nas diferentes esferas de gerenciamento da instrução pública permite ver seu trânsito na hierarquia organizacional. Interessou, na investida reportada nesse artigo, assinalar tais movimentações e perceber as manobras encampadas por professores, diretores e inspetores para a manutenção de um comensalismo institucional que os permitiu transitar por diversas esferas de poder sem desvincular-se do serviço público. As disparidades das atuações de Horácio Nunes e Henrique Fontes, já aqui assinaladas, corroboram com a noção de que cada gestor operou o lugar institucionalizado de gerenciamento da instrução pública de uma maneira que lhe foi própria. Essa, por sua vez, é também informada por sua trajetória profissional pregressa e seus trânsitos políticos.

Cabe, por fim, destacar a centralidade do trabalho em arquivo na pesquisa historiográfica não somente no momento de definição do objeto e catalogação das fontes. Interrogar uma organização arquivística e compor uma série documental deve, antes de tudo, ser o ponto de partida para a proposição de concepções teóricas acerca do tema estudado. Dito em outros termos, entende-se e defende-se que o trabalho do historiador

da educação interroga o arquivo de uma maneira contínua, nele se alicerçando para as mobilizações conceituais e uso dos arcaibouços teóricos condizentes ao objeto recortado. Se, conforme lembra Certeau (2002), a operação historiográfica nasce de uma interrogação ativa nos arquivos, ela deve se sustentar também neles em suas operações conceituais. Questionar as regularidades, mapear os desvios e inventariar as estratégias dos gestores do ensino catarinense, pois, permitiu aquilatar uma série de conceitos e questionar a narrativa consagrada acerca das Reformas da Instrução Pública locais.

## Referências

Anuncios – S.L. Parthenon Catharinense. *A Regeneração* – Jornal da Província de Santa Catharina. Florianópolis, 15 de maio de 1888. Ano XX, número 103.

*A Regeneração* – Jornal da Província de Santa Catharina. Florianópolis, 9 de agosto de 1877. Ano IX, número 893, pág. 2.

A sua chegada. O Estado. In: *O Estado* – Jornal de maior circulação em Santa Catharina. Florianópolis, Ano IV, Número 1004. 8 de setembro de 1918. Pág. 1.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Lemos Britto de Menezes; Revisão de Arno Vogel. 2ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2002. Pág. 65 – 110.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, Maria Ivone (org). *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano* (Anais do Encontro). São Paulo: FAU/USP, 1985, p. 3 – 19.

Dicionário do Brasil. In: *O Estado* – Jornal de maior circulação em Santa Catharina. Florianópolis, Ano IV, Número 1016. 24 de setembro de 1918. Pág. 2.

Editaes De Qualificação. *A Regeneração* – Jornal da Província de Santa Catharina. Florianópolis, 29 de dezembro de 1878. Ano XI, número 1030.

Fallecimentos. *Commercio de Joinville*. Joinville, 7 de novembro de 1908. Ano IV, número 183. Pág. 2.

FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e politica de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis, SC: Secretaria da Educação, 1975.

FORMOSINHO, João; MACHADO, Joaquim. Currículo e organização: as equipes educativas como modelo de organização pedagógica. *Currículo sem fronteiras*, volume 8, número 1, pág. 5 – 16, jan/jun de 2008.

FORMOSINHO, João; ARAÚJO, Joaquim Machado de. Anônimo do século XX – a construção da pedagogia burocrática. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia (org). *Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro*. Porto Alegre: Artmed, 2007. Pág. 293 – 328.

HILSDORF, M. L. S. A série Ofícios Diversos do Arquivo do Estado de São Paulo como fonte para a História da Educação Brasileira. In: Vidal, Diana Gonçalves; Souza, Maria Cecília de (Org.). *A Memória e a Sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pág. 13 – 21.

Liga de Defesa Nacional. O Estado. In: *O Estado* – Jornal de maior circulação em Santa Catharina. Florianópolis, Ano II, Número 586. 21 de abril de 1917. Pág. 1.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Antônio Mâncio da Costa. 2018. Disponível em: <[http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/100-Antonio\\_Mancio\\_da\\_Costa2](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/100-Antonio_Mancio_da_Costa2)>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE TUBARÃO. *Ex-prefeitos de Tubarão*. Disponível em <http://www.tubarao.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/22507>. Acesso 28 de setembro de 2018

Noticiário. *A Regeneração* – Jornal da Província de Santa Catharina. Florianópolis, 1º de março de 1889. Ano XXI, número 47.

Novo jornal. *Commercio de Joinville*. Joinville, 24 de setembro de 1910. Ano VI, número 282. Pág.2.

O novo diretor da instrução pública. In: *O Estado* – Jornal de maior circulação em Santa Catharina. Florianópolis, Ano V, Número 1212. 22 de maio de 1919. Pág. 1.

Parte Oficial. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, Imprensa Oficial, 25 de novembro de 1894. Ano V, número 17.

Pela Secretaria. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, Imprensa Oficial: 13 de novembro de 1896. Ano VII, número 250.

Pela Instrução. *A República* – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, Imprensa Oficial: 27 de novembro de 1896. Ano VII, número 260.

PIAZZA, Walter. *Dicionário Político Catarinense*. Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. *As lições da Série Fontes no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina (1911 – 1935)*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC. Orientadora: Gladys Mary Ghizoni Teive. Ano de defesa: 2009.

Requerimentos Despachados No Dia 22 De Agosto De 1884. *A Regeneração* – Jornal da Província de Santa Catharina. Florianópolis, 28 de agosto de 1884. Ano XVI, número 193.

SANTA CATARINA, Decreto lei número 100, de 27 de abril de 1938. Cria o cargo de Superintendente Geral do Ensino no Estado. In: *Legislação sobre o ensino*. Livro primeiro: coleção leis, decretos-leis e decretos referentes à Educação Pública no estado de Santa Catarina – 1934 – 1938. Organizado por Elpídio Barbosa, Inspetor Escolar da 1ª circunscrição, 1940.

Secção Geral – Noticiário. *A Regeneração* – Jornal da Província de Santa Catharina. Florianópolis, 16 de outubro de 1883. Ano XV, número 130.

Seção Oficial. *A Regeneração* – Jornal da Província de Santa Catharina. Florianópolis, 15 de dezembro de 1883. Ano XV, pág. 181.

Secretaria Geral. O Estado. In: *O Estado* – Jornal de maior circulação em Santa Catharina. Florianópolis, Ano III, Número 728. 10 de outubro de 1917. Pág. 2.

VIDAL, Diana. O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita (Rio de Janeiro, 1927 – 1930). *Educação em Foco* – número especial. Março/ Agosto de 2007. Juiz de Fora, pág. 11 – 24.

Enviado em: 10.04.2019

Aceito em: 24.05.2019

**ESTUDAR OS MUSEUS E PATRIMÔNIOS NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO: CAMINHOS POSSÍVEIS****STUDYING MUSEUMS AND HERITAGE IN THE PERSPECTIVE OF HISTORY OF  
EDUCATION: POSSIBLE TRAILS**Ana Carolina Gelmini de Faria<sup>1</sup>Iandora de Melo Quadrado<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da pesquisa em História dos Museus a partir da História da Educação, a fim de se construir uma história da educação em museus. Tendo por recorte o cenário brasileiro, o texto evidencia que o desenvolvimento e a consolidação do campo dos museus teve a educação como um aspecto central no aprimoramento das práticas museais, tornando-se uma de suas funções básicas e uma das razões que justifica a importância social desses espaços culturais. Para identificar as diferentes abordagens sobre a educação nos museus brasileiros, pesquisas desse viés foram agrupadas em três eixos, correspondendo o ternário Museu/ Território, Objeto/Patrimônio e Homem/ Sociedade: museus escolares e setores educativos de museus; patrimônio educativo; e agentes do campo dos museus que legitimaram a educação em museus. As pesquisas realizadas, bem como os espaços de salvaguarda da cultura material apresentados, exemplificam as oportunidades de investigação sobre inúmeros estudos de caso da Museologia brasileira ainda não explorados com ênfase na História da Educação.

**Palavras-chave :** História dos Museus. História da Educação. Campo dos Museus.

**Abstract:** This work presents a reflection on the importance of research in History of Museums from the History of Education perspective, in order to create a history of education in museums. Focusing on the Brazilian scenario, it indicates that the development and consolidation of the museum field had education as a central aspect towards the enhancement of museum practices, becoming one of its basic functions and one of the reasons that justify the social importance of these cultural spaces. To identify the different approaches on education in Brazilian museums, researches of this nature were grouped in three emphasis, corresponding the ternary Museum/Territory, Object/Heritage and Men/Society: school museums and museum's education department; educational heritage; and museum field agents that legitimized museum education. The researches carried out, as well as the presented safeguarding spaces of material culture, exemplify investigation opportunities on countless case studies of Brazilian Museology that have not yet been explored in a History of Education emphasis.

**Keywords:** History of Museums. History of Education. Museum Field.

---

<sup>1</sup> Museóloga (UNIRIO), mestre e doutora em Educação (UFRGS). Docente do curso de bacharelado em Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS) e da Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma Universidade (PPGMUSPA/UFRGS). Coordenadora da pesquisa "O CAMPO DOS MUSEUS BRASILEIRO: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes", cadastrado na PROPESQ/UFRGS. E-mail: [carolina.gelmini@ufrgs.br](mailto:carolina.gelmini@ufrgs.br)

<sup>2</sup> Historiadora (UNILASALLE), especialista em História do Brasil Contemporâneo (FAPA) e discente do curso de bacharelado em Museologia/UFRGS. Bolsista do Programa de Iniciação Científica BIC/UFRGS pelo projeto "O CAMPO DOS MUSEUS BRASILEIRO: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes". E-mail: [iandoramelo@gmail.com](mailto:iandoramelo@gmail.com)

**CONVITE A UMA REFLEXÃO: a procura de indícios de uma História da Educação em Museus**

Em 2018, mais precisamente entre os dias 9 e 11 de outubro, ocorreu no Museu Histórico Nacional<sup>3</sup> uma edição do Seminário Internacional, evento organizado anualmente por essa instituição, que teve como debate central o tema “Museu e Educação - 60 anos da Declaração do Rio de Janeiro”. Tendo como ponto de partida o “Seminário Regional sobre a Função Educativa dos Museus”, planejado pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*<sup>4</sup> (UNESCO) em 1958 no Rio de Janeiro, a proposta foi celebrar a declaração por meio de conferências, mesas redondas, painéis temáticos, relatos de experiências e uma exposição de curta-duração organizada no *hall* do auditório do Museu.

A realização do evento no Museu Histórico Nacional não foi por acaso. A instituição foi uma das visitas agendadas na programação de 1958. Na abertura do evento da década de 1950, no balanço das necessidades da educação em museus em perspectiva internacional, dois apontamentos, entre os vários elencados, voltaram-se para o corpo funcional e qualificação do profissional em museus - “[...] 2) necessidade de aumentar o pessoal técnico e recrutar especialistas; 3) criação de escolas de museografia para pessoal técnico e guias” (SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO..., 1958, [s.n.t.]) -, esses aspectos eram contemplados naquele período pelo Museu Histórico Nacional, através do Curso de Museus<sup>5</sup>.

Os participantes do evento foram recepcionados pela conservadora de museus Nair de Moraes Carvalho, na época funcionária do Museu Histórico Nacional, professora e coordenadora do Curso de Museus. Eles tiveram a oportunidade de participar uma aula do Curso, visitar a seção de restauração de obras de arte, conhecer o arquivo e a biblioteca da instituição, bem como acompanhar uma visita guiada pelas salas de exposição do Museu (VISITA GUIADA..., 1958). As palavras de Nair de Moraes Carvalho, registradas pelo

---

<sup>3</sup> O Museu Histórico Nacional localiza-se na Praça Marechal Âncora, s/nº, Centro - Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

<sup>4</sup> Tradução livre: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>5</sup> O Curso de Museus, fundado no Museu Histórico Nacional através do Decreto-lei 21129/1932, visava formar profissionais especializados para o trabalho nos museus com o título de conservadores de museus, oficialmente intitulados em 1966 de museólogos. Em 1977 foi incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como curso de Museologia.

Jornal Diário de Notícias, ainda que direcionadas para a atuação do Museu Histórico Nacional, dão pistas de que a educação em museus era um tema que as equipes dos museus brasileiros tinham interesse e engajamento. No caso do Museu Histórico Nacional, identifica-se pelo pronunciamento da conservadora de museus que a ênfase era dada às visitas guiadas e à visibilidade do próprio Curso de Museus como uma atividade de ensino formal da instituição:

Em nome do dr. Gustavo Barroso [que, segundo a reportagem, se restabelecia de uma longa enfermidade] e no meu próprio felicito a iniciativa da UNESCO pela realização deste Seminário, de tão alta expressão e de aproximação dos estudiosos da museologia [...] Sobem a milhares os meninos e rapazes que frequentam em grupos vindos dos estabelecimentos de instrução as salas e mostruários do MHN. É trabalho de rotina visitas escolares e dirigidas em que os alunos são acompanhados pelos professores e conservadores, com divisões em grupos pequenos e rápidas preleções; visitas escolares livres, visitas combinadas e mais visitas com verdadeiras aulas de estudantes de cursos superiores como da Escola Naval e Escola Militar e Faculdade de Filosofia. [...] O Curso de Museus estabeleceu um foco de cultura e aprimoramento, de criação de especialistas, do qual saíram com seus diplomas de museologistas todos os atuais conservadores de museus oficiais do Brasil. O estabelecimento da cadeira Técnica de Museus e publicação do livro didático<sup>6</sup> de autoria do dr. Gustavo Barroso alicerçou princípios esparsos, estabeleceu os rumos teóricos e a aplicação prática dos estudos respectivos. (SEMINÁRIO DE MUSEUS..., 1958, [s.n.t.])

Um dos registros da visita técnica dos participantes do Seminário Regional de 1958 ao Museu Histórico Nacional foi a imagem de destaque da programação do evento de 2018. Compreendendo o evento da década de 1950 como um marco para o campo dos museus, ele esteve presente em todo Seminário Internacional do Museu Histórico Nacional, ora como tema central, ora como ponto de partida para debates contemporâneos - tais como globalização e novos horizontes do conhecimento, assuntos que, inclusive, encontram-se nas pautas atuais da UNESCO<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Nair de Moraes Carvalho refere-se aos volumes 1 e 2 do livro *Introdução à Técnica de Museus*, escrito pelo diretor do Museu Histórico Nacional da época, Gustavo Barroso, publicados em 1946 e 1947 respectivamente, e reeditados na década de 1950 devido ao rápido esgotamento.

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a atuação da UNESCO e os temas citados, sugerimos a consulta ao documento final da conferência *Rethinking Education in a Changing World: Meeting of the Senior Experts' Group* (2013) em [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000224743\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000224743_spa) e do livro *Rethinking Education: Towards a global common good?* (2015) em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232697>. Os documentos estão disponibilizados pela UNESCO Digital Library na versão em espanhol. Acesso em 22 fev. 2019.

A conferência de abertura do evento de 2018, intitulada *Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus: um marco internacional*, teve o museólogo Mário de Souza Chagas como um dos participantes. Em sua análise, o campo museal deu, até então, pouca atenção ao Seminário Regional da UNESCO, embora tenha sido organizado com uma complexidade - 22 dias de programação<sup>8</sup> - que permitiu diagnósticos e perspectivas aprofundadas sobre o tema educação em museus a partir de debates coletivos, viagens e visitas técnicas com cobertura dos jornais do período, o que potencializa ricos cruzamentos de fontes<sup>9</sup>. Esse diagnóstico pode ser alargado: há a necessidade de mais pesquisas sobre a educação em museus em uma perspectiva histórica e essa construção pode se dar, entre outras articulações, com o campo da História da Educação. Uma produção diversificada e contínua nesse recorte possibilitaria responder muitas questões sobre a contribuição social que os museus assumiram (ou não) ao longo de suas existências.

Possamai (2012) propõe uma reflexão sobre o conceito de patrimônio como uma categoria para as investigações em História da Educação. A autora parte de três considerações: os documentos disponíveis; e as interfaces da História da Educação com a História e com a Educação. Seus apontamentos ressaltam que investigar o patrimônio na perspectiva da História da Educação exige um esforço em compreendê-lo, "[...] retirando-o da naturalização, percebendo sua historicidade e seus múltiplos caminhos de apropriação social" (Ibidem, p.119). Concordamos com a autora, pois também acreditamos que os espaços museais possuem uma historicidade educativa a ser investigada que, ainda que não identificada nas práticas contemporâneas - prioritariamente por falta de pesquisas -, influenciam diretamente as dinâmicas instituídas nesses espaços com o patrimônio cultural.

Para Stephanou e Bastos (2005), a História da Educação é um campo capaz de abranger estudos que vão do ensino institucionalizado aos processos de aprendizagem e socialização, o que a torna um espaço de múltiplas pesquisas. Compreender a História da Educação nessa perspectiva é ampliar o escopo de investigações no campo museal,

---

<sup>8</sup> Para informações detalhadas do evento, consultar: RIVIÈRE, Georges Henri. *Seminário Regional de la Unesco sobre la función educativa de los museos*. UNESCO; ICOM, 1958. 67p.

<sup>9</sup> Informação verbal proferida por Mário de Souza Chagas na Conferência de Abertura "Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus: um marco internacional" do *Seminário Internacional Museu e Educação*, realizado no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro em 9 out. 2018.



processo que potencializa a construção, por meio da articulação de pesquisas com diferentes enfoques, de uma escrita sobre a História da Educação em Museus. Essa possibilidade é endossada pelo verbete desenvolvido por Bastos (2006, p.67) sobre História da Educação: “[...] remete à memória cultural, às questões de cultura e das práticas que são engendradas no cotidiano de cada sociedade, pelo Estado, pelas instituições não-oficiais, grupos de interesse não-escolares, professores, estudantes e outros atores sociais”.

Pretende-se socializar algumas das pesquisas que consideramos indícios da constituição de uma História da Educação em Museus para, por meio destes trabalhos, apresentar possíveis enfoques analíticos em futuras investigações. Salienta-se que não há a intenção de se apresentar um diagnóstico com arrolamento de estudos nessa área, ao contrário, as pesquisas que serão comentadas foram selecionadas porque de alguma forma cruzaram o itinerário acadêmico das autoras deste artigo e foram consideradas exemplos da amplitude da História da Educação em Museus, bem como reforçam a necessidade de contínua imersão investigativa nessa área/campo.

Sugere-se, para fins de organização, uma reflexão embasada nos três eixos que definem as demandas da Museologia, sintetizadas pelo ternário Homem, Objeto e Museu ou, pelos preceitos da Museologia Social, constituídos pelo ternário Sociedade, Patrimônio e Território (CURY, 2009). Na perspectiva da História da Educação em Museus trataremos como recorte analítico o Museu/Território = setores educativos e museus escolares; Objeto/Patrimônio = patrimônio educativo; Homem/ Sociedade = ênfase nos agentes do campo dos museus que legitimaram a educação em museus.

### **MUSEU/TERRITÓRIO = setores educativos e museus escolares**

A aceção moderna de museu surgiu no contexto da Revolução Francesa com um caráter nacionalista e educacional, com vistas a difundir o civismo, instruindo o povo sobre seu patrimônio e sua história (JULIÃO, 2006). Assim, evidencia-se o papel instrutivo assumido pelo museu desde que abriu suas portas ao público, antes reservado a um grupo seletivo, nos chamados gabinetes de curiosidade.

Como aponta Pereira (2010), o processo que deu origem à configuração dos museus está intimamente ligado à trajetória da educação, e no que se refere ao contexto

brasileiro, faz sentido propor uma análise da História da Educação em Museus. Conforme afirmamos anteriormente, a dimensão educativa sempre esteve presente nas prerrogativas dos museus, mas é importante salientar que embora essas instituições tenham sempre evocado o seu papel educativo, nem sempre conseguiram colocar em prática de forma sistemática atividades educacionais, assumindo de fato sua função educativa. Para compreendermos melhor essa afirmação, cabe verificar a diferenciação proposta por Pereira (2010) em relação aos termos dimensão educativa e função educativa:

Os termos dimensão e função devem ser utilizados de acordo com a conjuntura histórica analisada. O museu tem várias dimensões que se complementam. A dimensão educacional, por exemplo, é inerente ao seu surgimento e o acompanha em todos os momentos de sua história. Essa dimensão passa a tomar contornos que vão além de uma aura educacional permanente quando o museu passa a requerer para si uma estrutura funcional que possibilite o exercício educativo de forma organizada com objetivos definidos. Ou seja, dá-se assim início ao processo de institucionalização de suas práticas educativas. Neste contexto, que será aprofundado adiante, o museu passou a conviver com uma nova perspectiva educacional: a função educativa. (Ibidem, p.19)

Ao apontar a distinção entre dimensão educativa e função educativa a autora problematiza até que ponto os museus têm, ao longo da história, efetivamente desempenhado suas funções de caráter educativo, ultrapassando, assim, uma mera aura de instituição educacional. No intuito de trazer à tona a História dos Museus no Brasil e sua função educativa, Pereira (2010) analisa a trajetória do Museu Nacional<sup>10</sup>, que demonstrou desde o seu surgimento uma preocupação com as questões educacionais, ainda que não de forma sistemática, o que viria a acontecer somente em 1926 com a criação da Seção de Assistência ao Ensino da História Natural.

Nos primeiros anos de funcionamento, o Museu Nacional possuía contornos de um museu enciclopédico, característico do período, e se percebe que desde o princípio manteve contato com instituições de ensino, uma vez que:

[...] encontramos desde o ano de 1822, uma série solicitações feitas ao Museu que comprovam sua ampla relação com as instituições de ensino e

---

<sup>10</sup> Foi o primeiro museu brasileiro, criado por D. João VI em 1818 e nomeado de Museu Real. Tinha caráter puramente científico e reunia os exemplares naturais do Brasil, visando propagar os estudos e as ciências naturais do país. Era considerado também um local para contemplação das riquezas acumuladas (PEREIRA, 2010).

configuram uma rede de interesses educacionais que podem nos ajudar a compreender o papel desempenhado pelo Museu e sua dimensão educativa, mesmo antes dessas solicitações se tornarem institucionalizadas e reconhecidas como uma das funções do Museu: a educativa. (PEREIRA, 2010, p. 122)

Assim, evidencia-se que desde o começo de suas atividades o Museu Nacional teve um importante papel como difusor do conhecimento em uma época em que o país carecia de instituições de ensino superior. Essa dimensão educativa se prolongou nas décadas seguintes, contudo, sem assumir um caráter metódico. No início do século XX, os museus foram influenciados pelas mudanças de paradigmas científicos que levaram a uma diversificação das instituições de pesquisa e, neste contexto, o Museu Nacional passou a explicitar sua função educativa a partir do Regulamento de 1912, que em seu artigo 59 previa a criação de um Museu Escolar (PEREIRA, 2010).

Pode-se afirmar que o Museu Nacional representa um exemplo de instituição que sempre se dedicou à dimensão educacional e que gradativamente passou a exercer a educação como uma missão institucionalizada, com metas, objetivos e atendimentos específicos (LOPES, 1997). No ano de 1926, foi criada a Seção de Assistência ao Ensino de História Natural, durante a gestão de Edgar Roquette Pinto (diretor do Museu Nacional entre 1926-1935):

[...] a partir daí podemos observar com bastante riqueza de detalhes as transformações vividas pelo Museu Nacional no sentido de fortalecer seu aspecto educacional. As ações tornaram-se sistemáticas e rotineiras, toda a estrutura do Museu foi envolvida na tarefa de propagar a ciência e a educação. (PEREIRA, 2010, p.130)

Para Roquette Pinto, os museus de História Natural, como o Museu Nacional, deveriam servir como instituições de apoio ao sistema educacional, promovendo o conhecimento e os métodos da ciência às novas gerações (LOPES, 1997). Conforme Pereira (2010), as escolas criaram uma relação de dependência com o Museu no período de existência da Seção de Assistência ao Ensino, quando “[...] compreenderam todo o potencial desses espaços para o engrandecimento das práticas educativas e se beneficiaram da relação ao solicitar os materiais e o apoio oferecido pelo museu” (Ibidem, p. 152).

O Museu Nacional estava ciente do seu papel educativo e foi no país a primeira experiência de institucionalização das práticas educativas em museus. Dessa forma, se evidenciam as aproximações existentes entre o papel educativo desempenhado pelos museus e os novos métodos de escolarização em voga na época. Ressalta-se, também, que durante a gestão de Roquette Pinto as escolas foram incentivadas a montarem seus próprios gabinetes de História Natural, com o objetivo de coletar, tratar e classificar suas coleções (LOPES, 1997).

Esse incentivo ocorreu em um período em que os museus escolares se disseminavam em vários locais do Brasil, exercendo um papel relevante nas novas metodologias pedagógicas. Conforme avalia Witt (2016), existe uma invisibilidade sobre a história dos museus escolares no âmbito dos estudos da Museologia, sendo que o mesmo não ocorre na História da Educação. Ao constatar essa lacuna, a autora propôs um estudo sobre a história do Museu de História Natural do Colégio Anchieta, criado em 1908 e inserido no contexto nacional da época: “[...] além do caráter científico, os museus de História Natural também se preocuparam com seu caráter educativo” (Ibidem, p.39). Levando em conta que os museus foram as primeiras instituições científicas no Brasil - antecedendo as universidades - abordar a trajetória de um museu científico, instalado dentro de um colégio, que estava em consonância com o discurso de outros grandes museus como o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e o Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, nos permite compreender não apenas como se davam as práticas escolares no âmbito das ciências, mas qual o papel e a contribuição social dos museus, constituindo uma História da Educação em Museus.

De acordo com Petry (2013, p.82), “estudos historiográficos do campo educativo indicam que os museus escolares foram impulsionados por outra modalidade de museus, os pedagógicos”. Os museus pedagógicos funcionavam como instituições formadoras de professores, espaços que em geral possuíam bibliotecas, produziam e distribuíam periódicos e livros voltados aos modernos métodos e materiais de ensino, com a finalidade de instrumentalizar a prática dos professores (Idem, 2013).

O método usado pelos museus escolares era o Lições das Coisas, composto por materiais que permitiam a visualização real e concreta dos temas abordados em aula. É neste contexto que se insere o Museu de História Natural do Colégio Anchieta, fundado

pelo Pe. Pio Buck, cuja história se vincula às trajetórias dos seus agentes em suas práticas voltadas para o ensino e a pesquisa (WITT, 2016).

Finalmente, é importante salientar que a história do Museu de História Natural do Colégio Anchieta contribui para contar a história dos primeiros museus brasileiros, sendo um Museu de História Natural constituído dentro de um espaço escolar (WITT, 2016). Dito isso, é preciso reforçar que para além de sua função educativa, o Museu de História Natural também desempenhou sua função de instituição de pesquisa, inserido em um contexto em que a produção de conhecimento científico estava em consonância com as propostas pedagógicas da época, que dentre outras coisas, buscava aprimorar o ensino a partir de um viés cientificista.

Nesse sentido, trabalhos como os de Pereira (2010) e Witt (2016) evidenciam a importância de pesquisas que tenham por objeto de estudo setores educativos e museus escolares. As autoras demonstram que as atividades exercidas pelas instituições museais tinham um compromisso com a produção do conhecimento científico e com o aprendizado pelo viés da educação visual - muitas operando, inclusive, em rede, como é o caso do Museu Nacional, que colaborava com vários museus escolares. As estratégias educativas implementadas pelos museus ainda estão por ser amplamente mapeadas e aprofundadas, embora já denotem uma influência direta nas decisões museográficas adotadas por esses espaços.

### **OBJETO/PATRIMÔNIO = patrimônio educativo**

Entre as possíveis articulações da Museologia com a Educação, o patrimônio educativo talvez seja a abordagem mais pesquisada na perspectiva da História da Educação, em especial no que tange o patrimônio escolar. O interesse de ambas as áreas do conhecimento por essa materialidade perpassa diversos enfoques: mapeamento e recuperação de vestígios das práticas educativas; estratégias de preservação e gestão desse acervo; políticas de difusão do patrimônio educativo. Ressalta-se, ainda, que o direcionamento das pesquisas com esse contorno alcança objetos de estudos dos mais distintos: da cultura material móvel (cadernos e uniformes, por exemplo) aos imóveis (como edificações escolares); a trajetória do ensino primário ao superior, seja em nível abrangente (sistema educacional) ou em escala reduzida (uma formação especializada).

De acordo com Souza (2013), o tema patrimônio escolar no debate público, político e especializado no campo da preservação é relativamente recente, configurando-se ainda como um desafio a ser enfrentado, embora com crescente engajamento de pesquisa:

[...] O tema do patrimônio tem mobilizado o interesse de inúmeros investigadores e resultado em uma multiplicidade de práticas de conservação, inventário e estudo da cultura material. Vale a pena notar que os estudos sobre cultura escolar na busca incansável por vestígios das práticas foram significativamente importantes no direcionamento dos pesquisadores para a consulta aos arquivos escolares, quase sempre encontrados em estado lamentável de organização e conservação. Amontoados em porões, debaixo de escadas, em salas apertadas, distribuídos ao acaso em armários e caixas, descuidados e sem interesse, documentos, quase sempre administrativos, além de coleções de instrumentos científicos, livros didáticos, móveis antigos, troféus, medalhas, entre outros objetos, sobrevivem a intempéries, goteiras, condições de insalubridade, falta de identificação, organização e armazenamento adequado na maioria das escolas. Os relatos dos investigadores são abundantes e se multiplicam em relação a diversas localidades e regiões do País. (Idem, p.204-205)

Ressalta-se o processo apontado por Souza (2013), no qual a pesquisa na perspectiva da História da Educação direciona a percepção de coisas para a constituição de patrimônios, ou seja, itens amontoados em documentos a serem preservados. Esse é um resultado da interpretação da relação do homem, sujeito que conhece, com o objeto, ambos em um mesmo contexto - a Realidade - no qual esse sujeito tem o poder de agir (GUARNIERI, 2010 [1990]). Esse processo, denominado na Museologia de *fato museal*, produz a cultura material. Segundo Horta (2014, p.47-48):

O que chamamos de "documentos" é, antes de tudo, uma "coisa" - um pedaço de papel ou uma forma tri-dimensional. O ato que constitui essas coisas em documentos é o mesmo ato pelo qual as constituímos como "objetos" - isto é, o ato de olhar para elas com os olhos da mente, e assim processar todas as informações e significados que eles possam carregar. [...] Se tal processo mental não acontece durante esse encontro do sujeito com o objeto, os objetos dos museus e do patrimônio não são mais do que simples "coisas" [...]. A informação e o sentido contidos em um objeto não são fixos e cristalizados nele. É a mente e a percepção do observador, o sujeito, que vai investir o objeto com significados. Em todo objeto, tangível ou intangível, há todo um universo de informação. A percepção desses dados vai variar no tempo e de indivíduo para indivíduo.

O fato museal aplicado na ação museal, processo denominado de musealização, resulta em um método interdisciplinar que se preocupa com a produção da informação a

partir dos objetos, e que tem por critérios a documentalidade, testemunhalidade e fidelidade (GUARNIERI, 2010 [1990]). A autora reforça: “*A relação do Homem com o seu meio, seja em termos de mera apreensão da realidade, seja de ação sobre essa mesma realidade, implica realização humana em termos de consciência, de consciência crítica e histórica, de consciência possível*” (Ibidem, p.206, grifos da autora). Felgueiras (2005, p.98) exemplifica esse processo ao analisá-lo no contexto da herança educativa:

Este olhar que urge sobre o património educativo não pode ficar preso no saudosismo triste e ineficaz. Inserido no espaço de vida dos investigadores e professores, somos os primeiros responsáveis pelo seu estudo, conservação e valorização. Se defendermos que ele pode e deve ser um contributo para o desenvolvimento local, isso se deve não apenas aos significados que lhe atribuímos, mas, principalmente, ao pressuposto de que investigadores, docentes e alunos são cidadãos capazes de colaborarem num desenvolvimento integrado. [...] importa salientar que o património escolar não pode ser visto como um conjunto de objectos folclóricos de um passado que se desconhece, mas tem de ser integrado na transformação dos contextos escolares e da relação da docência com a cultura.

Se traçarmos uma análise cronológica em um recorte brasileiro, poderíamos salientar os patrimônios preservados e disseminados pelo Pedagogium, fundado em 1890 e definitivamente extinto em 1919 (BASTOS, 2002), os museus escolares que preservam até hoje o patrimônio educativo, como o Museu de História Natural do Colégio Anchieta, criado em 1908 em Porto Alegre (WITT, 2016) e a atuação de setores de museus que se institucionalizaram para concentrar as iniciativas que desenvolviam no campo da educação - tais como preparação de coleções didáticas para a montagem de museus escolares -, como a 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional, instituída em 1926 (PEREIRA, 2010). Mas, para exemplificar o processo de musealização do patrimônio educativo, selecionamos experiências contemporâneas de dois enfoques: uma que contribui para a construção de uma história da educação regional e outras duas direcionadas para a história de ensinamentos especializados.

No primeiro caso destacamos a atuação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), fundado em 2002. Na página eletrônica do CEIHE, há a informação de que o grupo de pesquisadores (com participação de cerca de 50 membros)

trabalha com dois vieses: centro de documentação (CEDOC) e centro de pesquisa (CENTRO DE ESTUDOS..., s.d.). De acordo com Arriada, Tambara e Teixeira (2015, p.317) a criação do CEIHE ganhou força e visibilidade ao “[...] salientar o trabalho desempenhado não apenas em relação às possibilidades de desenvolvimento de pesquisa, mas, também, pelo caráter de preservação, catalogação e divulgação do acervo constituído”.

O CEDOC-CEIHE tem o compromisso de preservar indícios das práticas do campo da educação escolar. Entre seus objetivos estão “Disponibilizar um acervo documental (fontes impressas, manuscritas e iconográficas); [e] [...] Reconstituir a materialidade das rotinas e do cotidiano escolar: carteiras escolares, mesas, lousas, lápis, canetas, palmatórias, cadernos escolares, manuais escolares, etc.” (TAMBARA, ARRIADA, TEIXEIRA, 2012, p.5887). De acordo com Castro e Gastaud (2017), o CEDOC-CEIHE se caracteriza por salvaguardar acervos de três tipologias - museológico, bibliográfico e arquivístico -, tendo por fio condutor a História da Educação. No CEDOC-CEIHE é realizado um processo de gestão de acervos que, ao aplicar as práticas museográficas, potencializa os itens incorporados à condição de fontes de informação. Ao disponibilizá-los para futuras pesquisas, o CEIHE contribui para o fortalecimento de uma História da Educação brasileira pelo viés da cultura material.

Cabe também ressaltar iniciativas de preservação, pesquisa e comunicação de evidências materiais com recortes mais específicos, como o Núcleo de Memória da Museologia Brasileira (NUMMUS), organizado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Criado no ensejo das comemorações dos 75 anos do curso de Museologia da UNIRIO (SÁ, 2007), suas coleções são diversificadas, compostas por fotografias, textos originais, diplomas, cadernos de anotações, livros de formatura, entre outros, e compreende a história do primeiro curso em Museologia no país - o Curso de Museus, instituído por decreto em 1932 no Museu Histórico Nacional - até a formação nos dias atuais. Em sua página no Facebook<sup>11</sup> é possível acompanhar as diferentes ações de disseminação do acervo, como eventos e documentários sobre profissionais dos museus.

Para Siqueira, Granato e Sá (2008, p.114) “[...] as atividades desenvolvidas no NUMMUS constituem-se como um importante fator para o delineamento e preservação da identidade do grupo a que se referem, estabelecendo relações entre passado, presente e

---

<sup>11</sup> Para acessar o Facebook do NUMMUS, disponível em: <https://www.facebook.com/nummus.unirio/>. Acesso em 8 mar. 2019.



futuro”. O NUMMUS tornou-se um convergente de fontes de informação e subsidia inúmeras pesquisas que abordam a Museologia brasileira. Sua política incentivada, inclusive, constantes doações por parte de agentes que participaram do campo dos museus, ampliando sua visibilidade e legitimidade como espaço de investigação.

A atuação do NUMMUS inspirou novas iniciativas no cenário brasileiro, como o programa *Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias*, idealizado a partir dos debates da comemoração dos 10 anos dessa graduação, em 2018. Instalado no Laboratório de Pesquisa e Extensão Museológica (LAPEM) do curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o programa possui sete eixos de trabalho - coleções: Institucional; Ensino; Pesquisa e Extensão; Exposições Curriculares; Eventos; Saídas de Campo; e Itinerários - e atua na coleta de evidências que contribuem para analisar a história da Museologia na Região Sul do Brasil, com enfoque no ensino da área na UFRGS. A disseminação do acervo para pesquisas se dá por meio do repositório digital Tainacan<sup>12</sup>, constituindo-se em um sistema de informação para o usuário.

As três experiências citadas exemplificam as tentativas de estabelecer políticas de gestão do patrimônio educativo. Vinculadas à história de uma formação profissional ou às práticas de ensino de uma região, seus critérios delineiam os recortes temáticos e reforçam que é possível construir essas histórias por meio da cultura material. Ao assumirem um comprometimento com a preservação do patrimônio educativo por meio de sua musealização, o CEDOC-CEIHE, o NUMMUS e o LAPEM, entre tantas outras importantes iniciativas cumprem um papel social ao se tornarem espaços de produção e disseminação do conhecimento.

### **HOMEM/SOCIEDADE = agentes do campo dos museus que legitimaram a educação em museus**

Os museus e o patrimônio cultural são idealizados, geridos e apropriados por pessoas. Essa é uma afirmação que parece indiscutível e não teve até o momento a devida atenção. Há poucas pesquisas sobre os agentes envolvidos com o campo dos museus e as que existem são prioritariamente referentes aos diretores de museus. Porém, há um corpo

---

<sup>12</sup> Para acessar o repositório digital do programa *Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias*, disponível em: <http://memoriamslufrgs.online/tainacan/colecoes/>. Acesso em 8 mar 2019.

funcional em cada instituição atuando cotidianamente nas práticas museais e, entre elas, está a educação em museus.

Ao acompanhar a trajetória dos agentes envolvidos com a educação em museus, identifica-se uma atuação crescente desses profissionais/sujeitos no decorrer do século XX. O debate se potencializa em meados desse período fomentado, por exemplo, pelo Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, mencionado anteriormente. Ao investigar as produções do período Faria (2017a, p.261) aponta algumas observações:

A partir dos indícios encontrados, verifiquei que as estratégias [educativas] concebidas voltavam-se para duas ênfases: a) a intensificação das pesquisas sobre o patrimônio, denominada por agentes de pesquisa do objeto; b) as soluções expográficas que estimulariam a educação visual pelo patrimônio, intituladas de pesquisa educacional. Os debates analisados indicam que o tema da educação foi um dos motivadores que promoveram uma ruptura da concepção de museu-guardião, ou seja, os profissionais de museus passaram gradativamente a defender que aos museus caberia, além da função de preservar, as funções de pesquisar e divulgar a materialidade na condição de patrimônio. O desafio era desenvolver estratégias de comunicação das narrativas instituídas pelas instituições. O público, a partir de então, ganhou gradativamente a atenção dos agentes e agências que atuavam no campo dos museus.

Faria (2017a) salienta que as iniciativas voltadas para a educação em museus influenciavam toda a cadeia museográfica - coletar, conservar, estudar, interpretar e exibir - contribuindo para a execução de um novo desafio a ser cumprido pelos museus: seu papel social. A autora apresenta três motes que sustentavam o aprimoramento da educação em museus: a educação visual; a educação para o povo; e o projeto de nação assegurado pela instrução pública (Idem, 2017a). Compreender esse movimento no campo dos museus exige acompanhar a trajetória de alguns dos seus agentes.

No ensejo do Seminário Regional da UNESCO, realizado em 1958 no Rio de Janeiro, ocorreu a publicação de algumas obras especializadas que abordaram a educação em museus. Algumas delas tinha o assunto como tema central. Três obras publicadas nesse ano chamam a atenção: os livros *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, de Guy José Paulo de Hollanda; *Museu e Educação*, de Florisvaldo dos Santos Trigueiros; e *Museu Ideal*, de Regina Monteiro Real, “[...] materiais que demonstram uma sintonia dos profissionais do País com os debates internacionais da área” (FARIA, 2014, p.54). Ao ler as publicações

é difícil não pensar em quem foram os autores, em quais contextos estavam inseridos, e o que os levou a produzirem esses materiais, singulares na conjuntura da época.

No Brasil, alguns trabalhos contribuem para um mapeamento desses agentes, explorando em uma perspectiva macro suas atuações, a fim de compreenderem suas contribuições na formulação do papel educativo dos museus. Quando aproximamos, por exemplo, os trabalhos de Bemvetuni (2004), Pereira (2010) e Faria (2017a) - pesquisas com diferentes objetos de estudo que abordaram a história da educação em museus - identificamos alguns nomes recorrentes que participaram do processo de legitimação da educação no campo dos museus. Esses agentes são profissionais de diversas áreas do conhecimento, sendo mais numerosos os educadores e conservadores de museus, tais como: Francisco Venâncio Filho, Edgar Sússekind de Mendonça, Sigrid Porto de Barros, Bertha Lutz, José Antonio do Prado Valladares e Florisvaldo dos Santos Trigueiros.

Ainda que algumas pesquisas articulem a produção desses agentes a fim de compreender as dinâmicas do campo que consolidava a educação como uma função constante dos museus contemporâneos, há a necessidade de investigações mais aprofundadas para apreender o itinerário desses profissionais, especialmente suas trajetórias profissionais vinculadas à educação em museus. Poucos trabalhos se dedicaram a imersões com esse propósito e destacamos a dissertação de Lia Gomes Pinto de Sousa (2009), que investiga a trajetória de Bertha Lutz no Museu Nacional, com um capítulo dedicado ao que a profissional compreendia como o papel educativo do museu moderno; o artigo de Ceravollo e Santos (2007), que explora as contribuições de José Antonio do Prado Valladares para o campo dos museus, entre elas seu livro *Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos*, de 1946; e as publicações de Faria (2013, 2017b), que evidenciam as conservadoras de museus que participaram ativamente dos debates ocorridos sobre educação em museus, com ênfase nas publicações de Nair de Moares Carvalho e Regina Monteiro Real, respectivamente.

Destaca-se, ainda, iniciativas como a pesquisa *O campo dos museus brasileiro: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes*, vinculada à UFRGS e desenvolvida pelas autoras desse artigo. Sua proposta é investigar o itinerário de agentes e organizações que atuaram no campo dos museus, especialmente na região Sul do Brasil, na primeira metade e meados no século XX. Ao identificá-los, procura-se mapear suas contribuições para o campo, especialmente na educação em museus. A pesquisa foi iniciada em 2018 e

investigações estão ocorrendo nos arquivos institucionais do Museu Júlio de Castilhos (MJC) e Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS). Levantamentos parciais indicam que profissionais da região Sul estavam articulados com debates do campo em nível nacional e internacional, bem como atualizados sobre as estratégias do período voltadas para a educação em museus, embora seus nomes não sejam visibilizados pela História dos Museus brasileira.

Acredita-se que há mais agentes que atuaram nos museus e que tinham uma atenção voltada para a educação, mas, por falta de pesquisas, não são ainda evidenciados na construção da história da educação em museus. A necessidade de ir aos arquivos institucionais mapear essas trajetórias é iminente, pois cada nova publicação revela o quanto os profissionais brasileiros estavam atualizados com as novas práticas educativas, aplicando-as como estratégias educacionais nos museus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como profissionais que atuam no campo dos museus, temos internalizado que a educação é uma função dos museus e que esse é um viés para o alcance de seu papel social. Pouco refletimos sobre como essas ações são construções que direcionaram as atribuições dos museus na contemporaneidade. Agentes como Heloisa Alberto Torres, que em 1925 se tornou uma das primeiras funcionárias do Museu Nacional<sup>13</sup>, já em 1958 enfatizava que a educação em museus era consequência direta da atuação dos profissionais dessas instituições, afirmando que a valorização e a discussão sobre a ação educativa teria sido obra dos técnicos de museus (PEREIRA, 2010).

No que tange a educação no campo museal podemos afirmar que importantes estratégias foram experimentadas e implementadas nos museus brasileiros. Se nas primeiras décadas do século XX há evidências dos debates sobre expografia para uma educação visual e a concepção de um museu para o povo, na segunda metade do mesmo século observamos um aprimoramento do tema, com metodologias aplicadas à nossa

---

<sup>13</sup> Destaca-se também a carreira de Bertha Lutz iniciada no mesmo Museu em 1919. Bertha Lutz também se interessou pelos debates sobre educação em museus. Para mais informações: LUTZ, Bertha Maria Julia. *A função educativa dos Museus, 1932*. Adaptação de Guilherme Gantois de Miranda; Maria José Veloso da Costa Santos; Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008. 240p.

realidade museal, a exemplo da Educação Patrimonial, Educação Triangular e Educação para o Patrimônio. Essas experiências levaram a existência atual de um importante documento norteador: a Política Nacional de Educação Museal (PNEM)<sup>14</sup>.

Reforça-se, portanto, que há muitos caminhos possíveis de se estudar os museus e patrimônios na perspectiva da História da Educação. As opções de pesquisa são múltiplas, que vão das instituições aos agentes envolvidos na dimensão educativa dos museus. Esperamos que esse recorte seja aderido por diversas investigações, contribuindo, assim, para a consolidação de uma História da Educação em Museus.

## Referências

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antonio Callegato; TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. CEDOC e CEIHE: espaços de preservação da memória escolar. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v.19, n.47, 2015. p.313-317. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v19n47/2236-3459-heduc-19-47-00313.pdf>. Acesso em 8 mar. 2019.

BASTOS, Maria Helena Camara. História da Educação (Verbetes). In: MOROSINI, Marília Costa (Coord.). *Enciclopédia de Pedagogia Universitária*. Glossário, v.2. Brasília: INEP, 2006. p.67-68.

\_\_\_\_\_. *Pro Patria Laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 350p.

BEMVENUTI, Alice. *Museu e Educação - História, Metodologias e Projetos, com análises de caso: Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, Niterói e Rio Grande do Sul*, 2004, 393p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49164>. Acesso em 8 mar. 2019.

CASTRO, Renata Brião de; GASTAUD, Carla Rodrigues. O que são centros de documentação? O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 263-282, 2017. Disponível em: [revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1984723818372017263/pdf](http://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1984723818372017263/pdf). Acesso em 8 mar. 2019.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Apresentação do CEIHE*, s.d. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ceihe/apresentacao-do-ceihe/>. Acesso em 8 mar. 2019.

---

<sup>14</sup> Para acessar a PNEM, disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em 22 fev. 2019.

CERAVOLO, Suely Moraes; SANTOS, Daisy Conceição dos. Apontamentos sobre José Antonio do Prado Valladares - “um homem de museu”. *Cadernos do CEOM*, ano 20, n.26, 2007. p.195-221. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2025/1106>.

Acesso em 8 mar. 2019.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (orgs.). *Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p.25-41 (MAST Colloquia, n. 11). Disponível em: [http://site.mast.br/hotsite\\_mast\\_colloquia/pdf/mast\\_colloquia\\_11.pdf](http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_11.pdf). Acesso em 26 fev. 2019.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. A participação de Regina Monteiro Real no debate sobre educação em museus: indícios da contribuição das profissionais do campo dos museus. In: *Encontro da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação*, Rio Grande, RS: FURG, 2017b, p.500-511. Disponível em:

<http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/2018/10/31/asphe-anais-encontros/?fbclid=IwAR2hp5EoZr6ex-U9CCi6KKjm3tWuwU9LEJlnvVAu9F00h7DSMtjZAWnIU5A>.

Acesso em 8 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Educação em museus: um mosaico da produção brasileira em 1958. *Mouseion*, Canoas, n.19, 2014, p.53-66. Disponível em:

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1867/1235>.

Acesso em 8 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. *Educar no Museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)*, 2017a, 296p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017a. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/158339>. Acesso em 8 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. O caráter educativo dos museus: apontamentos a partir de documentos escritos por Nair de Moraes Carvalho em meados do século XX. In: *Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013. p.167-176.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. *Pro-Posições*, v. 16, n. 1 (46), jan./abr. 2005. p.87-102. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2293/46-dossie-felgueirasml.pdf>. Acesso em 8 mar. 2019.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação, 1990. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Vol.1, 1.ed., São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 203-210.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. O “link” (ou a relação) das coisas com os objetos, com os documentos, com o museu e o que isso tudo quer dizer... In: *Mouseion*, Rio Grande do Sul:

UnilaSalle Editora, 2014. p.43-52. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1882>. Acesso em 8 mar. 2019.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. *Caderno de Diretrizes Museológicas I*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2006. p.19-32.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. 369p.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. *Educação museal - Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional, 2010, 180p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/marcele\\_regina\\_nogueira\\_pereira.pdf](http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/marcele_regina_nogueira_pereira.pdf). Acesso em 27 fev. 2019.*

PETRY, Marília Gabriela; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). *Revista História da Educação*, v.17, n.41, p.79-101, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592013000300006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592013000300006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 26 fev. 2019.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e História da Educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. *Revista História da Educação*, v. 16, n. 36, p. 110-120, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/19976>. Acesso em 26 fev. 2019.

SÁ, Ivan Coelho. Unirio abre espaços de pesquisa e discussão da museologia. *Revista Musas*, n.3, 2007. p.175-176. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/Musas3.pdf>. Acesso em 8 mar. 2019.

SEMINÁRIO DE MUSEUS VISITA O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1958.

SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE MUSEUS. Artes Visuais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1958.

SIQUEIRA, Graciele Karine; GRANATO, Marcus; SÁ, Ivan Coelho de. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. *Revista CPC*, São Paulo, n. 6, 2008. p. 142-169. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15628/17202>. Acesso em 8 mar. 2019.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. *Educação e profissionalização de mulheres: trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)*, 2009, 175p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/3997>. Acesso em 8 mar. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. *Revista Linhas*, v.14, n.26, 2013. p.199-221. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199>. Acesso em 8 mar. 2019.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. In: \_\_\_ (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. III - século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 416-429.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegato; TARRIADA, Eduardo; TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. A preservação do patrimônio escolar: o caso do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE). *IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, 2012. Lisboa: Guide - Artes Gráficas Lda, 2012. p.5881-5891. Disponível em: <http://colubhe2012.ie.ulisboa.pt/wp-content/uploads/COLUBHE-2012-pp.-3221-final1.pdf>. Acesso em 8 mar. 2019.

VISITA GUIADA DE ESTAGIÁRIOS AO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1958.

WITT, Nara Beatriz. *"Uma joia" no sul do Brasil: O Museu de História Natural do Colégio Anchieta, criado em 1908 (Porto Alegre/RS)*, 2016, 116p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151642>. Acesso em 27 fev. 2019.

Enviado em: 15.03.2019

Aceito em: 03.04.2019



**TEMPOS DE ESCRAVIDÃO: LAÇOS DE SANGUE E AFINIDADE NO EXTREMO SUL DO IMPÉRIO BRASILEIRO (JAGUARÃO, 1850-1870)**

TIMES OF SLAVERY: BLOOD TIE AND AFFINITY IN THE SOUTHERN END OF THE BRAZILIAN EMPIRE (JAGUARÃO, 1850-1870)

Matheus Batalha Bom<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo estima demonstrar como estava se configurando a escravidão na cidade de Jaguarão, Rio Grande do Sul, após o fim do tráfico negreiro, decretado pela Lei Eusébio de Queirós. Para tanto, foi preciso realizar uma redução de escala de observação, de modo a estabelecer um diálogo entre aspectos quantitativos e qualitativos. Com esse propósito, pretende-se evidenciar a potencialidade de análises que levam em conta aspectos relacionados aos relacionamentos afetivo-familiares e a sua relação com a construção de solidariedades entre trabalhadores escravizados.

**Palavras-Chave:** Escravidão, Família, Solidariedade.

**Abstract:** The present article estimates how slavery was configured in the city of Jaguarão, Rio Grande do Sul, after the end of the slave trade decreed by the Eusébio de Queirós Law. To do so, a reduction of scale was necessary in order to establish a dialogue between quantitative and qualitative. With this purpose, it is intended to highlight the potential of analyzes that take into account family aspects and their relation with the construction of solidarities among enslaved workers.

**Keywords:** Slavery, Family, Solidarity.

**Introdução**

Este artigo está dentro de uma perspectiva que vê a escravidão não só como uma grande estrutura opressora, mas como uma instituição cotidianamente construída pelos atores da época. Jaguarão foi construída, assim como diversas cidades brasileiras, por meio do trabalho de milhares de pessoas negras. No ano de 1859, por exemplo, o município contava com 5.056 trabalhadores escravizados, ficando atrás somente de Porto Alegre, que apresentava 8.417 escravizados (SILVA, 2015, p. 21). Não há dúvidas da força da escravidão em solo jaguarense, por isso torna-se interessante analisar como determinados agentes arquitetavam seus projetos de vida em meio as condicionantes da escravidão.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História - PPG História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: [matheusbatalhabom@gmail.com](mailto:matheusbatalhabom@gmail.com)

Na primeira parte deste artigo, objetiva-se analisar os inventários *post-mortem* de forma quantitativa (AROSTEGUI, 2006, pp. 513-59), porém, não com a intenção de entender as informações como já dadas (DOSSE, 2003, pp. 269-289), mas sim, como uma forma de perceber os números enquanto índices interpretativos (GRENIER, 1998). Além disso, após a composição das duas partes deste texto, estima-se construir um diálogo entre o quantitativo e o qualitativo. Espera-se, com isso, enriquecer a compreensão das relações sociais, demonstrando que a junção da observação qualitativa e quantitativa pode ser plenamente viável (FARINATTI, 2008, pp. 57-72; CARDOZO, 2010, pp. 28-41).

Na segunda parte, teve-se a ideia de reduzir a escala de observação,<sup>2</sup> tentando colocar em prática o método da micro-história, objetivando entender a complexa relação “de escolha livre e dos vínculos que indivíduos e grupos estabelecem nos interstícios da pluralidade contraditória dos sistemas normativos que comandam”.<sup>3</sup> Para isso, foram utilizados dois processos criminais que permitem entrar um pouco no “mundo” das relações sociais de alguns trabalhadores escravizados. O leitor encontrará um texto cheio de palavras como talvez e provavelmente,<sup>4</sup> mas isso se justifica tanto pelos limites que as fontes impõem, como também, pelo fato que a vida dos sujeitos aqui tratados, como tantos outros, estava circunscrita a uma infinidade de incertezas.<sup>5</sup>

### **“Mergulhando em números”: a estrutura da posse de trabalhadores escravizados em Jaguarão (1850-1870)**

A cidade de Jaguarão está situada no extremo meridional do Brasil, fazendo fronteira com a República Oriental do Uruguai. Entre os séculos XVIII e XIX, o que hoje é

---

<sup>2</sup> A proposta é pensar os resultados construídos através dos inventários como condicionantes “macro-históricas”, enquanto os problemas originados através da análise de dois processos criminais como “realidade micro”. Com isso, estabelecendo um jogo entre macro e micro, pretende-se encontrar alguns problemas gerais que contribuam para o avanço dos estudos de escravidão no Brasil. Sobre a micro-história em sua vertente italiana, ver: REVEL (1998), GINZBURG (2007), LIMA (2006), KARSBURG (2015).

<sup>3</sup> Segundo Giovanni Levi (2009, p. 14): “Essas escolhas e contradições são o motor interno da mutação social, que, desse modo, não é vista em sentido único, como um poder imóvel e imutável apenas nos momentos extraordinários de revolta aberta, mas como fruto de um contínuo conflito, cujos efeitos o historiador pode mensurar. O normal e o cotidiano tornam-se assim protagonistas da história, e situações singulares assumem a intensidade dos pontos de vista pelos quais se podem explicar os funcionamentos sociais complexos”.

<sup>4</sup> Natalie Zemon Davis indicou que isso não é um problema mas, muito pelo contrário, revela-se como uma estratégia narrativa, bem como uma demonstração dos limites epistemológicos para com as fontes (DAVIS, 1987).

<sup>5</sup> Giovanni Levi trabalha muito bem o papel das incertezas frente à ambiguidade das regras e a quantidade limitada de informações disponíveis aos agentes. LEVI (2000).

Jaguarão, foi um espaço repleto de conflitos entre a Coroa Espanhola e Portuguesa (PINTO, 2015). Em 1812, foi criada a Freguesia do Espírito Santo de Jaguarão, tempos mais tarde, em 1832, assiste-se a formação da primeira Câmara de vereadores, sendo somente elevada a categoria de cidade no ano de 1855 (FRANCO, 1980). Jaguarão, desde os primeiros anos de sua formação, apresentava um perfil produtivo diversificado, em que mesclava produção pecuária e agricultura (GULARTE, 2015). Entretanto, não era preponderantemente rural, já que durante o século XIX apresentou um significativo crescimento urbano (MARTINS, 2011).

Desde o início formativo de Jaguarão pode-se encontrar uma massa de trabalhadores escravizados, tanto nas áreas rurais, como no espaço urbano. Dessa forma, é imprescindível analisar a estrutura da posse de trabalhadores escravizados na cidade. Optou-se por trabalhar com o recorte temporal que vai de 1850, data marcada pela Lei Eusébio de Queirós<sup>6</sup>, até 1870. Encerra-se em 1870 por se acreditar que após o mencionado período, acontecimentos como o final da Guerra do Paraguai e a promulgação da Lei do Ventre Livre<sup>7</sup>, construíram novas configurações nas relações escravistas e na política imperial.

A lei de 1850, embora precise ter seu impacto imediato relativizado, foi importante, pois a partir daquele momento se quebraria o dueto tráfico/reprodução natural como constituidores da escravidão. Mesmo que o tráfico interno tenha atuado de forma relevante, o principal motor da escravidão passou a ser a reprodução endógena. No entanto, o comprometimento social com a escravidão perdurou até a Lei do Ventre Livre. Esta condenou a horrenda instituição ao seu fim, tendo consequências profundas na sociedade. A liberdade adquiriu muitos significados, e os escravizados, por meio das malhas judiciais, fundamentaram ainda mais as lutas pelos seus direitos. A baliza de 1850 a 1870, dessa maneira, significa que as lutas por liberdade estavam circunscritas a um período de reprodução social da desigualdade em que a escravidão tinha ampla legitimidade social (MATHEUS, 2016).

---

<sup>6</sup> Lei de 4 de setembro de 1850 que estabelecia várias medidas de repressão ao tráfico de africanos para o Império brasileiro. Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm).

<sup>7</sup> Lei de 28 de setembro de 1871 que declarava livre os filhos das mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data. Além disso, tratava acerca da criação e tratamento dos filhos menores. Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm).

**Tabela 1. Faixas de Tamanho de Grupos de Escravizados de Jaguarão (1850-1859)**

| F.T.G        | Nº Inventários | % Inventários | Nº Escr. | % Escr. |
|--------------|----------------|---------------|----------|---------|
| 1-4          | 70             | 44,9          | 184      | 15,9    |
| 5-9          | 54             | 34,6          | 365      | 31,5    |
| 10-19        | 21             | 13,4          | 290      | 25,1    |
| 20 ou +      | 11             | 7,1           | 318      | 27,5    |
| <b>Total</b> | 156            | 100           | 1157     | 100     |

Fonte: Catálogos Seletivos Documentos da Escravidão. APERS.

Adotando um parâmetro de classificação em que *pequenos* proprietários estejam entre um até nove trabalhadores escravizados, *médios* proprietários, de 10 a 19, e *grandes* proprietários, com 20 ou mais, constata-se que 124 inventariados, os *pequenos* proprietários, ou 79,5% do total, detinham 549 trabalhadores escravizados, ou seja, 47,4% do total de escravizados arrolados. Entre os *médios*, chega-se ao número de 21 inventariados, representando 13,4%, tendo 290 escravizados, 25,1% da totalidade. Por fim, os *grandes* proprietários, 11 inventariados, 7,1%, detinham 318 pessoas escravizadas, 27,5%.

Os *pequenos* proprietários, em comparação aos demais, continham o maior número de escravizados, além de serem os mais representativos. Uma tendência de longa data na cidade, pois entre 1802 e 1834, na área rural de Jaguarão, 81% dos proprietários estavam na faixa até nove escravizados, sendo que detinham 41% dos trabalhadores escravizados (GULARTE, 2015, p. 96). De 1835 a 1845, 100 inventariados de Jaguarão, 71%, tinham entre um e nove trabalhadores escravizados (MOREIRA, 2009, p. 5). Embora com suas diferenças, essas pequenas comparações mostram certo padrão ao longo do tempo. A década seguinte confirma essa assertiva.

**Tabela 2. Faixas de Tamanho de Grupos de Escravizados de Jaguarão (1860-1869)**

| F.T.G        | Nº Inventários | % Inventários | Nº Escr. | % Escr. |
|--------------|----------------|---------------|----------|---------|
| 1-4          | 79             | 56,4          | 195      | 23,6    |
| 5-9          | 37             | 26,4          | 247      | 30      |
| 10-19        | 18             | 12,9          | 240      | 29,1    |
| 20 ou +      | 6              | 4,3           | 143      | 17,3    |
| <b>Total</b> | 140            | 100           | 825      | 100     |

Fonte: Catálogos Seletivos Documentos da Escravidão. APERS.

É perceptível, na tabela nº 2, que 116 inventariados, representando 82,8% do total, possuíam 444 escravizados, 53,6% do cômputo geral. 18 inventariados, 12,9%, estavam em posse de 240 escravizados, 29,1%. Já os últimos seis inventariados, 4,3%, detinham 143 negros escravizados, 17,3% do total. Com isso, conclui-se que os *pequenos* proprietários, além de ser maioria, estavam com mais da metade da “posse escrava” em Jaguarão, entre 1860 e 1869. Mesmo considerando que os *médios* e *grandes* proprietários apresentassem números significativos, não deixa de ser interessante o elevado número de *pequenos* proprietários com 53,6% da mão-de-obra escravizada. Nota-se que em comparação com a década anterior, a representatividade dos *pequenos* senhores aumentou, bem como o número de escravizados em suas mãos.

Esse padrão da posse de escravizados se reproduziu em muitas cidades. No Rio Grande do Sul, em alguns municípios, entre as décadas de 1850 e 1860, a posse se configurou de forma muito semelhante à Jaguarão. Em Rio Pardo, de 1860 até 1869, 80,4% dos inventariados eram *pequenos* proprietários com 52,2% de escravizados (PERUSSATTO, 2010, p. 65). Em Alegrete, entre 1850 e 1869, 74% dos *pequenos* senhores estavam com a posse de 40,5% dos escravizados (MATHEUS, 2012, p. 61). De 1860 a 1869, em Cruz Alta, 70% dos *pequenos* proprietários detinham 41% dos trabalhadores escravizados (ARAÚJO, 2008, p. 82). Na Vila de São Borja, entre 1851 e 1858, 71% dos inventários estavam na faixa de um a nove escravizados. Esses *pequenos* proprietários concentravam 40% dos trabalhadores escravizados (FONTELLA, 2013, p. 179).

**Tabela 3. Sexo das pessoas escravizadas em Jaguarão (1850-1869)**

| F.T.G          | Escravizados | %    | Sexo              |      |     |      |
|----------------|--------------|------|-------------------|------|-----|------|
|                |              |      | H                 | %    | M   | %    |
| <b>1-9</b>     | 991          | 50   | 494               | 48   | 495 | 52,4 |
| <b>10-19</b>   | 530          | 26,7 | 285               | 27,7 | 245 | 26   |
| <b>20 ou +</b> | 461          | 23,3 | 250               | 24,3 | 205 | 21,6 |
| <b>Total</b>   | 1984         | 100  | 1029 <sup>8</sup> | 100  | 945 | 100  |

Fonte: Catálogos Seletivos Documentos da Escravidão. APERS.

<sup>8</sup> Oito inventários não apresentam referência.

A tabela nº 3 apresenta uma estimativa de mulheres e homens escravizados entre 1850 a 1869. Percebe-se que 50% dos escravizados estavam em posse dos *pequenos* proprietários. Além disso, observa-se um grande equilíbrio entre os sexos, pois enquanto se tinha 494 homens, as mulheres eram representadas por 495. Embora nas faixas maiores a proporção fique mais assimétrica, ainda assim se constata uma aproximação. Nos *médios*, 285 escravizados eram homens e 245 mulheres. Nos *grandes*, 250 homens e 205 mulheres.

O tamanho por si só dos grupos de escravizados não são indicadores de uma menor ou maior força da reprodução endógena. Uma mulher apenas, dentro de uma mesma propriedade, poderia ser mãe de muitos escravizados. Também, a relação entre mulheres escravizadas com homens de outros proprietários é um fator a ser considerado. Todavia, quanto maior o número de mulheres, mais condições de possibilidade de reprodução natural. Dessa forma, os números apresentados, na tabela nº 3, permitem sustentar a hipótese de que a reprodução endógena foi um fator de enorme relevância para a sobrevivência da escravidão após a proibição do tráfico negreiro.

Uma análise quantitativa revela um equilíbrio entre os sexos indicando a força da reprodução endógena. Pode-se, qualitativamente, aprofundar mais a observação. No caso estudado na segunda parte deste artigo, será exposto como a mulher escravizada poderia ser importante gerando filhos para seus senhores e, mostrar, também, a relevância das relações afetivas ao em torno dela. O afeto entre mães e filhos poderia, muitas vezes, desestabilizar a organização do cativo, caso essa relação fosse ameaçada de alguma forma. Se o equilíbrio dos sexos era um fator importante para os senhores, dando possibilidades para o nascimento de novos escravizados, eles precisavam cuidar o controle dos afetos, pois caso contrário, o sucesso de controle se tornava duvidoso. Mas isso é assunto para mais tarde.

**Tabela 4. Idade conforme tamanho dos grupos de escravizados (1850-1869)**

| F.I            | 1-9 | %    | 10-19 | %    | 20 ou + | %    |
|----------------|-----|------|-------|------|---------|------|
| <b>0-14</b>    | 327 | 37,8 | 204   | 41,1 | 141     | 42,8 |
| <b>15-45</b>   | 411 | 47,6 | 211   | 42,5 | 147     | 44,7 |
| <b>+ de 45</b> | 126 | 14,6 | 81    | 16,4 | 41      | 12,5 |

|              |                  |     |     |     |     |     |
|--------------|------------------|-----|-----|-----|-----|-----|
| <b>Total</b> | 864 <sup>9</sup> | 100 | 496 | 100 | 329 | 100 |
|--------------|------------------|-----|-----|-----|-----|-----|

Fonte: Catálogos Seletivos Documentos da Escravidão. APERS

Pode-se analisar na tabela nº 4 que na faixa de um a nove pessoas escravizadas, 37,8% estavam na idade entre 0 a 14 anos. Na faixa de 10 a 19, os que estavam na idade até 14 anos representavam 41,1%. Na última faixa, 20 ou mais, 42,8% representavam os escravizados até 14 anos. Se realizada uma comparação com os escravizados de 15 a 45 anos, contata-se que existia uma proximidade muito grande, ou seja, na faixa de um a nove, encontra-se uma diferença de 9,8% entre os escravizados de 0 a 14 anos e, 15 a 45 anos. Diferença que diminui conforme se avança nas faixas, isto é, entre 10 a 19 é de 1,4%, sendo 1,9% entre 20 ou mais pessoas escravizadas. Por fim, em todas as três faixas, as pessoas com mais de 45 anos não representavam  $\frac{1}{4}$  do total de escravizados.

O alto índice representado pelos menores de 15 anos sustenta a hipótese de a reprodução natural ter sido um dos principais sustentáculos da escravidão entre 1850 e 1869 em Jaguarão. Fator que esteve presente em todas as faixas, não sendo assim prioridade de alguns proprietários. Por outro lado, os negros escravizados, com idade produtiva, sempre foram maioria, isto é, nas faixas de um a nove, 10 a 19 e 20 ou mais, observa-se respectivamente, 47,6%, 42,5% e 44,7%. Dados estes que não causam surpresa se colocados em comparação à representatividade dos escravizados de 0 a 14 anos.

**Tabela 5. Naturalidade de acordo com o tamanho dos grupos de escravizados (1850-1869)**

| Origem           | 1850-1859 |             |               | 1860-69   |             |               |
|------------------|-----------|-------------|---------------|-----------|-------------|---------------|
|                  | F.T.G 1-9 | F.T.G 10-19 | F.T.G 20 ou + | F.T.G 1-9 | F.T.G 10-19 | F.T.G 20 ou + |
|                  | % Esc.    | % Esc.      | % Esc.        | % Esc.    | % Esc.      | % Esc.        |
| <b>Crioulos</b>  | 71,9      | 73,4        | 77,1          | 82,2      | 84,1        | 83,5          |
| <b>Africanos</b> | 28,1      | 26,6        | 22,9          | 17,8      | 15,9        | 16,5          |
| <b>Total</b>     | 100       | 100         | 100           | 100       | 100         | 100           |

Fonte: Catálogos Seletivos Documentos da Escravidão. APERS.

Consegue-se visualizar na tabela nº 5 que em todas as faixas os crioulos estiveram em vantagem numérica em relação aos africanos. Repara-se, igualmente, que ao longo do

<sup>9</sup> 132 inventários não apresentam referência.

tempo os crioulos foram superando os africanos. Da década de 1850 a 1860, os pequenos proprietários de 28,1% de africanos passaram para 17,8%. Os médios, de 26,6% contaram 15,9% de africanos na década de 1860. Os grandes apresentavam 22,9% de africanos, posteriormente, estavam com 16,5%. Em compensação, os crioulos cresceram na virada de uma década para outra, uma vez que, os pequenos senhores, de 71,9% passaram para 82,2%, os médios de 73,4% para 84,1% e os grandes de 77,1% para 83,5% africanos.

Não era mais uma realidade o desembarque de africanos no cais do porto de Jaguarão e isso contribuiu muito para a diminuição de africanos nas propriedades. Sabe-se que durante o tempo que o tráfico de africanos acontecia em larga escala, o município jaguarense se privilegiava da chamada “terceira perna” do tráfico transatlântico por sua proximidade com a cidade de Rio Grande (BERUTE, 2006, p. 14). Diante de tal fato, a tendência era o aumento dos números de crioulos nas classificações dos inventários. Entre os escravizados envolvidos nos processos, que serão analisados na parte seguinte, nenhum foi mencionado como africano. Dessa maneira, a narrativa seguinte focará, principalmente, em escravizados crioulos, menores e em idade produtiva e, trabalhadores da pecuária e da agricultura.

### **União por liberdade, união por vingança: experiências de escravidão**

Discute-se, nesta segunda parte do artigo, como a ação de determinados escravizados terminou nas malhas judiciais gerando um processo criminal e como isso nos permitiu visualizar experiências particulares. Estas serviram como base para os outros trabalhadores escravizados, dando condições de possibilidades para novas escolhas e condutas. Suas decisões, portanto, acabaram produzindo outro processo criminal. Diante disso, o enredo se desenvolverá através do estudo de dois processos criminais. Antes, porém, de modo a tornar a leitura mais fluída, construiu-se uma tabela com a relação dos senhores e seus respectivos escravizados que aparecem ao longo dos casos analisados.



Tabela 6. Relação de senhores e trabalhadores escravizados

|       |                              |          |         |             |          |                           |                     |                       |                |
|-------|------------------------------|----------|---------|-------------|----------|---------------------------|---------------------|-----------------------|----------------|
| Sen.  | Maria Clementino de Carvalho |          |         | Maria Munis | Antônia  | Maurício Pereira da Silva | Rosa Joaquim Mendes | Manoel Severino Munis | Joaquina Munis |
| Escr. | Maria                        |          |         | ---         |          |                           |                     |                       |                |
| Escr. | Antônio                      | Domingas | Fabício | Isaías      | Cipriano | Graciano                  | Francisco           | Catão                 | José Maria     |

Fonte: o autor

Pode-se perceber, ao observar a tabela nº 6, que a primeira linha representa os senhores e senhoras dos trabalhadores escravizados. As duas linhas seguintes mostram os nomes dos escravizados. A única diferença que se nota é que na primeira coluna, a senhora Maria Clementino de Carvalho, possui Maria, Antônio, Domingas e Fabício como seus trabalhadores escravizados. É perceptível que somente conste Maria na segunda linha da tabela, isso se justifica, pois a escravizada era mãe dos três da linha abaixo. Nas demais colunas, cada senhor ou senhora é proprietário dos escravizados que estão nas linhas abaixo. Recomenda-se a consulta da tabela caso o leitor fique confuso diante de tantos nomes mencionados ao longo do texto.

Cenário da narrativa: Freguesia de São João Batista de Herval, distrito da cidade de Jaguarão. Alguns dias após a data de 23 de Abril de 1859, Maria Carolina da Silveira, esposa de Protásio Teixeira Maciel, solicitava ao Subdelegado de Polícia da Freguesia de Herval, João Francisco de Salles, a realização de um auto de corpo de delito sobre o arrombamento ocorrido em sua casa. No dia 29 de Abril, o Subdelegado João Francisco de Salles descrevia sua ação da seguinte forma:

[...] entrando na pesquisa dos ladrões da casa de minha sogra D<sup>a</sup> Constantina [...] de meu cunhado Protacio Teixeira Maciel ontem a noite fui com Clementino Ignacio, a casa de D<sup>a</sup> Clementina de Carvalho, suspeitando dos escravos desta senhora, ali observamos de fora, estarem os escravos desta, Antonio e Maria, estarem inventariando os objetos furtados, digo roubados dentro de um rancho em casa de sua senhora [...] vista disto logo os capturei e segui eles para a povoação a imtregalos na Cadeia [...] estes confeçarão terem sido os autores do roubo, e dois escravos de D<sup>a</sup> Maria Antonia Munis, de nome Cypriano e Izahias [...] <sup>10</sup>

<sup>10</sup> APERS. Fundo Comarca de Piratini. Subfundo 1<sup>a</sup> Vara e Cível e Crime. Processo número 2401. 1859.

A passagem acima, que consta naquela fonte judiciária, demonstra como, em uma pequena Freguesia, as informações, redes familiares e as autoridades locais se conectavam de forma mais intensa. O início da investigação, a prisão dos suspeitos e a construção da verdade nos processos criminais, dependiam muito de como os poderes na comunidade local estavam distribuídos. E, para o processo aqui analisado, se a proximidade de senhores e autoridades locais eram nocivas para os escravizados, por outro lado, poderiam dar condições de possibilidade para o surgimento de solidariedades e relações afetivas entre os mesmos, pois propriedades mais próximas conectavam com mais facilidade escravizados de senhores diferentes.

Segundo o Subdelegado João Francisco de Salles, os autores do crime de roubo foram os escravizados Antônio, Maria, Cipriano e Isaías. No entanto, a construção dos autores do crime se deu através de muitas versões, isto é, vítima, autoridades policiais, testemunhas e réus foram atuantes no processo de constituição da verdade. Uma verdade arquitetada de forma desigual, pois além dos escravizados estarem no lado mais fraco dessa trama, sofriam todos os tipos de violência ainda enquanto suspeitos. As testemunhas de acusação apontavam outro criminoso, por exemplo, o escravizado Graciano. A acusação, inclusive, reiterou que Graciano e Cipriano tinham confessado o crime praticado. Entretanto, as testemunhas de defesa, repetidas vezes, argumentaram que os réus só disseram ser responsáveis pelo arrombamento seguido de roubo, por terem sido surrados pelas autoridades policiais.

No processo criminal, entre os materiais roubados, apontava-se para um baú grande e dois pequenos, como também roupas, anéis de ouro e dinheiro. A soma total contabilizou 680\$956 mil réis. Domingas, filha de Maria, relatou que estava com a mãe nas vésperas do crime, e que não tinha visto nenhum baú. Já Antônio, o outro filho de Maria, disse que na noite do roubo, enquanto sua senhora dormia no quarto dela, ele e Isaías dormiam juntos na cozinha da mesma casa. Por outro lado, Maria dormiu em outro quarto, acompanhada de Cipriano. Quando questionado acerca do paradeiro dos baús, argumentou que viu os dois bauzinhos com sua mãe e Cipriano. Maria confirmou que estava na casa de sua senhora em companhia de Cipriano, sendo que passaram a noite juntos. Sobre a confissão de seu filho, argumentou que Antônio era “hum rapazinho travesso”, e por isso que atribuiu a ela o arrombamento.

Pode-se perceber, além das informações acerca da investigação, um pouco do cotidiano na casa de Maria Clementino de Carvalho. Depara-se, pelo menos através das versões constantes no processo criminal, com o consentimento da senhora para com a relação entre Maria e Cipriano, já que estes pernoitavam em um quarto separado. Antônio e Isaías, por outro lado, acomodavam-se na cozinha. Obviamente, que essas concessões dependiam de complexas negociações entre escravizados e senhores. E, como o processo criminal apresenta somente um momento muito específico da vida daquelas pessoas, não é possível adentrar as teias relacionais dos personagens envolvidos no caso aqui analisado. O que fica mais evidente no caso é que Maria era muito importante para a reprodução da escravidão, uma vez que ela e seus filhos formavam a mão-de-obra de Maria Clementino de Carvalho.

Outro aspecto a ser destacado é o fato que a existência de um número alto de escravizados em uma propriedade, não é diretamente proporcional a laços fortes de solidariedade, já que em pequenas freguesias como Herval e, sobretudo, propriedades com pequenos grupos de trabalhadores escravizados, as chances de criação de laços solidários e afetivos eram muito grandes. Certamente, nesse último caso, a relação entre escravizados de proprietários diferentes era um item fundamental na expansão das redes de solidariedade. O processo do roubo, por exemplo, mostrou que os escravizados de Maria Clementino de Carvalho, Maria Antônia Munis e Maurício Pereira da Silva mantinham um contato bem próximo.

No final do processo, enquanto Isaías foi inocentado, Graciano e Cipriano foram condenados a quatro meses de galés, além da obrigatoriedade de cumprir a função de empregados nas obras da Câmara Municipal. Maria, de acordo com o processo, por ser mulher, foi condenada a 12 dúzias de bolos, tendo de receber duas dúzias por dia, como também, ter que fazer uso de um ferro nos pés pelo tempo de quatro meses. Antônio, por ser menor de 21 anos, foi condenado em 120 açoites, recebendo 20 por dia, e ao uso de um ferro nos pés pelo tempo de quatro meses.

É no depoimento de Isaías que se localiza a possível motivação do crime. Segundo ele, no dia do roubo, tendo obtido licença do capataz da propriedade de sua senhora, Maria Antônia Munis, foi até a casa de Clementina de Carvalho, mas depois retornou, acabando por não dormir com os outros trabalhadores escravizados. Isaías, além disso, relatou que

dias depois do roubo, Graciano procurou-lhe de forma a convencê-lo a fugir para o Estado Oriental.

[...] Respondeu que na noite do dito roubo, o seu parceiro Cypriano voltara para casa, tendo vindo da casa de Dona Clementina para onde o dito parceiro tinha hido passar a noite, esse parceiro com a preta Maria [...] Antonio, escravo de Dona Clementina e o preto Graciano, escravo de Mauricio Pereira da Silva, forão os que fizeram o dito roubo. Disse mais, que dias depois esse parceiro d'elle interrogado o convidara para fugirem para o Estado Oriental em companhia dos escravos acima mencionados, e que elle interrogado se recusara, dizendo que não tinha motivos de seu capataz para fugir [...]<sup>11</sup>.

Sabe-se que após 1842, data da abolição da escravidão no Uruguai, os planos de fuga para além das fronteiras do Estado imperial ganharam mais força. A fuga, todavia, não era um empreendimento tão simples, devido à necessidade da utilização de diversas estratégias para conseguir chegar ao outro lado da fronteira com sucesso<sup>12</sup>. Dessa forma, para as fugas dos trabalhadores escravizados terem sucesso, exigia-se uma relação entre eles e a própria sociedade circundante<sup>13</sup>, e caso o destino de fuga fosse o Estado Oriental, como pretendia Graciano, era fundamental relações pré-existentes<sup>14</sup> com os habitantes do outro lado da fronteira.<sup>15</sup>

Tudo indica que a ideia de fugir ao Estado Oriental do Uruguai ganhou mais força entre Graciano, Antônio, Maria e Cipriano, após roubarem as roupas, joias e dinheiro da casa de Protásio Teixeira. Isso significa dizer que, além da fuga ter sido planejada de forma coletiva<sup>16</sup>, a possibilidade de angariar fundos com as roupas e joias roubadas, aumentaram

---

<sup>11</sup> APERS. Fundo Comarca de Piratini. Subfundo 1ª Vara e Cível e Crime. Processo número 2405. 1859.

<sup>12</sup> Sobre o impacto das leis abolicionistas uruguaias e a trajetória de negros orientais livres reescravizados para futura venda no tráfico inter e intra-provincial, ver: CARATTI (2010).

<sup>13</sup> Seria interessante elaborar um estudo que analisasse a possibilidade de construção de redes sociais pré, pós e durante a fuga de trabalhadores escravizados. Com isso, poderia ser considerada a constituição de vínculos entre diferentes agentes em ação. Ver: MOUTOUKIAS (1995).

<sup>14</sup> É preciso romper com concepções que estruturam as relações sociais apenas pelas classificações ocupacionais e institucionais, e entender com as relações eram operadas de forma concreta. Seguir por esse caminho, talvez faça avançar os estudos acerca das relações humanas nas mais diversas situações possíveis de se imaginar. Ver: MIGUEZ (1995).

<sup>15</sup> De acordo com Francisca Carla Santos Ferrer (2011, p. 114), “Podemos perceber que a prática da fuga dos escravos pela fronteira meridional, não era apenas um esforço individual, pois também contava, muitas vezes, com uma rede de relações entre os fugitivos e moradores da república uruguiaia”.

<sup>16</sup> Tiago Rosa da Silva (2015, p. 55) ao analisar as fugas anunciadas nos jornais da cidade de Jaguarão, entre os anos 1855 e 1873, argumentou que “Tais fugas, como podemos perceber foram majoritariamente individuais, mostrando que o ato dessa empreitada era acima de tudo, um ato pessoal e particular da experiência de vida de cada homem ou mulher que fugiu não só em Jaguarão, mas onde vigorou a escravidão

as expectativas daquelas pessoas. Entretanto, embora a “perspectiva de liberdade existisse, na prática, fugir era bem mais complicado. Talvez se possa afirmar que fugir não era uma tarefa das mais difíceis, o grande problema era sobreviver em meio ao percurso e conseguir completar o trajeto, ou seja, atravessar a fronteira” (ARAÚJO, 2008, p. 184).<sup>17</sup>

Em nenhum momento dos interrogatórios foram colocadas questões acerca de possíveis causas de fuga, pois a preocupação maior era fortalecer o ritual jurídico em busca da verdade dos fatos, ou seja, apontar os reais culpados do arrombamento e roubo da casa de Protásio Teixeira. Logo, não se pode afirmar o que levou Antônio, Maria, Cipriano e Graciano a empreender uma fuga para além da fronteira jaguarense, especificamente, além dos limites da Freguesia de Herval. Torna-se impossível, por falta de informações mais específicas, classificar a tentativa de fuga dos trabalhadores escravizados mencionados como fugas-reivindicatórias ou fugas-rompimento (SILVA; REIS, 1989).

Pode-se afirmar, pelos dados obtidos, que a fuga estava sendo planejada considerando laços de solidariedade e familiaridade. Solidariedade, visto que, todos os trabalhadores escravizados envolvidos consideraram a possibilidade de fugir de forma coletiva. Familiar, pois além de Maria manter relações consensuais com Cipriano, era mãe de Antônio<sup>18</sup>. Contudo, existiam outros fatores que impulsionavam as decisões, pois Isaías,

---

no país”. O caso observado aqui neste artigo aponta para o contrário, isto é, estava em curso um projeto de fuga coletiva, tornando-se exceção em comparação aos dados encontrados por Tiago Rosa da Silva.

<sup>17</sup> O conceito de fronteira que norteia este trabalho é proposto por Mariana Flores da Cunha Thompson Flores. O conceito é de “fronteira manejada”, ou seja, ela não perde a dimensão macro, como ação do Estado e dos contextos históricos mais amplos. Além disso, considera que o espaço fronteiriço se altera constantemente; que os sujeitos não são homogêneos; que o manejo dos recursos oferecidos pela fronteira representa uma ação consciente por parte dos indivíduos. FLORES (2012). Talvez a passagem de Paulo Staudt Moreira (2016, pp.34-61) resuma a relação dos trabalhadores escravizados e as fronteiras do Rio Grande do Sul, ou seja, “Quando dizemos que a fronteira não é uma linha que divide radicalmente as culturas, mas um local de circulação, de trânsito, de pessoas, de mercadorias, de ideias, pensamos em uma via dupla: escravos iam, fugidos ou não, e voltavam, clandestina ou legalmente”.

<sup>18</sup> Mesmo que não possa garantir que Cipriano fosse casado com Maria, ou pai dos filhos dela, nada apaga a importância desses laços afetivos, pois eles compartilhavam de certos graus de autonomia, o que poderia colaborar para a construção de projetos de vida em comum. Robert Wayne Slenes, tendo como foco o Sudeste brasileiro e Campinas, reconheceu que “as ínfimas taxas de casamento formal nas pequenas posses provavelmente escondem uma significativa presença de matrimônios consensuais, sobretudo entre escravos de senhores diferentes”. Contudo, demonstrou que as chances de famílias em posses maiores serem mais estáveis eram reais. Embora, não descartasse o caráter sempre relativo e precário de tal estabilidade. SLENES (2011, p. 118). Acredita-se que a família de Maria encaixava-se no perfil apontado por Slenes, ou seja, um relacionamento consensual entre trabalhadores escravizados de senhores diferentes. No entanto, não se pode concluir que existia uma estrutura familiar mais fraca em comparação com famílias de posses maiores. Sobre isso, ver: WEBER (2016).

por exemplo, deixou evidente que não tinha intenção de fugir, já que não havia nenhuma reclamação de seu capataz<sup>19</sup>. O escravizado, provavelmente, ao colocar na balança os prós e contras de fugir para o Uruguai, tendeu a não arriscar uma empreitada complexa como essa. Talvez, até aquele momento, o capataz da propriedade de Maria Antunes Munis não tivesse ultrapassado os limites do poder senhorial<sup>20</sup>, ou melhor, não tenha desrespeitado o que Isaías acreditava ser um tratamento justo<sup>21</sup>.

Constata-se que a história até aqui se deteve no roubo da propriedade de Protásio Teixeira, bem como suas causas, quer dizer, o plano de fuga para o Uruguai. Além do mais, como as solidariedades entre os trabalhadores escravizados e o papel da família foram fundamentais para as escolhas feitas pelos indivíduos. Todos esses fatores influenciaram a construção ou fortalecimento de outras solidariedades acarretando outro processo criminal. Neste, Francisco, escravizado de Rosa Joaquim Mendes, declarou as autoridades que tinha escutado o trabalhador escravizado Fabrício falar o seguinte: “que enquanto sua mãe sofresse por estar presa, a casa de Protásio Teixeira Maciel iria arder em fogo”.

Na noite de 18 de maio de 1859, Francisco, Catão, José Maria e Fabrício foram até a casa de Protásio Teixeira com o objetivo de incendiá-la. No entanto, quando estavam prestes a efetivar o ato, alguém saiu da casa e eles fugiram do local. Mas não desistiram, pois retornaram mais um dia, e também não obtiveram êxito. Somente no terceiro dia, foi

---

<sup>19</sup> Deve-se, portanto, pensar que as solidariedades não se formavam de maneira homogênea ao ponto de resistirem aos inúmeros problemas dos tempos futuro. As solidariedades, mais do que nunca, eram momentâneas, pois nem sempre se constituíam nas relações sociais das pessoas. Significa dizer que os sujeitos não se unem a todo o momento, mas em circunstâncias específicas que possibilitam o compartilhamento de problemas em comum entre pessoas diversas. Sheila Siqueira de Castro Faria ao tentar entender as condições de possibilidade para a construção de identidade e comunidades de trabalhadores escravizados, concluiu que se em tempos de conflito solidariedades poderiam ser formadas em determinadas regiões do Brasil, em outras não. A autora (2007. p. 146), no entanto, argumenta que em “tempos de paz e na vida cotidiana e comunitária, num ou noutro lugar, as hierarquias prevaleciam, segregando grupos, dependendo das variáveis do momento e do tempo de vida dos africanos nas propriedades”.

<sup>20</sup> De acordo com Maria Helena Pereira Toledo Machado (2014. p. 30), “resistir significa impor determinados limites ao poder do senhor, onerá-lo em sua amplitude, colocar amostra suas inconsistências”. Chama-se atenção para a importância da obra de João José Reis e Eduardo Silva (1989), pois esta deu novas tonalidades aos sentidos da *resistência*, uma vez que, incrementava as negociações cotidianas, com seus acordos e conflitos, na relação entre senhores e escravizados. Os autores eram de comum acordo que entre Zumbi dos Palmares “a ira sagrada, o treme-terra” e Pai João, representando a submissão conformada, existia um espaço de negociação que não pode ser explicado somente pela via do paternalismo, já que os próprios escravizados, ao reivindicarem seus direitos, forçavam os limites do poder senhorial.

<sup>21</sup> Sobre os trabalhadores escravizados considerarem o que acreditam ser justo ou injusto, Ver: LARA (1988). Acerca da percepção dos trabalhadores escravizados sobre seus direitos em relação aos castigos aplicados pelos representantes do mando senhorial. Ver: SILVA (2015).

concretizado o objetivo, ou seja, colocaram fogo em dois galpões que ficavam junto à casa de Protásio.

De acordo com as testemunhas, foi por vingança que Fabrício incendiou os galpões. Fabrício, provavelmente tenha pensado que se sua mãe foi presa por ser acusada de roubar a casa de Protásio. Este, assim, acabou sendo culpado do encarceramento de Maria. Descobre-se, desse modo, que além de Maria ser mãe de Antônio e Domingas, também era de Fabrício. O sentimento maternal o moveu em busca de vingança, mas o mais inquietante é descobrir o que fez Catão, José Maria e Francisco acompanharem e colarem fogo nos galões juntamente com Fabrício.

Catão era filho da trabalhadora escravizada Madalena, de Manoel Severino Munis. Catão tinha 18 anos, solteiro e campeiro. José Maria era irmão de Catão, sendo filho de Madalena, de Joaquina Munis. Tinha 19 anos, solteiro e realizava serviços do campo e da lavoura. Fabrício era trabalhador escravizado de Clementina de Carvalho e, exercia serviços do campo e da lavoura<sup>22</sup>. Informações básicas dadas, mas nada reveladoras a respeito do que motivou Francisco, José Maria e Catão.

Sustenta-se a hipótese que, apesar das divergências, os trabalhadores escravizados uniram-se para colocar fogo nos galpões de Protásio Teixeira com objetivo de contestar o poder senhorial. Mesmo que nenhum dos escravizados tenha sido propriedade de Protásio, os indícios documentais demonstram que, além das variadas afinidades entre os sujeitos, a socialização em cativeiro oportunizou o desenvolvimento de uma *solidariedade de revolta*<sup>23</sup>. Solidariedade esta que não descarta os conflitos dentro do grupo, mas em

---

<sup>22</sup> A idade de Fabrício não pareceu na documentação pesquisada. Ver: APERS. Fundo Comarca de Piratini. Subfundo 1ª Vara e Cível e Crime. Processo número 2405. 1859.

<sup>23</sup> Quando se menciona uma *solidariedade de revolta* muitos aspectos estão inclusos. Em primeiro lugar, em um contexto anterior a Lei do Ventre Livre, as possibilidades dos escravizados conquistarem a liberdade eram mais diminutas, porém não inexistentes. Isso abria margens para a busca de alternativas de liberdade. A fuga, por exemplo, presente em todos os momentos de forma significativa, antes da Lei do Ventre Livre se tornava um pouco mais arriscada, considerando que a escravidão era socialmente legítima. A organização para a fuga precisava de mais cuidados, já que em caso de insucesso, os canais de proteção eram mais restritos. Em segundo lugar, *solidariedade da revolta* no sentido mais ligado aos aspectos familiares, vai ao encontro do trabalho de Slenes (2011) em que o autor ressalta a importância das tradições centro-africanas fundamentando identidades e solidariedades, que serviam, também, como ferramentas de tensionamento ao poder senhorial. O que, aparentemente, contrapõe a ideia da *paz* nas senzalas de Manolo Florentino e José Roberto Góes. Estes autores sustentaram que a *paz*, se por um lado favorecia o fortalecimento de parentescos e solidariedades, rendia politicamente aos senhores. Na visão de Slenes (2011), sobre a obra de Florentino e Góes (1997), a existência de famílias de escravizados teria sido responsável por promover a *paz* nas senzalas, sendo fator estrutural na manutenção e reprodução do escravismo. Entretanto, esses últimos autores colocaram que a *paz* não significava uma senzala sem conflitos. Pensa-se que as ideias de Florentino e Góes (1997) são muito importantes para se pensar sociedades que tinham a escravidão

determinados contextos, e impulsionado por inúmeras causas e sentimentos, podem apagar, pelo menos momentaneamente, as diferenças. Com isso, a contestação dos poderes senhoriais pode ter acarretado o desenvolvimento de uma solidariedade, que em parte, deixou de lado divergências triviais entre os trabalhadores escravizados<sup>24</sup>.

Os laços familiares, ao mesmo tempo que uniram Maria, Antônio e Cipriano em prol da busca por liberdade através do roubo na casa de Protásio Teixeira, separou Maria de seu filho Fabrício. À medida que não se conformava com a prisão de sua mãe, Fabrício agenciou outros trabalhadores escravizados para vingar a prisão, com isso, solidariedades nasceram e laços se uniram. É preciso lembrar, dessa maneira, que a complexidade das relações sociais criava um emaranhado de contradições e situações que desafia o historiador a compreender os significados e implicações de tudo isso.

## Conclusão

Observou-se, na primeira parte do artigo, que o estudo dos inventários post-mortem, permite encontrar respostas para o impacto do fim do tráfico negreiro que, de repente, não seria possível através de outras fontes. Constatou-se, através deles, um número elevado de negros escravizados até 15 anos, bem como o grande equilíbrio entre os sexos. Muitas vezes o equilíbrio foi rompido mais em favor das mulheres do que dos homens, pois as mulheres chegaram a ocupar um maior espaço dentro de dois dos três grupos em idade produtiva.

Como a proposta do texto era realizar um jogo entre o quantitativo e qualitativo, trabalhou-se com dois processos criminais de forma proposital, pois estes documentos tinham um perfil que permitia entender as relações sociais de uma sociedade escravista que se valeu da reprodução natural. Por isso, questionou-se se a reprodução endógena oportunizou a construção de laços familiares, o que foi comprovado, pelo menos para os

---

legitimada. Porém, o pensamento de contido na obra de Slenes é rico para esse caso, pois foca em questões culturais como constituidoras de solidariedades e revoltas. A *solidariedade de revolta* foi construída por questões familiares e experiências semelhantes de escravidão. E, muito mais complexo que foge o alcance do historiador, por questões socioculturais que não ficaram nos vestígios documentais. A *solidariedade de revolta* não tem nada de original, mas tenta incluir outros aspectos para além dos familiares.

<sup>24</sup> Contata-se, através dos relatos dos trabalhadores escravizados, que nem todos estavam plenamente convencidos em colocar fogo nos galpões de Protásio Texeira Maciel, no entanto, todos participaram do ato, seja colocando fogo, seja observando para que nada desse errado no plano pré-estabelecido. Ver: Ver: APERS. Fundo Comarca de Piratini. Subfundo 1<sup>a</sup> Vara e Cível e Crime. Processo número 2405. 1859.



casos estudados, que a família de trabalhadores escravizados exercia um papel relevante nas relações escravistas.

Para além da família, talvez, o maior problema encontrado durante a pesquisa foi saber como as solidariedades se constituíam. Percebeu-se que, embora existissem diferenças entre os trabalhadores escravizados, nos momentos de conflito com os poderes senhoriais, as solidariedades apareciam e fortaleciam-se. Esta aí uma proposta de problema geral a ser pensado para as diversas regiões brasileiras que tiveram a escravidão como sustentáculo social e econômico.

Portanto, o desafio é compreender como as solidariedades entre as pessoas surgiam, modificam-se e garantiam valores e direitos costumeiros. Neste artigo, sustentou-se que com o fim do tráfico negreiro, a escravidão em Jaguarão foi sustentada, principalmente, através da reprodução natural, em que acarretou o fortalecimento de laços familiares e de afinidade. Resta saber o que isso provocou na própria ordem escravista de forma geral, já que os resultados deste artigo foram colhidos através de pequenos fragmentos documentais.

## Fontes

APERS. Fundo Comarca de Piratini. Subfundo 1ª Vara e Cível e Crime. Processo número 2401. 1859.

APERS. Fundo Comarca de Piratini. Subfundo 1ª Vara e Cível e Crime. Processo número 2405. 1859.

## Referências

AROSTEGUI, Júlio. Métodos e Técnicas na Pesquisa História. In: \_\_\_\_\_. *A pesquisa Histórica*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2006.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008. (Dissertação de Mestrado).

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c.1825*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2006. (Dissertação de Mestrado).

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história. *Mneme* (Caicó. Online), v. 11, p. 28-41, 2010.

CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). 2010. (Dissertação de Mestrado).

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. São Paulo: Paz e Terras, 1987.

DOSSE, François. A história serial. \_\_\_\_\_. *A História em migalhas*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 133-157, 2007.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. Porto Alegre: UFRGS, *Revista Anos 90*, vol. 15, n. 28, jul, p. 57-72. 2008.

FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a Liberdade e a Escravidão na Fronteira Meridional do Brasil: Estratégias e Resistências dos Escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 2011. (Tese de Doutorado).

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845- 1889)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). 2012. (Tese de Doutorado).

FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos sete povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828– c. 1860)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2013. (Dissertação de Mestrado).

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1883)*. Porto Alegre, Instituto Estadual do livro, Universidade de Caxias do Sul: 1980.

GINZBURG, Carlo. *O inquisidor como antropólogo*. In: o fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GRENIER, Jean-Yves. “A história quantitativa ainda é necessária?”. In: *Passados Recompuestos. Campos e Canteiros da história*. Org. Jean Boutier e Dominique Julia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.

GULARTE, Gustavo da Silva. *Formação da Fronteira de Jaguarão, 1801-1835: estrutura agrária e trabalho escravo*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2015. (Dissertação de Mestrado).

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias*. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. 1ed. São Leopoldo: OIKOS, 2015.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LIMA, Henrique Espada Rodrigues. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistências nas Lavouras Paulistas (1830-1888)*. São Paulo, 2 Ed. Editora Universidade de São Paulo, 2014.

MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: A construção da cidade de Jaguarão*. Espanha: Universitat Politècnica de Catalunya. 2011.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da Liberdade: escravidão e hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2012. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c. 1820-1870)*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2016. (Tese de Doutorado).

MIGUEZ, Eduardo. *Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas e fuentes parcas*. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Veríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX)*. In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009, Curitiba/Paraná. *4º Encontro e Liberdade no Brasil Meridional*, 2009.

\_\_\_\_\_. *Saquear a povoação, roubar e se reunir com os castelhanos: Seduções, boatos e insurreições escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos*. *Revista de História Regional*, v. 21, p. 34-61, 2016.

MOUTOUKIAS, Zacarías. *Narración y analisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica*. In: BJERG, María &

OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA – IEHS, 1995.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c. 1860- c. 1888*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2010. (Dissertação de Mestrado).

ARQUIVO PÚBLICO. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança*. Coordenação Bruno Stelmach Pessi. Porto Alegre, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

PINTO, Franklin Fernandes. *A formação da fronteira na margem norte do rio Jaguarão: as unidades produtivas rurais como estratégia da Coroa Portuguesa para a consolidação dos limites (1790-1850)*. Jaguarão: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso).

REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência escrava negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jaques. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jaques. (Org.) *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Revista Brasileira de Educação, vol. 15, n. 45, set./dez. 2010. P. 434-444.

SILVA, Tiago Rosa da. *Uma fronteira negra: resistência escrava através das fugas anunciadas nos jornais jaguarenses (1855-1873)*. Jaguarão: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SILVA, Roger Costa Da. *Os crimes e os direitos: lutas escravas em Pelotas/RS (1845-1880)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2015. (Tese de Doutorado).

SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. 2 Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

WEBER, Silvio Adriano. *A flor nas pequenas senzalas: Família e parentesco nas pequenas escravarias de Morretes (PR), século XIX*. Curitiba-PR. *XV Encontro Regional de História*. 2016.

Enviado em: 01.12.2018

Aceito em: 07.03.2019

**FEE - DE FUNDAÇÃO A DEPARTAMENTO: O QUE ACONTECE COM O ACERVO?**

FEE – DE LA FONDATION AU DÉPARTEMENT: QUE SE PASSE-T-IL DE LA COLLECTION?

Rodrigo de Azevedo Weimer<sup>1</sup>Álvaro Antonio Klafke<sup>2</sup>

**Resumo :** O estado do Rio Grande do Sul vivenciou, a partir de dezembro de 2016, um processo de extinção de várias instituições de pesquisa e tecnologia, resultado de uma decisão equivocada, por privar o Estado de órgãos responsáveis pela produção de informações fundamentais à tomada de decisões ou ao atendimento a outras necessidades da população. Pior, a decisão foi corroborada pelo parlamento gaúcho. Entre as inúmeras dificuldades que o processo trouxe para a sociedade, uma, fundamental, é a de lutar para preservar os acervos e tentar resguardar, tornando públicos, um valioso material, para pesquisadores de diversas áreas. Frente a tal quadro, e mais especificamente, o artigo pretende publicizar um conjunto documental que permaneceu sob a guarda da biblioteca do departamento de Economia e Estatística – DEE (antiga FEE – Fundação de Economia e Estatística) após o desmantelamento da Fundação. Em um primeiro momento, historiciza o processo de extinção da instituição e da decisão de manter a documentação junto ao DEE. Posteriormente, descreve o material em questão, elencando algumas possibilidades de pesquisa, fundamentalmente relacionadas à história administrativa do Rio Grande do Sul e aos chamados Mundos do Trabalho. Finalmente, nas considerações finais, traça algumas reflexões sobre a relação entre a necessidade do conhecimento para a atuação do Estado, em seus diversos níveis, e o que significa as extinções de fundações, sob essa ótica.

**Palavras-chave:** Fundações. Acervos. FEE.

**Resumée:** L'État brésilien du Rio Grande do Sul a vécu, depuis décembre de 2016, un processus d'extinction de plusieurs institutions de recherche et technologie, comme resultat d'une décision erronée, à fin de priver l'État d'institutions fondamentales pour la prendre des décisions ou por répondre aux besoins de la population. Pire encore, cette décision a été corroborée pour le parlement « gaúcho ». Parmi les plusieurs difficultés qui le processus a apporté à la société, une fondamentale est la lutte pour la préservation de les archives et la tentative de protéger, en les rendrant publiques, un matériel précieux pour chercheurs de plusieurs domaines. Face à ce cadre, et plus spécifiquement, l'article a l'intention de faire public un ensemble documentaire qui a resté sous surveillance de la bibliothèque du Département d'Économie et Statistique – DEE (ancien Fondation d'Économie et Statistique) après le démantèlement de la Fondation. Dans un premier moment, il historicise le processus d'extinction de l'institution et la décision de maintenir la documentation avec DEE. Ensuite, il décrit le matériel-là, en lister quelques possibilités de recherche, fondamentalement liées à l'histoire administrative du Rio Grande do Sul, et aux appelés

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Cursou estágio pós-doutoral na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Foi historiador na Fundação de Economia e Estatística, e hoje trabalha no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: [rod\\_weimer@hotmail.com](mailto:rod_weimer@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi docente na Universidade de Passo Fundo, analista pesquisador em história na Fundação de Economia e Estatística e hoje trabalha no Departamento de Economia e Estatística. E-mail: [klafkealvaro@gmail.com](mailto:klafkealvaro@gmail.com)

Mondes du Travail. Enfin, dans cette même optique, las considérations finales on trace quelques reflets sur la rélation entre la besoin de la connaissance pour l'actuation de l'État, en plusieurs niveaux, et la signification de l'extinction de Fondations.

**Mots-clés:** Fondations. Archives. FEE.

### Introdução<sup>3</sup>

No dia 21 de dezembro de 2016 os servidores da Fundação de Economia e Estatística, Fundação Zoobotânica, Fundação Piratini, Fundação de Ciência e Tecnologia, Fundação de Desenvolvimento e Recursos Humanos e Fundação Estadual de Planejamento Urbano e Regional assistiram, desolados, a aprovação de um projeto de lei que autorizava a extinção dos órgãos em que empenharam seus projetos de vida, sua *expertise* e seus sonhos. A decisão, é claro, também surpreendeu a parcela da sociedade gaúcha mais atenta às ações do governo estadual. Aquelas extinções foram autorizadas em bloco, ignorando eventuais especificidades. Era antevéspera do Natal e a votação foi em regime de urgência, sem a necessária discussão com a sociedade ou mesmo entre os próprios parlamentares. O projeto transformou-se na lei n. 14.982 em 16 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial no dia seguinte. Também foi autorizado o fim da Superintendência dos Portos e Hidrovias, da Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária. O projeto de extinções havia sido anunciado um mês antes, e naquele intervalo foram intensas as mobilizações.

Os argumentos do governador José Ivo Sartori para sustentar as extinções foram erráticos. Ao enviar os projetos para a Assembleia Legislativa, alegava que as fundações eram deficitárias e que tinha motivações meramente econômicas. Quando, nos meses seguintes, ficou provada a inverdade deste ponto de vista, apelou-se para o argumento da “modernização administrativa”, inobstante a Assembleia ter votado supondo motivação completamente diversa (decidindo, portanto, induzida em erro). O caos na gestão da extinção das fundações que se seguiu, porém, depõe contra aquela assertiva. Os governantes acreditavam tratar-se da conclusão de um processo, por meio do qual poderiam demitir em massa e fechar as instituições de imediato. Não imaginavam, porém, o início de uma guerra jurídica, ainda inconclusa, em que estava em jogo o destino não

---

<sup>3</sup> O presente texto foi escrito em abril de 2019. Por tratar-se de processo em aberto e inconcluso, é provável que tome rumos aqui não contemplados.

apenas dos acervos das instituições, mas de centenas de trabalhadores (afinal, no fim das contas, o motivo inconfessado para as extinções era a demissão de funcionários públicos celetistas, considerados “demissíveis”, sem qualquer fundamentação razoável).

Os empregados não foram exonerados porque a Justiça do Trabalho concedeu, no dia 5 de janeiro de 2017, em caráter liminar, decisão de que não poderia haver demissões em massa sem que ocorresse negociação com os sindicatos, conforme prescrição legal. Instalou-se, dessa maneira, uma mesa de negociações, interrompida de forma unilateral pelo governo Sartori em outubro de 2017. Nesse momento, ocorreram vários episódios lamentáveis, como a perseguição e o assédio para demissão dos funcionários que ainda não haviam completado três anos de serviço público, tempo análogo ao estágio probatório dos servidores estatutários. Ou seja, ficava, mais uma vez, evidente a despreocupação do governo com a continuidade do trabalho. A questão, enfim, foi então encaminhada, pelo governo, ao Supremo Tribunal Federal, onde ainda tramita.

2017 foi um ano improdutivo. Em atividades de pesquisa, sabe-se ser necessário planejamento e uma perspectiva de médio e longo prazo, coisa que evidentemente não se tinha em fundações que poderiam fechar a qualquer momento. O Ministério Público de Contas do Estado posicionou-se no sentido de que a lei *autorizava* o fechamento das instituições, mas não *obrigava*: era necessário atender a uma série de pré-requisitos legais que não estavam sendo observados, particularmente a definição de quem prestaria os serviços que as fundações vinham oferecendo à população, além da destinação e preservação dos acervos institucionais. A economicidade das medidas, e portanto sua conveniência, encontrava-se em questão, como ainda se encontra, no que toca ao convênio com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. No dia 5 de abril de 2018 o governo decretou o encerramento das atividades da FEE, entidade que representava a culminância histórica de um longo processo de elaboração de um pensamento econômico e social com vistas ao desenvolvimento do Estado. Poucas horas depois, firmou um convênio com aquele órgão de pesquisa (FIPE) para a produção de indicadores, que, contudo, já vinham sendo feitos com maior economia e metodologia adequada. Até hoje a FIPE não conseguiu esclarecer sua metodologia de forma convincente.

Após algumas idas e vindas, no dia 12 de abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado acatou representação do Ministério Público, estabelecendo medida cautelar que determinava a paralisação do processo até que se esclarecesse como se daria a

continuidade do serviço das fundações. Dentre as determinações do parecer colocava-se a necessidade de realização de uma vistoria que averiguasse “quais os bens que compõem o acervo de cada uma das Fundações e o destino a ser conferido aos mesmos”. A medida contemplava, até mesmo, a FEE, cujas atividades foram declaradas encerradas (assertiva de maior efeito político do que validade legal) uma semana antes. A cautelar, contudo, caiu no dia 22 de maio. Ocorreu, então, uma “diáspora” de pesquisadores: alguns permaneceram no Departamento de Economia e Estatística, órgão que sucedeu à FEE, outros foram redistribuídos para diversas instituições sob responsabilidade do governo estadual. O CNPJ da Fundação, por fim, foi baixado.

Pretende-se observar que os acervos das Fundações não foram apenas preciosos patrimônios ameaçados – gravemente ameaçados – de extravio em meio às barafundas administrativas do governo Sartori, mas também serviram como vigoroso argumento de defesa da continuidade das instituições e de suas atividades. A questão dos acervos esteve presente na representação do Ministério Público de Contas e na cautelar do Tribunal de Contas e, em função da pressão destes órgãos, acabou por impor-se à preocupação dos gestores – que espontaneamente não se importariam com a destinação dada à documentação. No caso da FEE, a biblioteca continuou a funcionar no mesmo endereço (Rua Duque de Caxias, 1691, 4º andar), travestida de biblioteca do DEE. Isso dificilmente teria ocorrido, a depender da boa vontade daqueles administradores.

Determinou-se, por fim, que os acervos deveriam ficar com as secretarias responsáveis por assumir as funções anteriormente desempenhadas pelas fundações. Desta maneira, por exemplo, a documentação da Fundação Piratini cabe à Secretaria de Comunicação, a da Fepagro, à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, a da CIENTEC, à da Inovação, Ciência e Tecnologia, etc. No caso específico da CORAG, os diários oficiais foram recolhidos à Procuradoria Geral do Estado e as publicações, ao Instituto Estadual do Livro, ao passo que o restante do acervo encontra-se sob avaliação da equipe do Arquivo Público do Estado. O acervo documental da FDRH encontra-se agora no APERS e o acervo bibliográfico foi sediado na biblioteca do DEE, onde se encontra também a documentação da Fundação que antecedeu ao Departamento.

Além do acervo bibliográfico diversificado sobre a economia do estado e de séries estatísticas disponíveis ao público, existe no DEE uma documentação esparsa, que apresentaremos neste texto, que ajuda a historicizar a Estatística no Rio Grande do Sul.



Trata-se de legislação e regulamentos referentes aos diversos órgãos estaduais, bem como livros de lançamentos funcionais, conforme veremos, desde os primeiros anos até meados do século XX. Conhecer as formas de organização de um órgão de Estatística encontradas pela administração pública ao longo dos anos torna-se particularmente relevante no presente momento, quando, após o desmonte, está em pauta a reconstrução de um sistema de geografia, cartografia e estatística socioeconômica, conforme previsto no Artigo 168 da Constituição Estadual.

Cogitou-se, em fevereiro de 2019, recolher essa documentação para o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, mas ponderou-se que ela encontra-se descontextualizada, não fazendo parte de nenhum fundo documental específico a incorporar ao acervo; ademais, seu pequeno, porém precioso volume ficaria diluído em meio à imensidão de fontes do APERS, ao passo que na biblioteca do DEE (Rua Duque de Caxias, 1691, 4º andar) pode ser disponibilizado com um enfoque mais preciso. Trata-se, desta maneira, de visibilizar um acervo disponível à pesquisa, assim como arrolar as possibilidades de pesquisa. É o propósito deste texto.

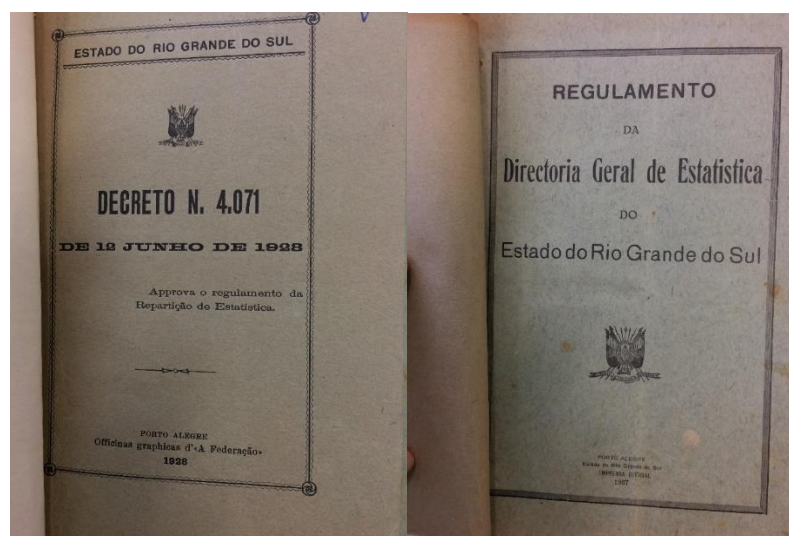
## **Acervo e possibilidades de pesquisa**

O acervo histórico de livros presente na biblioteca do Departamento de Economia e Estatística ajuda a contar a história da Repartição de Estatística e do Departamento Estadual de Estatística, órgãos que antecederam à FEE. A documentação abarca desde seus primórdios, quando era a mesma instituição do Arquivo Público e da Biblioteca Pública, até meados do século XX.

Esse corpo documental nos permite apreender algumas dinâmicas do funcionalismo público há um século atrás; possibilita entender que já de longa data os órgãos estatísticos fornecem quadros para o Executivo Estadual; oportuniza uma aproximação ao cotidiano daquela repartição; propicia verificar uma fluidez maior entre as diversas instituições de Estado. Ainda que não sejam documentos seriados, possibilitam retratos de momentos específicos. Contudo, de nada adianta um material de pesquisa sem pesquisadores, motivo pelo qual procuramos divulgar esse material para que historiadores e demais interessados, sobretudo pelo funcionamento da máquina pública borgista, que aqui pode ser apreciada em dimensão mais detalhada, possam acessá-lo.

Passemos, então, a uma breve descrição das fontes em questão, entremeada com alguns registros fotográficos, e comentários acerca de sua possível utilização em pesquisas de distintas temáticas e objetivos.

1. Volume sobre legislação, cujo título é: “Este volume contem a legislação referente ao Departamento Estadual de Estatística, no período de 1928 até a presente data” [chega até 1969]. Ele trata de um conjunto de decretos, leis e portarias que regulamentam a atividade estatística no Rio Grande do Sul. Tal corpo legal definia as atribuições, a organização e os limites do trabalho de estatística; também tratava das relações do Estado, nesse campo, com as instâncias federal e municipal. Trata-se de um excelente material, por exemplo, para comparação com a organização do trabalho estatístico de outras épocas. Cabe registrar que, a despeito da relevância do tema, a Estatística, enquanto instância fundamental da organização e do funcionamento do Estado, em todos os seus níveis, é pouco estudada no Brasil. Esse material constitui fonte interessante para eventuais pesquisas nessa direção.<sup>4</sup>



Decreto de aprovação do Regulamento da Repartição de Estatística (1928)

Regulamento da Diretoria Geral de Estatística (1937)

---

<sup>4</sup> Acerca da história das estatísticas no Brasil, a obra referencial é a de Nelson Senra, *História das Estatísticas Brasileiras* (SENRA, 2006). O mesmo autor publicou uma versão mais sintética, mas igualmente importante (SENRA, 2009). Para uma história geral da estatística, cronologicamente ordenada, situando-a como disciplina autônoma, mas em integração à história da ciência: (MEMÓRIA, 2004). No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, Albano Gaspar de Oliveira sintetizou o recorrido histórico dos esforços para organizar os dados estatísticos da Província e do Estado, do final do século XVIII até meados do XX (OLIVEIRA, 1969).

2. Fotografias de exposição de dados estatísticos em 1943: “Documento fotográfico da primeira exposição estatística realizada pelo DEE”. Conjunto de fotos que registra o trabalho realizado, aporte auxiliar interessante do ponto de vista de uma intenção de publicização dos dados.



Fotografia de exposição de dados estatísticos – 1943

3. Livro “Matrícula dos Empregados”, da Diretoria de Estatística, de 1909 (dados de 1907 até 1921). O volume trata da movimentação funcional; de cargos ocupados pelo funcionário; em suma, do registro da carreira dos servidores. Esse livro, bem como os dois seguintes, constitui ótimo material para embasar estudos acerca da história administrativa do Rio Grande do Sul. Acompanhar os deslocamentos das pessoas no interior da máquina pública propicia um olhar mais de cerca sobre os meandros da administração, como a utilização das nomeações neste órgão para o exercício de outras funções, etc.

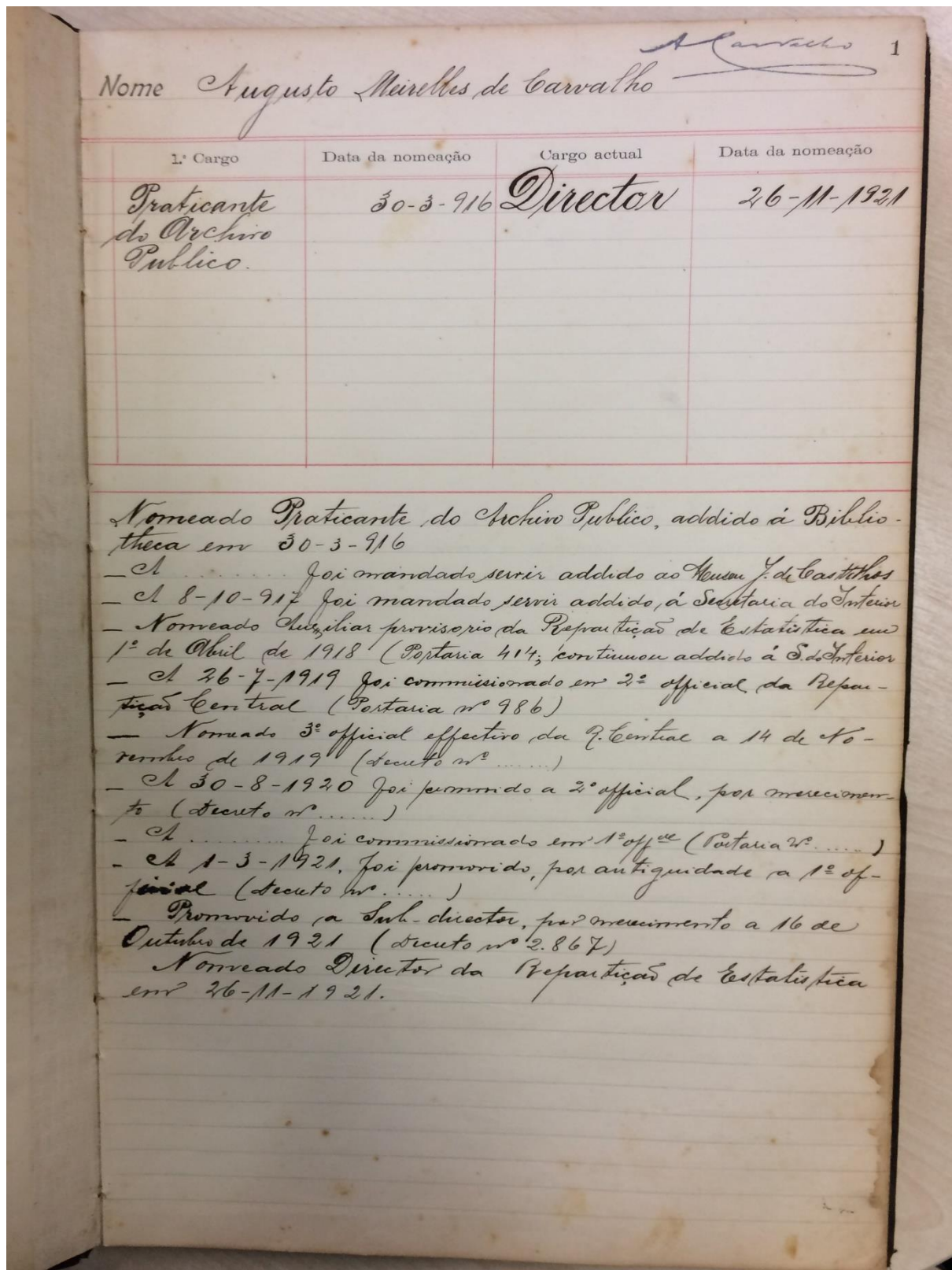
Thomas da Silva Dias Junior

| Cargos                         | Nominação                        | Tempo                              | Observações  |
|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|--|
| Auxiliar interno               | 11 de fev. 1909                  | 13 de fev. 1909                    | Por portaria n. 168 de 27 de maio de 1908, do Director Geral de Arquivos e Bibliotecas, foi nomeado auxiliar interno da 2ª seção (Estadística), assumindo o serviço em 28 de maio de 1908. Não interrompeu o exercício durante o ano. Nomeado auxiliar interno da Diretoria de Estatística de Estado por portaria de 11 de fevereiro de 1909. Quitou-se voluntariamente e assumiu o serviço em 13 de agosto de 1909. Não interrompeu o exercício.        |
| 2.º auxiliar<br>Chefe de seção | 3 de Março 1909<br>24 junho 1912 | 3 de Maio 1909<br>27 de Junho 1912 | Por portaria de 3 de Março de 1909 foi promovido a 2.º auxiliar. Por portaria de 24 de Junho de 1912, Dr. Carlos Roberto Gonçalves, Presidente do Estado de São Paulo de Pel. Honorário e cidadão Thomas da Silva Dias Junior, 2.º Auxiliar de Preparação de Estatística, para assumir imediatamente o lugar de chefe de seção da Diretoria de Estatística de Estado, com o vencimento anual de três contos e setecentos e quarenta mil réis - 3.840.000 |
| Fallecimento                   |                                  |                                    | Em 9 de Agosto de 1917, falleceu nesta cidade no cargo de chefe de seção, o Sr. Thomas da Silva Dias Junior.   |

Página do livro de matrícula de empregados (1907-1921)

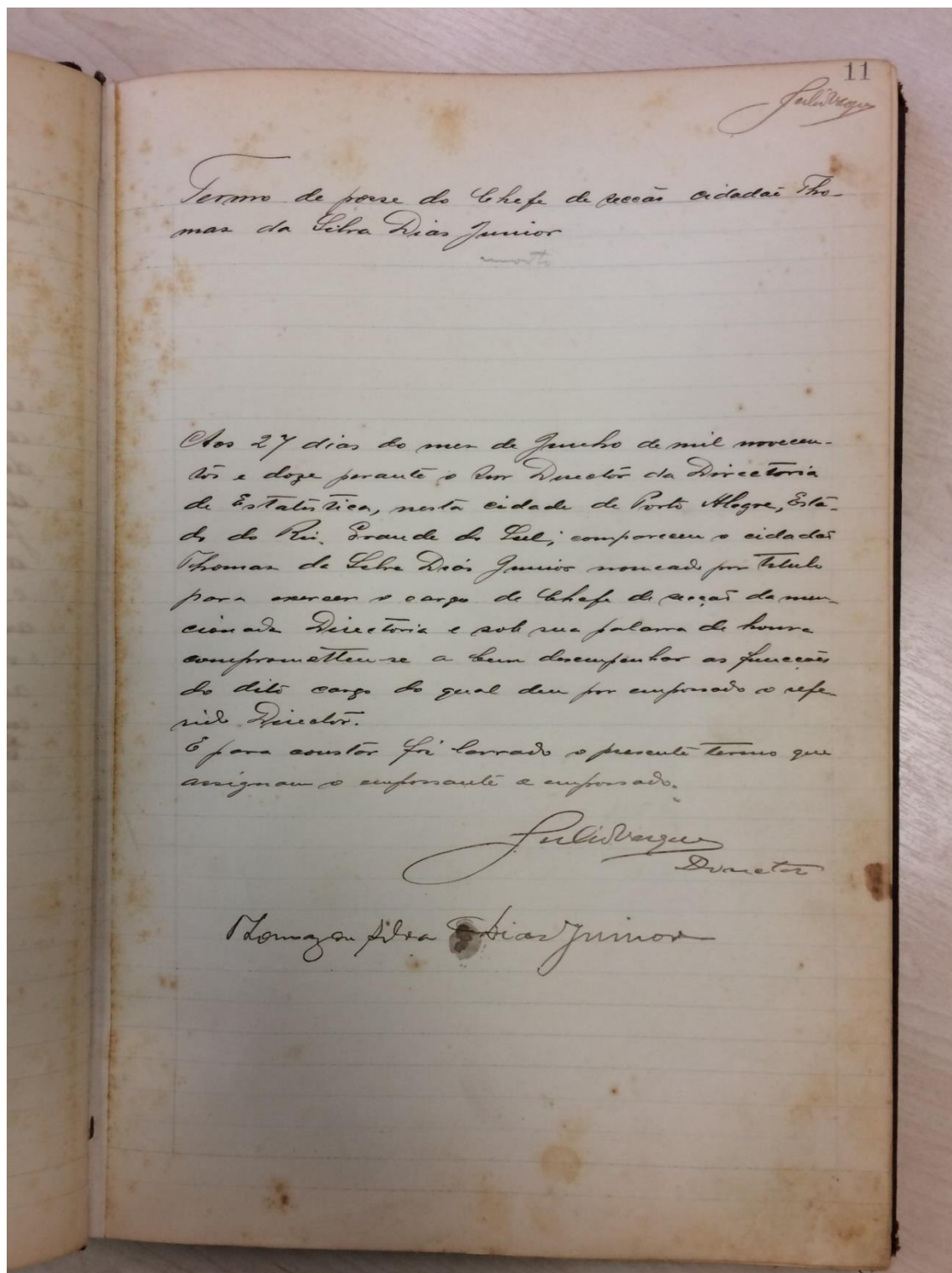


4. "Livro dos Funcionários da Repartição de Estatística" (com dados de 1916 até 1934). Semelhante ao anterior.



Página do livro de funcionários da Repartição de Estatística (1916-1934)

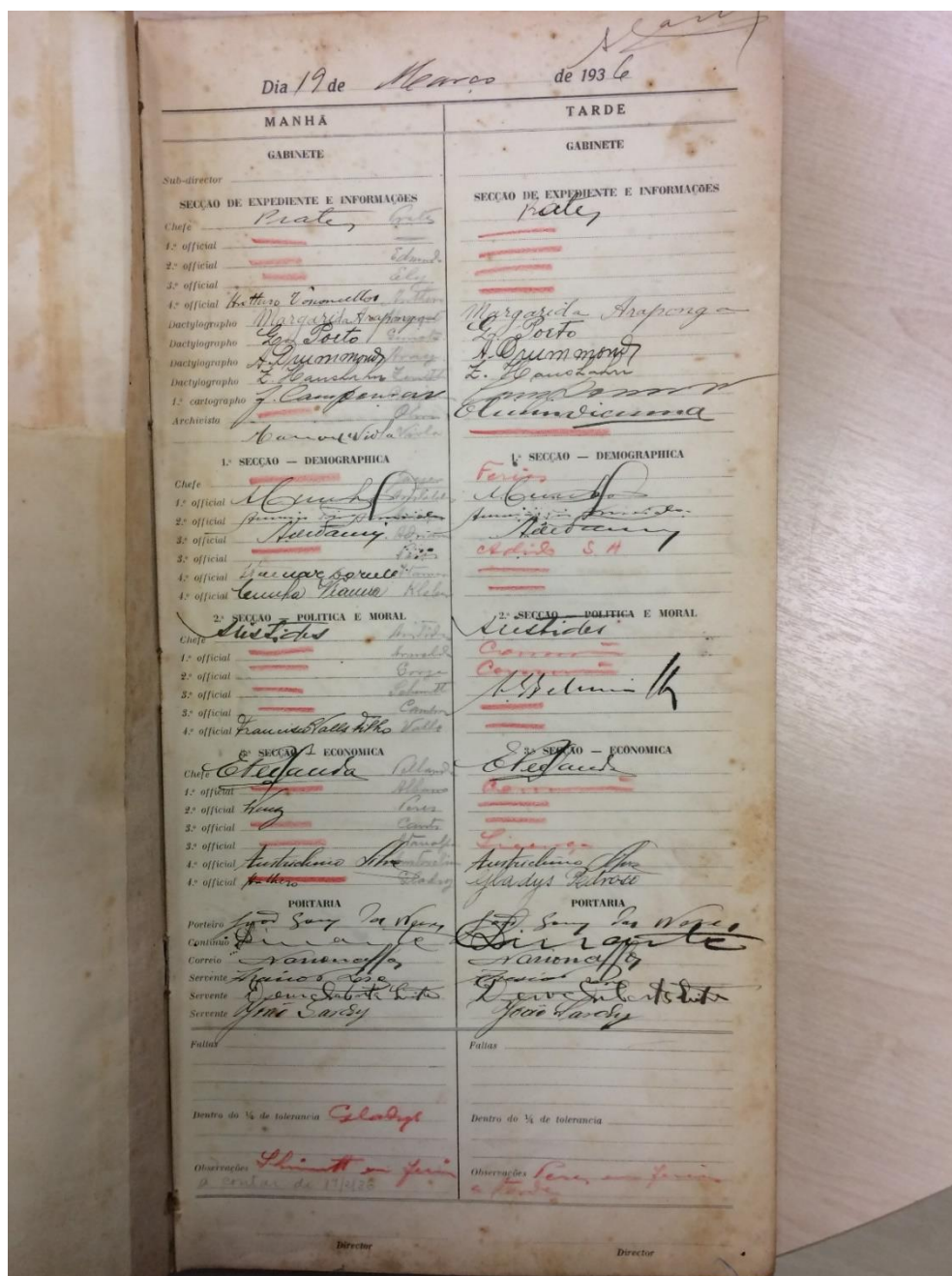
5. Livro dos termos de posse dos funcionários da Diretoria de Estatística (de 1909 até 1939). Semelhante aos anteriores, em suas possibilidades de utilização. Observa-se que o órgão muda de nomenclatura oficial no decorrer do livro.



Página do livro de posse dos funcionários da Diretoria de Estatística



6. Livro ponto de 1936, da Repartição de Estatística. Trata-se do registro de frequência, mas com detalhes importantes a serem observados. Há uma interessante divisão por seções, indicando a forma de organizar o trabalho de estatística: seção de expediente e informações; demográfica; política e moral; econômica; além do gabinete e da portaria. Também registra uma divisão de cargos, possibilitando perceber, além do mais, a estrutura da repartição.



Página do livro ponto de 1936

Para além da história administrativa e da história da atividade estatística do Estado, o conjunto dos documentos aqui apresentados também é valioso para pesquisas referentes aos chamados Mundos do Trabalho. Nesse sentido, também divulgamos a disponibilização de um material de caráter mais disperso e abrangendo uma temporalidade mais próxima, das décadas finais do século XX.

7. Pasta com registros fotográficos referentes a eventos da FEE, desde 1974. Trata-se de um conjunto de fotos que vão de posses de diretorias até confraternizações no ambiente de trabalho.

8. Pasta com documentos referentes aos trâmites sindicais envolvendo o corpo funcional da FEE, de 1985 até 1995. Trata-se de negociações para dissídios; convenções coletivas; acordos; atas de assembleias. Relevante material para uma história do trabalho, sobretudo que busque contemplar as particularidades da relação trabalhista entre o Estado e uma instituição com as especificidades de uma Fundação.

9. Pasta com informativos dos funcionários da FEE, no período de 1974 até 1980. É um conjunto de jornaizinhos informativos produzidos pelos trabalhadores. São números esparsos, principalmente de um chamado “Painel FEE”, além de exemplares de “BIasfee”; “Recadão-atualidades feeanas” e “Festa”. São folhas que tratam, com leveza e bom humor, de crônica social, esportiva, entrevistas com funcionários, notícias do dia a dia da instituição, formação dos pesquisadores, eventos. Mostram uma história do trabalho para além do estritamente profissional. Aos interessados na constituição institucional e nas dinâmicas micropolíticas da FEE, é possível o cruzamento das fotografias, da documentação sindical e dos informativos com eventuais entrevistas de história oral.

Todo esse material está disponível, reiteramos, na biblioteca do DEE (prédio da FEE), com acesso irrestrito e com boas condições de infraestrutura oferecida aos interessados.

## **Considerações finais**

No século XIX, com o processo de constituição dos Estados Nacionais, à estatística se associava o esquadrinhamento do território e o conhecimento da nação. A contagem dos indivíduos estava relacionada sobretudo ao levantamento do poderio militar. Apenas



ao longo do século XX o termo estatística atingiu o sentido preciso de apuração numérica que possui na atualidade (KLAFKE, 2015). É o que torna plausível, e nada excepcional, que, ainda nas duas primeiras décadas do século passado funcionários fossem cedidos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro visando à elaboração de um “Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Rio Grande do Sul”, conforme indica o “Livro de Funcionários da Repartição de Estatística”, daquele período.

Em comparação com países da Europa ou com os Estados Unidos, ou até com outros ditos “em desenvolvimento”, o Brasil, historicamente, demonstrou precariedade de organização estatística. Esse fato só começou a ser alterado a partir de meados do século XX, com a criação do IBGE (1934). Entretanto, frente a este quadro relativamente pobre, o Rio Grande do Sul se destacou pelas distintas iniciativas de promover uma produção de dados mais sistemática. Área de fronteira, a situação geopolítica levava à necessidade, no Estado, do que Senra chama de “espírito favorável à elaboração das estatísticas”, cujo reconhecimento, pelas tentativas apresentadas, o autoriza a falar em tradição rio-grandense na área (SENRA, 2006, p. 108). No sentido oitocentista, já havia um plano de estatística em 1834, de José Marcellino da Rocha Cabral (KLAFKE, 2015), abrangente de diversos aspectos concernentes à construção do Império Brasileiro no sul, na antevéspera da instabilidade política decorrente da Guerra dos Farrapos:

1. Estatística Física: 1.1: território. 1.2: clima
2. Estatística Política: 2.1: história do descobrimento, da povoação, e fixação dos limites, e do governo da província. 2.2: religião, moral, costumes. 2.3: idioma. 2.4: população – recenseamento. 2.5: força armada. 2.6: expostos, e estabelecimentos de caridade. 2.7: colonização, e importação de estrangeiros. 2.8: índios – povos de missões. 2.9: educações, ciências e belas artes. 2.10: divisão judicial, municipal, e eclesiástica da província. 2.11: estatística judicial, criminal e civil.
3. Estatística Industrial: 3.1: agricultura (que Cabral também associa, de forma mais abrangente, com “economia rural”). 3.2: indústria fabril. 3.3: comércio.
4. Estatística fiscal, e administrativa. (KLAFKE, 2015, p. 12-13)

Talvez falar em tradição seja um tanto exagerado, mas é inegável que há um reconhecimento de um trabalho de longo prazo. Tal fato torna, por um lado, ainda mais grave o dismantelamento da FEE, instituição que correspondeu ao ápice desse esforço, como já destacamos. Por outro lado, reforça a necessidade de preservar, e tornar pública e acessível, a documentação que permita aos pesquisadores a base para reflexões de distintas ordens.

A projeção de futuro, da qual a produção de dados é uma condição, será, sempre, uma construção dos homens em seu tempo, historicamente determinada. A percepção desse fato auxilia na desnaturalização da ideia de planejamento estatístico, uma vez que os aspectos políticos estarão sempre presentes. Para Isaac Kerstenetzky, o *sistema estatístico* pode ser pensado como importante peça de um estilo de formulação da política econômica e social de um país, através do *planejamento participativo*, que combinaria componentes técnicos e políticos. A atividade técnica produz informações sobre o estado da sociedade e explora possibilidades alternativas de sua evolução futura, usando (i) uma base de dados estatísticos, organizada a partir da contabilidade social, para suprir o quadro da evolução passada e da situação presente do país e (ii) capacidade de simulação de trajetórias e cenários futuros alternativos. O lado político do planejamento é representado pelo espaço institucional, no qual ocorrem negociações e estabelecem-se compromissos em torno da escolha de um projeto de *futuro* (KERSTENETZKY, 1991, p. 8).<sup>5</sup>

A partir dessa consideração, o que pensar de um governo que simplesmente resolve que os dados não são mais importantes como orientadores de políticas públicas? Que projeto de futuro pode haver a partir de uma administração que desdenha do conhecimento e da reflexão? Mais do que a produção de dados, foi relegada a atividade de análise e de prospecção que a FEE, juntamente com outras fundações, realizava. Pior ainda, as alternativas apresentadas davam margem à intromissão de critérios eminentemente políticos travestidos de elaborações técnicas.

Atualmente inicia-se, parece, uma retomada de trabalhos fundamentais ao planejamento estatal. Esperemos que isso se converta em um esforço mais sistemático e rigoroso de reorganização. Um grande passo, nesse sentido, sem dúvida, é a valorização, pelos pesquisadores, do acervo que aqui divulgamos.

## Referências

KERSTENETZKY, Isaac. Estatísticas, teoria social e planejamento. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.6 n.17, Rio de Janeiro, out. 1991.

---

<sup>5</sup> O artigo reúne, postumamente, dois trabalhos do autor. O primeiro, "Indicadores sociais: instrumento de compreensão, planejamento e avaliação", de 1976, aborda as transformações do sistema estatístico brasileiro nos anos 70, especialmente quanto ao papel dos indicadores sociais, e a relevância de se fortalecer o diálogo entre este sistema e a pesquisa universitária. O segundo, "*Quo vadis, sistema estatístico?*", de 1990, delinea os horizontes dos aperfeiçoamentos necessários ao sistema.

[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=220:rbc-17&catid=69:rbc&Itemid=399](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=220:rbc-17&catid=69:rbc&Itemid=399) Acesso em 23/10/2018.

KLAFKE, Álvaro Antonio. Formação do Estado e Planejamento: um plano de estatística para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1834). **Textos para discussão FEE** 140, 2015, disponível on-line: <https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/20151230td-140-formacao-do-estado-e-planejamento-um-plano-de-estatistica-para-a-provincia-de-sao-pedro-do-rio-grande-do-sul-1834.pdf> Acesso em 01 de abril de 2019.

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. **Breve história da estatística**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.  
<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/110361/1/sgetexto21.pdf> Acesso em 29/03/2019.

OLIVEIRA, Albano Gaspar de. **Resumo Histórico da Estatística no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: DEE-RS, 1969.

SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. **Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

Enviado em: 11.04.2019

Aceito em: 09.05.2019

## RESENHA

**HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (org.) *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 364p.**

Francisco Alcides Cougo Júnior<sup>1</sup>

*Pensar os arquivos: uma antologia* (FGV Editora, 2018) é uma ode à Arquivologia pós-moderna, ainda parcamente conhecida e discutida no Brasil. Organizada pela historiadora e doutora em Sociologia, Luciana Heymann, e pela doutora em História, Letícia Nedel, a coletânea reúne treze artigos publicados em periódicos internacionais de Arquivologia nas últimas três décadas e tende a ser um dos livros-chave da área no país nos próximos anos. O prenúncio de êxito editorial e de influência teórica não se dá a toa: Heymann e Nedel encadearam ao menos sete textos que se caracterizam pelo fomento a debates quase que absolutamente sonogados até hoje no campo brasileiro. E que superam, em muito, a histórica condição de “arquivotecnia” que ainda é marca da Arquivologia no Brasil.

A obra, traduzida do inglês por Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas, sob a supervisão das organizadoras, foi dividida em duas partes que parecem compor dois livros distintos. O cerne da antologia é abrigado pela primeira parte, “Arquivos e arquivologia: história, princípios, práticas”, que se caracteriza por textos amplamente destinados a debater o caráter sócio-político dos arquivos e o papel de arquivistas e instituições arquivísticas na construção e configuração das fontes documentais. Já na segunda parte, intitulada “Arquivos privados e pessoais: da multiplicidade de sentidos à normatização de práticas”, concentram-se textos de caráter ligeiramente mais específicos, alguns deles voltados à análise de casos-exemplo, utilizados para o debate de ideias apresentadas pelos autores como renovadoras das práticas e da teoria arquivísticas.

Como tônica geral, *Pensar os arquivos* caracteriza-se pelo amplo questionamento ao estatuto da Arquivologia, sobretudo em relação às demais Ciências Humanas. Na

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Arquivologia, Departamento de Documentação, CCSH, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [chicocougo@gmail.com](mailto:chicocougo@gmail.com)

Introdução, as organizadoras revelam que a curadoria dos artigos teve como prioridade a eleição de textos questionadores, baseados num ideário de desconstrução, próprio da chamada pós-modernidade. Portanto, ao invés de trabalhos marcados pelo detalhamento técnico-teórico de conceitos e práticas arquivísticas, a opção se deu pela escolha de artigos caracterizados por uma interpretação questionadora sobre o campo arquivístico. Nesse sentido, ao menos nos textos da primeira parte, o que se observa são reflexões que interpretam os arquivos e a Arquivologia como construções sociais, diretamente relacionadas aos indivíduos e, principalmente, aos múltiplos contextos de origem. Em outras palavras, trata-se de um entendimento que encara arquivos, arquivistas e a área em si como objetos e não apenas como ferramentas. Ou ainda, nos dizeres das próprias autoras: “depois de desterritorializado, dessubstancializado, retirado do solo seguro da linearidade histórica e reinscrito no cruzamento incerto e variável da cultura, da performance e da política, o arquivo, sua produção e patrimonialização perderam seu caráter autoevidente” (2018, p. 10). É exatamente esse objeto “despido” que protagoniza as análises publicadas na obra.

Por conta de tais pressupostos, a presença das ideias de Michel Foucault (1926-1984) e Jacques Derrida (1930-2004) na maior parte dos textos publicados na coletânea não chega a ser uma surpresa. Embora não tenham qualquer concatenação prévia (os trabalhos reunidos foram produzidos por diferentes autores, de distintos países, num intervalo de 28 anos, entre 1991 e 2010), a constante figura do arquivo singular de Foucault – marcado mais pela produção de sentido do que pela custódia tecnicamente apregoada pela Arquivologia – mostra com clareza o caminho percorrido pelos trabalhos selecionados por Heymann e Nedel. Neles, trata-se de reconhecer o caráter de arquivização para além do trivial, de compreender o contexto da produção de documentos arquivísticos como espaços de manifestação do poder e dos mecanismos sociais de controle, de perceber formas e instrumentos de patrimonialização nos arquivos através dos construtos narrativos, mais do que dos critérios de seleção e valoração.

A partir de tal entendimento, a antologia inicia-se com um grandioso (em extensão e investigação) artigo de Terry Cook, destinado a remontar “uma história das ideias arquivísticas desde 1898”. O texto de Cook, originalmente publicado em 1997, é basilar

para o entendimento da Arquivologia enquanto área do saber, pois remonta a formação do campo a partir do que consideramos como sendo seus principais pólos emanadores: a Europa e os Estados Unidos. Com o trabalho, o teórico canadense questiona o modo através do qual os arquivistas refletem sobre sua própria prática e seu ideário ao longo do tempo, uma reflexão ainda muito pertinente para a Arquivologia brasileira. Do artigo, além da capacidade de encadear uma narrativa em torno do desenvolvimento das ideias arquivísticas, merece destaque o compilado de Cook sobre o pensamento “pós-schellenberguiano” e suas figuras proeminentes. A presença de Schellenberg na Arquivologia brasileira ainda é um fato marcante, mas pouco refletido. Nesse sentido, o conhecimento sobre as ideias dos seguidores e dos contraditores do arquivista estadunidense – que esteve no Brasil em 1960 – parece ser uma lacuna importante que só agora é preenchida e que ajuda a compreender algumas das limitações de seu pensamento, ainda em plena vigência no contexto nacional.

O texto de Brien Brothman, “Ordens de valor: questionando os termos teóricos da prática arquivística”, por sua vez, abre caminho para as leituras mais complexas compiladas em *Pensar os arquivos*. Dedicado a interrogar a pertinência (e a permanência) de alguns dos mais sagrados conceitos arquivísticos, o canadense impõe importantes questionamentos à fixação da Arquivologia pelos arquivos de caráter permanente. Em significativa passagem, Brothman qualifica os arquivos como “formadores de uma mentalidade documental/informacional” que os endossa e transforma em “lugares de memória, ou memorização, que protegem e conferem poder” (2018, p. 102). Embora óbvio até certo ponto, o raciocínio ainda é pouco aceito pela comunidade arquivística, acostumada ao comodismo da lide técnica e de certa “aura” de imparcialidade. O artigo de Étienne Anheim, sobre o estatuto epistemológico dos arquivos na obra de Paul Ricoeur, publicado na sequência, se debruça sobre problemática similar e salienta que “os arquivos são *objetos* que adquirem seu sentido numa série material objetiva, e não apenas textos que transmitem um testemunho” (2018, p. 150, grifo no original). O mesmo pensamento atravessa os textos de Tom Nesmith e, especialmente, de Elisabeth Kaplan, que se questiona sobre os porquês do histórico e duradouro isolamento da Arquivologia em relação aos demais campos do saber.

Dos artigos da Parte I, merece menção especial o ensaio “(Des)construir o arquivo”, do holandês Eric Ketelaar. O texto, originalmente publicado pelo periódico francês *Matériaux pour l’Histoire de Notre Temps*, em 2006, faz uma instigante recorrida pelos conceitos de “arquivadores”, “arquivamento”, “arquivação”, “arquivalização” e “memória coletiva”, concatenando – quiçá pela primeira vez no campo arquivístico – os principais preceitos da Arquivologia com o peculiar olhar da filosofia sobre os arquivos (ou o arquivo, mais precisamente). Ketelaar, de vasta trajetória no meio, elucida com propriedade o entendimento de Foucault e Derrida sobre o arquivo, sugerindo aos arquivistas uma visão mais contemplativa sobre suas práticas. O principal ponto de apoio sustentado pelo holandês se estabelece na ideia de que o “regime” de arquivamento é cambiante e diretamente influenciado pelos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Tal reflexão, até certo ponto óbvia entre historiadores e sociólogos, ainda enfrenta barreiras no campo arquivístico, marcadamente conservador a respeito da crítica do método. Nesse sentido, a assimilação dos conceitos arquivísticos por Ketelaar ajuda a “desarmar” a dificuldade da área em refletir sobre si e suas escolhas, tema que ganha ainda mais destaque quando pensamos no poder de arquivistas sobre os processos de patrimonialização, constituição de memória e cristalização de esquecimentos.

A Parte II de *Pensar os arquivos* é exclusivamente dedicada ao cada vez mais presente debate sobre arquivos pessoais. Como na primeira parte, os textos escolhidos são todos marcados pelo cacoete pós-moderno da desconstrução. Apesar da qualidade dos autores e de seus escritos, esta segunda leva de artigos parece deslocada das pretensões inicialmente assinaladas pelo livro, fato que faz com que o leitor se questione sobre a pertinência dos textos escolhidos para esta coleção. Ademais, é importante destacar que – ao contrário da Arquivologia como área – o campo dos arquivos pessoais tem sido fartamente discutido, não apenas por arquivistas, como também por biógrafos, historiadores, antropólogos etc. Nesse sentido, os textos selecionados não chegam a ostentar a mesma originalidade (e condição de novidade) dos eleitos na primeira parte.

Merece destaque, por outro lado, o artigo “Por uma teoria dos arquivos privados: revendo os escritos fundadores de Jenkinson e Schellenberg”, de Rob Fisher (originalmente publicado em 2009). Este importante artigo amplifica e robustece um

debate muito mencionado e pouco conceitualizado no Brasil, referente aos arquivos particulares, pessoais e institucionais. Embora restrinja sua análise a categorias explicitadas por Hilary Jenkinson (1882-1961) e Theodore R. Schellenberg (1903-1970), os conceitos debatidos por Fisher abrem espaço para reflexões altamente complexas. Saliente-se, entre outros, os questionamentos do autor a respeito da aferição de “valor patrimonial” a arquivos não-públicos, um tema da máxima importância que até hoje não mereceu maiores reflexões no Brasil. Marcada pela acumulação desenfreada e “selvagem” (na clássica definição de Heloísa Bellotto), a malha arquivística brasileira é também reconhecida pelo recolhimento de fundos e coleções oriundas de instituições privadas, famílias e personalidades. Parte importante destes recolhimentos, muitos realizados em longínquo passado, nunca foram debatidos nem por arquivistas, nem por historiadores, uma lacuna que se coaduna com a provocação de Fisher sobre, afinal, o que preservar do universo arquivístico privado.

Composto com o nítido intuito de complexificar o debate, *Pensar os arquivos*: uma antologia é uma leitura que deve ser assimilada por historiadores (já mais afeitos à desconstrução sistemática de conceitos) e, especialmente, digerida por arquivistas – sobretudo por aqueles aferrados à ferramentaria conceitual “dura”, fornecida por dicionários especializados e consagrada por autores canônicos. Diferente da média (mas cada vez mais próxima de outras publicações recentes), a publicação soma-se a outras de caráter não-manualesco, fato que pode tanto ensejar sua discussão, quanto catapultar sua sonegação pelo campo. Independente do destino de suas páginas, trata-se de uma obra necessária, um capítulo mais na acidentada história das traduções de obras arquivísticas para a língua portuguesa. Que seja debatida, rebatida, interpretada e, principalmente, compreendida antes que adotada é o que de melhor podemos esperar dela.

Enviado em: 26.03.2019

Aceito em: 04.04.2019